

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
Escola de Arquitetura
Programa de Pós Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável
Tese de Doutorado

Delton Mendes Francelino

**ASSOCIATIVISMO AMBIENTAL COMO RESPOSTA À SUSTENTABILIDADE
E CONTRIBUIÇÃO PARA A ECOLOGIA URBANA**

Belo Horizonte
2023

Delton Mendes Francelino

**ASSOCIATIVISMO AMBIENTAL COMO RESPOSTA À
SUSTENTABILIDADE E CONTRIBUIÇÃO PARA A ECOLOGIA
URBANA**

Versão Final

Tese de Doutorado apresentada para a obtenção do título de Doutor em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, do Programa de pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com foco na Ecologia Urbana.

Linha de Pesquisa: Paisagem e Ambiente

Orientador: Prof. Dr. Leandro Benedini Brusadin

Belo Horizonte

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

F815a	<p data-bbox="438 1355 798 1400">Francelino, Delton Mendes.</p> <p data-bbox="438 1400 1430 1489">Associativismo ambiental como resposta à sustentabilidade e contribuição para a ecologia urbana [manuscrito] / Delton Mendes Francelino. - 2023.</p> <p data-bbox="486 1489 606 1534">173 f. : il.</p> <p data-bbox="486 1556 1005 1601">Orientador: Leandro Benedini Brusadin.</p> <p data-bbox="438 1624 1430 1702">Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.</p> <p data-bbox="438 1747 1430 1892">1. Ecologia urbana (Sociologia) - Teses. 2. Sustentabilidade - Teses. 3. Sociabilidade - Teses. 4. Organizações não governamentais - Teses. I. Brusadin, Leandro Benedini. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.</p> <p data-bbox="957 1915 1117 1948">CDD 301.31</p>
-------	---



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL

FOLHA DE APROVAÇÃO

"Associativismo ambiental como resposta à sustentabilidade e contribuição para a Ecologia Urbana"

DELTON MENDES FRANCELINO

Tese de Doutorado defendida e aprovada, no dia **treze de abril de dois mil e vinte e três**, pela Banca Examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Airton José Cavenaghi
Universidade Anhembi Morumbi (UAM)

Profa. Dra. Cleide Calgareo
Universidade de Caxias do Sul (UCS)

Profa. Dra. Lia Sipatuba Proença Brusadin
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas)

Profa. Dra. Mara Lúcia Rodrigues Costa
Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG)

Prof. Dr. Leandro Benedini Brusadin - Orientador
PPG-ACPS/UFGM

Belo Horizonte, 13 de abril de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Benedini Brusadin, Usuário Externo**, em 13/04/2023, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Airton José Cavenaghi, Usuário Externo**, em 13/04/2023, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lia Sipatuba Proença Brusadin, Usuário Externo**, em 14/04/2023, às 14:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cleide Calgareo, Usuária Externa**, em 18/04/2023, às 17:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mara Lúcia Rodrigues Costa, Usuária Externa**, em 27/04/2023, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2225501** e o código CRC **6E011AA9**.

AGRADECIMENTOS

Esta Tese é resultado de investigação profunda sobre elementos humanísticos e ecológicos, transversalizados, inevitavelmente, pelos mais diversos afetos. Estes afetos transformaram-se em força, motivação para seguir o trabalho de Pesquisa e de escrita, em momento conturbado da história do Brasil e do mundo, entre os anos 2019 e 2022. Meus agradecimentos iniciais, neste sentido, direcionam-se a todas as pessoas com as quais pude contar, seja em reflexões nada formais, em bares e em lares, como familiares, amigos e amigas próximos que, sem os quais, talvez, eu não teria o mesmo ânimo para seguir com o doutoramento.

Agradecimento especial ao meu Orientador, Professor Doutor Leandro Benedini Brusadin, pela acolhida, estímulo e carinho desde a primeira reunião de orientação e que, ao longo de todo o processo, literalmente, sempre esteve disponível, oferecendo mais que recursos teóricos e científicos, a dádiva da troca, do reconhecimento e da motivação. Estes elementos, juntos, são parte de minha fé de que a dádiva ainda é presente na sociedade e nas microrelações entre as pessoas.

Não poderia deixar de agradecer às instituições que fizeram parte da pesquisa, ONGs que tanto batalham diariamente por novas racionalidades ambientais. Sobretudo, dedico meu carinho ao Instituto Curupira e a acolhida oferecida por toda a sua equipe ao longo da pesquisa imersiva, em anos com tantas dificuldades impostas pela Pandemia provocada pelo vírus Sars-Cov-2 (2020 - 2021). Também ofereço meu afeto a todos os parceiros da Casa da Ciência e da Cultura de Barbacena, a partir dos quais sua criação pôde ser concebida, principiada e ainda, continuada na atualidade, como parte deste doutoramento.

Agradeço à CAPES pelo financiamento da Pesquisa, a todos os professores do Programa de Doutorado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (PACPS), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e à minha banca de qualificação, pelos conselhos e direcionamentos que foram de suma relevância para a Tese.

Deixo, por fim, meu reconhecimento aos profissionais do SUS (Sistema Único de Saúde Brasileiro) por todo trabalho de combate à pandemia. Sem eles, e sem a vacina, talvez, eu não estaria aqui, entregando ao mundo esta Pesquisa.

EPÍGRAFE

*É melhor acender uma vela do que praguejar
contra a escuridão. (Adágio)*

Resumo

Nos recentes séculos a humanidade intesificou os processos de espoliação ambiental e ecológica à Terra e seus ecossistemas, a partir, sobretudo, de âmbitos de financeirização da vida humana e não humana. Em face a isso, e às crises diversas notadas nos ambientes urbanos, necessário é que propostas sejam feitas para que este paradigma hostil possa ser transformado em modelos de sociedade que possam conduzir, realmente, ao que se convencionou ser a sustentabilidade. O objetivo desta Tese é discutir/propor o Associativismo Ambiental como contribuição para a Ecologia Urbana e, assim, à sustentabilidade, sobretudo a partir de suas dimensões sociais, humanísticas, educativas e ecosóficis. A partir da dádiva, articulada por Mauss (2008 [1925]), são propostas Sociologias para a Ecologia Urbana e um Tratado para a Existência Ambiental, calcados em pesquisa acerca de ONGs ambientais, o que move as pessoas e se juntarem em prol de causas ecológicas e uma experiência imersiva, com elementos etnográficos, no âmbito das ações de uma delas. Além disso, elaborou-se método denominado “Mapeamento Ecocultural”, que culminou com a criação da Casa da Ciência e da Cultura de Barbacena, um dos resultados diretos desta Pesquisa. Metodologicamente, a Tese foi distribuída em 4 Cadernos e, no quadro teórico, estabeleceu-se: correlação entre o Associativismo Ambiental e movimentos sociais a partir de teóricos da dádiva como Mauss (2008 [1925]), Martins (2002), Caillé (2002) além de Touraine (1965) e Castells (1999); discussões relacionadas à sustentabilidade (ou crise da sustentabilidade) via ecopedagogia (GADOTTI, 2000); perspectivas da Ecosofia (GUATARRI, 1989) e elementos basilares da Complexidade e da Ecologia Urbana (MORIN, 2000; 2008) (NIEMELA, 2011) (ROGERS; GUMUCHDJIAN, 2015); Teorias da Justiça (RAWLS, 2004), Liberdade como Desenvolvimento (SEN, 2001) e perspectivas indígenas a partir de Kaka Werá Jecupé (2006). Para a imersão seguiu-se os métodos da Pesquisa Narrativa e de Experiência de vida (CLANDININ; CONNELLY, 2011). A estrutura geral da Tese foi estabelecida a partir de modelos de Bardin (2011) e Gil (1985), numa perspectiva qualitativa e interpretativista, algo também contextual aos enfoques do Grupo de Pesquisa "Societas - Turismo, Patrimônio, Relações Sociais e de Trabalho”, da UFMG, ao qual o autor desta pesquisa é filiado.

Palavras-chave: Fato Associativo – Dádiva – Ecopedagogia – Cidades Sustentáveis – Sociabilidade – Organizações Não Governamentais (ONGs)

Abstract

In recent centuries, humanity has intensified the processes of environmental and ecological spoliation of the Earth and its ecosystems, based, above all, on areas of financialization of human and non-human life. In view of this, and the various crises noted in urban environments, it is necessary that proposals be made so that this hostile paradigm can be transformed into models of society that can really lead to what is conventionally called sustainability. The objective of this Thesis is to discuss/propose Environmental Associativism as a contribution to Urban Ecology and, thus, to sustainability, especially from its social, humanistic, educational and ecosophical dimensions. From the gift, articulated by Mauss (2008 [1925]), Sociology for Urban Ecology and a Treaty for Environmental Existence are proposed, based on research about environmental NGOs, which moves people to join in favor of causes ecological and an immersive experience, with ethnographic elements, within the scope of the actions of one of them. In addition, a method called “Ecocultural Mapping” was elaborated, which culminated in the creation of the House of Science and Culture of Barbacena, one of the direct results of this Research. Methodologically, the Thesis was distributed in 4 Notebooks and, as a theoretical framework, it was established: correlation between Environmental Associativism and social movements from gift theorists such as Mauss (2008 [1925]), Martins (2002), Caillé (2002) in addition to Touraine (1965) and Castells (1999); discussions related to sustainability (or sustainability crisis) via ecopedagogy (GADOTTI, 2000); perspectives of Ecosophy (GUATARRI, 1989) and basic elements of Urban Complexity and Ecology (MORIN, 2000; 2008) (NIEMELA, 2011) (ROGERS; GUMUCHDJIAN, 2015); Theories of Justice (RAWLS, 2004), Freedom as Development (SEN, 2001) and indigenous perspectives from Kaka Werá Jecupé (2006). For immersion, the methods of Narrative Research and Life Experience (CLANDININ; CONNELLY, 2011) were followed. The general structure of the Thesis was guided by the models of Bardin (2011) and Gil (1985), in a qualitative and interpretive perspective, something also contextual to the approaches of the Research Group "Societas - Tourism, Heritage, Social and Labor Relations", from UFMG, to which the author of this research is affiliated.

Keywords: Associative Fact – Gift – Ecopedagogy – Sustainable Cities – Sociability – Non-Governmental Organizations (NGOs)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Figura descritiva - abertura de Tópico	12
Figura 2	Figura descritiva – Instituto Curupira – abertura de Tópico	24
Figura 3	Desenvolvimento de uma Análise de Pesquisa, proposto por Bardin (2011)	27
Figura 4	Figura descritiva do 1º Caderno – Instituto Curupira/Performance Art	37
Figura 5	Transversalidade e correlações a partir das contribuições de Guatarri (1989)	64
Figura 6	Os 17 ODS (Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030)	65
Figura 7	Os 5 “p” da Agenda 2030, que revelam e são uma síntese interessante das 169 metas traçadas no documento	68
Figura 8	Modelo esquemático do processo de construção da Agenda 2030, pós Rio +20. Pela primeira vez, “muitas mãos”, de diversos segmentos da Sociedade, incluindo ONGs, coletivos de pessoas, contribuíram para a elaboração deste documento global.	71
Figura 9	Figura descritiva do 1º Caderno – Instituto Curupira/Performance Art	76
Figura 10	Adaptação pelo autor da Tese ajuntando as logos das ONGs	91
Figura 11	Sequência adaptada de fotos descritivas de ações voluntárias desenvolvidas pelas três ONGs no Brasil: Greenpeace e conservação dos oceanos; Projeto Tamar e reinserção de tartarugas no ambiente livre; e Instituto Curupira, 2015, em manifesto/repúdio às catástrofes provocadas pela Samarco, mineradora, em Minas Gerais.	97
Figura 12	A logomarca do projeto, criada a partir de conceitos como Casa, Ciência, Criatividade e Conexão	104
Figura 13	Fotos descritivas de algumas das ações desenvolvidas, até setembro de 2022, nos Espaços de Esperança da Casa da Ciência e da Cultura de Barbacena	108
Figura 14	Abertura de capítulo 3	111
Figura 15	Arte e logo oficiais da Edição 2021 do Festival de Música Popular Livre de Barbacena, Minas Gerais	114
Figura 16	Atuação imersiva ao longo do Festival	115
Figura 17	Artistas selecionados para participação efetiva no evento.	121
Figura 18	Artistas locais/regionais em gravação de seus shows na sede do Instituto Curupira, em Barbacena, Minas Gerais.	122

Figura 19	Artistas/compositores de outros estados e cidades fora da região de Barbacena, em gravações/apresentações feitas em suas casas/ estúdios	122
Figura 20	Arte de divulgação do resultado final do Festival, com o 1º lugar Geral de Melhor Canção Autoral do Festival: Antônia Medeiros, do Rio de Janeiro, RJ	123
Figura 21	Sequência de imagens representando a dinâmica proximal entre artistas e público em edições anteriores à Pandemia.	128
Figura 22	Abertura do Caderno 4	138

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Categorias da ecopedagogia escolhidas para discussão conjunta à dádiva e ao fato associativo como dádiva na Modernidade	32
Quadro 2	As 5 Etapas metodológicas dos Cadernos	35
Quadro 3	Principais eventos e marcos fundamentais para a consolidação do ambientalismo, ecologismo, sustentabilidade e outros movimentos considerados relevantes no contexto deste estudo	54
Quadro 4	Critérios definidos para escolha das três ONGs de cunho ambientalista/ecológico que farão parte do estudo deste Caderno	90
Quadro 5	As três ONGs e seus principais propósitos a partir de suas próprias designações	91
Quadro 6	Tipologia das associações de cunho ambiental estudadas. Conforme Touraine (1965) e Castells (1999)	95
Quadro 7	Desenvolvendo um projeto a partir do Mapeamento Ecocultural	99
Quadro 8	Fichas inferenciais das ONGs a partir da proposta de Mapeamento Ecocultural	100
Quadro 9	A Casa da Ciência e da Cultura de Barbacena e seus Espaços de Esperança	105
Quadro 10	Tipologia de sociabilidades notadas nos eventos realizados em cada Espaço da Casa	109
Quadro 11	Eixos de imersão do pesquisador na ONG e no evento.	113
Quadro 12	Núcleos de trabalho e desenvolvimento do VII Festival de Música Popular Livre de Barbacena, 2021, e suas atribuições	119
Quadro 13	Pontos que favoreceram a criação do Mapa de Afétos a partir da imersão/experiência vivida pelo Pesquisador no evento da ONG	124
Quadro 14	Relações de sociabilidade primária: breve contextualização	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Mapa de Conceitos e Categorias Epistemológicas e Metodológicas de Referenciais e Fontes para a Tese	29
-----------------	---	----

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1	Os conceitos/ argumentos que fundamentaram a criação da Casa da Ciência e da Cultura de Barbacena, Minas Gerais	106
Diagrama 2	Aspectos chave e direcionais da Imersão desenvolvida no VII Festival Nacional de Música Popular Livre de Barbacena, seguindo as perspectivas da Pesquisa Narrativa	116
Diagrama 3	A dádiva expressa a partir da hospitalidade/recorte de imersão no Instituto Curupira	129
Diagrama 4	Sociabilidade participativa gerada a partir do pertencimento, dos vínculos e da doação a partir da noção de heterogeneidade e dívida mútua positiva	136
Diagrama 5	Sociologias para a Ecologia Urbana, com base no associativismo ambiental	151

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
M.A.U.S.S	Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais – Francês
ODS	Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (da Agenda 2030, ONU)
ONU	Organização das Nações Unidas
PN	Pesquisa Narrativa (ou Pesquisa de Cunho Narrativo)
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SUMÁRIO

Introdução	12
Das motivações da pesquisa	16
Objetivos	19
Sobre os quatro cadernos que compõem a Tese	20
Etapas Metodológicas e Quadro Teórico Basilar	24
1º Caderno: Sociedade do Risco	37
1.1 Ecologia Urbana e a hostilidade humana em relação ao Meio Ambiente	38
1.2 A trajetória do ambientalismo e da sustentabilidade	48
1.3 A Ecosofia: transversalidades, correlações e o fato associativo	58
1.4 A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e uma discussão sobre Ética e A(fé)to	65
2º Caderno: Sociedade da esperança	76
2.1 Associativismo Ambiental, ONGs, e a relação com a dádiva e a ecopedagogia	77
2.2 Discutindo alguns movimentos Associativísticos Ambientais: Greenpeace, Projeto Tamar e Instituto Curupira	89
2.3 Mapeamento Ecocultural: <i>observar para entender, identificar para mapear e propor para agir</i>	97
2.4 Criação e Desenvolvimento de uma Instituição a partir do Mapeamento Ecocultural: a Casa da Ciência e da Cultura de Barbacena, Minas Gerais	103
3º Caderno: Experiência Prática com Associativismo Ambiental	111
3.1 Características gerais da imersão realizada no Instituto Curupira entre Janeiro e Maio de 2021	112
3.2 Experiência associativística na equipe de Produção do Festival	118
3.3 Mapa de afetos e as dimensões da hospitalidade a partir da identificação coletiva	123
3.4 Heterogeneidade e dívida mútua positiva nas sociabilidades percebidas na experiência imersiva na ONG	131
4º Caderno: Por uma Epistemologia da Existência Ambiental - sociologias para a Ecologia Urbana	138
4.1 O dilema moderno da Existência Ambiental	139
4.2 Direito dos Povos e Democracia como condições para para o Futuro	143
4.3 As 5 sociologias para a Ecologia Urbana e uma questão epistemológica	147
4.4 Um Tratado para a Existência Ambiental	158
Conclusão	167
Referências	169



Figura 1

INTRODUÇÃO

A consciência da complexidade nos faz compreender que não poderemos jamais escapar da incerteza e que jamais poderemos ter um saber total: a totalidade é a não verdade (MORIN, 2008,p.26)

Discute-se, na contemporaneidade, as diferentes estratégias que a humanidade precisa adotar no sentido de uma atuação planetária que seja mais equilibrada, inteligente e sensível, diante dos cataclismos ambientais e socioambientais avolumados nas recentes décadas. A sustentabilidade, como campo de saberes e práticas, tem sido compreendida como um dos maiores expoentes conceituais e epistemológicos na busca pela redução dos impactos ambientais de origem antrópica ao planeta, aos ecossistemas, à diminuição das desigualdades sociais, mas tem sofrido críticas, sobretudo por certa hegemonia das discussões, pelo ideário de ambiente, economia e sociedade apregoado a partir dos modelos de desenvolvimento sustentável utilitaristas dos países ditos de “primeiro mundo”.

Principalmente a partir dos anos de 1960, concomitantemente ao crescimento das perspectivas críticas de contracultura, despontaram pelo mundo movimentos coletivos com contundentes perspectivas sociopolíticas e ecosóficas de associação de pessoas, direcionados para diversas causas, sendo uma delas, talvez a mais proeminente, o ambientalismo. Nesse contexto, não apenas ciências interdisciplinares surgiram, como a Ecologia Urbana, no âmbito das discussões sobre complexidade e transdisciplinaridade, mas também importantes eventos e manifestos para discussão das questões ambientais, grande parte deles decorrentes exatamente da pressão popular e, mesmo, pela presença mais marcante de cientistas e pessoas de diferentes setores da sociedade em debates desse cunho.

Os eventos de característica ambiental, ocorridos entre as décadas de 1970 e 1990, foram marcados por perspectivas esperançosas de um século XXI (que estava chegando) no qual a humanidade poderia ser sustentável, como se pôde notar desde a Conferência de Estocolmo (1972) e o relatório de Brundtland (1987), à Eco 1992 (1992) - com a Agenda 21 - e a própria Carta da Terra (2000). Entretanto, nos últimos anos, documentos globais como os IPCC (Painéis Climáticos Globais) e a Agenda 2030 (2015), e também eventos como a Rio + 20 (2012), a COP 26 (2021) e COP 27 (2022), mostraram que há muito ainda o que se fazer. Na verdade, evidenciam que, apesar de tamanha discussão, aspectos como a redução de áreas verdes/desmatamento, emissão de gases de efeito estufa, mudanças climáticas, desigualdade social (com persistência da fome e miséria) ainda se mantêm, inclusive, com elevadas taxas de crescimento, o que favorece argumentar que a hostilidade (DERRIDA, 1993) para com o planeta, numa escala sistêmica, tem sido um paradigma decorrente de uma construção socio-histórica¹ e amplamente apoiado pelos processos civilizatórios globalizantes.

¹ Na Tese, utiliza-se o conceito “socio-histórico” sempre no sentido das relações sociais e as suas complexidades, marcadas por contextos políticos, econômicos, culturais, ambientais, tecnológicos, dentre outros.

Nesse âmbito, uma pergunta pune: o que houve de positivo nas últimas décadas, dentro dessa discussão, que seja capaz de lançar perspectivas de esperança de que realmente a humanidade possa caminhar, no agora e no futuro, para uma realidade na qual a sustentabilidade não seja apenas um termo “esvaziado”, ou transfigurado para interesses alheios a ele próprio? Trata-se de um painel crítico quanto à validade desse conceito. É possível, inclusive, arrazoar que ele jamais foi atingido diante da usurpação por diferentes abordagens calcadas em processos de comodificação da natureza (PIPAUS, 2021). Tendo-se em vista outras vertentes propositivas, como mesmo a Ecologia Profunda, Desenvolvimento Leve, Decrescimento (ACOSTA; BRAND, 2018), é possível acreditar (e/ou defender) que a associação humana, seja entre a ciência e a política, seja entre os cidadãos e uma visão crítica de suas realidades a partir de coletivos, é capaz de conduzir o Sapiens a modelos de existência mais relacionais com a natureza. Os métodos para se atingir esse tipo de racionalidade é que se mostra uma das mais significativas questões da Modernidade, ou da Modernidade em Crise.

Esta pesquisa propõe que o Associativismo Ambiental, cuja gênese deu-se, sobretudo, nos movimentos de contracultura principiados nos anos de 1960 e de 1970, é um dos mais significativos espaços de esperança (HARVEY, 2004) e de resposta à sustentabilidade na atualidade. Considerando o conceito de ressonância² de Harmut Rosa (2019), também é possível compreender o fato associativo como uma variedade de fenômenos decorrentes das inquietações alavancadas pelos processos gerais de discutibilidade acerca das possibilidades de construção de panoramas globais de maior equidade social e equilíbrio ecossistêmico.

Foram diversas ONGs³ surgidas e que ainda estão despontando, num perfil interessante de questionamento e proposição de valores, saberes e práticas ambientais, com amplo espectro no que se refere ao direito ambiental, alteridade, ressignificação do paradigma e ideário da natureza, do espaço, do tempo, da cultura e do ser coletivo. Mais que isso: o aspecto de manifesto público e o desenvolvimento de metodologias sociais, pela maioria dessas associações, motiva correntes propositivas que se desenham local e globalmente.

Pesquisa prévia mostrou que significativa parcela dessas articulações de pessoas que se

² Em sua teoria da ressonância, Rosa (2019) reflete criticamente sobre as possibilidades de construção de realidades nas quais os padrões não sejam a dominação, o controle e a angústia, mas o escutar e responder: a ressonância do contato e da experiência com/do mundo. Elabora “uma sociologia da ressonância que estuda as condições sociais nas quais o mundo nos fala, ou permanece indiferente a nós.” (ROSA, 2019, s/p). Por esta razão também optou-se por, evidenciar nas motivações da pesquisa, a minha experiência de vida, o que motivou este estudo, tal como preconizam Clandinin e Connolly (2011).

³ Notou-se, desde os delineamentos iniciais, que significativa parcela dos movimentos associativísticos ambientais do século passado e contemporâneos identificam-se como Organizações não Governamentais (ONGs), devidamente regularizadas conforme legislações específicas em seus países e na figura de associações de pessoas (inclusive no Brasil). Por isso, optou-se por focar discussão a partir de ONGs. Também existe diferença entre associativismo e cooperativismo.

ajuntam em prol de causas comuns apresenta forte relação com a cultura e com o uso de espaços públicos (seja para manutenção de suas sedes ou pontos de encontro, movimentos de rua, manifestos; seja para a implementação de projetos e ações de questionamento e proposição, por exemplo).

A Ecologia Urbana é uma ciência relativamente nova e que surgiu exatamente das demandas discutidas até aqui. É fundamental nesta pesquisa, pois está diretamente associada ao mesmo contexto que deu o “pontapé” mais significativo ao ambientalismo, ecologismo e associativismo. A humanidade dobrou em quantidade de pessoas apenas nos últimos 40 anos, aumentando a pressão sobre os recursos naturais, sobre a morfologia urbana e a dinâmica das cidades, segurança alimentar, áreas verdes, dentre tantos outros aspectos ambientais. Como é possível mitigar os impactos ecológicos provocados pela humanidade aos ecossistemas entendendo a dinâmica das sociedades e suas relações com a natureza, dentro das cidades, que são fontes de um suposto desenvolvimento cultural e simbólico da história humana?

Toda urbe está dentro de um bioma, de um ou vários ecossistemas, ou de ecótonos, e entender isso como fator precípua para a conservação da natureza e para qualidade de vida das pessoas e os outros seres é elementar. No entanto, a Ecologia Urbana carece de mais estudos que busquem partir do fazer humano, do entendimento das relações e estruturas sociais, de forma convivialista (MARTINS, 2002) e sistêmica (MORIN, 2000); das condições culturais da sustentabilidade do desenvolvimento e de uma sociologia voltada para seu *modus operandi*.

Se os cataclismos ambientais e ecológicos já em curso, incluindo a elevada taxa de extinção de espécies e as mudanças climáticas, têm como fator desencadeador exatamente a própria humanidade, significa que é preciso mudar o comportamento humano global. Em face a todos esses apontamentos, esta pesquisa lida com a transdisciplinaridade das questões ecológicas a partir da correlação e discussão dos conceitos: Associativismo Ambiental, fato associativo, dádiva (ou sociologia da dádiva), ecopedagogia, ecosofia, hospitalidade, hostilidade e Ecologia Urbana (aqui as urbanidades/ambiente construído). Outras conceituações advêm dessas concepções consideradas chaves e de reflexões e proposições favorecidas pelo quadro teórico selecionado, como as ampliações acerca do Meio Ambiente e sociocultura, sustentabilidade (ressonância/resposta à sustentabilidade, dissonância criativa), racionalidade ambiental⁴ e sociedade de futuro/cidadania planetária (daí a epistemologia da/para Existência Ambiental). É preciso romper as barreiras disciplinares impostas pelas áreas do conhecimento

⁴ A Racionalidade Ambiental é proposta como possibilidade de restauração da “organicidade entre natureza e sociedade, transcendendo o predomínio do uso instrumental da razão ao compreender o ambiente como complexidade” (NABAES; PEREIRA, 2016, s/p).

para lidar com a existência de forma transversal; as sociologias participativas são alternativas significativas, neste sentido.

Das motivações da pesquisa

Esta Tese de doutoramento foi desenvolvida por meio do Programa de Pós Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (UFMG) e também variados fatores que marcaram a minha vida, sobretudo a profunda investigação começada há cerca de 10 anos, com características interdisciplinares (e também transdisciplinares), que extrapolam o universo da realidade acadêmica.

Em meados de 2010 comecei a pensar em metodologias de Educação Ecológica Alternativa que pudessem oferecer saberes e estímulos ambientais não tradicionais (para além dos conhecimentos oferecidos no processo escolarizante formal). No íntimo dos anseios de um jovem que sentia a vontade de criar, de propor caminhos para sua comunidade, a questão da coletividade começava a se avolumar como mais que reflexões, ou, ideologia. Interessava-me o contato com a terra, a natureza, a fertilização de ideias entre pessoas e com as pessoas; a geração de projetos de resistência sociocultural que fossem localmente situados.

Na mesma época eu trabalhava como Agente Comunitário de Saúde, no “Postinho” (Unidade Básica de Saúde) do bairro Santo Antônio, em Barbacena, Minas Gerais. Uma das mais marcantes funções que eu desenvolvia era visitar, conhecer e acompanhar as famílias e suas “saúdes”. De porta em porta, percebi, trabalhando dentro de uma instituição pública, que a saúde era bem mais que ausência de doenças. Senti na prática do contato vívido com centenas de famílias, a maior parte carentes, a dádiva da troca, da reciprocidade, do afeto daqueles que “muito pouco” têm a oferecer nesta perspectiva utilitarista, economicista e hostil do mundo capitalista. Por outro lado, recebia o “cafezinho”, o abraço, uma mudinha de planta aqui, um presentinho singelo ali: já me questionava, e afetava-me, àquele tempo, sobre a reciprocidade. Quantas e quantas pessoas me retribuía a visita e os conselhos em saúde com o olhar, o afago, o reconhecimento e a conversa no sofá da sala.

Naquele contexto, eu não imaginava que, cerca de 10 anos depois, eu poderia estar cursando Doutorado numa instituição como a UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e que conheceria os pressupostos da dádiva de Mauss (2008 [1925]) e, mais que isso: lendo e entendendo os estudos deste teórico, e daqueles que mantiveram seu trabalho vivo, notaria que muito do que vivenciei na atuação como profissional de saúde era proximal ao que Mauss trouxera em “O Ensaio sobre a dádiva”, em 1925, afinal, o espírito das coisas não está necessariamente no que é dado, mas no “espírito” da reciprocidade. O que é trocar? O que é

compartilhar? O que constrói o processo cultural da retribuição a algo que foi dado, ou oferecido? Isso tudo é “medível”?

Paralelamente à minha atuação como Agente Comunitário de Saúde comecei os esboços do que, em 2012, viria a se consolidar uma ONG regularmente construída, o Instituto Curupira: Ações Artísticas e Socioambientais (ICASA), um dos focos desta pesquisa e onde realizei a imersão principal, com elementos etnográficos, que será apresentada na Tese. Foram dois anos de muito estudo, telefonemas, viagens para conhecer ONGs pelo país, Ecovilas para, só então, começar a escrever o Estatuto de fundação da entidade, convidar pessoas e fortalecer vínculos. Pouco tempo depois de sua fundação, em maio de 2012, o Instituto Curupira já tinha cerca de 50 voluntários e mais de 200 alunos, com processos de ensino baseados na Arte, na Cultura e em pressupostos Ambientais e Ecológicos.

Em meu primeiro mestrado, na UFSJ (Universidade Federal de São João Del Rei) - Teoria Crítica da Cultura (Letras) - trabalhei com os discursos favoráveis e não favoráveis à obra de transposição do Rio São Francisco. Conheci movimentos coletivos como o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Teólogos da Libertação, como Leonardo Boff, ONGs, Associações Comunitárias que lutavam para que o Velho Chico fosse conservado; para que a Cultura e a Ecologia do rio não fossem desconsideradas no contexto daquele grande empreendimento governamental e empresarial.

Entendi, junto a esse projeto de mestrado, e com o começo da evolução do Instituto Curupira, do qual era fundador, associado e diretor, que pessoas juntas, fortalecidas por ideologias baseadas na identidade, na territorialização afetiva, em perfis comunais de existência e resistência, eram importantes aspectos a serem considerados diante das prerrogativas tão apregoadas da sustentabilidade. Cheguei a participar da Rio + 20, na cidade do Rio de Janeiro, em 2012 e como foi bonito notar, ainda que em meio a estruturas hegemônicas, as vozes de povos indígenas, de líderes das favelas, quilombolas, ONGs e várias outras lideranças não tradicionais, de nações da maior parte do mundo.

Eu me desliguei do “Postinho” de Saúde, mas, de certa forma, o Agente Comunitário ainda habitava em mim. Ainda habita. Pelo Instituto Curupira, vários projetos se fortaleceram em nível nacional: começamos a produção de dois grandes festivais que ainda hoje ocorrem: o Festival Nacional de Teatro de Barbacena e o Festival Nacional de Música Popular Livre de Barbacena, ambos principiados entre 2013/2015 e que são baseados, totalmente, em voluntariado e associação de pessoas. Nesses eventos, geralmente “trabalham” cerca de 50 indivíduos, com diferentes funções, formações, experiências de vida e entende-se que são

Escolas Abertas de Afetos e Estímulos Ambientais (CURUPIRA, 2020). Mas, como educar pode ser bem mais que estar assentado em uma cadeira escolar diante de um docente? Como estimular para a sustentabilidade passa, insofismavelmente, pelo sentimento, pelos sentidos? Eram inquietações que nos moviam como coletivo e que nos fizeram desenvolver metodologias não só em Barbacena, mas também em outras partes do país e do mundo.

Em 2018 terminei meu segundo mestrado (em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade, também na UFSJ) e minha segunda graduação (Ciências Biológicas). Nesta outra dissertação trabalhei com três ONGs ecoeducativas brasileiras, mas para chegar até elas, tive que entender sobre cerca de trinta dessas entidades, com esse perfil, em território nacional. Isso me motivou a, no Doutorado, buscar defender a Tese de que o Associativismo Ambiental é importante resposta à sustentabilidade, ainda que este termo esteja “esvaziado” diante do uso incoerente por parte de diversos setores da sociedade. Além disso, como biólogo e estudioso da Ecologia nas cidades, de urbes mais ecológicas, que favoreçam a vida (humana e não humana), acredito e proponho aqui, neste estudo, que o fato associativo, com perspectiva ambiental e ecosófica, é importante contribuição para o campo da Ecologia Urbana, sobretudo por sua dimensão multi e interdisciplinar, resiliente e fortemente alicerçado em racionalidades e inteligências calcadas nas experiências micrológicas, políticas e identitárias (GUATARRI; ROLNIK, 1986) de pessoas em diversas partes do mundo.

Por isso, decidiu-se que, além de uma pesquisa que “desse conta” de trazer à discussão pressupostos maussianos⁵, como a dádiva e vertentes da hospitalidade (sobretudo entendendo as hostilidades humanas para com o planeta e para com a própria espécie), relacionando com as questões do associativismo, sobretudo de escopo socioambiental e ecológico, poderíamos trazer à baila as minhas experiências práticas de participação voluntária no cerne de uma ONG consolidada, em funcionamento e cujo *modus operandi* é baseado exatamente no voluntariado (economia do dom). A ecopedagogia se articulou também, neste intento. Realizou-se imersão na ONG em 2021, em um dos eventos mais significativos da Organização, baseado no voluntariado, o VII Festival Nacional de Música Popular Livre de Barbacena, realizado entre os meses de janeiro e maio. Como consequência de todo esse processo, também nos dispomos

⁵ Marcell Mauss (sociólogo e antropólogo francês) publicou em 1925 o “Ensaio sobre a dádiva”, um importante estudo de cunho antropológico e sociológico sobre as interações sociais compreendidas como dádivas, estabelecidas a partir das relações de troca (*dar, receber e retribuir*) entre grupos sociais, em sistemas de economia social, reciprocidade, solidariedade, ou, eventualmente, também o agonismo e a hostilidade. É um estudo que traz o debate sobre as origens do Contrato Social, estabelecimento de alianças, proteção e assistência mútuas. Por esse motivo a dádiva (que também é compreendida por neomaussianos como Dom), hoje ainda reverberada a partir de outros teóricos, é um conceito relevante para esta Tese e é proposta em articulação direta com a ecopedagogia.

a articular uma Epistemologia da Existência Ambiental, a partir de 5 sociologias para a Ecologia Urbana e um Tratado para a Existência Ambiental.

Objetivos

O objetivo central desta pesquisa é discutir o Associativismo Ambiental e o fato/pacto associativo, a partir de ONGs de cunhos ecológicos, ecosóficos e ecoculturais, entendendo-os como resposta/ressonância da sustentabilidade. É proposto que a construção de racionalidades ambientais alternativas, geradas pelo associativismo, figuram como importante trincheira/espço de esperança e construção de comportamentos ambientais humanos ecologicamente coerentes, respondendo diretamente à prerrogativas de sustentabilidade e fortalecendo as perspectivas de uma reapropriação social e cultural da natureza, necessárias para uma sociologia (ou sociologias) da/para Ecologia Urbana.

Como objetivos específicos, optou-se por, *a priori*, recorrer-se a perspectivas mais teóricas e, *a posteriori*, mais imersivas e interpretativistas. Por isso, o primeiro deles fundamentou-se na 1) *revisão* de literatura e *construção crítica* propositiva que trouxessem a atualidade das discussões acerca da dádiva, do fato/pacto associativo (compreendido como parte do Paradigma da dádiva), economia do dom, da ecopedagogia, urbanidades, ecosofia e Ecologia Urbana e que favorecessem construir uma sistematização acerca da trajetória do ambientalismo e da sustentabilidade, sobretudo, na segunda metade do século XX.

A partir disso, foi intento 2) *discutir* o associativismo ambiental como importante recurso humano na contemporaneidade para a geração de valores e saberes ambientais, buscando entender o ato das pessoas se unirem em prol de causas ambientais e socioambientais como importantes estratégias de reapropriação social da natureza (ou do conceito/senso de natureza) e desenvolvimento de uma ética (epistemologia) ambiental que seja capaz de orientar práticas humanas que realmente conduzam à sustentabilidade (há espaços de esperança, sobretudo no associativismo ambiental). Por este motivo, a dádiva, aqui, foi fundamental.

Identificou-se ONGs que tivessem surgido no contexto do despontar do ambientalismo e que ainda hoje buscam construir/ ressignificar diferentes aspectos do comportamento humano em relação ao planeta, aos ecossistemas, às pessoas e que tenham projetos desenvolvidos dentro do contexto urbano. Esse anseio visou confirmar a hipótese de que o associativismo ambiental é uma resposta à sustentabilidade (compreendendo-a a partir da inter/multi/transdisciplinaridade) e entender um pouco mais do contexto global do associativismo, discutindo também acerca de micropolíticas (GUATARRI; ROLNIK, 1986), identidades de resistência e dissonância criativa. Daí também o intento de produzir modelo de Mapeamento

Ecocultural com aplicação efetiva na criação da Casa da Ciência e da Cultura de Barbacena, Minas Gerais.

Então, propôs-se 3) *desenvolver* imersão a partir da Pesquisa de cunho Narrativo, de Experiência de Vida (CLANDININ; CONNELLY, 2011), com elementos de pesquisa etnográfica, do autor desta Tese, dentro do Instituto Curupira (ICASA), durante a produção, via associativismo e voluntariado, do Festival Nacional de Música Popular Livre de Barbacena, MG, 2021. Foi desígnio, dentro do campo epistemológico da pesquisa, que houvesse o olhar e vivência do pesquisador sobre sua atuação e acerca do trabalho coletivo e associativístico desenvolvido no ICASA, cujo estatuto de fundação, ações e projetos, buscam conciliar a discussão ambiental ao estabelecimento de processos educativos ambientais alternativos via arte e diversas outras linguagens, com cunho urbano e afetivo.

Como últimos objetivos específicos, tem-se: 4) *relacionar* o associativismo ambiental a prerrogativas da Ecologia Urbana, compreendendo essa cooptação (articulação, troca, simbiose) como possibilidade para tecer ampliações de perspectivas sobre as condições culturais, humanísticas, do desenvolvimento sustentável e da própria Ecologia Urbana (no rol do Ambiente Construído e do Patrimônio Sustentável); e 5) *propor* uma Epistemologia da Existência Ambiental, a partir de 5 sociologias para a Ecologia Urbana e um Tratado para a Existência Ambiental, compreendendo-os como contribuição ao conhecimento científico de abordagem inter e transdisciplinar ao qual o estudo está indissociavelmente ligado.

Sobre os quatro cadernos que compõem a Tese

A Tese está organizada em quatro Cadernos⁶: **1) Sociedade do Risco; 2) Sociedade da Esperança; 3) Experiência Prática com Associativismo Ambiental e 4) Sociologias para a Ecologia Urbana e um Tratado para a Existência Ambiental.**

O **Primeiro Caderno** versa sobre a trajetória do Ambientalismo e da Sustentabilidade e discussão acerca da Ecologia Urbana, com pinceladas sobre os contextos da Contracultura do Pós Segunda Guerra Mundial (que gerou as bases para o Associativismo Ambiental na modernidade), tendo como recurso teórico também a Ecosofia, que reflete criticamente sobre a antropoética⁷ da transformação ambiental e humana do século XX, sobretudo no recorte de transição para o século XXI. Por isso, também foi construído um quadro com os principais

⁶ A escolha pela nomenclatura “Cadernos”, e não Capítulos, deve-se pelo entendimento de que em cada um desses Tomos há discussões que chegam em conclusões relevantes e que, ao final de todo o processo, mostram-se partes elementares para a Tese. Sendo a pesquisa marcada por processos metodológicos baseados na articulação de conceitos (segundo Bardin, 2011) e também na Pesquisa de cunho Narrativo, com elementos etnográficos, acredita-se que essa proposição seria também mais estética e funcional.

⁷ Antropoética: no sentido proposto por Morin (2000).

marcos/eventos/manifestos pró mudança de comportamento ambiental humano, seguindo pressupostos de Bardin (2011) no que se refere à estruturação da pesquisa. Foi escolha do autor inserir este quadro (2) dentro do Primeiro Caderno, para que, como também preconiza Bardin (2011), o leitor tenha recursos visuais e noção de conexão entre o texto e o que está sendo mostrado na sistematização. Como são informações relevantes ao Caderno, coloca-las em Apêndice poderia tornar as associações e reflexões mais “dissociadas”.

A obra “As Três Ecologias”, de Guatarri (1989), foi escolhida na proposição do pensamento ecosófico (ao qual alinou-se às perspectivas da dádiva, do fato/pacto associativo e da ecopedagogia) e uma análise geral da Agenda 2030 da ONU (2015) também foi estabelecida, já que esse é o documento global mais atual, elaborado também junto à sociedade civil e que discute perspectivas ambientais e de sustentabilidade. Todo esse emaranhado de articulações está intrínsecamente conectado à Ecologia Urbana (e entende-se serem, diretamente, contribuições à mesma).

O **Segundo Caderno** debate as perspectivas do Associativismo Ambiental como dádiva, debruçando-se sobre o fato/pacto associativo (CAILLÉ, in MARTINS, 2002/ MARTINS, 2002) como resposta à hostilidade (e crise da cultura da hospitalidade)⁸. Exatamente como articulação propositiva, a ecopedagogia (GADOTTI, 2000) é utilizada em seu conjunto de princípios para discutir e propor o Associativismo ambiental como parte fundamental de uma Sociedade da Esperança, tendo a dádiva como Terceiro Paradigma e a partir do que se concebe ser a Terra como Paradigma. Aqui, a relevância da Cidadania Planetária, um recorte categórico proposto, *a priori*, por Gutierrez; Prado (2013). É importante, neste Tomo: a tipologia dos movimentos sociais (TOURAINÉ, 1965) (CASTELLS, 1999) e a dissonância criativa (liberdade, identidade e criatividade) no relacionar com a dádiva e relações assimétricas de doação voluntária.

Logo a seguir, estuda-se, em específico, três ONGs reconhecidas por seus processos de voluntariado pró Meio Ambiente (Greenpeace – *de caráter internacional* - Projeto Tamar – *de espectro nacional* - e Instituto Curupira – *de âmbito local/regional*). Acredita-se que a Ecologia Urbana pode evoluir a partir de aspectos específicos apontados pelo estudo acerca do *modus operandi* e das *práxis* desses movimentos associativísticos ambientais e este Caderno oferece recursos interdisciplinares a partir do escopo proposto, buscando, também, propor um senso de

⁸ Relevante distinguir hospitalidade de hospitabilidade. Segundo Lashley; Morrison (2000) a hospitalidade pode ser entendida como uma característica fundamental, onipresente na vida humana, assumindo diversas nuances das *práxis* sociais; depende dos contextos. Já a hospitabilidade pressupõe o fato das pessoas serem hospitaleiras, receptivas. Por isso, na Tese, o conceito de hospitalidade é o mais trabalhado, em toda a sua complexidade, interculturalidade e em diálogo com as questões ambientais e ecopedagógicas.

desenvolvimento das cidades que as considere ambientes, sobretudo, para pessoas e os outros seres vivos (BiodiverCidade), e não prioritariamente para o concreto, o asfalto e os automóveis. Processos do que se denomina ser Mapeamento Ecocultural e a proposição/criação da Casa da Ciência e da Cultura de Barbacena, como parte dos pressupostos desta Tese, também são desenvolvidos.

O **Terceiro Caderno**, por sua vez, é construído a partir de imersão vivencial do autor da Tese no Instituto Curupira (ONG em formato de Associação – Coletivo de pessoas, baseada no voluntariado, com propósitos ambientais e ecoculturais). Além da experiência que é trazida ao texto pelo olhar de quem faz, voluntaria-se e cria (CLANDININ; CONNELLY, 2011) um movimento associativístico que se mantém a partir de perceptíveis relações de mutualidade, retribuição e doação – economia do dom/dívida múta positiva (GODBOUT, 1997) a causas não meramente utilitaristas, prática imersiva foi realizada durante o VII Festival Nacional de Música Popular Livre de Barbacena, MG (CURUPIRA, 2021), que, realizado durante a Pandemia provocada pela Covid 19, exigiu ainda mais dos pressupostos ideológicos e associativísticos da ONG. Sofrimento, doação, reciprocidade, hospitalidade e resiliência diante das adversidades foram alguns dos aspectos notados e que contribuem para a articulação da defesa principal deste Caderno.

A partir dos pressupostos da Pesquisa Narrativa e da dádiva (com recorte na generosidade e reciprocidade), entende-se que a tríade *dar*, *receber* e *retribuir* proposta por Mauss (2008 [1925]) é aspecto chave para a ampliação/defesa do paradigma da dádiva, sobretudo na relação do dom (GODBOUT; CAILLÉ, 1997), na inspiração e trocas que vão para além da lógica mercantilista e de encontro à hostilidade (DERRIDA, 1992). O que move pessoas a se tornarem voluntárias? O que “ganham” em troca? O que oferecem? Como se dão as relações sociais? Fundamental, aqui, as contribuições de Caillé (in MARTINS, 2002) acerca da tipologia das associações e de Godbout (in MARTINS, 2002) acerca da dívida mútua positiva. Discute-se, e propõem-se, três espectros sociais, que favorecem discutir e defender que as relações de dádiva e hospitalidade/associativismo deste coletivo de pessoas se dão a partir de 3 conceitos chave, que se interconectam (inter e transdisciplinarmente), favorecendo a manutenção e sustentabilidade das atividades voluntárias do Instituto Curupira: pertencimento, vínculos e doação.

O **Quarto Caderno** traz a proposição de uma Epistemologia para a Existência Ambiental, a partir de 5 sociologias para a Ecologia Urbana: 1) Reapropriação do sentido sociocultural da natureza; 2) sociologia de resgate dos sentidos coletivos e associativísticos; 3) Existência Ambiental como dádiva; 4) Ecologia da/para paz e 5) Ecologia como suporte para a

Liberdade. A partir destes propósitos de cunhos humanísticos, articula-se, ao fim, um Tratado para a Existência Ambiental, entendendo-o, junto às 5 sociologias, como contribuições desta Tese para a Ecologia Urbana em seus mais significativos desafios: o trato com o fator humano e a geração de racionalidades e inteligências ambientais sustentáveis.



Figura 2

ETAPAS METODOLÓGICAS E QUADRO TEÓRICO BASILAR

"Pensar em métodos é também pensar na relevância social da pesquisa e sua importância no contexto do estudo"
(CLANDININ;CONNELLY, 2011,p.145)

Para fundamentar o estudo recorreu-se, sobretudo, a teóricos que continuam discutindo as perspectivas maussianas, num contexto contemporaneizado, como Martins (2002), Caillé (2002) e Godbout (1992)⁹ e teóricos que dialogam, transversalizam, tais perspectivas, a partir de profundas discussões acerca da necessária mudança de comportamento e racionalidade humanas em relação à Terra, aos ecossistemas e à própria humanidade.

Optou-se pela cooptação entre princípios da ecopedagogia, ou “Pedagogia da Terra”, articuladas por Gadotti (2000), juntamente ao proposto por Morin (2000) (2008), Capra (1982), Maturana; Varela (1982) que discorrem sobre complexidade, sistemicidade e antropológica da vida e da vida humana. Guatarri (1989), Harvey (2004), Niemela (2011), Rogers; Gumuchdjian (2005), Touraine (1965) e Castells (1999) foram escolhidos por suas abordagens acerca de diversos âmbitos do fazer político ecológico, Ecologia Urbana e também a noção da identidade de movimentos sociais e suas tipologias.

Vários foram os autores que também auxiliaram no corpo teórico desta Tese, mas, esses mencionados foram os basilares. Para se concomitar pressupostos ecopedagógicos e da dádiva, um Mapa de Conceitos estrutural foi estabelecido ainda no começo da pesquisa, como está disposto nos Métodos. Este Mapa, baseado em estímulos da obra de Gil (1985) e Deleuze; Guatarri (1995), foi elementar para conferir coesão e coerência as recortes teóricos e discussões práticas do trabalho.

Popper (1993) e Latour (2012) são dois teóricos que discutem a epistemologia da Ciência e cujas reflexões favoreceram escolher a divisão da pesquisa em Cadernos e o protagonismo do agente da pesquisa dentro de perspectivas das Ciências Sociais e que corroboram para o questionamento acerca da suposta neutralidade do pesquisador e do distanciamento dele para com seu objeto de estudo. Logo, a posição do pesquisador desta Tese não é de um observador externo e não interveniente, mas de alguém que construiu e foi construído pelos processos de estruturação da pesquisa e de sua história e que também é carregado de incertezas (LATOURE, 2012) *a priori*, que permitiram o movimento rizomático e cartográfico (DELEUZE; GUATARRI, 1995) na busca por respostas e contribuições dentro das epistemes às quais está conectado.

Ao longo dos Cadernos articularam-se os pressupostos teóricos do estudo conjuntamente ao que se defende em cada Tomo e, por este motivo, e objetivando maior aprofundamento argumentativo, parte de uma pesquisa interpretativista de doutoramento,

⁹ Relevante destacar aqui as discussões acerca do Sistema Social da dádiva trazida por esses e outros teóricos a partir do M.A.U.S.S (Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais), francês. Os Manifestos Convivialistas, articulados com pressupostos da hospitalidade, também são pertinentes.

optou-se por não se ter um Caderno a parte apenas discutindo autores que contribuem teoricamente para o Estudo. Importante destacar também que foi desígnio do autor desenvolver linguagem que pudesse ser acessível a diversas pessoas, independente de formação acadêmica, num direcionamento apetejado pela ciência cidadã e focado na divulgação científica.

Falar dos procedimentos/etapas metodológicas que orientaram esta pesquisa é marcar o seu campo epistemológico, hermenêutico e, também, evidenciar para o leitor os eixos que permitiram que ocorresse de forma organizada e sistemática (GIL, 1985). É preciso, outrossim, defender a perspectiva qualitativa e interpretativista do estudo, com significativa articulação de autores, conceitos e prática narrativa imersiva para a experimentação que pretende gerar proposição da Tese principal. Nesse âmbito, entendendo o pesquisador e o objeto de pesquisa como “partes” não dissociadas, e sim imbricadas e historicamente contextualizadas (POPPER, 1993), optou-se também pela Pesquisa Narrativa (PN) (CLANDININ; CONNELLY, 2011) e Demo (1986) como rumo metodológico, permitindo recursos para a perspectiva da vivência e história de vida do autor na experiência imersiva no Instituto Curupira e discussões advindas dela. As três etapas iniciais estabeleceram a organização dos dois primeiros Cadernos. As duas últimas etapas, por sua vez, ampararam a construção dos dois últimos. Todas estas fases de pesquisa foram sequenciais e co-dependentes umas das outras.

A **primeira etapa** foi orientada por pressupostos de Bardin (2011), inseridos no rol do que se denomina ser Análise de Pesquisa e com amparos estruturais baseados em Gil (1985). Teve como foco a revisão sistemática de literatura para se conhecer o estado da arte dos campos principais do estudo e organização de documentos elementares¹⁰ (com atenção às fontes primárias). Definiu-se, também, nesta fase, o objetivo geral e os objetivos específicos (conforme já discutidos na Introdução). Cabe frisar que foi escolha do pesquisador ter, desde o Primeiro Caderno, uma perspectiva crítica com evidente “colocação enunciativa como pessoa que pesquisa e age no mundo” (DEMO, 1986, p.23) e, por isso, ele não é apenas uma Revisão Bibliográfica.¹¹ Bardin (2011) propõe o Desenvolvimento de uma Análise de Pesquisa, que, segundo ela, precisa ter como fases a (1) pré - análise, a (2) exploração do material e o (3) tratamento dos resultados e interpretações, conforme figura abaixo:

¹⁰ Dentre os documentos de fontes primárias, pode-se citar: estatuto de fundação associativística do Instituto Curupira, regimentos internos, planos pedagógicos, atas de eventos nacionais socioambientais e ecosóficos realizados, dentre outros. Nesta etapa da pesquisa solicitou-se autorização da ONG para o uso destas documentações e também ciência para a realização do estudo com base em materiais da instituição disponíveis na internet e em seu site e mídias sociais.

¹¹ Também se preferiu, em escala de importância (GIL, 1985), problematizar a questão do Desenvolvimento Sustentável ainda no Primeiro Caderno, levando-se em consideração outros aspectos de compreensão da construção de uma sociedade de futuro (MORIN, 2000), como o Decrescimento, Desenvolvimento Leve (LATOUCHE, 2009) dentre outros.

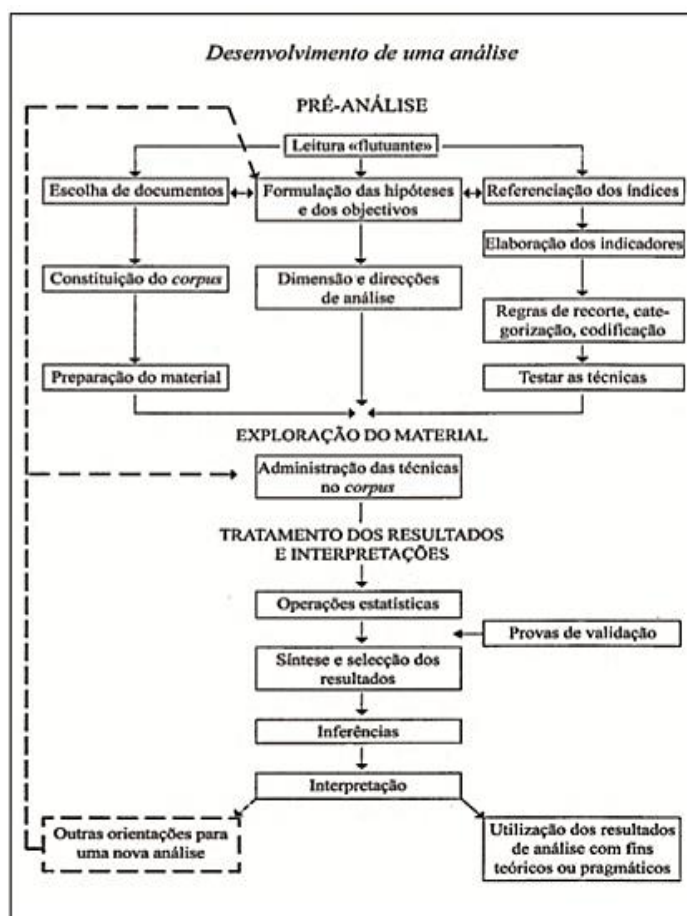


Figura 3: o Desenvolvimento de uma Análise de Pesquisa, proposto por Bardin (2011, p.102)

A Análise de Conteúdo foi utilizada para a organização do material em geral da Pesquisa¹², constituição dos *corpora*, formulação da pergunta matriz, hipóteses e processos de leitura flutuante, o que contribuiu para o “onde se quer chegar” (BARDIN, 2011, p.96) e para recortes, indicadores, dentre outros. Os resultados mais proeminentes deste estudo são de carácter qualitativo e interpretativista. Na Pré - análise, *a priori*, definiram-se como perguntas direccionantes da/para pesquisa: 1) compreendendo o fato/pacto associativo como dádiva, é possível propor o Associativismo Ambiental contemporâneo como, além de uma resposta/ressonância à sustentabilidade, gerador de propostas e contribuições para a Ecologia Urbana? 2) é cientificamente viável relacionar, de forma não utópica, pressupostos da dádiva maussiana a princípios da ecopedagogia numa perspectiva de complexidade? Será factível articular, como Tese, uma Epistemologia da Existência Ambiental, que possa concatenar

¹² Por isso não se optou pela Análise do Discurso e sim pela Análise de Conteúdo (embora ambas tenham similaridades)

diferentes áreas e saberes (interdisciplinaridade), discutindo a hostilidade para com o ambiente e a problematizando no rol de possíveis sociologias para a Ecologia Urbana?

A partir de então, definiram-se algumas **hipóteses** no escopo do objeto de estudo:

➤ se os mais significativos cataclismos ambientais notados nos recentes séculos foram provocados pela humanidade, e o próprio homo sapiens induz a si mesmo, como espécie, uma crise de hospitalidade, reciprocidade (fatalmente, a hostilidade), propostas contundentes de mudança de comportamento ambiental que possam conduzir à sustentabilidade passam por uma dimensão necessariamente cultural e também ecopedagógica; daí a importância da sociologia da dádiva e sua correlação com as discussões da ecopedagogia;

➤ compreender as inteligências, dádivas (e economia do dom), reciprocidades, micrologias, cosmovisões, geradas por coletivos de pessoas de causas ambientais (Associativismo Ambiental) distribuídos pelo mundo, em diversos contextos, localmente situados, pode representar importante escopo para o desenvolvimento de *práxis* humanas que sejam socialmente equitativas, ecologicamente equilibradas e que conduzam a consciências planetárias e ecossistêmicas;

➤ interpretações que proponham articulações no escopo do Ambiente Construído e do Patrimônio Sustentável, a partir da perspectiva Narrativa e da experiência de vida do autor da pesquisa, que atua diretamente com processos de Associativismo Ambiental em uma ONG, são relevantes recursos para o entendimento do fazer do fato associativo e de suas contribuições para a proposição de sociologias para a Ecologia Urbana;

➤ diante da ausência de discussões complexas que relacionem as diferentes ecologias que marcam a existência humana e não humana, e da necessidade de novos e adaptativos *modus operandi* da sociedade global na Terra, sobretudo nos contextos das cidades, propor uma Epistemologia da Existência Ambiental (a partir da proposição de uma base sociológica para a Ecologia Urbana) é recurso fundamental para as possibilidades, e necessidades, de transformação do comportamento humano em relação ao ambiente.

Essas **hipóteses** foram fundamentais para a estruturação dos métodos. Favoreceram a organização do roteiro geral do estudo, proposição de um projeto associativístico, a Casa da Ciência e da Cultura de Barbacena, além da prática de imersão dentro do Instituto Curupira. Como mostra Gil (1985), pesquisas em campo também devem colocar à prova as hipóteses do pesquisador. Permitiram também, como se verá, a proposta de uma Epistemologia da Existência Ambiental (a partir de 5 sociologias para a Ecologia Urbana e um Tratado para a Existência Ambiental), algo que persevera com o que Bardin (2011), Gil (1985), Demo (1986)

e Clandinin; Connelly (2011) asseveram ser relevante no que se refere às interpretações dos dados/informações/reflexões que gerem proposições decorrentes das experiências tidas no decorrer da pesquisa.

Foram importantes a leitura e fichamento de diversos livros, artigos científicos, dissertações e teses de bancos de dados da Capes, Scielo, Scopus, Plataforma Sucupira, além de periódicos e anais de programas de mestrado e doutorado brasileiros e internacionais. Para direcionar a pesquisa em dispositivos de busca, organizou-se um Mapa de Conceitos, conforme tabela abaixo, no qual também inseriu-se alguns dos livros/obras base teóricas:

Mapa de Conceitos e Categorias Epistemológicas e Metodológicas de Referenciais e Fontes para a Tese		
Conceitos correlacionados	Quantidade de livros, artigos, dissertações e/ou teses consultados	Alguns dos livros/obras base
Ecologia Urbana, Meio Ambiente, Natureza, Sustentabilidade, eventos ambientais e Ecopedagogia	12 livros, 26 artigos científicos 3 dissertações, 4 teses	Deleuze; Guatarri (1995) Gadotti (2000) Ilari (2017) Jari Niemela (2011) Jatobá <i>et al.</i> (2009) Rickleffs; Relya (2016) Rogers; Gumuchdjian (1997)
Associativismo, Associação, Coletivo de pessoas, Cooperativismo, ONG e Ecosofia	5 livros, 4 artigos científicos 5 dissertações, 2 teses	Castells (1999) Francelino (2018) Guattari (1989) Martins <i>et al.</i> (2002) Sebrae (2008) Touraine (1965)
Dádiva e Fato Associativo	7 livros, 12 artigos científicos 3 dissertações, 2 teses	Caillé, in Martins <i>et.al</i> (2002) Cavenaghi (2002) Guy Nicolas (2002) Manifest Convivialiste (2013) Martins <i>et al.</i> (2002) Mauss (2008 [1923])
Hospitalidade, hostilidade, reciprocidade, economia do dom ¹³	5 livros, 10 artigos científicos 4 dissertações, 2 teses	Brusadin;Netto(2021) Derrida (1992) Francelino;Brusadin (2021) Godbout (1992) Godelier (1972) Thompson (1995)

¹³ De acordo com os teóricos da dádiva, economia do dom (GODBOUT, 1997) é uma forma de organização social na qual as pessoas estabelecem doações de bens, serviços, trocas, mas sem que exista expectativa de reciprocidade imediata ou futura, diferentemente do que ocorre num mercado. Isso não significa dizer que não há reciprocidade, mas sim que ela não é “medível” e essa “corrente” vai para além das próprias pessoas envolvidas; é comunitária.

Racionalidade Ambiental, Cultura e Complexidade	9 livros, 22 artigos científicos 6 dissertações, 5 teses	Capra (1982) Gadotti (2000) Gutierrez; Prado (2013) Kagan (2010) Leff (1998) Morin (2000)
Pesquisa Narrativa, Cartografia, Pesquisa Narrativa e História de vida e Análise de Conteúdo	4 livros, 13 artigos científicos 2 dissertações, 2 teses	Bardin (2011) Clandin; Connelly (2011) Deleuze; Guatarri (1995) Gil (1985) Ilho; Teti (2013) Rolnik (1989) Sahlins (1990)

Tabela 1: Mapa de Conceitos e Categorias Epistemológicas e Metodológicas de Referenciais e Fontes para a Tese. **Organização:** próprio autor, 2021.

O Mapa de conceitos foi uma estratégia positiva para a objetividade da pesquisa e foi proposto a partir de estímulos também advindos das perspectivas cartográficas de Deleuze; Guatarri (1995, p.22), entendendo-se que “o mapa é aberto, conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente”. Logo, mapear e organizar a pesquisa a partir dos princípios da horizontalidade, de componentes heterogêneos, favoreceu percepções conectivas, numa perspectiva rizomática, permitindo múltiplas entradas (DELEUZE; GUATARRI, 1995) e a subjetividade do pesquisador.

Tal perspectiva também foi relevante para a experiência imersiva e a escolha pela Pesquisa Narrativa, no Caderno 3. Relevante salientar que “existem tantas cartografias possíveis quanto campos a serem cartografados, o que coloca a necessidade de uma proposição metodológica estratégica em relação a cada situação ou contexto a ser analisado” (ILHO; TETI, 2013, p. 46). Estas cartografias possibilitaram a conexão dos pressupostos da dádiva, da ecopedagogia e da experiência sensível para/dentro da Ecologia Urbana.

Na **segunda etapa** estruturou-se o Quadro Teórico¹⁴ basilar deste estudo e direcionamentos gerais no sentido de colocar as hipóteses, ou perspectivas “de chegada” da Tese, à prova. Foi nessa fase que também se fez o recorte de teóricos que fundamentariam o debate sobre a Ecologia Urbana: escolheu-se a coletânea organizada por Jari Niemela: “Urban Ecology: Patterns, Processes, and Applications”, de 2011; “Cidades para um pequeno planeta”, livro de Richard Rogers e Philip Gumuchdjan (1997) e “Economia da Natureza”, de Rickleffs e Relya (2016). Castells (1999), com “O poder da Identidade” também foi extremamente válido

¹⁴ Por Quadro Teórico basilar entende-se: os autores e conceitos que foram articulados no propósito de se ter uma “musculatura” teórica para as propostas da Tese.

em diversas articulações, inclusive junto a Touraine (1965), na tipologia de movimentos sociais e caracterização de processos associativísticos na contemporaneidade.

A partir do estabelecimento do Mapa de Conceitos, a relação com os pressupostos de discussão acerca da Complexidade, sistemicidade, natureza, sustentabilidade e ecopedagogia, dispostas em “Pedagogia da Terra”, por Gadotti (2000) firmaram-se como fundamentais, conjuntamente à duas obras de Morin, respectivamente “Complexidade” (1983) e “Os sete saberes necessários para a Educação do Futuro” (2000).

Alinhou-se, de forma mais contundente, a perspectiva da dádiva, proposta por Mauss (2008 [1925]), em o “Ensaio sobre a Dádiva”; do fato associativo e não utilitarismo a partir de (CAILLÉ, in MARTINS, 2002); Martins (2002) com a “A dádiva entre os modernos”; Godbout (1992) e “O Espírito do Dom” e cultura da hospitalidade, proposta por Brusadin; Netto (2021). Para a discussão acerca da Ecosofia, Guatarri (1989) e as “Três Ecologias” foi a obra cerne escolhida. Os livros de Leff (1998), “Saber Ambiental, Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder” e de Capra (1982) “O ponto do Mutação”; “Teia da vida’ (2009) também subsidiaram o estudo. Para a Pesquisa de cunho Narrativo, optou-se por Clandinin; Connelly (2011) pela relevância dos autores neste campo, com a obra: “Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa”; articulou-se, aqui, a perspectiva cartográfica trazida por Deleuze; Guatarri (1995) em “Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia”.

Esses são os teóricos que subsidiaram mais profundamente o arcabouço da Tese. Vultoso também destacar que o contato com a perspectiva cartográfica permitiu a inserção mais efetiva do pesquisador nas propostas da pesquisa, nas leituras e recortes teóricos/conceituais centrais e melhor articulação (causa e consequência), que favoreceu tecer compreensão panorâmica do estudo, algo que Gil (1985) afirma ser interessante recurso para a compreensão geral do texto que será produzido e do próprio objeto de pesquisa. Ainda na segunda etapa, organizou-se um quadro com a trajetória dos principais eventos/marcos de discussão ambiental e de sustentabilidade, da segunda metade do século XX. Após a construção dessa mostragem, optou-se por inseri-la no primeiro Caderno, conjuntamente às discussões acerca da sustentabilidade, Agenda 2030 e outras pautas. Na **terceira etapa** alguns recortes categóricos foram feitos, entendendo-se a categorização como uma

operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por agrupamento/reagrupamento (...) com critérios previamente definidos. As categorias são rubricas, ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos. (BARDIN, 2011, p.117)

Tal procedimento permitiu desenvolver correlações entre categorias da ecopedagogia (**quadro 1**), a partir de Gadotti (2000) às questões da dádiva (MAUSS, 2008 [1925])

(MARTINS, 2002), do fato associativo (CAILLÉ, in MARTINS, 2002) e das diversas nuances da Ecologia Urbana. Esse quadro categórico foi elementar para os propósitos do Segundo Caderno adiante.

Quadro 1: Categorias da ecopedagogia (GADOTTI, 2000) escolhidas para discussão conjunta à dádiva (MAUSS, 2008 [1925]) e ao fato/pacto associativo (CAILLÉ, in MARTINS, 2002)

Categorias da ecopedagogia escolhidas para discussão conjunta à dádiva e ao Fato Associativo como dádiva na Modernidade	
Categorias da ecopedagogia propostas por Gadotti (2000)	Correlações à perspectiva da dádiva e ao fato/pacto Associativo
Cidadania Planetária (Planetariedade)	Sentido sociológico da dádiva: a vida em sociedade como não apenas redutível à lógica economicista e utilitarista; sociabilidade primária
Educação Sustentável para a sobrevivência do/no planeta	Hostilidade e a cultura do “afastamento” humano da natureza e do meio ambiente
Glocal	<i>Homo donator</i> , reciprocidade assimétrica e sistemas inteligentes
Transdisciplinaridade	Solidariedade e Democracia
Inteligência Ambiental	Epistemologia da Existência Ambiental e sociologia da dádiva: Ecologia Urbana tecida por pessoas conscientes e socioculturalmente conectadas ao ambiente.

A partir dessas relações categóricas, estudo aplicado acerca do Associativismo Ambiental foi estabelecido (no Segundo Caderno). Nesse âmbito, os pressupostos da dádiva e da ecopedagogia foram relevantes na reflexão acerca de movimentos associativísticos ambientais, com recorte de casos em ONGs legalmente constituídas (Greenpeace - internacional; e Tamar - nacional e do Instituto Curupira, local e regional), a partir do modelo interpretativista e da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011).

Como *corpora*, acessou-se os sites de 92 organizações não governamentais pelo mundo, tendo-se como critérios de escolha/recorte de três delas¹⁵: 1) uma ONG internacional, uma nacional e uma local/regional com pressupostos ambientais e ecosóficis; 2) que tenham surgido no contexto da contracultura da segunda metade do século XX e que se motivaram/ vivenciaram o despontar também do ambientalismo moderno, tendo “passado” pela transição para o século

¹⁵ Não é intenção fazer estudo detalhado de cada uma das 3 ONGs escolhidas. Em decorrência da imersão vivencial o Instituto Curupira terá maior detalhamento, no sentido do potencial vivencial para geração de possibilidades de proposição de uma base sociológica para a Ecologia Urbana.

XXI; no caso da regional, o foco também foi a perspectiva da história de vida do autor e a fundação já nos contextos pós virada de milênio; 3) que sejam atuantes e que tenham materiais diversos (de potencial discursivo) disponibilizados, contemporâneos, via sites e redes sociais, que permitam acompanhar o desenvolvimento de suas ações, compreendidas como discursos e práticas sociais (GODBOUT; CAILLÉ, 1997); e 4) que tenham o voluntariado como cerne de seu escopo e ideologias.

Todo o desenvolvimento da **terceira etapa** foi fundamental para o propósito não apenas de situar a dádiva na modernidade, como Terceiro Paradigma (MARTINS, 2002), mas também para entender a dinâmica que caracteriza as “forças de coesão” que nutrem e permitem que ONGs se mantenham, mesmo em longo prazo, a partir da reciprocidade e do dom, que surgem a partir da hostilidade (aprofundamentos serão tecidos no interior de cada Caderno). Aqui, Castells (1999) e Touraine (1965) auxiliaram da tipologia dos movimentos sociais e associativísticos e a sociabilidade primária proposta por Caillé (in MARTINS, 2002) também foi fundamental.

Na **quarta etapa** foi desenvolvida imersão em campo no Instituto Curupira, entre janeiro e maio de 2021, no VII Festival Nacional de Música Popular Livre da Instituição, a partir do método da pesquisa Narrativa (CLANDININ; CONNELLY, 2011), com articulações também com a perspectiva do discurso como método de estudo (BARDIN, 2011) e com estímulos da cartografia proposta por Deleuze; Guatarri (1995). A Pesquisa Narrativa (PN) predispõe coleta de informações e percepções pessoais do pesquisador, organização de material para discussão e chegada de conclusões; oferece também condições para que o pesquisador se posicione de forma não neutra no seu estudo Narrativo (CLANDININ; CONNELLY, 2011). Na PN, o pesquisador tem liberdade para se expressar a partir de sua visão de mundo, tendo como base um determinado recorte e métodos etnográficos. Seguindo, ainda, o que propõe Gil (1985, p.39), é salutar que o pesquisador

tome providências (...) a fim de observar o que se segue (...). Há investigações em ciências sociais que se valem exclusivamente do método observacional. Outras utilizam-no em conjunto com outros métodos. E pode-se afirmar com muita segurança que qualquer investigação em ciências sociais deve valer-se, em mais de um momento, de procedimentos observacionais.

Partindo-se desta premissa, nesta **quarta etapa** elaborou-se um “Mapa de Afetos”, construído a partir da experiência vivenciada no trabalho efetivo desenvolvido pelo pesquisador e equipe da ONG durante o evento citado. A partir das categorias elencadas no **quadro 1** foi intento observar, mapear e gerar material a partir dos seguintes estímulos: 1) o processo de associação voluntária dentro de uma ONG de vertente ambientalista e cultural; 2) a dádiva

das/nas relações entre as pessoas (e sociabilidades primárias/ relações assimétricas da retribuição e reciprocidade/dívida mútua positiva), voluntárias dentro da instituição; 3) como um evento sociocultural e ambiental pode contribuir para as causas ideológicas/ecosóficas da ONG e à crise da hospitalidade/ e resposta à hostilidade do mundo moderno em face ao Meio Ambiente; 4) “starts” livres que surgissem ao longo do evento, no qual o pesquisador esteve inserido, também, como membro conhecedor da história da instituição.

A Pesquisa de Cunho Narrativo foi aporte importante, também, no sentido de orientar imersão que apoiasse a pesquisa como parte de um processo vivencial, afetivo, na “pele” (CLANDININ; CONNELLY, 2011, p.13), com elementos etnográficos. Neste sentido, a própria inserção do pesquisador no objeto pesquisado, e do objeto pesquisado no pesquisador, têm interessante aporte discursivo¹⁶, afinal, o “discurso está situado e determinado não só pelo referente, mas também pela posição do emissor” (BARDIN, 2011, p.214).

Minayo e Sanches (1983) defendem que uma investigação de caráter qualitativo, que conte com a inserção do pesquisador no objeto de estudo, ou ligação profunda do pesquisador e seu objeto de questionamento, trabalha, necessariamente, com valores, atitudes, representações, complexidades de fatos, processos específicos e particulares de indivíduos, grupos, recortes do mundo social. Sendo esta uma pesquisa direcionada pelos estudos antropológicos da dádiva (MAUSS, 2008 [1925]) e da ecopedagogia (2000), seria contraditório não se partir deste lugar do discurso, entendendo-se que o olhar e prática do pesquisador, e sua experiência – trajetória são fundamentais para uma discussão científica inter e transdisciplinar e que não compreenda as pessoas e os estudiosos como seres neutros e descontextualizados de suas vidas (DELEUZE; GUATARRI, 1995). Velho (1978), em um texto muito interessante, ao discorrer sobre os métodos qualitativos, destaca que é inevitável o envolvimento com o objeto de estudo e, mais que isso, marcar o pesquisador como narrador não diminui, ou tece, defeitos e imperfeições quanto aos métodos utilizados, desde que os processos sejam feitos de forma ética e metodologicamente bem definida.

Ainda neste etapa, e para a pesquisa em campo, as contribuições de Demo (1986) auxiliaram no estabelecimento de critérios de análise internos e externos para que o trabalho científico qualitativo fosse consistente. Os internos foram: *coerência* (argumentação lógica, com conclusões pertinentes ao contexto do estudo), *consistência* (qualidade de argumentação e discussão), *originalidade* (inovação e produção que permita o conhecimento avançar) e

¹⁶ Cabe ressaltar que não é objetivo da Tese estabelecer Análise do Discurso, mas apenas utilizar alguns recursos sistemáticos oferecidos por Bardin (2011) para tornar mais crível e organizado o trabalho, a escrita e a defesa principal.

objetivação (aproximação entre o pesquisador e o objeto pesquisado). Os critérios externos, por sua vez, foram: a *intersubjetividade* e a *perspectiva interacionista e complexa* do estudo, entendendo, como Demo (1986) assevera, a Ciência como um produto social, histórico e em processo constante de geração de dúvidas, de problemas. Logo, dialoga profundamente com as perspectivas cartográficas de Deleuze; Guatarri (1995) e da Pesquisa Narrativa (com elementos etnográficos) como uma metodologia para compreender a própria experiência humana (CLANDININ; CONNELLY, 2011). O pesquisador como um ser carregado de afetos (LATOURE, 2012) e que, junto ao objeto de estudo, está situado num contexto, discursivo (BARDIN, 2011) e de experiências avolumadas ao longo de toda a sua vida (CLANDININ; CONNELLY; 2011).

A **quinta etapa** teve como resultado o **Caderno 4**. Nela, autores como Hannah Arendt (1979), com sua obra “Entre o passado e o futuro”, John Rawls (2000) com o “Direito dos Povos” e Amartya Sen (2001), a partir do “Desenvolvimento como Liberdade” foram relevantes como base para a proposição da Epistemologia para a Existência Ambiental. Recortou-se, dessas obras, preceitos que pudessem amparar discussões relevantes no trato das 5 sociologias propostas para a Ecologia Urbana e suas relações com as experiências vivenciadas no Instituto Curupira e todos os resultados das fases anteriores do estudo.

Compreendendo-se a Ecologia Urbana como uma Ciência inter e transdisciplinar, palco da Epistemologia do agora, em resposta à Sociedade do Risco e sob o prisma do *devoir* e da busca pela cidadania planetária, a proposta do Tratado para a Existência Ambiental se pautou na dádiva, em seus âmbitos de gênese, maussianos, mas também dos estudos neomaussianos. Como declara Cavenaghi (2022, p.395), o anseio pelo equilíbrio da sociedade “passa pela constante reformulação do ciclo da dádiva e da presença da hospitalidade em suas múltiplas dimensões, como baliza de reordenação dos sentidos coletivos”. Por isso, metodologicamente, nesta última fase da pesquisa, deu-se a proposição da Epistemologia da Existência Ambiental como um aporte, dentro das Ciências Sociais e Ambientais, para uma base sociológica para a Ecologia Urbana.

Segue abaixo um quadro sintetizado, com as principais informações de cada uma das 5 etapas acima dispostas:

Quadro 2: as 5 Etapas metodológicas dos Cadernos. **Produção:** próprio autor da Tese (2022)

Etapas	Principais objetivos
Etapa 1	Revisão de literatura. Perguntas chave, objetivação e hipóteses da pesquisa. Aplicação da Análise de Conteúdo para organização dos métodos.

Etapa 2	Definição do quadro teórico a partir do Mapa de Conceitos. Correlação entre ecopedagogia, dádiva, fato associativo e Ecologia Urbana.
Etapa 3	Entendimento acerca do Associativismo e do Associativismo de cunho ambiental. Recorte a partir de 92 ONGs e estudo de 3 delas a partir de categorias específicas. Mapeamento Ecocultural e proposição da Casa da Ciência e da Cultura de Barbacena.
Etapa 4	Pesquisa imersiva com características etnográficas/ foco no associativismo, no cerne de desenvolvimento de um Festival do Instituto Curupira, em 2021.
Etapa 5	Associativismo ambiental como contribuição para a Ecologia Urbana. Proposição de uma Epistemologia da Existência Ambiental a partir de 5 sociologias para a Ecologia Urbana e um Tratado para a Existência Ambiental.

Uma vez estabelecidos os aspectos introdutórios que marcam o lugar epistemológico desta Pesquisa e, também, compreendidas as suas Etapas Metodológicas, é possível, agora, debruçar-se sobre a Tese a partir de seus 4 Cadernos.



Figura 4

1 ° C A D E R N O

SOCIEDADE DO RISCO

"Ai daqueles que, em lugar de visitar de vez em quando o amanhã, o futuro, pelo engajamento com o hoje, o aqui, atrelem-se ao passado de exploração e a permitam se tornar uma rotina" (PAULO FREIRE, 1994,p.22)

Figura 4: próprio autor / *Performance* crítica realizada pelo Instituto Curupira, em Barbacena, Minas Gerais (2015), em questionamento ao crime ambiental provocado pela Samarco – Vale, Mineradora, em Mariana, Minas Gerais.

Neste Caderno, são construídas nos tópicos **1.1** e **1.2** uma trajetória do ambientalismo como movimento social e da sustentabilidade, além de relação direta e propositiva com a gênese e epistemologia da Ecologia Urbana, a partir de ampliação da temática ambiental. Já nos tópicos **1.3** e **1.4** são tecidas discussões e aprofundamentos tendo como amparo a ecosofia e suas três ecologias (mente/subjetividade, social e ambiente) para ampliar as transversalidades relativas à dádiva, o fato/pacto associativo e a ecopedagogia.

Para direcionar sistematização prática acerca do que há de mais contemporâneo no rol das discussões globais de cunho ambiental, social e ecológico, debate-se a Agenda 2030 e suas relações com o associativismo ambiental, pressupostos éticos e o que se propõe serem a(fé)tos necessários para a construção de uma sociedade de futuro.

1.1 Ecologia Urbana e a hostilidade humana em relação ao Meio Ambiente

Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade e nos alienamos desse organismo de que somos parte, a Terra, passando a pensar que ele é uma coisa e, nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo que exista algo que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza. (AILTON KRENAK, 2021, p.5)

A maneira hostil como a humanidade atua no planeta, em seus diversos ecossistemas e biomas, é responsável pelos significativos cataclismos ambientais vivenciados na atualidade, como as mudanças climáticas e, até mesmo, a pandemia provocada pelo Coronavírus (Sars – Cov 2), que tem relação direta com o modelo de sociedade impetrado nos últimos séculos e décadas. No entanto, embora sejam relativamente comuns à vida de grande parte da sociedade global conceitos como “meio ambiente”, “proteção da natureza” e “sustentabilidade”, sobretudo em decorrência da intensificação de campanhas ambientalistas e ecologistas a partir da década de 1990, não significa que, automaticamente, houve mudança potencial de comportamento ambiental da sociedade mundial ao ponto de se poder afirmar que a espécie humana, de fato, está construindo, um “mundo sustentável”.

Ao fim, e ao cabo, como assevera Godbout (1992), ao problematizar a dádiva e a reciprocidade na modernidade, e Brusadin; Netto (2021) ao proporem reflexões sobre a hospitalidade (ou a crise da hospitalidade) em face à crise mundial migratória humana, igualmente na contemporaneidade, é preciso entender logo *a priori* as hostilidades, jogos de interesse que existem nas defesas acerca do ideário de sustentabilidade e de modernização da vida humana. A missão da sociedade do agora é gerar conhecimento sensível, alterando perfis culturais de existência e o estudo sobre sociedades arcaicas, como fez Mauss (2008 [1925]), revela que muito do que hoje é preciso em termos de equilíbrio indivíduo/sociedade/espécie já existiu outrora, com outros arquétipos, cabendo, portanto, um tipo de “resgate” de valores e

sentidos ambientais além de novas racionalidades, propostas a partir das perspectivas tecnológicas e humanísticas advindas nesta era de uma sociedade globalizada.

Convém ainda lembrar que a diferença da sociedade contemporânea, da estudada por Mauss (2008 [1925]), é a questão, também, do cálculo em que, na atualidade, é majoritariamente utilitarista. Um exemplo disso é que hoje busca-se, invariavelmente, a “preservação” do meio ambiente pelos riscos à economia em si e não pelas questões da natureza, ecológicas, cujo senso de relação está na dívida com o outro, na obrigação com o outro.

Nesse ponto, a Ecologia Urbana, ciência necessariamente inter e multidisciplinar, pode ser um dos “sinais” de um paradigma do século XXI que leve em consideração não apenas a metodologia acadêmica, mas também outras epistemologias, baseadas na vida “dos comuns” (SAHLINS, 1990) e nas variadas e multifacetadas relações entre os campos socioambientais/socioculturais a partir de processos alternativos de construção de realidades, como os notórios resultados e debates trazidos por movimentos/coletivos associativísticos ambientais. Trata-se de olhares de complexidade, de multifatorialidade, em contrapartida a percepções reducionistas. O sentido das trocas e das dádivas está na dívida que temos com a natureza pelo que ela nos oferece, é não pela necessidade de sobrevivência pelo fato do fim dela nos colar em risco (pois isso é cálculo, utilitarista e reducionista).

Apesar de todos os esforços empreendidos pela comunidade científica, parte de segmentos políticos e sociedade civil, pouco do que foi firmado em pactos entre as nações em importantes eventos de discussão ambiental e de sustentabilidade¹⁷, como a Agenda 21 (1992), o Tratado de Kyoto (1997), Rio + 10 (2002), Rio + 20 (2012), COP 21 (2015) e as recentes Cúpulas do Clima, de 2021 (G1, 2021), organizada pelo governo norte-americano, e de 2022, no Egito, tem sido buscado e, efetivamente, construído. Talvez, partindo-se da premissa da dádiva, especialmente na discussão acerca do fato de que o sentido de justiça não está apenas na igualdade, mas na reciprocidade assimétrica, no sacrifício pelo outro quando necessitado, é possível depreender que o outro “Terra” (ambiente, natureza), não tem sido colocado como o grande necessitado; tem sido um dos mais oprimidos.

¹⁷ Há de se destacar, desde já, que houve dificuldade para encontrar autores que permitissem entender a “evolução” do conceito de sustentabilidade ao longo da história humana. Retornando a filósofos gregos, e mesmo a alguns povos ameríndios, não seria equívoco dizer que a essência de um “desenvolvimento social” e comunitário que pensasse as relações com o que a natureza “oferece”, em determinadas situações, regulando alimentos, água dentre outros, para as gerações futuras, já existia há milhares de anos.

Carece-se de uma solidariedade para o planeta como um todo, de culturas de hospitalidade¹⁸ (BRUSADIN; NETTO, 2021) e de uma Pedagogia da Terra (GADOTTI, 2000). Voltando Levinas (2007), trata-se também de uma crise de coletividade, quando o eu é posto em totalidade e na violência da desconsideração do outro e das necessidades do outro; a carência e a ausência do laço social estabelecidas não apenas entre humanos e si mesmos (e com os produtos por eles fabricados), mas para com, também, o ambiente e a Terra. Defende-se, nesta Tese, que esse espaço de ausências, mas também de presenças (sobretudo na questão associativística) são marcas fundamentais para sociologias para uma Ecologia voltada para as Urbanidades e para a ressignificação de diversos aspectos da vida em sociedade.

Não é intento neste tópico aprofundar em discussões de cunho estritamente biológicas, ou específicas às Ciências Ambientais. É objetivo traçar paralelos e relações que favoreçam compreender a evolução do pensamento (e ação) ambientais, ecológicas, ecosófica a partir, principalmente, da segunda metade do século XX, pois compreende-se que foram nos recentes 70 anos que, tanto a Ciência, quanto a sociedade e política em geral, vivenciaram e favoreceram, em diferentes protagonismos, as mais significativas discussões, transformações e percepções sobre ambiente, sociedade, políticas ambientais, sustentabilidade, ambiente construído e a Ecologia Urbana (foco de crítica, construção e proposição elementar nesta Tese).

No que se refere à mudança de racionalidade¹⁹ ambiental, no sentido que propõe Leff (1998) e Niemela (2011), o último ao debater a Ecologia Urbana e suas necessárias ampliações, ainda há muito o que evoluir, principalmente no que se refere à transformação do conhecimento científico (gerado sobre o tema) em políticas públicas e, a partir disso, em práticas sociais; ou vice-versa. É preciso considerar a realidade de que a perspectiva de existência antrópica na Terra (que é necessariamente cultural) tem gerado há séculos impactos ambientais profundos, provocados no âmbito do *modus operandi* humano, pelo *homo oeconomicus* (GODBOUT, 1992) pela perspectiva utilitarista de entendimento do mundo, hostil (DERRIDA, 1992), que persevera com a desigualdade social, o racismo ambiental, problemas urbanos graves, redução de habitats/nichos e extinção em massa de seres vivos, dentre outros.

¹⁸ Por hospitalidade entende-se: o pensar no outro e o cuidar do outro com aspiração irrestrita. As relações humanas sempre exigirão condições de troca. O problema existe na ausência de aspiração, de ideais, de uma dada ética da generosidade. Logo, sua ampliação não está apenas na relação com a instituição hospitalar, por exemplo, mas, sobretudo, no âmbito das socialidades que marcam a reciprocidade, solidariedade e generosidade.

¹⁹ Não uma racionalidade ocidentalista e hegemônica. É uma reapropriação do termo racionalidade, no sentido também de uma racionalidade que seja compreendida no âmbito da complexidade da vida e do viver.

Nesse âmbito, a dádiva²⁰ proposta por Mauss (2008 [1925]), com reverberações de outros teóricos contemporâneos, como Martins (2002), Caillé (2002), Godbout (1992), que a compreendem como um terceiro paradigma, para além do individualismo e do próprio holismo, é relevante recurso para a proposição de interpretações acerca de inteligências de (res)significação (ou mesmo transformação) desse modelo utilitarista e excessivamente calcado no pressuposto da vida como mercadoria medível (e comprável) pelo capital, impetrado pela sociedade de consumo, que coloca o indivíduo, suas “vontades” e anseios, como cernes da economia e da própria vida em sociedade. Niemela (2011, p.9), ao discorrer sobre as bases do surgimento e do que hoje pode ser compreendida Ecologia Urbana, assevera que

a vasta quantidade de informações e compreensão obtidas a partir das ciências sociais na estrutura e a função dos ecossistemas dominados pelo homem é vital para o desenvolvimento da Ecologia Urbana. (...) A Ecologia Urbana integra (e é integrada) pelo básico (ou seja, fundamental) à existência e aplicado (ou seja, orientado para o problema) a partir das pesquisas em Ciências Naturais e Sociais para explorar e elucidar as múltiplas dimensões de ecossistemas urbanos.²¹

Relevante atribuir integração entre essa perspectiva de relação entre as Ciências Naturais e as Ciências Sociais na dinâmica da vida nas cidades e o arcabouço da dádiva como possível campo de conexão epistemológica. Voltando ao que persevera Niemela (2011) acerca das complexidades do fazer ecológico urbano e entendendo a vida em sociedade nas cidades como uma vida de disputas entre narrativas e expressões de grupos sociais diversos, é necessário que o Associativismo Ambiental (na maior parte das vezes sem fins lucrativos e baseado no voluntariado) seja entendido como conjunto de práticas modernas “não observáveis pelo modelo mercantil dominante, mas que são essenciais (...) e perceptíveis a partir das trocas simbólicas e das (...) sociabilidades participativas” (MARTINS, 2002, p.13). No qual reside a esperança de que a humanidade, numa crítica e mudança da cultura de hostilidade ambiental – possa galgar um futuro com menos arrogância, cujo paradigma individualista e utilitarista seja transformado em um paradigma (ou outras designações) no qual se sobressaia um tipo de atitude “original e própria do ser humano: a doação” (MARTINS, 2002, p.13). Por este motivo,

²⁰ Mauss propôs, como dádiva, a complexidade de fatores envolvidos nas práxis sociais marcadas pelas relações de *dar – receber e retribuir*. Suas reflexões foram direcionadas muito no sentido de entender o que caracteriza as relações de trocas culturais de diversos povos e se existe uma base comum para elas, independente das culturas. A dádiva, nesta Tese, é fortemente reverberada a partir das relações de troca e reciprocidade não utilitaristas e mercantis, como as notadas no modelo capitalista e neoliberal. Acredita-se, a partir de teóricos maussianos atuais, que as sociabilidades que marcam o associativismo ambiental não são homogêneas, são heterogêneas e repletas de criatividade e forte senso de democracia e justiça/ética ambientais capazes de mover outros *modus operandi* em relação à Terra.

²¹ Tradução feita pelo autor da Tese

no Quarto e último Caderno desta Tese, propõe-se 5 sociologias para a Ecologia Urbana e um Tratado para a Existência Ambiental.

Valendo-se da reflexão profunda de Pasolini, assassinado pouco tempo depois de publicar “O artigo dos Vagalumes” (1975), Didi-Huberman (2011) discute a forma com que, ainda que diante de tamanha dor e frente às hostilidades durante e pós Segunda Guerra Mundial, Pasolini traz a esperança pela sobrevivência dos “vagalumes”, numa analogia pela esperança de seres humanos criativos, solidários, sensíveis frente a diversas situações, sobretudo totalitárias. Onde moram os vagalumes que serão/são capazes de evocar a dádiva humana da reciprocidade e da afetividade, ainda que concebidas nas tensões e desequilíbrios – na hostilidade? Como também considerar essa hostilidade dentro do campo dos estudos acerca da ecopedagogia, da busca pelo senso de cidadania planetária (GADOTTI, 2000) e por racionalidades ambientais (LEFF, 1998) que sejam baseadas na realidade dos cataclismos humanísticos e biológicos ainda perseverantes na atualidade?

É relevante discernir, neste ponto, o que este estudo compreende ser Meio Ambiente, afinal, seja pela hospitalidade, seja pela hostilidade, é um conceito amplo e que carece ser discutido. Também é importante marcar o lugar epistemológico de discussão dentro da Ecologia Urbana. Este primeiro Caderno da Tese pretende, também, discutir os mais significativos movimentos, marcos históricos, que motivaram e efetivaram o ambientalismo como uma pauta global; e a Ecologia Urbana desponta exatamente nesse contexto, concomitantemente à uma crescente e potencial regulação e estruturação de pautas ecológicas dentro das cidades e para as cidades (NIEMELA, 2011).

Popularmente, é senso comum relacionar Meio Ambiente a “fauna e flora”, praticamente como um sinônimo de natureza. No entanto, isso é um equívoco, certamente provocado pela banalização das discussões ambientais em campanhas de conservação e educação ambiental empreendidas, sobretudo, no final da década de 1990, pós Eco 1992 (TRIGUEIRO, 2005).

Proponho, amparado pelo quadro teórico, Meio Ambiente a partir da Ecologia Urbana e da ecopedagogia: um complexo de relações humanas, culturais e sociais com o espaço, o ambiente construído, o local, as práticas sociais e também com o patrimônio natural. Logo, não apenas os aspectos compreendidos como “naturais”, como fauna e flora, rios, solo, atmosfera, dentre outros, são elementos importantes dentro das questões ambientais, mas, também, as relações da espécie humana entre si, o senso de afetividade, de trocas (logo, a dádiva, a hospitalidade e também a hostilidade, afinal, as degradações ecossistêmicas são necessariamente ambientais e hostis) de geração de significados sobre as cidades, o espaço, o

território e, também, a natureza. A ligação entre essa compreensão sistêmica e não meramente utilitarista de Meio Ambiente e que contribui para as perspectivas também da Ecologia Urbana, corrobora com o paradigma da dádiva, entendendo-se que

o debate maussiano tem se aberto igualmente para o diálogo com outras correntes de pensamento importantes (...) com a teoria da complexidade de Edgar Morin (...), com teóricos da economia solidária (...). A compreensão do sentido sociológico da dádiva como sistema permite romper como o modelo dicotômico típico da modernidade, pelo qual a sociedade ou seria fruto de uma ação planificadora do Estado ou movimento espontâneo do mercado. (...) Por outro lado, o social somente surge (...) sob condições particulares de doação, confiança e solidariedade que não são explicáveis nem pela ótica do interesse individual, nem pela ótica da burocracia estatal, mas sim pela dádiva. (MARTINS, 2002, p.9)

Discorrer sobre a dádiva é sempre “missão” difícil, dadas as complexidades envolvidas, mas as relações deste estudo pretendem ser mais associativas que definitivas. No contexto do excerto de Martins (2002) é relevante marcar os desafios que a Ecologia voltada para as urbanidades e o Meio Ambiente precisa assumir, e tecer proposições, uma vez que

é uma ironia que as cidades, o habitat da humanidade, caracterizem-se como o maior agente destruidor dos ecossistemas e a maior ameaça para a sobrevivência da humanidade no planeta (...). O simples fato de morar em uma cidade não deveria conduzir à auto – destruição da civilização. Os aglomerados urbanos estão produzindo instabilidade social desastrosas e levando a um declínio ambiental e de pobreza social (...) logo, é uma questão a ser discutida dentro da Ecologia Urbana: uma vez que as questões sociais e ambientais estão entranhadas, não deveria ser surpresa o fato de as cidades provocarem intensas privações sociais e causarem danos extremos ao meio ambiente. (ROGERS; GUMUCHDJIAN, 2005, p. 10 -11)

A sobrevivência da sociedade sempre se baseou na tríade: variáveis da população, recursos naturais disponíveis e meio ambiente, como apontam os autores e sobre esses aspectos também é preciso pensar e propor práticas ecológicas e sistêmicas dentro das discussões acerca do direito à cidade, do direito à vida. Até por isso, são interessantes as reflexões trazidas por Capra no conjunto de textos do livro “Meio Ambiente no século 21: especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento” (TRIGUEIRO *et al.*, 2003) e por Lima-e-Silva *et al.*, (1999).

Capra, ao discorrer sobre o futuro da sociedade do século XXI, assegura que um dos maiores desafios humanos seria o desenvolvimento de comunidades sustentáveis baseadas na sustentabilidade ecológica, a partir da noção de que precisamos moldar comunidades e nações de acordo com ecossistemas naturais, que já são sustentáveis em essência. As complexas relações que marcam a teia da vida, algo, inclusive, que se aproxima muito do que assevera Gadotti (2000), quando este trabalha a Pedagogia da Terra, ou ecopedagogia.

Sobre modelos de atuação “sustentáveis” humanas, vale defender que se precisa mais do resgate de culturas e traços culturais antigos que de novos e singulares processos de inovação; ou de ambos, sem comparações de importância. Na sociedade atual, excessivamente tecnocêntrica e egocêntrica, o discurso, e cobrança, pela inovação é um dilema a ser superado: o que é antigo, arcaico, não necessariamente é ultrapassado. Muito do que para a sociedade do agora é obsoleto poderia conduzir a espécie humana à superação e afetividade, com saberes elementares à uma sociedade de futuro (MORIN, 2000).

Lima-e-Silva et al (1999, p.123) caracterizam Meio Ambiente como “um conjunto de fatores naturais, sociais e culturais que envolvem um indivíduo e com os quais ele interage, influenciando e sendo influenciado por eles”. Sendo assim, é impossível pensar/propor sustentabilidade, sobretudo no que se refere à gestão dos recursos naturais, conservação da natureza, dentre outros, sem considerar as dimensões humanas culturais e comportamentais. O comportamento ambiental humano predispõe racionalidades ambientais; e racionalidades não podem ser compreendidas desconectadamente da cultura; tampouco apenas a partir da dicotomia razão *versus* emoção. Eis, aqui, um eixo importante de defesa desta pesquisa: comportamentos ambientais são necessariamente construídos e agenciados pela cultura. Partindo desse pressuposto, a sustentabilidade, ou qualquer outra perspectiva que vise estimular maior correlação ecosófica entre a humanidade e a Terra, sem dissociações, mas sim a partir de interrelações (CAPRA, 1982), também é, necessariamente, cultural e, para a transição paradigmática, é preciso mudar a

mentalidade global (...) para construir uma nova política de civilização para a sustentabilidade. De fato, o processo de busca da sustentabilidade deve ser, acima de tudo, entendido como uma busca por "culturas de sustentabilidade". (KAGAN, 2010, p.2)

Assim sendo, coletivos de pessoas, inteligências geradas a partir da resiliência, em diversos contextos, não apenas de uma sociedade global, mas de diversas sociedades globais, que compreendam a necessária transição, a partir da ação, cultura e educação, por exemplo, são bases de mudança para uma percepção vívida humana no planeta que tenha a Terra como paradigma e que entenda a consciência e cidadania planetárias como “direcionamentos” e buscas para um futuro diferente do que se tem visto hoje, na contemporaneidade. *Dar, receber e retribuir* também no rol do que machuca, incomoda e é hostil (DERRIDA, 1992). Exatamente nesse ínterim é que a dádiva, baseada nas relações, sobretudo, imateriais, como defende Mauss (2008 [1925]) e as suas contribuições na contemporaneidade, são tão importantes, justamente pelo suposto anacronismo que este tipo de pensamento representa para a modernidade de caráter utilitarista.

Existem diversas sociedades pelo mundo e cada uma constrói saberes e culturas. Dentro das perspectivas do Ambiente Construído e das reflexões acerca do Patrimônio Sustentável, seria um equívoco não criticar e tecer contribuições que deem conta de entender que a padronização do que é global, desconsidera, em muitos níveis, o local; os microcosmos de saberes e práticas que surgem em culturas locais (GUATARRI; ROLNIK, 1986) (CASTELLS, 1999), em saberes e *práxis* de cidades (de todos e quaisquer portes), povoados, etnias indígenas, comunidades tradicionais, dentre tantas outras, que, ou já existem há muito tempo, algumas vezes há milhares de anos, ou são construídas a partir da resiliência na contemporaneidade.

Como o local está no global e como o global está no local? Será possível que o global, seja um paradigma, ou transição paradigmática? Quais as relações de poder do global que atravessam o local e impedem, ou não incentivam, o despontar de inteligências, possibilidades de construção de mundo que levem em conta cada vez mais os contextos? Por isso entender o momento global no qual esta proposta de Tese é escrita, articulada, e no qual a humanidade encontra-se, como um momento de transição, pode ser, mais que um olhar de esperança, um incentivo para pesquisas e entendimentos que levem a própria Ciência e as Urbanidades para patamares de percepção de complexidades, de teias, de interrelações: de transdisciplinaridade, compreendendo essa em suas dimensões afetivas, humanas e necessariamente ecológicas (D'AMBROSIO, 1997).

O século XXI, para muitos teóricos, seria o período que marcaria mais consistentemente a mudança inequívoca da maneira como o *Homo sapiens* compreenderia a si como espécie e como parte de uma complexidade sistêmica de fatores; no qual o *homo oeconomicus* (GODBOUT, in MARTINS, 2002) seria transformado. O século em que a dor, hostilidade e sofrimento dos grandes conflitos bélicos do século XX, e também a espoliação ambiental, social e econômica avolumada, sobretudo, pós Revolução Industrial (século XIX), seriam demudados em lógicas mais equilibradas e em consonância com princípios ecológicos. Entretanto, nota-se que isso não ocorreu da maneira esperada, mesmo com tantos eventos de discutibilidade ambiental das recentes décadas. É necessário empreender processos que sejam efetivos e que sejam integrativos, interdisciplinares.

Dentro dos debates acerca das problemáticas atuais, entende-se, cada vez mais, a relevância da Complexidade; que problemas complexos exigem tempo e respostas igualmente complexos e que uma aspiração da Complexidade, segundo Morin (2008, p.138) é tender

para o conhecimento multidimensional. Não se trata de dar todas as informações sobre um fenômeno estudado, mas de respeitar as suas diversas dimensões; assim, como acabo de dizer, não devemos esquecer que o homem é um ser bio - sociocultural e que os fenômenos sociais são, simultaneamente,

econômicos, culturais, psicológicos, etc. Dito isto, o pensamento complexo, não deixando de aspirar à multidimensionalidade, comporta no seu cerne um princípio de incompleto e de incerteza.

Esta dimensão multidimensional aludida pelo teórico permite refletir sobre diversos aspectos. Se, por um lado, o conceito “sustentabilidade” está esvaziado, como afirmam alguns estudiosos²², por outro, é possível notar, no seio da sociedade global, marcada pela era das redes e de revoluções sociais micrológicas, coletivas e associativísticas, verdadeiras trincheiras de resistência de contrariedade aos sistemas que oprimem e vassalam o mundo humano, dos outros seres vivos em sua multiplicidade, enfim, a Terra como palco da vida, construídas por pessoas, em vários contextos regionais, nacionais e/ou internacionais. Logo, não é presunção afirmar que o caráter bio-sociocultural defendido por Morin (2008) já está em curso, nesse modelo propositivo associativístico.

Nesta Tese, compreende-se que significativos espaços de esperança, como diria Harvey (2004) para a construção de uma sociedade do agora mais sensível para as questões de cunho ambiental, social e econômico, avolumam-se hoje na figura de movimentos associativísticos ambientais, de pauta ambiental, ecosófica e que podem ser compreendidos como, também, dádiva, partes de um Terceiro Paradigma (MARTINS, 2002 - para além do utilitarismo e do holismo) e também ecopedagógicos (GADOTTI, 2000), relevantes como uma Pedagogia da Terra e para a Terra, como melhor será defendido *a posteriori*. Mais que isso: esses coletivos de pessoas, do também denominado Terceiro Setor, figuram, a partir das suas mais diversas metodologias e sistemas de reciprocidade e hospitalidade (MAUSS, 2008 [1925]) direcionadas para causas ambientais e ecosóficas/ecológicas, como importantes contribuições para o que é/precisa ser a Ecologia Urbana e as Ciências e epistemologias que estão inerentemente conectadas às perspectivas do Ambiente Construído e do patrimônio humano, natural e sustentável.

Antes de adentrar-se na discussão acerca da trajetória do ambientalismo e da “sustentabilidade”, é relevante evidenciar que as discussões sobre impactos humanos ao planeta, à natureza (no espectro geral a partir do qual compreende-se esse termo) não são exclusivas da segunda metade do século XX, mas que a complexificação dos movimentos e manifestos ambientais globais deu-se a partir do contexto das revoluções de contracultura notadas pós Segunda Guerra Mundial, sobretudo, pela capacidade de crítica e variedade de protagonismos, agenciamentos e mesmo articulações livres de pessoas nesse período.

²² Importante destacar vertentes contrárias ao senso de “Sustentabilidade”, como o Decrescimento, proposto por Georgescu-Roegen (1999).

Destarte, é relevante discorrer sobre o fato de que uma parcela do planeta, na primeira metade do século XX, advinha de significativas transformações científicas, tecnológicas e culturais ocorridas no século XIX²³, algo que não pode ser “desmembrado” da busca pelo entendimento do pós guerra de 1945. Eram fortes os pressupostos positivistas no modo de pensar e agir no mundo e contundentes às relações de hostilidade, mesmo durante a “evolução” da compreensão sobre a modernidade, as cidades e a urbanização (ROGERS, R; GUMUCHDJIAN, 2015) e o próprio ensejo humano de se industrializar e normalizar as *práxis* sociais a partir da relação entre avanço tecnocientífico e o despontar de urbes “desenvolvidas”.

A humanidade vivenciava, nas décadas iniciais do século passado, um tipo de perigosa relação tríade, que hoje se sabe ser responsável (em grande parte) pelos cataclismos notados na contemporaneidade:

1) desenvolvimento baseado no ideário e discurso de modernidade, que trazia, por um lado, a perspectiva de evolução e sucesso econômico, mas escondia, sob o crivo desenvolvimentista (e utilitarista), o crescimento de cidades de forma desordenada, com aumento da população humana dentro das *urbes* e potencialização das desigualdades sociais, iniquidade e racismo (aqui também cabe lembrar da eugenia);

2) redução cada vez mais significativa, ao longo do tempo, de *habitats* e áreas naturais, com a exaustão da natureza²⁴;

3) o crescimento irrefreável do poder econômico nas mãos de poucos e gananciosos membros de uma sociedade socialmente desequilibrada; de Nações ainda de vieses imperialistas e fortemente calcadas no ímpeto de dominação, conquista de território, poder e capital, marcadas pelo neoliberalismo, que ainda hoje reverbera. Hostilidade em seu nível simbólico e pragmático.

A combinação desses fatores, nessa tríade apontada, viria a ser fundamental para os dois mais significativos conflitos bélicos da história da humanidade: a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), cabendo destacar, também, a grande recessão econômica entre ambas, a Crise de 1929. Não é demais afirmar que essa mesma tríade ressoava no começo dos anos 1950 e ainda ressoa na contemporaneidade. Sob outros arquétipos, são expoentes da própria crise da hospitalidade e da reciprocidade.

²³ A Revolução Industrial do século XIX foi um dos marcos mais significativos de mudança de comportamento humano na Terra.

²⁴ Ricklefs e Relya (2016), dois ecólogos importantes, na obra “Economia da Natureza”, mostram como, assustadoramente, a população humana na Terra mais que quintuplicou no século XX e como, à medida que a população *Sapiens* cresceu, a diminuição de áreas naturais e a extinção de espécies se intensificaram.

Dito isso, pode-se, agora, tecer uma trajetória sucinta da evolução dos movimentos e manifestos ambientalistas²⁵, do pensamento acerca da sustentabilidade (e outras vertentes que se contrapõem a esse conceito, mas que propõe muitos aspectos similares) e as características do que se chama, nesta Tese, de sociedade da transição do milênio, no bojo da Sociedade do Risco.

1.2 - A trajetória do ambientalismo e da “sustentabilidade”²⁶

A primeira metade do século XX teve, em seus primórdios, a modernização e o positivismo como “bússolas” do ideário de desenvolvimento humano. Todavia, é considerada por muitos teóricos como o período de maior hostilidade humana em relação a si (como espécie) e ao planeta. Já os anos seguintes ao final da Segunda Guerra Mundial foram compreendidos, por muitas nações, como tempos de prosperidade e transformação. Eram constantes os discursos de união, paz, equilíbrio, diplomacia, asseverados pelos países vencedores dos conflitos bélicos, e seus aliados, que, posteriormente, viriam a propor as Nações Unidas e que depois seria denominada mundialmente como ONU (Organização das Nações Unidas).

A partir da década de 1950 uma profusão de mudanças sociais foi notada nas mais diversas partes do globo. Nos países do bloco vencedor da Segunda Guerra Mundial, sobretudo os EUA, que não tiveram transtornos em seu território, em seu ambiente construído e ambiente natural, as sensações de renovação e poder aumentavam, junto a investimentos em escala nunca antes vistos na história. Em contrapartida, os norte-americanos vivenciaram, durante a Segunda Guerra, importantes discussões acerca de seu envolvimento no conflito (GILBERT, 2014), algo que seria parecido com o que ocorreria anos depois em situações similares no Oriente Médio e Ásia.

Vários setores da sociedade criticavam o envio de soldados, vidas americanas, para uma guerra que, para muitos, não tinha relação com os EUA. Mesma situação ocorreu no Brasil, na época, sob o Regime de Getúlio Vargas, mas em relação ao envio dos “pracinhas” brasileiros à Itália Fascista. Mesmo durante o conflito bélico que começou em 1939, dentro dos EUA já existiam profundos questionamentos sobre as *práxis* políticas empreendidas (internamente e

²⁵ Dentro desse escopo, cabe ressaltar que várias correntes de diferentes do que se denomina Educação Ambiental evoluíram ao longo dos séculos XX e XXI. Hoje, a vertente crítica da Educação Ambiental, fortemente calcada no trabalho de Paulo Freire, é uma das mais creditadas em todo o mundo e, inclusive, pautou a obra “Pedagogia da Terra”, por Gadotti (2000), que faz parte do suporte teórico-metodológico deste estudo.

²⁶ Os termos ambientalismo e sustentabilidade se confundem, sobretudo, no senso comum. De forma sucinta, pode-se dizer que o ambientalismo assume uma perspectiva fortemente política, complexa e intercultural e que ele, não como movimento único, conduziu aos pensamentos e proposições que acabaram por alavancar a sustentabilidade como objetivo globalizante no século XX.

externamente; no último caso, acerca do intervencionismo do país em outras regiões do planeta), o que aumentou ainda mais com a Guerra Fria, marcada pela dicotomia bélica, discursiva e científica travada entre EUA e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), ambas nações “vencedoras” da Grande Guerra. Parte desse contexto foi fundamental para o que se caracterizou como movimentos, ou propostas de contracultura²⁷, que, principalmente a partir da década de 1950, inclusive com a entrada dos militares norte-americanos na Guerra do Vietnã (1955), começaram a se avolumar, em interessante e importante multiplicidade de práticas, reivindicações e extensões culturais²⁸. Como mostra Ilari (2017, p.2), a contracultura

refere-se a um movimento cultural (...) que se desenvolveu inicialmente nos Estados Unidos, no contexto dos movimentos estudantis e da Guerra do Vietnã, espalhando-se em seguida a diversos outros países. Localiza-se, grosso modo, entre o final da década de 1950 e o início da década de 1970, tendo como ponto mais alto o período entre 1965 e 1972. Além das (...) manifestações do período pela liberdade de expressão, pelos direitos das mulheres e negros, pela liberação sexual, pelo movimento pacifista e anti-guerra, pela defesa da ecologia e o combate a autoritarismos de todos os tipos, a contracultura abarcava também (...) a formação de comunidades alternativas nas quais comunidades hippies passariam a se formar, longe dos grandes centros urbanos, em busca de uma vida livre e comunitária integrada à natureza, independente e longe dos grilhões da civilização e do “sistema”.

A contracultura refere-se à contraposição (repleta de diversos movimentos, ou reivindicações, questionamentos) à uma macrocultura existente e persistente ao longo das primeiras décadas do século XX (e não independente das matizes históricas seculares anteriores), marcadamente capitalista e neoliberalista (DONELLY, 2005), caracterizada por perspectivas econômicas que não consideravam as graves consequências do discurso e prática de modernização à natureza. Também a política, ainda hegemônica, patriarcal, machista e dominada por homens, em sua maioria brancos, de mais ricas classes sociais.

É possível afirmar que a contracultura não foi apenas um movimento, mas uma complexidade de pensamentos e práticas de questionamento, algumas vezes reverberadas como

²⁷ Não se pode desconsiderar que a própria dinâmica dos movimentos de contracultura contribui para as percepções no campo da dádiva como Terceiro Paradigma e também da hospitalidade e suas dimensões, incluindo a hostilidade. Como aponta Derrida (1992), hospitalidade e hostilidade são inerentes aos diversos movimentos da sociedade dita moderna, e as relações de pensamento ambiental e ampliação do senso de cidadania planetária, apontadas por Gadotti (2000) também considera as dimensões hostis do *modus operandi* humano em face às discussões necessárias acerca da Sustentabilidade. Para o desenvolvimento da Pedagogia da Terra, como diria Paulo Freire (1994) é necessário entender a dimensão dos oprimidos; quem sofre, porque sofre e como transforma o sofrimento em discurso e, eventualmente, também tem o potencial de disseminar a estrutura de poder que o fez sofrer.

²⁸ Todo esse contexto multidisciplinar, e gerador de diferentes perspectivas críticas, foi fundamental, aos olhos deste estudo, para o despontar do ambientalismo como movimento crítico e consciente, capaz de gerar subjetivações ecosóficis.

manifestos claros, politizados, legitimamente organizados em documentos legais e debatidos no âmbito político (MORGAN, 2010). Logo, padronizar a contracultura como um movimento único é um erro, inclusive por desconsiderar a complexidade de outras manifestações surgidas mundo afora, inclusive na América Latina²⁹, em resposta direta aos perfis seculares de colonização e espoliação de países europeus.

Os recursos metodológicos desta pesquisa permitiram notar que os principais eventos e acontecimentos desse contexto foram fundamentais para o despontar do ambientalismo, antes mesmo da ideia de desenvolvimento sustentável (JATOBÁ; CIDADE; VARGAS, 2009) (MARTINEZ ALIER, 2007), (PIERRI, 2001), do ecologismo social e mesmo da sustentabilidade. É possível propor que o Associativismo Ambiental, ou seja, a capacidade e querência de pessoas se ajuntarem, identificarem-se a partir da causa ambiental, ecológica/ecosófica (ainda que sem a “formalização” do que hoje denominam-se ONGs), tornou-se uma ação muito mais politizada e organizada, com mais pessoas envolvidas e com ampla divulgação, a partir dos anos 1960, como também arrazoada Castells (1999). Uma dádiva moderna (CAILLÉ in MARTINS, 2002), com suas tensões e contra-tensões; reciprocidade e hospitalidade calcadas também na percepção das hostilidades vigentes.

Na história dos últimos séculos houve outros associativismos (embora sem usar este termo, naqueles contextos) e cooperativismos³⁰, como no surgimento do próprio feminismo, ou das lutas de classe de trabalhadores industriais em várias partes da Europa ao longo dos séculos XIX e XX. Não seria presunção dizer que a própria Revolução Francesa, aos olhos desta tese, de 1789, foi organizada a partir de pressupostos de identidade que se podem ser considerados associativísticos³¹; não com as características, facetas de hoje, mas, ainda assim, com *modus operandi* associativísticos. Todavia, é fundamental compreender que as características do associativismo da segunda metade do século XX apresentavam uma série de aspectos nunca antes vislumbrados.

Nas décadas de 1960, 1970 e 1980, dentro desse multifacetado contexto, despontaram manifestos amplos e com significativo envolvimento da sociedade americana e europeia, como os manifestos pacifistas, coletivismos anti-guerra, pró mudança de comportamento humano na

²⁹ Exatamente por isso é tão importante levar em consideração perspectivas decoloniais e de escopo intercultural.

³⁰ Associativismo e cooperativismo são perspectivas diferentes. Conforme artigo publicado pelo autor da Tese, em 2020, o cooperativismo assume uma prerrogativa mais contundente de geração de renda, de trocas de bens e serviços em prol do sustento alimentar, empregabilidade, dentre outros. O associativismo, por outro lado, embora possa envolver também esses pressupostos, não se baseia apenas nesse panorama.

³¹ Sempre relevante asseverar que o ato de se organizar em grupos para defender causas/projetos de existência específicos é algo não exclusivo da modernidade, nem do ocidente. Segundo Castells (1999) e Harari (2014), é um processo cultural com essência muito antiga na história humana.

Terra e em relação a diversos pressupostos ecológicos e ecosóficos, como o vegetarianismo, veganismo, proteção dos animais - incluindo a pauta dos impactos do consumo de carne ao ambiente; conservação de florestas, rios e oceanos, fim dos experimentos e uso de energia nuclear (vale sempre lembrar que este período está historicamente localizado no contexto da Guerra Fria, pós bombas atômicas de 1945) distribuição equitativa do solo, fim do uso de pesticidas na agricultura, agricultura sustentável, cidades para pessoas, com espaços para a arte a cultura e, também, a liberdade de expressão³². Este espectro alavancou lutas importantes por representatividade na política, com o surgimento de partidos políticos, como o Partido Verde na Suécia (posteriormente no Brasil) e em outros países, de forma similar, e também o despontar de órgãos dentro dos governos voltados para as questões ambientais.

Na Ciência, a publicação do livro “Primavera Silenciosa”, por Rachel Carlson, em 1962, foi símbolo para o questionamento sobre o uso de agrotóxicos na agricultura e melhores condições alimentares para as pessoas, mais adequado uso do solo, distribuição equitativa da terra, dentre outros. Tal obra é considerada por muitos como a “mãe” do movimento ambientalista, junto a outros textos seminais, como o relatório *The Limits to Growth*, do Clube de Roma, em 1972, apresentado por diversos pensadores (JATOBÁ; CIDADE; VARGAS, 2009) e o próprio Encontro de Estocolmo (1972)³³.

Politicamente, a luta pelo direito ao voto por mulheres³⁴ e a representatividade de minorias, como negros e indígenas nas eleições se tornou cada vez mais uma pauta, junto também, como já dito, ao despontar de partidos à esquerda de vertente ambientalista, como vislumbrado na Suécia, França e outros países do norte europeu. No Brasil, somente após a ditadura militar fortaleceram-se os pressupostos ambientalistas dentro da política, tendo Fernando Gabeira (ex exilado político da ditadura e autor do livro “O que é isso companheiro”) como um dos primeiros representantes desse movimento “verde” a se candidatar, no fim dos anos 1980, à presidência da República, tendo sido eleito Deputado Federal pelo PV (Partido Verde) no Rio de Janeiro em 1994 (dois anos após a Eco -92).

Todo esse contexto foi fundamental para a cultura de questionamento e de manifesto que ao longo do tempo tornou-se global e base para o surgimento das primeiras ONGs, com

³² Na América Latina períodos ditatoriais marcavam a política e padronizavam a vida das pessoas nas cidades, sobretudo seguindo modelos de dominação culturais norte-americanas (ILARI, 2017).

³³ Segundo Martinez Alier (2007), é a partir da 2ª metade do século XIX, em resposta ao avanço industrial, que surge o ambientalismo. Até mesmo a criação de conceitos como Preservacionismo e Conservacionismo despontam, de fato, neste período, nos EUA. Para esta pesquisa, no entanto, a complexidade do que pode ser denominado “ambientalismo” se dá após Segunda Guerra Mundial, de forma mais contundente. A discussão sobre isso é positiva, sempre, e várias perspectivas precisam ser levadas em consideração

³⁴ Angela Davis (2016) aponta que a luta de mulheres e mulheres negras também se deu por aspectos associativísticos e esse coletivismo foi fundamental no recorte dos séculos XX e XXI.

cernes claramente associativísticos (em contrapartida à hostilidade sistêmica planetária e humana) e muito coerente ao que Martins (2002) defende ser o Terceiro Paradigma, como o Greenpeace, que hoje tem repercussão em dezenas de países do planeta e o Projeto Tamar (de Conservação da Natureza), brasileiro.

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas, por sua vez, por profunda expectativa de mudanças no século XXI. Castells (1999) mostra como a internet e era das redes contribuíram, pós Eco 1992, para maior difusão de pautas como a Educação Ambiental e políticas públicas nessa transição de milênio. No Brasil, a luta pela defesa e uso sustentável da Amazônia e outros biomas cresceu, sobretudo após o assassinato de Chico Mendes, em 1989, paralelamente à promulgação da Constituição de 1988.

Para muitos, várias das discussões existentes dentro dos movimentos de contracultura e do próprio seio do ambientalismo e ecologismo (esses dois conceitos, e também a própria sustentabilidade, confundem-se muitas vezes) eram utópicas, afinal, eram séculos de estabelecimento de estruturas sociais aparentemente inquestionáveis e indestrutíveis. Eram paradigmas econômicos e modelos de sociedade ainda, também, fortemente calcados em pressupostos industriais e neindustriais (GUATARRI, 1989). No entanto, a partir da arte, da cultura, da Filosofia, de cientistas mais dialógicos e abertos às compreensões sociológicas e antropológicas, novos modelos começaram a irromper. Trincheiras de resistência muitas vezes localizadas, mas com potencial de geração de manifestos críticos e resiliência, surgiram pelo planeta em forma de movimentos.

Fernando Gabeira, citado acima, muito atuante na criação de leis ambientais brasileiras, como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (MMA, 2000), em entrevista dada em 2020 ao Canal “Uma gota no oceano”, mostra como, nos contextos das décadas de 1960 e 1980, a ideia de movimento permitia maior fluidez de articulações, de possibilidades de representação, identidade e transformação. Partidos políticos apresentavam estrutura de maior rigidez, por exemplo, e por isso, segundo ele, não podem ser confundidos com movimentos ambientais ou mesmo ONGs, ou coletivos de pessoas que a este perfil se enquadram, mesmo que tivessem causas ambientais.

As Organizações Não Governamentais merecem destaque nos debates, por seus protagonismos inovadores e descentralizadores, “contrapoderes, de forma espontânea, com objetivo de consolidarem sua margem de iniciativa; (...) mudanças sociais e culturais acompanhadas de consciência” (GUY NICOLAS, in MARTINS, 2002, p. 41). No Segundo Caderno retornar-se-á à essa discussão sobre o que são movimentos associativísticos, a sociologia da dádiva (na proposição de Alain Caillé e outros) com base em Mauss (2008 [1925])

e uma proposição relacional mais efetiva com a ecopedagogia (GADOTTI, 2000) e sociabilidades participativas.

Isto posto, o ideário de meio ambiente passou por ressignificações no seio de movimentos populares, tal como a discutibilidade sobre o acesso ao urbano, à qualidade de vida e dignidade, luta contra o racismo ambiental, direitos de minorias, dentre outras pautas (HARVEY, 2004). Ao invés de uma natureza geral, padronizada, várias naturezas precisavam ser compreendidas e articuladas, entendendo a vida como um sistema autopoiético (MATURANA; VARELA, 1982), complexo, a “teia da vida e em constante transformação” (CAPRA, 2009, p.25) e que não podia mais ser desconsiderada. A vida nas cidades, e para as cidades, também figurou como um dos alicerces dos crivos ambientalistas, elementares para o que, hoje, tem-se de pautas e construções pró meio ambiente e pró ações equilibradas humanas na Terra.

O quadro abaixo, a partir de estímulos da cartografia proposta por Deleuze; Guatarri (1995) apresenta os principais marcos e eventos de pauta ambiental/ecológica e de sustentabilidade³⁵ da segunda metade do século XX e dos recentes anos. O conceito de trajetória foi mais adequado aos objetivos da Tese. Como se notará, também foram inseridos momentos que marcaram mudanças de percepção sobre a importância da inter e transdisciplinaridade para a compreensão e busca pela superação dos problemas ambientais e ecológicos provocados por ações antrópicas, como a “Carta da Transdisciplinaridade”, a “Carta da Terra” e o Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais (M.A.U.S.S), proposto por teóricos modernos da dádiva.

Quadro 3: Principais eventos e marcos fundamentais para a consolidação do ambientalismo, ecologismo, sustentabilidade³⁶ e outros movimentos considerados relevantes no contexto deste estudo, numa perspectiva cartográfica e histórica.

Principais eventos e marcos fundamentais para o ambientalismo, ecologismo, sustentabilidade e outros movimentos considerados relevantes no contexto deste estudo		
Eventos e marcos	Breve contextualização	Ano/ Período

³⁶ Leonardo Boff (2017) argumenta que o pensamento sobre “sustentabilidade” advém do século XVI, na Alemanha, relacionado à percepção acerca da redução de cobertura vegetal e necessidade de regular o uso de madeira, a partir da observação do declínio de regiões extensas de florestas na Espanha e Portugal. O estudioso defende que a palavra alemã *Nachhaltigkeit* significa ‘sustentabilidade’. Numa perspectiva crítica, é relevante entender essas variações e possibilidades.

Criação da ONU e Declaração Universal dos Direitos Humanos	Após o término da Segunda Guerra Mundial, foi criada a Organização das Nações Unidas. A Declaração Universal dos Direitos Humanos surgiu pouco tempo depois, advinda, em parte, dos mesmos processos. A ONU também cria a União Internacional para a Conservação da Natureza, em 1948.	1946 e 1948
O “Grande nevoeiro”, na Inglaterra	Na Inglaterra, em decorrência de forte poluição provocada por indústrias e automóveis, uma “névoa” de fuligem tornou o ar da cidade de Londres praticamente irrespirável. Aumento das discussões sobre poluição atmosférica.	1952
Lançamento do livro “Primavera Silenciosa”	O uso de agrotóxicos e outros produtos químicos e seus impactos à natureza e à humanidade foram amplamente discutidos nessa obra que é considerada a “mãe” do ambientalismo, escrita por de Rachel Carson. Muito baseada na crítica aos conflitos bélicos.	1962
Crescimento de manifestos ambientais	Despontar de manifestos sociopolíticos ambientais. A Ecologia como ciência se fortalece e começa a despontar a Ecologia Urbana. Crescimento da Sociedade Civil Organizada e reivindicadora.	1960 a 1970
Fundação do Greenpeace. Despontar de ONGs	Os anos 70 são marcados pelo surgimento de Organizações não Governamentais, como o Greenpeace (TRIGUEIRO, 2005), em 1971. No Brasil, surgem algumas leis de cunho ambiental.	1971
Clube de Roma /manifesto “Limites do Crescimento”	O Clube de Roma foi um grupo de pensadores que se reuniu para discutir política e economia internacional, sobretudo relacionadas à temática ambiental e desenvolvimento sustentável. O livro “Limites do Crescimento” é decorrente deste movimento e um marco.	1972
Conferência de Estocolmo das Nações Unidas e Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento	Primeiro evento de nível global de discutibilidade acerca da necessidade de mudança de comportamento humano em relação ao planeta e à própria humanidade (JATOBÁ; CIDADE; VARGAS; (2009). Fortalecimento do termo “Sustentabilidade” e “Desenvolvimento Sustentável” associando Ambiente, Economia e aspectos Sociais. Ainda tinha forte viés economicista.	1972
Criação do Projeto Associativístico Tamar no Brasil	Efetivação da criação do Projeto Tamar (Conservação de Tartarugas marinhas) no Brasil, após anos, na década de 1970, de projetos organizados no litoral brasileiro	1980
Relatório Brundtland (“Nosso Futuro Comum”)	A Sustentabilidade se fortalece como conceito e busca global e a transdisciplinaridade assume papel relevante como necessidade à sustentabilidade, em sua dimensão necessariamente cultural.	1987
IPCC (Painel Intergovernamental- Mudanças Climáticas	Criado com o objetivo de monitorar, juntar dados de diversas instituições de pesquisa acerca das Mudanças Climáticas e seus impactos à humanidade e aos outros seres vivos. É um Painel da ONU que ainda existe e é constantemente atualizado.	1988
Eco 92 (Cúpula da Terra, Rio de Janeiro)	Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Lançamento da Agenda 21. Ampla participação popular e de ONGs. Começo da elaboração da Carta da Terra.	1992

Comissão Mundial sobre Cultura e Desenvolvimento	Discussão acerca das relações entre mudanças ambientais e econômicas e a dimensão cultural do entendimento das racionalidades humanas. Transdisciplinaridade é discutida.	1993
Congresso Mundial sobre Transdisciplinaridade	Primeiro e importante evento e manifesto em prol da Transdisciplinaridade, Multiculturalidade e Decolonialidade.	1994
Tratado de Kyoto	O Tratado de Kyoto foi (e ainda é) um protocolo internacional discutido no Japão, estabelecendo compromissos dos países signatários para a redução da emissão dos gases de efeito estufa relacionados ao aquecimento global.	1997
Conferencia: políticas culturais para o desenvolvimento	Realizada pela UNESCO, relacionou assertivamente Cultura e Desenvolvimento Sustentável/Sustentabilidade. Interculturalidade, interdisciplinaridade e complexidade são conceitos chave.	1998
Carta da Terra e Ecopedagogia	A partir das várias discussões da Eco 92, um grupo de pensadores, teóricos, ONGs e membros da sociedade civil (independente da ONU) organizou um documento manifesto no qual alguns princípios foram preconizados, defendendo a sustentabilidade e uma existência ecológica humana mais equilibrada.	2000
Cúpula do Milênio (ONU) e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	A Cúpula do Milênio teve como objetivo discutir os resultados, até aquele ano, dos eventos anteriores, e pensar o futuro da humanidade e da Terra no próximo milênio.	2000
Manifesto de Tutzinger	Conferencia da Sociedade Alemã para Política Cultural e publicação do Manifesto de Tutzinger, que relacionou arte, afetos, cultura como aspectos favoráveis à sustentabilidade	2001
Rio + 10 (Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável)	Realizada na África do Sul, dez anos após a Eco – 92, a Rio + 10 reafirmou muitos dos pressupostos da Agenda 21 e teve como marco a discussão e relação entre mazelas e problemáticas socioambientais às questões culturais e ecológicas.	2002
Rio + 20 (Conferência da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável)	Realizada novamente no Brasil, 20 anos após a Eco – 92, assim como a Rio + 10, reafirmou vários dos pressupostos e documentos/manifestos globais anteriores, tendo como maior contribuição o começo da organização do que viria a ser a Agenda 2030, em 2015. Promulgou a Carta/ documento: "O futuro que queremos".	2012
Manifesto Convivialista Antiutilitarista	Em 2013, na França, o Manifesto Convivialista (promovido pelo M.A.U.S.S) reuniu diversos pensadores de diferentes regiões do planeta preocupados com as crises humanitárias, econômicas, políticas e toda a situação de desequilíbrio ecológico, social e humano.	2013
5º Relatório - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)	Os relatórios do IPCC têm sido importantes para Tomadores de Decisão, nos mais diversos países e nesta edição de 2014 colaborou para partes das pautas que seriam abordadas na Agenda 2030 (ONU, 2015).	2014

Conferência de Paris - Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 21)	Oficialmente lançada a Agenda 2030, com 17 Objetivos e 169 metas para a Sustentabilidade. É este documento que será melhor abordado ainda neste capítulo.	2015
COP 25 Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas	Realizada em Madrid, Espanha, este encontro debateu os diversos aspectos cataclísmicos decorrentes das Mudanças Climáticas já em curso e futuros.	2019
COP 26 (2021) e a COP 27 (2022)	Em maio de 2021, após a vitória nas eleições de 2020, Biden e Harris, presidente e vice dos EUA, convocaram uma Cúpula especial para voltar às discussões acerca do Clima, Sociedade, Tecnologias e Inteligências pró sustentabilidade. A COP 27, por sua vez, ocorreu em 2022, no Egito.	2021 e 2022

Organização: próprio autor da Tese (2022)

A produção deste quadro permitiu perceber que três aspectos são transversais a todos os marcos/eventos destacados. O primeiro deles é a evolução do pensamento ambiental paralelamente à evolução da compreensão, e discussão, acerca da complexidade, ou seja: os problemas provocados pela humanidade ao planeta, aos ecossistemas e a si mesma, precisavam ser estudados, compreendidos a partir da noção de “teia”, de interrelações, de sistema (CAPRA, 2009). Notou-se, aos poucos, que seria impossível desconectar Ciência, Ambiente, Política, Educação e Cultura. Isso foi muito importante, por exemplo, para muitas perspectivas críticas surgidas, como a Ecologia Profunda (1973), o Decrescimento (1973) e a própria Ecologia Urbana (a partir dos anos 1970).

O segundo aspecto que precisa ser frisado é que houve, principalmente a partir dos anos 1980, significativa transformação do entendimento acerca da sustentabilidade, cujo termo é uma derivação do latim *sustentare* - sustentar, defender, apoiar, conservar, cuidar (USP, 2019). Quando foi proposta inicialmente, em 1972, no Clube de Roma e, depois, na Conferência de Estocolmo, o Desenvolvimento Sustentável era compreendido, em primazia, a partir do viés econômico; houve até a ideia de diminuição do crescimento econômico, mas isso não foi aceito em amplitude pelos países participantes (CIDADE, JATOBÁ, VARGAS, 2009). Na verdade, o conceito não surgiu dentro das Ciências Naturais, como muitos imaginam. Progredir e crescer economicamente para proteger a natureza era um jargão recorrente e, por muito tempo, não ocorreu mudança significativa no “entendimento dos determinantes do progresso, da prosperidade ou do desenvolvimento. Continuaram a serem vistos como “resultado direto do desempenho econômico” (GALVÃO, 2021, s/p).

No entanto, já no Relatório de Brundtland (Nosso futuro comum, 1987), seguido pela Agenda 21 (1992) e depois pela Comissão Mundial Sobre Cultura e Desenvolvimento (1993)

e pelas Carta Transdisciplinaridade (1998) e Carta da Terra (2000), a sustentabilidade e o Desenvolvimento Sustentável passaram a “sofrer” críticas não só sobre como vinham sendo construídos, sobretudo pela perspectiva das nações mais ricas do planeta, mas também pela maneira como eram tecidos disciplinarmente, unilateralmente e de maneira não sistêmica.

Os Manifestos Antiutilitaristas também trouxeram severas críticas a diversos dos pressupostos tradicionalmente presentes nas compreensões antropológicas e sociológicas de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (MARTINS, 2002). Nesse ponto, é relevante destacar que a Ecologia, uma vez direcionada para, também, a Ecologia Social e a Ecologia do pensamento humano (GUATARRI, 1989), marcas insofismáveis para o *modus operandi* necessário à Ecologia Urbana, muito favoreceu entender a gravidade dos impactos ambientais que as cidades provocavam à natureza.

Por último, um terceiro elemento relevante de ser mencionado, notado a partir das pesquisas para a produção do quadro 2, é a maior participação da sociedade civil em eventos/marcos/documentos globais de discussão ambiental e ecológica à medida em que a segunda metade do século XX avançava. As conferências mundiais mais recentes, dos últimos 30 anos, paulatinamente começaram a fortalecer

o papel das Organizações Não-Governamentais (ONGs) e demais representações da Sociedade Civil. Tendo seu protagonismo, também, constantemente reforçado nos vários encontros oficiais de Sustentabilidade, as ONGs são aos poucos colocadas como atores determinantes e definitivos, nessa configuração internacional na busca pela Sustentabilidade. No texto da Agenda 21, documento originário da Cúpula da Terra, há um capítulo denominado “*Strengthening The Role Of Non-governmental Organizations: Partners For Sustainable Development*”, em que as ONGs, em um âmbito global, são apontadas como detentoras de uma importante rede que deveria ser fomentada com o interesse de se alcançar esses objetivos comuns (BARBOSA; 2019, p.126)

Cabe destacar que na atualidade grande parte da Conservação Ambiental no Brasil é construída por ONGs, ou outras articulações, que travam verdadeiras batalhas para conseguirem proteger a biodiversidade, oferecer melhores condições de existência para etnias indígenas e outras comunidades marginalizadas, mesmo no contexto de cidades. Muitos desses coletivos de pessoas se dedicam a novos modelos educativos, a aspectos culturais e ecosófico. Vale frisar a importância que ONGs comprometidas têm tido no combate a incêndios no Pantanal e também em outros biomas, debate muito forte nestes recentes anos. Vale trazer o que Krenak (2020), em “Ideias para adiar o fim do mundo”, colocou em discussão ao tensionar o conceito de sustentabilidade, considerado por ele como um modo, na maioria, das vezes, de as grandes corporações atuarem de modos espúrios sobre a natureza e justificarem seus erros, algo que é

importante na tentativa de compreender, também as nações indígenas, como coletivos de pessoas que lutam e favorecem importantes compreensões ecossistêmicas.

Assim, em término deste tópico, é importante defender, no âmbito do Programa em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (UFMG), que configura-se mundialmente

um cenário complexo e enrijecido de atuação e formulação para a Sustentabilidade que, hoje, determina grande parte do que é produzido em nome do conceito. Seja no que se refere à definição do termo, seja no estabelecimento de prioridades ou mesmo no financiamento e elaboração de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável, tudo passa por essa noção gradativamente construída de um ambiente global de debate sobre a Sustentabilidade, marcado pelo multilateralismo e pela presença de uma Sociedade Civil atuante e reivindicatória (BARBOSA, D.C, 2019, p.127).

Por isso esta Tese propõe que o Associativismo Ambiental é fundamental para a geração de saberes, racionalidades e práticas que sejam capazes de conduzir a humanidade para atualidades ecologicamente equilibradas, baseadas na diversidade e multiplicidade. Importante, como evoca Arendt (1979), ressignificar as tensões entre passado, presente e futuro, e considerar que a ideia de futuro é sempre muito “fugidia”, carecendo de ações focadas no agora. A evolução e trajetória dos movimentos ambientais nos últimos setenta anos, como se viu, mostram que as discussões e dados científicos têm trazido debates relevantes. Cabe, agora, aplicar efetivamente as decisões arrazoadas nesses eventos. Que elas não fiquem apenas na instância da discussão e partam para modelos de implementação, sempre na perspectiva de menos rupturas e mais transições. É nesse âmbito que discutir a Ecosofia é recurso necessário.

1.3 - A Ecosofia: transversalidades, correlações e o Fato associativo

Os tópicos anteriores permitiram entender perfis de associação humana em prol, e em ressonância, resposta, às crises notórias ocorridas, sobretudo, após o século XVIII. Cabe destacar que a história humana na Terra, não apenas como mais uma espécie de ser vivo, mas como espécie inteligente, racional e com capacidade de organização social, criação de sistemas complexos de simbologia, comunitariedade e cultura, tem algo em torno de 70 mil anos (pesquisas recentes indicam que a origem da espécie remonta à algo em torno de 300 mil anos) e entender processos associativísticos, ainda que sem retornar ao passado mais longínquo, contribui para o que se propõe nesta Tese no sentido de se compreender as possibilidades de emergência de saberes ambientais que contribuam para a prática da sustentabilidade.

Mauss (2008 [1925]), ao discorrer sobre a dádiva em sociedades arcaicas defende que sistemas de reciprocidade, baseados na tríade relacional *dar, receber e retribuir* são muito mais antigos do que se pode pensar. Trazendo para a contemporaneidade, tratam-se de abordagens

de complexidade. Viver em grupo e em um ambiente, no caso da humanidade, extrapola a mera busca por fontes de alimento, reprodução e proteção: trata-se, também, de Ecologia Política, de contratos sociais, de modos de participação e cidadanias ativas, afinal, a vida urbana representa também espaços de reconhecimento, de legitimação de demandas coletivas (MONTAGNER; MUXI, 2014), participação em saídas compartilhadas: ecosofia e culturas urbanas como territórios em disputa e significação estão imbricadas na modernidade das relações sociais e, assim, na compreensão da Sociedade do Risco.

É interessante, antes de aprofundar-se na Ecosofia, recorrer a autores como Malinowski (1944) e Geertz (1978). Para esses teóricos, a cultura é constantemente transformada, pois faz parte da própria evolução do pensamento e formas de perceber a vida humana. Também é relevante destacar que a institucionalização foi importante marco para o que, depois, viria a ser o Estado e, porque não dizer, a própria ideia mercadológica. Guatarri (1989) ao discutir a política como instância do *devir* (ou consequência?) favorece pensar a Ecosofia em sua tridimensionalidade (indivíduo, sociedade e ambiente), o que não “permite” dissociações, mas sim associações, afinal, o próprio estudo da vida biológica e da Ecologia não pode ser dissociado do dado cultural e social. Dentro do campo da dádiva, Martins (2002, p.9) assevera que a

compreensão da dádiva como sistema permite romper com o modelo dicotômico típico da modernidade pelo qual a sociedade, ou seria fruto de uma ação planificadora do Estado, ou do movimento espontâneo do mercado (...). O social somente surge (...) sob condições particulares de doação, confiança e solidariedade que não são explicáveis pela ótica meramente do interesse individual, nem da burocracia estatal, mas do paradoxo do Dom.

Assim, pela dádiva, e em correlação ao que se defenderá dentro da Ecosofia (e como Ecosofia) há vários indícios, inclusive com Keith (1995), de que a partir do sofrimento e resiliência compartilhados coletivamente, diferentes grupos humanos, de milhares de anos atrás, aprenderam não somente a conviver e se relacionar entre si mesmos, mas também a construir perfis de relacionamento com o ambiente, com os “recursos” naturais que lhes eram fundamentais³⁷. O agonismo e a hostilidade também sempre estiveram presentes, todavia, a cultura da reciprocidade assimétrica criou diversos sistemas de trocas, não apenas de bens materiais, mas também espirituais, de afetos e sentidos (MARTINS, 2002).

³⁷ Há provas científicas, inclusive, de trocas culturais e sexuais entre o Homo Sapiens e o Homo Neandertalensis (PNAS, 2021), ou seja, a dádiva numa perspectiva intraespecífica, entre diferentes espécies do gênero Homo. Em termos de Pedagogia da Terra, Cidadania Planetária, essa informação é muito interessante como recurso para a Educação voltada para a humildade e planetariedade.

Os estudos maussianos, e também os relacionados à ecopedagogia, permitem compreender que as conexões entre cultura, natureza e ambiente sempre existiram, embora nem sempre com os mesmos padrões estéticos, tampouco sob os mesmos pressupostos éticos, como assevera Espinosa (2009) ao propor reflexão sobre a natureza humana como parte da própria natureza da natureza. A discussão a seguir sobre Ecosofia precisa ser feita, pois nela, e no rol dos estudos modernos sobre a dádiva, persevera e está entranhada a própria política, afinal

o paradigma da dádiva não procede a qualquer prejulgamento, de maneira anistórica e dogmática, acerca do peso respectivo da obrigação ou do interesse; com efeito, em vez de ter-se resposta para tudo, a dádiva coloca tudo em questão. (...) Portanto, ela representa o ato político por excelência, aquele que institui a fronteira entre os amigos e os inimigos, o interior e o exterior (...); concluamos: o paradigma da dádiva e do simbolismo é, igualmente, um paradigma político (CAILLÉ, in MARTINS, 2002, p.195).

Trazer para este Caderno a Ecosofia em seu âmbito político de complexidade (sistemicidade) é preponderante na relação que se fará entre reciprocidade e ecopedagogia como aspectos elementares para se entender os movimentos associativísticos de cunho ambiental da modernidade como respostas à sustentabilidade - sem desconsiderar outras formas de pensar o desenvolvimento humano, como o decrescimento e o desenvolvimento leve (LATOUCHE, 2009). Até por isso serão considerados, os movimentos associativísticos, também ecosóficos.

Dois importantes teóricos apresentam, e defendem, o termo/conceito Ecosofia no século XX³⁸: Naes, a partir de seus construtos acerca da Ecologia Profunda, no Encontro de Estocolmo, de 1972; e Félix Guatarri, em “As Três Ecologias”, de 1989 (embora o autor viesse defendendo o termo bem antes dessa obra). Ainda que ajam perspectivas diferentes entre esses teóricos e suas formulações, ambos se aproximam na defesa de três elementos chave, e que coadunam-se aos pressupostos da dádiva e da ecopedagogia que são caros a este estudo: 1) a necessidade de novos/ ou ressignificações de pensamentos e *práxis* ambientais que não “coloquem” o homem³⁹ como centro do mundo e de tudo o que pode ser compreendido como natureza; 2) transformação urgente da ideia de progresso e desenvolvimento que era (e ainda é) a base da sociedade global capitalista, consumista e utilitarista que, segundo os autores, desencadeia a destruição da

³⁸ Não se desconsidera aqui o Tratado recente de Michel Maffesoli (2010) no qual é abordada a Ecosofia numa perspectiva pós Moderna. Apenas optou-se por um recorte, estratégico e conceitual, dentro do que esta tese defende e para maior objetividade.

³⁹ É importante destacar que o uso do termo “homem”, designando humanidade, pela maioria dos teóricos pós estruturalistas, é intencional no sentido mesmo de discutir a visão não apenas antropocêntrica de construção e percepção das realidades, mas também a percepção de desigualdade de gênero, com escasso protagonismo feminino. Alguns estudiosos, inclusive, como James Lovelock (1969), defendem que o protagonismo masculino na sociedade industrial e mesmo científica é um dos fatores responsáveis pela não compreensão sistêmica da vida e da natureza, o que afeta diretamente na elaboração cultural da Terra como um organismo “vivo”.

natureza, em suas diversas manifestações, florestas, oceanos, redução de biodiversidade e as mazelas humanas, como a desigualdade social, a má distribuição de renda, dentre vários outros aspectos; 3) uma perspectiva filosófica e política de compreensão da humanidade e de sua forma de atuar na Terra, asseverando a urgência de questionamentos profundos sobre normas, antropológica e premissas socioambientais, gerais e cotidianas, científicas, políticas e ecológicas.

Tanto Naes (1973), quanto Guatarri (1989), estão inseridos no grupo dos pensadores e pesquisadores no contexto do Pós Guerra de 1945 e que vivenciaram o panorama crítico pós anos 1950. Atualmente, na contemporaneidade, são comuns os discursos, dentro de diversos campos, como a própria Ecologia Urbana, Agroecologia, Educação Ambiental, sobre a inclusão do fator humano dentro da compreensão do que é natureza e que criticam/propõem a mudança de comportamento ambiental tendo a complexidade e sistemicidade como direção. Sem dúvida, muito disso se deve às defesas trazidas por esses autores, e outros, justamente no período no qual o ambientalismo, como manifesto político, filosófico e social se avolumou, na segunda metade do século XX.

Nesta Tese, os pressupostos de Guatarri (1989), em “As Três Ecologias”, apeteem mais, não apenas pela forte dimensão de complexidade, filosófica e crítica do autor, mas, também, pelo correlacionamento de defesas que o teórico faz na obra e que se complementam, ou contribuem, para as ponderações de outros autores elementares para o que se articula nesta pesquisa. Ele postula a “necessidade de fundação de uma Ecosofia que ligaria ecologia ambiental à ecologia social e à ecologia mental” (GUATARRI, 1989, p.25), as Três Ecologias, voltadas para compreensões sistêmicas que questionem, associem e criem transversalidades, não perspectivas unidirecionais.

Assim, as perspectivas, e práticas, ecológicas, de acordo com o teórico, que podem ser capazes de operar transformações no *modus operandi* humano no que se refere às questões complexas que envolvem as discussões ambientais, são: a **Ecologia subjetiva** (mental), cuja essência seja voltada para a discussão, articulação ou ressignificação dos sujeito com seu corpo, a psique (inconsciência) e a consciência, afinal, toda sociedade é construída por pessoas; a **Ecologia Social**, que precisa operar, atuar, refletir sobre as relações humanas, reconstruindo os níveis e paradigmas do *socius*; e a **Ecologia do/para o Meio Ambiente**, a partir da qual busca-se entender a amplitude das relações e atuações humanas, não dualisticamente, como ações imbricadas em contextos ambientais, planetários e culturais, já que, segundo Guatarri (1989, p.52): “cada vez mais, os desequilíbrios naturais dependerão das intervenções humanas”.

Para muitos, a Ecologia é uma ciência biológica que estuda, sobretudo, a natureza, os seres vivos em suas relações com seus ambientes e ecossistemas (RICKLEFFS; RELYA,

2016). Derivada do termo "Ökologie", remete a algo como “cuidar da casa”, e tornou-se, a partir do naturalista Ernest Haeckel, em 1866 (JATOBÁ; CIDADE; VARGAS, 2009) um campo de estudos muito focado na observação e compreensão da vida em suas multiplicidades, incluindo desde a biodiversidade até os fatores abióticos. Em menos de 100 anos todo o conhecimento trazido por esta Ciência muito favoreceu o despontar de perspectivas ambientais e, posteriormente, noções e apropriações do termo que “escaparam” da biologia, caminhando para uma multiplicidade de outras aplicações, como a Ecologia Política. Hoje, pode-se dizer, como afirma Morin (2008), que a Ecologia é uma das mais importantes discussões dentro da epistemologia da Complexidade, da Sistemicidade.

A Ecosofia advém das discussões ecológicas, não há como negar, inserida dentro desse panorama complexo de discussão, e cooptação, entre filosofia, política, economia, ética, Ecologia e meio ambiente. É um manifesto em favor da elaboração, ou reelaboração, das interconexões entre as esferas subjetivas, sociais e ambientais, sobretudo a ruptura entre a compreensão dualística da realidade, como a recorrente dissociação entre o cultural (humano) e não cultural (natureza/natural) e vários outros dualismos, como a separação entre mente e corpo, racionalismo e empirismo, desenvolvimento e arcaísmo, dentre outros. A Ecosofia não desconsidera a Ecologia, pelo contrário: os conhecimentos científicos provenientes deste campo foram elementares para a construção da ideia da rede, ou teia, à qual a vida na Terra está intimamente conectada (RICKLEFFS; RELYA, 2016) e que favoreceu alguns teóricos discutirem a Terra como um organismo vivo (CAPRA, 1982) (MATURANA; VARELA, 1982).

Guatarri (1989) propõe a Ecosofia como o estudo de fenômenos complexos, desde a subjetividade humana (mente/corpo), até as questões ambientais/ecológicas e as relações sociais, não de forma dissociativa dessas categorias, mas sim integrativa. Destarte, é interessante discorrer sobre outras epistemologias que são “proximais” à Ecosofia, ou que podem ser consideradas “abraçadas” ou dependentes dela, como as quatro “ecoideologias”, que permitem entender ainda mais sobre os contextos elucidados até aqui e que contribuem para o entendimento acerca da Cultura, Política e Ciência no

campo ambiental. O **nativismo** acredita na possibilidade de vida harmônica com a Natureza (...); o **ecofeminismo** desponta como movimento que procura romper com as relações de submissão da mulher, particularmente nas culturas patriarcais que a associam a uma condição inferior devida a sua "natureza submissa". O **ecossocialismo** considera que a cooperação e proteção ecológica devem ser priorizadas. O **ecoanarquismo** concentra suas atenções nas conseqüências antiecológicas do excesso de centralização governamental e no crescimento do complexo industrial armamentista, propondo a

descentralização das estruturas sociais refletidas em sistemas bio-eco-regionais. (ROCHA, 2006, p.59)

Os termos em grifo são do autor original. O excerto é pertinente no sentido de se entender as reverberações diversas do ambientalismo em várias teorias críticas, inclusive as Teorias Culturais, apesar de, nessas, como argumenta Thompson (1995), para muitos teóricos, a segunda metade do século XX ter marcado o fim da era das ideologias. É uma discussão ampla e que não será aprofundada nesta Tese. Embora possa-se discordar em diversas instâncias até mesmo do conceito “ecoideologias”, é significativo escopo para a reflexão acerca da evolução de pensamento e correlação entre Política, Cultura, Economia e Estado, campos que foram focos de crítica e reformulações ao longo da segunda metade do século XX, como se notou ao discutir-se os movimentos de contracultura.

Guatarri (1989) defende perspectivas rizomáticas, heterogêneas, interdisciplinares, sem propor, ou preferir a criação, de uma estrutura unificada de pensamento, mas criticando a forma como a sociedade industrial, pós industrial, moderna compreende a humanidade, asseverando que

não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais. (GUATARRI, 1989, p. 9)

Trata-se, como ele mesmo argumenta, de uma “cegueira” quanto ao caráter falacioso da compartimentação de alguns domínios do real. Assim, a persistência desse modelo/estrutura global de sociedade, que desconsidera as mazelas sociais, os equívocos existenciais humanos, que são culturais, estruturais e políticos, acarreta num dilema sempre constante e que não trará luz à verdadeira resposta à crise ecológica mundial, que deve ser tratada em sua escala

planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais. (...) Não é justo separar a ação sobre a psique, subjetividade daquela sobre o *socius* e o ambiente. (...) Mais do que nunca a natureza não pode ser separada da cultura e precisamos aprender a pensar "transversalmente" as interações entre ecossistemas, mecanosfera e Universos de referência sociais e individuais. (GUATARRI, 1989, p. 24-25)

Na figura 3, abaixo, um modelo esquemático busca sistematizar as Três Ecologias de Guatarri (1989) já com as transversalidades e correlações pertinentes a outros teóricos/conceitos deste estudo, compreendendo o associativismo ambiental como *devenir* (DELEUZE; GUATARRI, 1995), tecido na dinâmica de movimentos independentes e permanentes, capazes de criar, significar, transformar e modificar aquilo que preexiste e que também poderá existir. O *devenir* como potência geracional e de transformação, mas todo processo de criação e surgimento de rizomas (GUATARRI, 1989) somente pode advir dos afetos (ESPINOSA,

2009). Propõe-se, portanto, aqui, que as Três Ecologias de Guatarri são potenciais geradoras de afetos múltiplos, geracionais, por isso *devires* (representados a partir do círculo em vermelho) e que se relacionam/ “dão luz” à dádiva e ao surgimento de pactos associativos entre pessoas (CAILLÉ, in MARTINS, 2002).

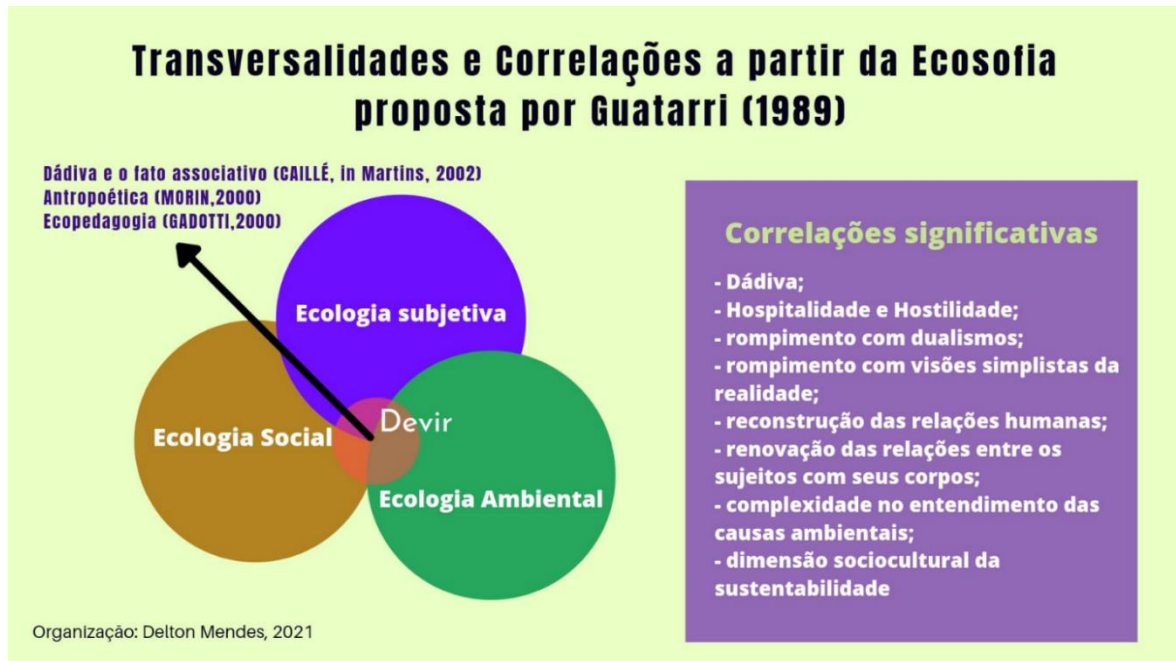


Figura 5: Transversalidade e correlações a partir das contribuições de Guatarri (1989). **Fonte:** próprio autor, 2021.

Propõe-se, portanto, que as Três Dimensões Ecosóficas trazidas pelo autor se correlacionam, e fortalecem, as perspectivas da dádiva como fato associativo, articuladas por Caillé (in MARTINS, 2002, p.196). Propõe-se, aqui, o *devir* como fator instigador (não provocador) e rizomático, capaz de oferecer correlações significativas acerca da hospitalidade/hostilidade, ruptura de paradigmas dualísticos, propostas de reconstrução de relações humanas, inclusive a partir da retomada das relações dos sujeitos com seus corpos/mentes, o que é elementar para a perspectiva ambiental e ecológica.

Em termos gerais, é relevante ressaltar que para os autores aos quais esta pesquisa recorre, e que se coadunam aos pressupostos de Guatarri (1989), sem a mudança de mentalidade, hábitos e comportamentos coletivos, não será possível atingir os vários discursos apreçados, como a da própria sustentabilidade; as medidas seriam ilusórias e/ou superficiais, sendo facilmente apropriadas pelo ideário do capital (já têm sido). A busca pela consciência ecológica futura não pode se contentar com a preocupação dos fatores ambientais como meros sinônimos de natureza e discursos preservacionistas vazios, esgotados da dinâmica humana.

Martins (2002), ao organizar a obra “A dádiva entre os modernos”, com diversos pensadores maussianos, também favorece muitos aprofundamentos nesse campo.

Em decorrência dessa defesa apresentada por Guatarri (1989) é que esta pesquisa escolheu seus pressupostos categóricos/analíticos para discutir Ecosofia, junto a outros teóricos, afim de atender às necessidades e objetivos deste estudo. Uma vez discutido, e entendido, o que se conceitua ser Ecosofia e as correlações caras para o autor desta pesquisa, é possível fazer análise pontual de alguns aspectos da Agenda 2030, da ONU, que em abril de 2021 foi novamente discutida nos EUA, na “Cúpula dos Líderes Mundiais sobre o Clima”, convocada pela presidência norte-americana, então recém empossada, composta por Joe Biden e Kamala Harris. Em 2022, voltou à baila, desta vez no Egito.

1.4 - A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e uma discussão sobre Ética e A(fé)to

Como mostrado na sistematização apresentada no quadro 2, é instigante discutir os movimentos/eventos ambientais da segunda metade do século XX e da transição para o século XXI sempre em seus contextos, a partir dos perfis locais e globais pertinentes a cada um e, sobretudo, as relações entre as estruturas sociais e políticas que regulavam/ regulam as idiossincrasias dos respectivos períodos/recortes históricos.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU (Organização das Nações Unidas, 2015), também denominada “Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (ONU, 2015) é decorrente de um processo amplo de discutibilidade acerca de diversas pautas ambientais, conservacionistas, econômicas e sociais, com embasamento científico, da Rio + 20 (evento ocorrido em 2012, no Rio de Janeiro) na qual se definiram 17 ODS - Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável:



Figura 6: os 17 ODS (Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030). **Fonte:** (ONU, 2015, s/p)

A Agenda 2030 é compreendida, hoje, por muitos setores da sociedade global, como o mais importante documento que ampara/direciona políticas públicas e legislações internacionais direcionadas não apenas para a causa da sustentabilidade, proteção/conservação da natureza, mas também para toda a complexidade social, cultural e comportamental que precisa ser tecida na compreensão do desenvolvimento sustentável.

O caminho para a dignidade em 2030 é acabar com a pobreza, transformar e proteger todas as formas de vida e pensar globalmente, no planeta e em tudo o que compõe o planeta. (ONU, 2015, s/p)

É importante, neste ponto, frisar que esta Tese propõe que qualquer transformação de estruturas sociais, ambientais e econômicas de escala global precisam ser pensadas, debatidas e construídas tendo o protagonismo da maior parte das nações da Terra (preferencialmente todas), ainda que processos hegemônicos ainda se revelem, não raras vezes. Também é salutar pensar-se na interculturalidade e transdisciplinaridade que marcam este documento e, ir para além do pensar. Precisam ser projetadas, e prospectadas, pela categoria do outro que não vigora em pensamento: os animais, a vegetação, todos os grupos de seres vivos que habitam a Terra. Vale a pena uma crítica ao antropocentrismo muitas vezes marcado na Agenda 2030.

Observando-se os ODS, destaca-se a argumentação de que, para uma sociedade que “deseje” ser sustentável, reduzir a pobreza, erradicar a fome e oferecer condições de saúde e bem-estar para as populações humanas no globo são pressupostos inalienáveis. Paralelamente a isso, medidas de conservação e preservação de ecossistemas e natureza em geral precisam caminhar, tendo como protagonismo diferentes esferas da sociedade. Cabe ressaltar que os 17 ODS, dispostos na figura, são um aprofundamento dos 8 objetivos do Milênio, lançados no ano 2000.

É comum interpretar-se esses ODS de forma dissociativa. Não são poucos os trabalhos que foram acessados por esta pesquisa, para composição e reflexão da revisão de literatura, nos quais se notou que os pesquisadores “escolhiam” os ODS que, em suas percepções, melhor estariam sendo cumpridos em seus trabalhos e ações. O mesmo vale para projetos analisados de empresas, *mass media*, dentre outros. Alguns desses, aliás, pautavam-se apenas em um ODS e já defendiam estar cumprindo a “meta da sustentabilidade”. Todavia, desconsidera-se (por desatenção ou má fé) que é na diversidade, multiplicidade e associação na busca pelas relações entre todos esses Objetivos que os mais potentes resultados poderão ser obtidos. Tal discussão atrela-se ao que é articulado por Guatarri (1989), quando o autor discorre sobre as falácias da

Modernidade. Também é pertinente discutir as “gaiolas epistemológicas” que atrapalham a percepção do todo experiencial, as conexões, como prepondera D’ambrosio (2011, p.123).

Ao recorrer, portanto, à Agenda 2030, é preciso compreendê-la como um manifesto contemporâneo e complexo, cujas respostas à sustentabilidade, conforme já asseverado, são culturais, ou transculturais, comportamentais e precisam ser direcionadas, em primazia, pela visão sistêmica da vida, da sociedade humana, da interculturalidade, que é uma perspectiva urgentemente necessária

tanto para as ciências do comportamento e da vida quanto para as ciências sociais e, especialmente, a economia. (...) Os economistas tendem a dissociar a economia do contexto ecológico em que ela está inserida e a descrevê-la em termos de modelos teóricos simplistas e altamente irrealistas. A maioria de seus conceitos básicos, estreitamente definidos e usados sem o pertinente contexto ecológico, já não são apropriados para mapear as atividades econômicas num mundo fundamentalmente interdependente. A situação é ainda agravada pelo fato de a maioria dos economistas, num esforço mal orientado em busca do rigor científico, evitar explicitamente reconhecer o sistema de valores em que seus modelos se baseiam e tacitamente aceitar o conjunto de valores altamente desequilibrado que domina nossa cultura e está consubstanciado em nossas instituições sociais. (CAPRA, 1982, p.267)

A defesa de Capra, feita em 1982, ainda é atual. A economia tem dominado a visão de mundo a partir dos pressupostos do capitalismo e dos ideários do consumo que criam significados e ecossistemas de significados e ações (CASTELLS, 1999). Um significativo desafio é mudar essa estrutura, não necessariamente de forma paradigmática, mas a partir de micrologias, em diferentes instâncias de poder, nos quais os mais variados discursos, racionalidades e saberes baseados em práticas locais, ambientalmente localizados, possam ser compartilhados e defendidos, resguardados em seus direitos, espaços de construção de possíveis novos pressupostos humanísticos para a sociedade moderna. Esses pressupostos podem ser discutidos (ressoados) a partir dos 5 “p” para o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015), da Agenda 2030, os quais focam na relação não finalística entre **Pessoas, Planeta, Parcerias, Paz e Prosperidade:**



Figura 7: os 5 “p” da Agenda 2030, que revelam e são uma síntese interessante das 169 metas traçadas no documento. **Fonte:** ONU (2015, s/p)

A Agenda 2030 pode ser compreendida como o resultado mais positivo pós Eco 1992 e pós Rio +10 (no que se refere a pactos globais e que envolvem Cúpulas que apresentam representantes da maioria dos países do globo) uma vez que se avolumou a partir da análise do que de fato foi desenvolvido, aplicado, pelas nações a partir da Agenda 21 (1992), Carta da Terra (1999), Declaração do Milênio (2000) e também dos manifestos da Rio + 20 (Rio de Janeiro, 2012), que apresentou o documento “O futuro que queremos”, reforçando todos os compromissos (inclusive os 8 objetivos para o Desenvolvimento do Milênio) anteriores.

Os líderes mundiais, signatários da Agenda 2030, comprometeram-se a organizar um pacto robusto e atualizado, com dados e perspectivas focados em aspectos sociais, ambientais e econômicos que fossem voltados para a correlação entre a diminuição da pobreza, da desigualdade social e dos preconceitos, com foco também na mitigação das mudanças climáticas, diminuição da sexta grande extinção em massa de espécies, recuperação de áreas naturais e investimento em pesquisa científica. Trata-se de um compromisso também dentro do campo ecológico, científico, já que não é prepotência afirmar que, assim como corroboram Ricklefs; Relya (2016), a Ecologia, como Ciência da vida e das relações dos seres, precisa também ser pautada e direcionada para a Economia da Natureza e para uma Economia das relações humanas o que remete ao que já disse Chico Mendes: “ecologia sem luta de classes é jardinagem” (RAMOS, 2019, s/p).

D’ambrosio (2011), ao discorrer sobre a Transdisciplinaridade, algo que dialoga também com Morin (2000) em suas articulações acerca da tríade *indivíduo/espécie/sociedade*

e Mauss (2008 [1925]) com a dádiva, defende que não há possibilidades de se empreender processos transdisciplinares sem levar em consideração a política, a geopolítica e as diversas instâncias de poder existentes na sociedade. Mais que isso: propõe que apenas a disciplinaridade já não “dá conta” dos desafios globalísticos da contemporaneidade. Logo, se não forem eventos e documentos como a Agenda 2030, o que mais pode ser feito no contexto geopolítico global, dentro dos moldes capitalistas? Não se pode permitir que a utopia prevaleça num mundo no qual praticamente metade da população global vive abaixo da linha da pobreza. Ao discutir, e questionar, a disciplinaridade, D’ambrosio (2011, p.10) permite pensar sobre vários outros contextos e aprofundamentos reflexivos possíveis, já que não

se pode excluir a possibilidade de existirem outros sistemas de conhecimento nos quais a fragmentação do saber não tenha sido tão rígida quanto o que vemos no sistema de conhecimento ocidental. Esses sistemas de conhecimento, supérstites em algumas sociedades, muitos aprimorados, outros desfigurados pela exposição com a civilização ocidental, encontram-se nas tradições. É bem possível que esses sistemas poderão contribuir para a superação do impasse existencial. (...) As próprias ciências reconhecem sua insuficiência para responder a essas questões básicas e para encontrar um novo caminho que garanta um futuro para a humanidade.

Outros tipos de manifestos contemporâneos podem existir, para além da Agenda 2030? Certamente; e não apenas podem existir: existem. Na comunidade do alto do Boa Vista, na Floresta da Tijuca, Rio de Janeiro, ainda que sem recursos e com a ausência do poder público, os moradores têm empreendido verdadeiras trincheiras de resistência educativas e também ambientais buscando

ajuda por parte de colaboradores, tanto locais como internacionais, para planejar um sistema de esgoto, implementar painéis solares, biodigestores, uma horta comunitária e a geração de oportunidades econômicas relacionadas com o turismo ecológico. (...) Em 2014 a comunidade virou estudo de caso para demonstrar o potencial da favela como modelo de desenvolvimento sustentável durante a conferência internacional para a construção verde GreenBuilding Brasil, tida em São Paulo em agosto. O Vale Encantado é também uma das oito comunidades que aparecem no filme das Comunidades Catalisadoras, “Favela Como Modelos Sustentável” lançada na Rio+20. (RIOONWATCH, 2021, s/p)

O exemplo da comunidade citada revela a relevância do protagonismo de diferentes atores, culturas e resiliências na construção de propostas de sustentabilidade, baseadas em contextos. Tradições e saberes e a dissolução de realidades unidirecionais são aspectos relevantes de serem levados em consideração. Retornando a Guatarri (1989), sobretudo à “região” de *devir* entre as Três Ecologias, marcada na figura 3, é sempre relevante que as instâncias diversas que compõe os saberes e a prática, a formação de tomadores de decisão e as ações desses, sejam levadas em consideração em projetos/ações de cunho ambiental e de

sustentabilidade. Embora esse último termo esteja “esvaziado” pelos processos de financeirização da vida humana e da natureza (MISOCZKY; BOHM, 2012), ainda é um conceito que merece atenção e, certamente, ressignificações e críticas - como propõem o Decrescimento e o Desenvolvimento Leve (GEORGESCU-ROEGEN, 1999).

A pobreza, a desigualdade social e iniquidade de acesso a direitos básicos, como evidencia Boff (1990) são sinais inequívocos de que a sociedade humana não poderá lidar com os cuidados ao Meio Ambiente, natureza e sustentabilidade, pois se falharmos com indivíduos de nossa própria espécie, dificilmente poderemos pensar/propor medidas de solução para mazelas para com outros seres vivos e mesmo a Terra. É interessante notar que o próprio “O futuro que queremos”, de 2012, o manifesto final da Cúpula Rio +20, ofereceu importantes *starts* nesse contexto, para o que depois figuraria na Agenda 2030, e que podem ser compreendidos como aberturas à discutibilidade acerca da complexidade e transdisciplinaridade que marcam o mundo moderno, pois compreendeu e ratificou que

somos comprometidos em libertar a humanidade da pobreza e da fome com urgência, (...) mudando padrões insustentáveis e promovendo perfis sustentáveis de consumo e produção, proteção e gestão de recursos naturais, noção abrangente de desenvolvimento econômico e social e (...) reafirmamos a necessidade de desenvolver uma economia inclusiva e equitativa, criando maiores oportunidades para todos, reduzindo as desigualdades, elevando os padrões básicos de vida (...) e ecossistemas em suas amplas dimensões, favorecendo a conservação, regeneração e restauração da natureza e resiliência em face de desafios novos e emergentes. (ONU, 2015, p.1)

Nota-se, no excerto, que, pela primeira vez na história de eventos ambientais da ONU, de forma assertiva e mais evidente, defendeu-se a relevância de percepções e pactos mais interdisciplinares e complexos (como também pode ser notado nos 5 “p” discutidos acima). A partir da Cúpula da Terra da Rio +20 também se reconheceu com maior profundidade a importância de ONGs e outras representatividades de coletivos de pessoas que lutam dentro do rol das questões ambientais para a definição de metas para um futuro planetário mais equilibrado.

Na **figura 6**, abaixo, destaque deve ser dado, dentro das discussões acerca do associativismo ambiental que esta tese articula, no item “atividades que não da ONU”, logo na parte inferior do esquema, em azul, na qual destacam-se as atividades e participações de diversas instâncias da sociedade civil, de pressupostos claramente associativísticos. As questões acerca de múltiplas dimensionalidades, defendidas nesse evento, que também contou com etnias indígenas com espaços de voz, quilombolas, povos caiçaras e tradicionais e várias entidades da sociedade civil, como ONGs (Organizações Não Governamentais), são parte de um *continuum* de ações e discussões advindas desde a década de 1990, com destaque aqui para

a Carta da Terra e a ecopedagogia, já que em breve este manifesto e conceito serão fundamentais para algumas discussões acerca do Associativismo Ambiental e Ecologia Urbana.

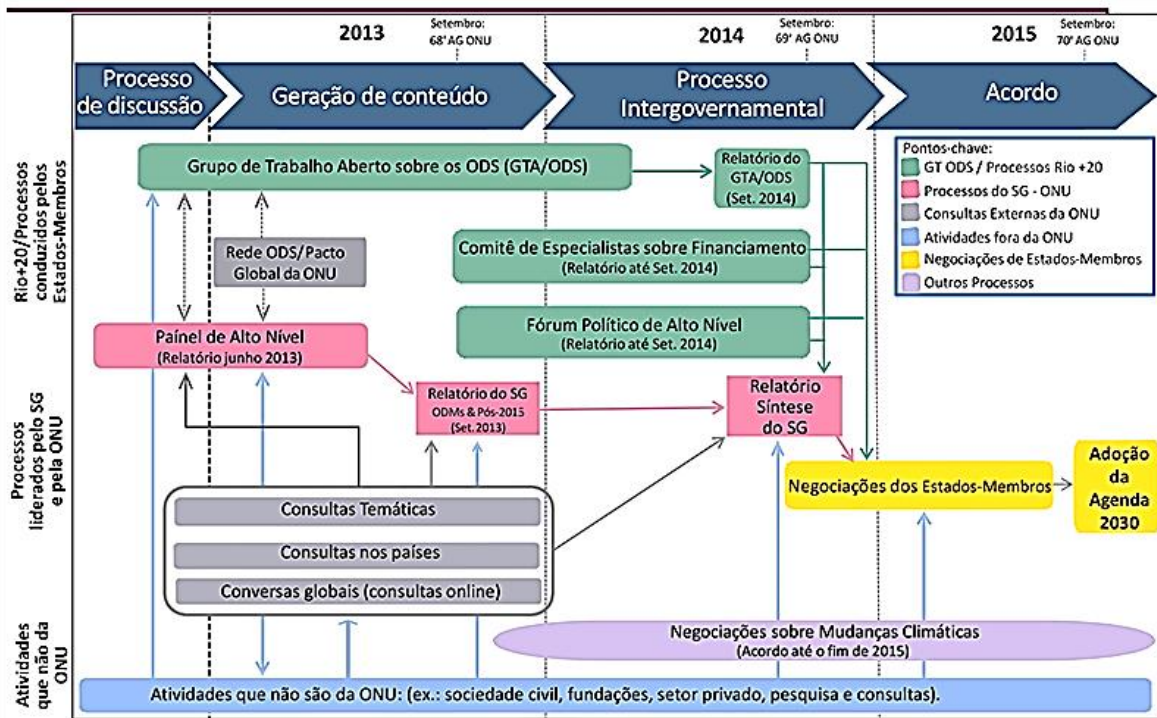


Figura 8: Modelo esquemático do processo de construção da Agenda 2030, pós Rio +20. Pela primeira vez, “muitas mãos”, de diversos segmentos da Sociedade, incluindo ONGs, coletivos de pessoas, contribuíram para a elaboração deste documento global.

Assim, a Agenda 2030 precisa ser compreendida num contexto mais ampliado e complexo, decorrente de avanços, discussões decorrentes desde o Encontro de Estocolmo (1972) e que ao longo dessas décadas ocorreu evolução significativa da compreensão cultural e comportamental da sustentabilidade, parte importante na busca pela “descoberta” da

mudança de valor paradigmática, ou "mudança da mentalidade global", que é necessária para construir uma nova política de civilização para a sustentabilidade. De fato, o processo de busca da sustentabilidade deve ser, acima de tudo, entendida como uma busca por "culturas de sustentabilidade". (KAGAN, 2010, p.2)

É justamente neste âmbito, de defesa dos estudos culturais e comportamentais, pelo entendimento dos processos civilizatórios que hoje, na era da sociedade em rede, caracterizam o mundo humano, que esta Tese se encontra. Certamente num espaço de *não lugar*, de conclusões não finalísticas, de *devir*, de buscas por cartografias pelos/ e para os pesquisadores, como apontam Deleuze e Guatarri (1995) ao discutirem a fluidez da sociedade e, portanto, do que pode ser fundamental para a cultura da equidade, da paz e da própria *práxis* científica. É preciso compreender, discutir e problematizar a sustentabilidade como um “desafio cultural, um conceito em crise pois exige revisões importantes de normas, valores e práticas em todos

os setores, desde a política, passando pela economia, até a vida em si” (TUTZINGER, 2001, s/p).

Neste importante desafio, entender como grupos de pessoas, em movimentos associativísticos ambientais elaboram políticas/práxis de existência, culturas de resiliência, inteligências, tecnologias sociais e sabedoria para trabalhar as mais diversas temáticas ambientais é um rico aporte para este estudo, afinal, trata-se também de uma ecologia das sociedades e para o mundo, pois

o ser humano é uma **parte da natureza, e a natureza é uma parte do ser humano**.⁴⁰ Este *insight* ainda é um desafio para as ciências em geral e para a sociedade como um todo(...). Portanto, uma mudança cultural orientada para a sustentabilidade significa também uma mudança paradigmática. (BROCCHI, 2008, p.31)

Diante de um mundo globalizado, buscar parcerias e sensibilizar as nações mais ricas economicamente sobre a relevância de políticas globais para a justiça, equidade e conservação da natureza, e redução das desigualdades sociais, é elementar. Em suma: a Agenda 2030 pode ser “usada” como defesa direta de que o mundo precisa olhar para os microcosmos de compreensão e significação de realidades, num verdadeiro e possível pacto pró complexidade (MORIN, 2008), cultura e conservação ambiental (LEFF, 1998), mas também para os macrocosmos, na escala de cidadania planetária (GADOTTI, 2000). Local e global se conectando e sendo levados em consideração continuamente, já que é necessário, como afirma a Agenda 2030,

um plano de ação **para as pessoas⁴¹, o planeta e a prosperidade**. Também buscar fortalecer a paz universal com **mais liberdade**. Reconhecemos que a **erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões (...)** é o **maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável (...)**. Ao embarcarmos **nessa jornada coletiva**, comprometemo-nos a não deixar ninguém para trás. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as 169 metas que estamos anunciando hoje demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda **universal**. Levam em conta o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e **procuram obter avanços nas metas não alcançadas**. visam assegurar os **direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas**. São **integrados e indivisíveis**, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. Os Objetivos e metas estimularão a ação em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta nos próximos 15 anos. (ONU, 2015, p.2)

Em negrito, estão marcados termos que se consideram ser muito relevantes dentro da perspectiva Ecosófica construídas ao longo das recentes décadas e a partir do que defende

⁴⁰ Grifos meus

⁴¹ Grifos meus

Guatarri (1989) (Ecologia da Subjetividade/Mental; Ecologia Coletiva/Social e Ecologia Ambiental); e também, das buscas de se entrelaçar conhecimento, saberes e ampliar a noção de Meio Ambiente (para além de fauna e flora/ natureza) e sustentabilidade (para além da perspectiva econômica baseada apenas no PIB - Produto Interno Bruto - e superávits de países).

O investimento maior de qualquer plano e objetivo de futuro global e local está nas pessoas, nas suas relações e construções culturais: na dádiva das reciprocidades. Pessoas felizes, com acesso a direitos básicos, como o alimento, moradia, saúde, educação diversa (não apenas formal) e ambientes naturais saudáveis, são as pessoas que terão potencialidade para também serem agentes de transformação. Todavia, para isso, e dentro do sistema no qual estamos, é preciso que legislações pertinentes e tomadores de decisão conscientes sejam cada vez mais presentes; além disso: construídos. Bons governantes são construídos dentro das sociedades, não são alienígenas ao tempo e espaço. Por isso o Movimento Convivialista (CAILLÉ, 2012) e sua bagagem de contravenção ao utilitarismo é tão relevante.

Para as mudanças necessárias e com o objetivo de atingir os pressupostos defendidos e preconizados na Agenda 2030 (ONU, 2015) é preciso, de fato, de racionalidades que favoreçam mudanças de valores e comportamentais. A Ecosofia, nos remete à filosofia da conduta; isto é, àquilo que direciona atitudes, comportamentos, hábitos e até mesmo crenças. Aí não se inclui apenas um cuidado para consigo mesmo, mas também um zelo para com o outro, tanto em relação à vida não humana como também em relação ao meio ambiente. A dádiva como paradigma não apenas na relação humano – humano, mas também humano natureza e natureza – humano.

Diante desses desafios, cabe observar e refletir sobre a ética também do afeto, como mesmo Espinosa (2009, p.163) alude, ao trazer à discussão o afeto como uma ação natural que influencia decisões, comportamentos, hábitos e a própria ética: “afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções.” Assim, em termos bastante resumidos, pode-se relacionar ética com a própria natureza humana, uma vez que se liga diretamente ao comportamento culturalmente concebido e conectado às escolhas e práticas mentais, coletivas e ambientais. Trata-se também de reflexão, uma vez que está também associada aos princípios morais que regem a ação individual. Ética é, então, uma criação humana que regula a sua liberdade perante o outro.

Jean-Paul Sartre situa em *O existencialismo é um humanismo* (1978), o quão árdua e angustiante é a tarefa humana quando depara-se com dilemas morais; a vida humana é sempre rodeada de escolhas e as angústias que as precedem e sucedem. No entanto, qual seria a relação entre tais angústias, a ética e os afetos? Interessante é que, embora a ética esteja diretamente

relacionada às ideias de escolha e ação, ela também é tomada como medida de avaliação normativa e moral para a conduta dos grupos sociais. Nesse aspecto, ela aparece tanto como regra quanto como reflexão sobre a melhor forma de se viver em sociedade, apresentando-se como princípios universais que regulam as ações e o caráter dos indivíduos.

Tanto a ética quanto a moral têm o seu espaço de atuação e responsabilidade nas relações sociais. A ética é a reflexão, é o princípio universal; é a avaliação normativa da conduta e do convívio social. Já a moral é a decisão pessoal, a prática cotidiana, o exercício da escolha, sempre orientada pela ética. Assim, a “ética é sempre um olhar vigilante sobre a moral” (CREMONESE, 2019, p. 10). Seriam, então, a Ecologia Mental e a busca por mudanças de comportamentos ambientais, perspectivas de vigilância sobre o outro, e sobre o si mesmo, e as Ecologias Sociais e Ambientais consequências diretas disso? Sartre (1945) aponta a relatividade da ética, uma vez que ela muda de acordo com a cultura de cada povo e sua localidade.

Ao considerar que a ética tem a função de orientar o agente em suas decisões, julgamentos e avaliações, pressupõe-se que tais sujeitos são dotados de liberdade. Liberdade para agir, escolher e cuidar. Cuidar no sentido de respeitar a singularidade do outro, considerando-o como pessoa. Cuidar da terra, da água, do planeta e da vida em si, em sua complexidade; e dentro da sociedade do agora, tão assoberbada no individualismo, nas batalhas literais pelo ego, discutir as causas coletivas é, não raras vezes, impossível, ou aparentemente inconcebível.

Discutir como coletivos de pessoas se ajuntam, associam, com fins ambientais, também ritualísticos (CAILLÉ, in MARTINS, 2002), baseados nas trocas e reciprocidade, num mundo com tantas hostilidades, é discutir ética, ou, mais que isso, antropológicas sensíveis e afetivas. Este é o grande desafio e, ao mesmo tempo, contribuição, da dádiva maussiana: entender o próprio fazer humano como um fazer socializante, não apenas hospitaleiro e recíproco como se apregoa em campanhas caritativas, mas com outros engendramentos, cuja essência reside num “santuário de sociabilidades participativas” (GUY NICOLAS, in MARTINS, 2002, p.59) ainda existentes e potentes na sociedade do agora. Embora vivenciemos uma crise existencial humana, ou pós-humana, também vivenciamos a realidade da resistência e resiliência, que sempre nos marcaram como espécie e que, como se verá, revelam-se, ainda, a ponte, conexão e rizoma para construção de novos sentidos e saberes ambientais. É o que acredita, teoriza e defende esta proposta de doutoramento.

Entre o caos e a tristeza, o pessimismo e as misérias, hostilidade e a crise da conexão humana com o ambiente, também há a busca por soluções e pessoas; pessoas com diversas

maneiras de compreender suas realidades, seus corpos, seus afetos e sentidos e, sendo assim, é a partir do olhar para pessoas que esta Tese mais se apetece e se constrói. De experiências coletivas livres, baseadas em reciprocidade e solidariedade, ainda que em um mundo utilitarista repleto de hostilidade. Esta pesquisa é, portanto, acima de tudo, um manifesto pelo entendimento de metodologias do fazer social e do próprio âmago das *práxis* que tornam a sociedade um objeto de estudo nunca definitivo e claramente disposto mas, ainda assim, sempre relevante e passível de esperanças para o agora e para o futuro.



Figura 9

2 ° C A D E R N O

SOCIEDADE DA ESPERANÇA

"A democracia só é levada a sério como tal quando favorece a proliferação de associações. Para além da solidariedade pública, e como complementaridade necessária com ela, é neste aspecto que se exerce a solidariedade em ato." (CAILLÉ, in MARTINS, 2002, p. 205)

Neste Caderno, nos tópicos **2.1** e **2.2**, as articulações principais se dão a partir da discussão sobre o que é o associativismo ambiental, suas características como movimento social e a relação entre a dádiva e a ecopedagogia, sobretudo no âmbito da reciprocidade assimétrica, da doação e do vínculo. O fato/pacto associativo é o cerne da busca pelo entendimento e proposição de uma sociologia da dádiva voltada para o associativismo ambiental na contemporaneidade e que fundamenta aquilo que denomino “sociedade da esperança”. Estabelece-se, também, estudo sucinto acerca de três associações/Organizações Não Governamentais com o objetivo de empreender debate sobre a dádiva na modernidade, com especial direcionamento para as práticas de voluntariado como extensão da sociabilidade primária proposta por Caillé (in MARTINS, 2002)

Nos tópicos **2.3** e **2.4** estão organizados os resultados mais significativos obtidos a partir dos estudos acerca das três ONGs em questão. A partir de então, será proposto modelo de Mapeamento Ecocultural que, acredita-se, seja interessante no âmbito das perspectivas inter e transdisciplinares desta Tese, *a priori*, exemplificado por meio de fichas inferenciais construídas com base em informações das Organizações Não Governamentais do recorte de pesquisa e, *a posteriori*, favorecendo, no tópico 2.4, a discussão acerca da construção da Casa da Ciência e da Cultura de Barbacena, projeto que foi estabelecido a partir desta Tese e do Mapeamento Ecocultural e que objetivou ser uma experimentação real da dádiva, em sua dimensão do acolhimento (hospitalidade/associativismo), da conexão e da reciprocidade. Amplia-se, neste Caderno, a correlação entre fatores humanísticos, urbanos e de sustentabilidade do ponto de vista social.

2.1 - Associativismo Ambiental, ONGs, e a relação com a dádiva e a ecopedagogia

A injustiça, uma certa injustiça, e mesmo um certo perjúrio, logo começam a partir do limiar do direito à hospitalidade e de uma crise da hospitalidade (...) a violência como crise da própria humanidade e símbolo maior da hostilidade. (DERRIDA, 1992, p. 49)

O que faz, ou estimula, as pessoas se juntarem em prol de mudanças, defesa de modos de existência ou transformações em seus contextos, suas vidas? Como constroem senso de comunitariedade, de ligação e reciprocidade que são capazes de perpetuar (e manter) culturas, saberes, *práxis* ao longo de séculos, até milênios? Estas são algumas perguntas que, já há muito tempo, tem motivado estudiosos a buscarem entender as relações sociais e experiências coletivas que marcam o fazer associativo em diversas partes do mundo, em diferentes recortes históricos.

O fenômeno associativo, ou a sociologia da associação (CAILLÉ, in MARTINS, 2012) envolve uma multiplicidade de fatores, muitos deles relacionados à relação de retribuição das pessoas a algo que foi dado, doado, compartilhado, vivenciado, sempre numa lógica coletiva e convivencialista. Por isso, é mais cara a esta pesquisa a compreensão sociológica da dádiva, também reconhecida como economia do dom (GODBOUT; CAILLÉ, 1997), em que as prestações de serviços, bens, cultura, solidariedade não preveem ambivalência, unilateralidade ou homogeneidade.

Embora note-se a necessidade dos indivíduos envolvidos em serem recíprocos, a dádiva na modernidade tem sido mais reconhecida nas relações assimétricas, heterogêneas, sem garantia de retorno, o que nutre possibilidades de criação, manutenção ou regeneração do vínculo social, uma vez que “na relação de dádiva, o vínculo é mais importante que do que o bem. Ou ainda: o valor do vínculo tem mais importância do que o valor de uso e do que o valor de troca” (CAILLÉ, in MARTINS, 2012, p. 192). Importante também o olhar de Godelier (1972) ao tecer contribuições acerca das relações de afetividade entre os humanos e a caridade, ampliada, para com os outros seres vivos, assumida mais amplamente nas recentes décadas.

Cabe aqui retornar um pouco, brevemente, ao entendimento da dádiva. Proposta inicialmente por Mauss, em 1925, ela não possui um “significado” fechado, totalmente definido. Não à toa, são vários os teóricos que não apenas continuaram os estudos antropológicos de Mauss, mas os ampliaram e trouxeram novas considerações, inclusive na tentativa de se tecer uma teoria da reciprocidade. Compreende-se a dádiva, ou dom (GODBOUT, 1992) hoje como um “start”, um movimento de reflexão/teoria sobre a reciprocidade, sobre o humanismo e a solidariedade e não apenas mais um campo de discussão estruturalista, que considera o comportamento e ações das pessoas como meras variáveis das estruturas culturais e sociais mercantilistas nas quais vivem. Apetece mais a este estudo a compreensão e discussão feitas por Martins e outros autores (A dádiva entre os Modernos, 2012) acerca das regras e fundamentos do social.

A tríade *dar, receber e retribuir* marcam a dádiva maussiana e tem movido, há quase 100 anos, muitos estudos, inclusive na modernidade. Em o “Ensaio sobre a dádiva” (1925), Marcel Mauss, ao dedicar estudos sobre a cultura de povos polinésios e outros, descreve relações e prestações de reciprocidade. Trata-se de uma tentativa de entender as origens da troca, os princípios elementares de organização e lógica econômica e social da reciprocidade. Em princípio, pode-se interpretar essa tríade (*dar, receber e retribuir*) como parte (ou a totalidade) de relações obrigatórias baseadas em modelos mercantis, tal como as formas que se notava à época no mundo ocidental. Entretanto, à medida que Mauss evolui o texto, fica

evidente sua percepção de que a dádiva, e mesmo a contra-dádiva, poderiam ter aspectos muito mais amplos que meramente o significado da troca material; havia algo próximo a um “vínculo de almas⁴²”.

O “espírito” dessas relações de reciprocidade também está para além do objeto dado; está para além do senso de obrigatoriedade. Trata-se de laços, vínculos entre os atores da dádiva; entre as pessoas que compartilham rituais, culturas, *práxis* sociais como os contemporâneos fatos associativos ambientais. Logo, a retribuição e a reciprocidade podem ser interpretadas como experiências socializantes humanas. Há de se considerar que a reciprocidade, numa compreensão mais profunda da dádiva, implica a preocupação pelo outro, a busca pelo que Mauss denominou ser o *mana*: a produção de valores afetivos ou éticos como a paz, a confiança, a amizade e a compreensão.

Tratando-se de modelos associativos pró meio ambiente, propomos que esta reciprocidade pode ser ampliada também para a Terra, para os contextos de entendimento do mundo para além dos paradigmas utilitarista e holista. Compreender os movimentos associativísticos ambientais como dádiva, por suas doações livres, espontâneas e, sobretudo, voluntárias⁴³, também implica compreendê-los em suas relações de hospitalidade para com a Terra e a própria humanidade. Esse conjunto de fatores permite refletir que as ideologias e ações desses coletivos de pessoas, baseados sobretudo no voluntariado, mundo afora, é resposta direta à hostilidade notada na sociedade global utilitarista, que financeiriza a natureza, as relações humanas, os seres vivos, como se tudo pudesse ser medível pelo capital; tudo tem um valor financeiro (MISOKZY; BOHN, 2012). É nesse sentido, e direção, que esta Tese proporá, ao seu final, uma epistemologia da existência ambiental⁴⁴, baseada em sociologias para a Ecologia Urbana.

Ao contrário dos modelos mercantilistas e utilitaristas, a dádiva, na forma do *dar*, *receber* e *retribuir*, não se expressa somente numa lógica binária, um movimento de “ida e

⁴² Relevante destacar que termos como “almas”, “espíritos” em Mauss e estudiosos maussianos, não têm nenhuma relação com doutrinas ou religiões, ou “vida pós morte”, misticismo. Remete àquilo que está para além do que pode ser “tocado”, medido, financeirizado. As relações entre as pessoas, portanto, nem sempre são apenas movidas por interesses de ganho ou lucro. Estão para muito além disso.

⁴³ Há de se destacar que a maioria das associações que foram estudadas, *a priori*, 92, tinham como pressuposto o voluntariado, embora, em outras dinâmicas, precisassem arrecadar recursos para custeios de manutenção, como aluguéis, alimentação e transporte de equipe; no Brasil, ONGs são Associações de direito privado sem fins lucrativos.

⁴⁴ Note-se: A dádiva como terceiro paradigma, na perspectiva propositiva desta Tese, concebe a Terra como parte da relação de reciprocidade nos processos associativísticos de cunho ambiental. Incluir a Terra como Paradigma, como propõe a ecopedagogia, então, é recurso para pensar numa epistemologia da existência ambiental que dê conta de entender as Complexidades, as redes, processos educativos /geração de conhecimentos em educação (e não somente nela) voltados para um futuro possivelmente sustentável.

volta”, homogêneo, previsível; ao invés da lógica do mercado que se alimenta pela anulação da dívida, o dom (dádiva) se fundamenta sobre ela e isso pode parecer estranho, *a priori*. Mas, como aponta Godbout (1998), a dádiva instala entre os parceiros um estado de dívida, ou de percepção constante sobre aquilo a partir do qual é preciso dedicar reciprocidade. Não se trata de uma relação simétrica de dívida, tal como o capitalismo preconiza. Mas, sim, um estado constante de entendimento e, de certa maneira, valorização, dos bens imedíveis que marcam as vidas das pessoas, gerando um movimento de economia da dádiva. Ademais, cabe refletir acerca do fato de que o sentido da dádiva está, também, na dívida. Que dívida se tem com o planeta que habitamos - nossa casa comum?

Não há prática associativa sem o reconhecimento do outro e dos bens que surgem das relações sociais. Preciso é, então, ressignificar o entendimento do que é dívida, hoje tão atribuído aos valores capitalistas e utilitaristas. Estar em dívida com a Terra, por exemplo, pode ser interpretado, numa perspectiva de dádiva, como um entendimento e busca de existência que leve em consideração as benéficas que o mundo natural oferece; a retribuição pode firmar-se para além da percepção de algo que é claramente dado e medível. Neste sentido, há de se destacar que

uma primeira característica do sistema de Dádiva reside no fato de que os agentes sociais procuram afastar-se voluntariamente da equivalência. Isso não significa que a Dádiva seja unilateral; pode sê-lo, mas não é uma característica unilateral essencial do dom. Pelo contrário, em geral, há retribuição e, muitas vezes, mais importante do que a Dádiva. No entanto, a retribuição não é o fim. Aplicamos ao dom, por engano, o modelo linear fim-meio, procedendo ao seguinte raciocínio: ele recebeu depois de ter feito uma Dádiva; portanto, deu para ser retribuído. A finalidade era receber; neste caso, a Dádiva era um meio. Mas o dom não funciona desta maneira. Fazemos Dádivas e, muitas vezes, recebemos mais do que damos; no entanto, a relação entre essas duas atitudes é muito mais complexa, de modo que o modelo linear da racionalidade instrumental é incapaz de explicá-la. (...) O modelo do dom não se satisfaz com o postulado do interesse, nem com a interiorização das normas. Eis a razão pela qual o dom não só formula questões, mas coloca em questão o privilégio paradigmático do interesse, conduzindo à necessidade de postular outra mola psicológica da ação humana. (GODBOUT, in MARTINS, 2012, p.73,74,80)

Esta consideração de Godbout favorece compreender as relações sociais e ambientais com os ecossistemas, os outros seres vivos, para aqueles que decidem trabalhar coletivamente, de forma associativística, como uma busca de satisfazer uma dívida que não tem fim, mas que não é “pesada”, para com a própria Terra e as benéficas que o planeta oferece para a cadeia ecológica que aqui existe. Trata-se de um estado de consciência que vai para além do mero viver a vida cotidiana. Aliás, a reciprocidade consciente certamente é uma das maiores

contribuições da dádiva às perspectivas desta pesquisa e a modelos educativos e ecopedagógicos.

Interessante fazer paralelo aqui com o que Ailton Krenak (2020) propõe ao discorrer sobre as éticas da existência indígena e as éticas da existência modernista, capitalista: para as nações indígenas, o contato com a natureza é o próprio contato com si mesmas; o contato com os corpos humanos e o contato com o “espírito” da floresta. Em contrapartida, na sociedade globalizada e tecnológica, regida pelas relações de troca capitalistas, o próprio âmago do entendimento dos próprios corpos como instâncias, segundo ele, sagradas, não existe. Isso torna as próprias vontades coletivas não sagradas, uma vez que não se tem presente a dimensão espiritual da reciprocidade com a “mãe natureza”. O que rege os pactos associativos ambientais, as sociologias da associação, poderia revelar um passo de aproximação a este perfil ancestral apontado por Krenak? Esses pactos, sociologias, podem não ser sagrados tal como nota-se em sociedades originárias, mas envolvem sacrifícios e senso de coletividade.

Associações entre pessoas para determinados objetivos ocorrem há muito tempo, como vários estudos antropológicos evidenciam. Todavia, é preciso compreender o que hoje, na contemporaneidade, entende-se ser uma associação. Optou-se por se recorrer a teóricos maussianos para isto. Caillé (in MARTINS, 2002) ressalta que é preciso muito cuidado ao se buscar categorizar coletivos de pessoas e seus intentos. Há o risco sempre eminente de equívocos, mas o teórico descreve que, de forma ampliada,

entrar em associação é, antes de tudo, disponibilizar seu tempo e sua pessoa a causas diversas, sem necessariamente retorno financeiro; portanto, existe um vínculo evidente entre a questão da significação da dádiva e a do estatuto da ação associativa; (...) associações são a convenção pela qual duas ou várias pessoas colocam em comum, de maneira permanente, seus conhecimentos ou suas atividades com fins não lucrativos. (...) Enquanto a economia de mercado se apoia no princípio do interesse e da liberdade dos particulares; enquanto a esfera político – administrativa se baseia no princípio do interesse público (ou coletivo) e da imposição necessária para sua implantação, a associação - assim como a dádiva, segundo Marcel Mauss - repousa em um princípio de liberdade e também de obrigação estreitamente misturadas, através das quais se realizam interesses comuns. (CAILLÉ, in MARTINS, 2002, p.191 e 199)

As contribuições do autor para a conceituação de associação são muito relevantes também pelo estudo que ele faz acerca das sociabilidades, primária e secundária, das relações sociais:

sociabilidade primária é o tipo de relação social em que a personalidade das pessoas é mais importante do que as funções que elas desempenham (sem impedir a existência e a importância de tais funções); já a **sociabilidade secundária** predispõe que a impersonalidade é o domínio geral (tal qual no mercado, no direito e na Ciência de moldes positivistas) – aqui, as funções

desempenhadas pelas pessoas são mais importantes que suas personalidades. (CAILLÉ, in MARTINS, 2002, p.196)

Por qual razão entender essas sociabilidades é importante no trato da conceituação, ou aproximação de uma conceituação, do fato associativo, das associações? É fundamental pois a dádiva se expressa nas relações entre as pessoas e na maneira como estas vivem o seu dia a dia, o seu cotidiano. O ato de associar-se, fundamentando coletivos de pessoas que têm objetivos em comum, está diretamente relacionado com a consciência crítica e busca por um estado de liberdade, que, automaticamente, geram possibilidades diretas de criatividade e reciprocidade que sejam diferentes ao que os modelos dominantes de Estado, neoliberalismo, pressupõem. Nas palavras de Castells (1999), isso favorece trincheiras de resistência e criação de outros espaços de percepção de realidades. Aos olhos de Harvey (1995) é aqui que surgem espaços de esperança.

Caillé (in MARTINS, 2012, p. 196) oferece três hipóteses importantes em resposta a essas sociabilidades. Para este estudo, é importante a número 1: sob uma forma transposta, a “tripla obrigação (*dar – receber – retribuir*) continua a estruturar a esfera da sociabilidade primária, a das redes intepessoais (família, vizinhança, amizade, comunidade local, associações de interconhecimento).”

O autor discorre sobre o que seria necessário considerar a fim de entender o pacto associativo. Para tal, reafirmando as dificuldades existentes (e cabe aqui ressaltar, mais uma vez, o equívoco possível que reside em se desejar padronizar todos os modelos associativos globais). Ele defende que o fato associativo concreto, vivenciado e perceptível em ação, apenas poderá ser compreensível ao conceber-se a associação em sua maior generalidade: movimento ativo voltado para a reunião de pessoas que se considerem sócias, que se sintam parte do “movimento”, do coletivo. A dádiva é o meio pelo qual se estabelece o pacto associativo e ele “só poderá formar-se no registro da incondicionalidade condicional. Neste caso, cada um se compromete a dar incondicionalmente ao outro, ou à causa, mas mostra-se também preparado para retirar-se do jogo, a qualquer instante, se os outros deixarem de jogar” (CAILLÉ in MARTINS, 2002, p.201 e 202).

Nota-se, então, que o ato de se associar, de se fundarem associações de pessoas, não é tão simples quanto parece. Está além dos pressupostos de lei, jurídicos. A ação inicial é a sociabilidade. O cerne da questão, e que está irremediavelmente ligada também ao associativismo de cunho ambiental, são as razões e contextos de surgência dos coletivos de pessoas, o pacto que existe entre elas e as “normas” ou pressupostos morais, éticos, que regem a sua convivialidade. Neste âmbito é muito importante caminhar-se para um segundo

direcionamento neste primeiro tópico, deste Segundo Caderno: processos associativísticos são movimentos sociais e, assim sendo, precisam ser compreendidos a partir de um leque maior de possibilidades de interpretação. Mais uma vez: é elementar que não se padronize o que são associações ou o que são movimentos sociais. A tentativa aqui é estabelecer base conceitual para as discussões necessárias à proposta da Tese.

Castells (1999) e Alan Touraine (1965) oferecem importantes recursos para que se possa entender movimentos sociais e, para esta pesquisa, discernir acerca do associativismo de cunho ambiental, que, como se proporá, é dádiva e parte de um Terceiro Paradigma a partir de características ecopedagógicas. Logo, significativa resposta à sustentabilidade (ou tensionamento do conceito de sustentabilidade) e contribuição para uma base sociológica para a Ecologia Urbana.

Touraine (1965) entende que movimentos sociais se caracterizam pelo senso de pertencimento social e identidade dos atores envolvidos, indivíduos que vivenciam a mesma realidade, ou problemáticas de uma mesma realidade, num dado recorte histórico. É importante estabelecer visão crítica aqui sobre o fato de que, na modernidade, como articula Morin (2007) ao discutir que a Complexidade é um paradigma necessariamente voltado para a crítica ao reducionismo, é preciso ampliar as noções de realidade, território e identidade. Assim, quando se refere à “mesma realidade”, considera-se as perspectivas, atualizadas, de que na sociedade em rede, pessoas de todo o mundo podem construir realidades particulares e ideologicamente estabelecidas ainda que muito distantes umas das outras. A própria noção do que é “real” precisa sempre ser colocada em debate, assim como os discursos gerados, ou motivados, outrossim.

Destarte, a proposição de Castells (1999) sobre *tempo glacial* é interessante, haja visto que o próprio ambientalismo é caracterizado pela tentativa de conciliação/ reconciliação e entendimento da humanidade como componente indissociável da natureza, num espectro mais vasto, como o próprio planeta ou a ecologia das cidades. Este conceito do teórico refere-se à dimensão cada vez mais global de entendimento dos problemas, e não apenas local; mas também a instância das micrologias locais que não podem ser desconsideradas no fazer globalizante. Um modelo alternativo precisa ser estimulado em resposta à sustentabilidade e a dádiva notada nos movimentos associativísticos ambientais em seus pactos de formação e ideologias são elementos estratégicos para todos aqueles que pretendem entender e prosperar novas inteligências e comportamentos ambientais.

Touraine (1965) e Castells (1999) ao se debruçarem sobre os mais diversos movimentos sociais pelo mundo, contribuem, nesta pesquisa, para a tentativa de entendimento, das 3 ONGs (Greenpeace, Projeto Tamar e Instituto Curupira) que serão foco deste Caderno e,

destarte, o âmago do que move e constrói os processos associativísticos contemporâneos, à luz da dádiva (como terceiro paradigma) e da ecopedagogia (como resposta possível ao que se precisa ser feito para se obter a, talvez utópica, sustentabilidade). Mais pertinente relação entre dádiva e ecopedagogia será feita em breve.

Retornando a Touraine (1965) e suas considerações acerca do que constrói movimentos sociais, além da *identidade*, outros dois elementos relevantes são a *noção de conflito* e a existência de um *opositor*. Cabe frisar que Castells (1999), e mesmo Morin (2007), afirmam que, diante da Complexidade, não se pode “rotular” ou padronizar todos os modelos e proposições de novas formas de pensar e agir no mundo. Acredito, junto a estes teóricos, que as categorias que serão propostas de análise são pontos comuns que favorecem a ampliação posterior dos estudos. Neste contexto, cabe destacar que como “oposição” aos movimentos ambientalistas representados como coletivos de pessoas, não estão necessariamente apenas grandes empresas, o Estado Nação, o neoimperialismo, o capitalismo: existe uma diversidade de possíveis poderes que, acredita-se, prejudicam a Terra, os ecossistemas, as outras espécies ou alavancam as desigualdades sociais, por exemplo.

Touraine (1965) discorre sobre três categorias que, segundo ele, caracterizam os movimentos sociais: *identidade do movimento*, ou seja, a sua autodefinição, como entende o que ele é e em nome de quem se pronuncia; o *adversário do movimento*, ou seu “inimigo”, contra quem, ou o que, luta-se; e a *visão social do movimento*, o que se deseja obter a partir da ação coletiva promovida. Estas categorias são relevantes porque permitem, ainda que de forma inicial, entender cada processo associativístico, partindo-se do pressuposto de que, embora possam ter os mesmos pressupostos epistemológicos, ou de enunciação, no caso, o ambientalismo, ou ecologismo, as vertentes, identidades, modos de agir e construir perspectivas de embate, luta, são muito distintas. Para Castells (1999, p.94 e 95), os movimentos sociais

devem ser entendidos em seus próprios termos, ou, em outras palavras, eles são o que dizem ser. Suas práticas (sobretudo suas práticas discursivas) são sua autodefinição. Tal enfoque nos afasta da pretensão de interpretar a “verdadeira” consciência dos movimentos como se somente pudessem existir revelando as estruturais “reais”. (...) Uma linha de pesquisa diferente e necessária consiste em estabelecer a relação entre movimentos, conforme definido por suas práticas, valores e discursos, e os processos sociais aos quais estão associados. (...) Do ponto de vista analítico, não há movimentos sociais “bons” ou “ruins”, todos são sintomas de nossas sociedades e todas causam impactos em estruturas sociais, em diferentes graus de intensidade e resultados distintos que devem ser determinados por pesquisas.

Eis aqui, neste fragmento, importante perspectiva. Como pesquisadores, é preciso abrir mão de interpretações prévias, infundadas, simplistas e maniqueístas dos engendramentos sociais dos processos associativísticos. É uma dificuldade, dadas as vivências e ideologias de

quem pratica a pesquisa, mas é fundamental, já que é preciso entender os aspectos sociais de um estudo a partir do que se vive e se sente na experiência coletiva. Também interessante a percepção acerca das práticas discursivas e, necessário é, conceber o discurso como não apenas aquilo que se diz e faz, ou sobre os silenciamentos (BARDIN, 2011), mas também outras nuances, como as expressões dos movimentos sociais ao longo do tempo e contextos. Por esta razão, optou-se pela pesquisa Narrativa, para o próximo capítulo, e por uma experiência e validação da voz deste pesquisador como membro e dirigente de uma Organização não Governamental: acredita-se que valorizar o lugar, ou espaço de fala, de quem está dentro de um processo associativístico seria experiência mais proximal da realidade do que este estudo pretende notar e discutir e do que a escola neomaussiana tem proposto.

Assim sendo, é interessante refletir acerca da sociologia da associação, que em paralelo à gênese dos movimentos sociais/associativismo ambiental, envolve a *dissonância criativa* (CASTELLS, 1999). Ainda que se possa caracterizar o associativismo ambiental a partir de categorias, há uma diversidade de fatores distintos e significativos envolvidos em cada movimento. Essa multiplicidade e criatividade, que Castells denomina como *dissonância criativa*, são fundamentais ao que se considero, aqui, ser a Sociedade da Esperança: as múltiplas vozes e espaços de vozes, as diversas e incontáveis ações em prol de mudanças de comportamento e ética ambientais que revelam as inteligências sociais geradas em resistência e resiliência a projetos estruturalmente construídos por séculos de subtração da vida terrestre, incluindo a vida humana.

é justamente essa dissonância criativa decorrente da dissonância entre teoria e prática que caracteriza os movimentos ambientais como uma nova forma de movimento social descentralizado, multiforme, orientados à formação de redes e com elevado grau de penetração (CASTELLS, 1999, p.143)

Os movimentos associativísticos ambientais estão conectados pelo aspecto ecológico e ecosófico, pelo conjunto de ações voltadas para o social, para o fazer coletivo, estruturação interna específica e também pressupostos políticos, não necessariamente a política representativa dos pleitos eleitorais, mas o sentido mais amplo de política, aquele em que se pratica e se vive a cidadania. Neste âmbito é que os estudos maussianos, a dádiva, muito se aproximam dos estudos ecopedagógicos e, sobretudo, na categoria proposta por Gadotti (2000) denominada Cidadania Planetária, perseverada, alhures, por Morin (2000) e outros teóricos, como Leff (2005) e Gutierrez; Prado (2013).

Aqui, preciso ser bem objetivo: até agora, discorri sobre a sociologia do fato associativo; do que move as pessoas a se conectarem em prol de causas comuns e defendi que o associativismo ambiental, ou ecológico, pode ser compreendido como expressão profunda da

dádiva na modernidade. Uma dádiva não focada apenas em relações micrológicas, mas ampliada para contextos maiores, globais, tendo a Terra, a natureza e relação indivíduo, espécie e planeta também inserida no rol das relações de reciprocidade, de doação assimétrica e heterogênea.

A tipologia dos movimentos sociais, baseada em seus contextos de identidade, reivindicação e visão social, hoje, é importante para entender-se a base desse macro contexto, mas não o define. A dissonância criativa, ou seja, a multiplicidade de expressões e maneiras de reivindicar e propor metodologias e inteligências diferentes de existir na Terra é baseada na liberdade e na criatividade, marcas que considero elementares para o que se tem hoje de diversidade de expressões e campos de atuação associativísticos. Em suma: sem liberdade e criação, não haveria sentido em defender-se as expressões desses coletivos de pessoas como dádiva.

No entanto, o que se vê na base da sociedade urbana global, são cerceamentos e falta de estímulos à processos de criatividade e liberdade. O pacto associativo tem revelado, como se nota nesta pesquisa, caminhos alternativos a esses processos de inibição da expressão humana, em suas múltiplas faces. Logo, proponho uma sociologia para a Ecologia voltada para as urbanidades, ou seja, um olhar humanístico sobre a ecologia; não se trata de uma Ecologia Política tradicional, mas de uma sociologia que possa contribuir para o entendimento político do viver ambiental e ecológico.

A contribuição mais efetiva da dádiva da associação (ou fato associativo) à Ecologia Urbana é o entendimento do próprio pensamento humano sobre o ambiente e como esse pensamento pode ser transformado em prática social, em cultura: em sustentabilidade e gestão política. Isso dialoga com o que se propôs em paralelo à Ecosofia e também ao que Godbout (1992) denomina como Homo Donator, ou seja, a humanidade pode ser, e é, também construída pela instância de doação e reciprocidade imedíveis pelo capital ou pelas relações neoliberais que financeirizam a vida em sua totalidade.

Eis aqui, então, uma potente relação entre a sociologia da dádiva e a ecopedagogia. Antes, é preciso afirmar: a ecopedagogia é resultado das ações decoloniais empreendidas nas recentes décadas. É um pensamento político sobre uma pedagogia orientada para a ética da convivencialidade humana com toda tessitura que caracteriza a vida na Terra. Os desníveis, desajustes ambientais, no pensamento decolonial ecopedagógico, fortemente alicerçado por autores da América Latina, são resultado da ruptura de compreensão da humanidade como expressão da natureza. Nesta Tese, proponho a ecopedagogia para além de reflexões escolarizantes. É preciso, e muito mais rico, compreendê-la como estímulo vindo e

potencialmente voltado para o fazer social, filosófico e educativo; uma expressão da dádiva, da busca pela reciprocidade e da solidariedade.

Se, como muitos teóricos arrazoam, o ambientalismo é a ecologia na vida social, a ecopedagogia é um pertinente recurso capaz de categorizar para avaliar, entender e propor uma sociedade de futuro a partir de metodologias de práticas socioambientais. Se é possível ou não manter o termo sustentabilidade como objetivo dessa sociedade, ou o decrescimento, ou o desenvolvimento leve, não é o intento epistemológico desta Tese, mas sim, considerar aspectos conceituais da ecopedagogia (ou pedagogia da Terra) que tocam, transversalizam a dádiva e permitem entender ambas como partes de uma ecologia social, no sentido trazido por Guatarri (1989) ao discorrer sobre as três ecologias.

As tentativas de descrição, ou análise, de uma “ecologia natural” da Terra sempre serão aproximações da realidade, pois a ecologia é necessariamente um produto do pensamento humano. O *devenir*, a partir de Deleuze e Guatarri (1995), conforme discorreu-se no primeiro Caderno, na figura 3, decorrente da relação entre a dádiva e a ecopedagogia, tem como importante expoente o fato associativo e é uma das mais contundentes maneiras de rompimento das visões simplistas da realidade, de reconstrução das relações humanas, de estabelecimento de saberes ambientais voltados para a convivencialidade e a diminuição da hostilidade para com o planeta e seus ecossistemas. Na dimensão cultural da sustentabilidade, outrossim, a dádiva se avoluma a partir da ecopedagogia e, neste sentido e direção, uma possível antropoética ambiental pode ser considerada e perseverada. Os teóricos antiutilitaristas maussianos

insistem no fato de que a obrigação mútua gerada pelos movimentos da dádiva (dar, receber e retribuir) constitui, não apenas um fenômeno sociológico das sociedades tradicionais, mas também das sociedades modernas e que esta é a condição primeira da existência do vínculo social. (...) A sociedade se funda, sobretudo, na ambivalência da reciprocidade: existe o interesse, mas também o desinteresse, o contrato e o vínculo espontâneo, o pago e o gratuito. Pelo interesse utilitarista, dizem os Maussianos, funda-se uma empresa comercial, mas não o vínculo social. (MARTINS, 2002, p.12)

Eis neste ponto a ponte de ligação sensível entre os pressupostos modernos maussianos e a ecopedagogia. Os vínculos sociais são construídos, tal como fios entrelaçados, a partir das experiências de vida das pessoas em suas culturas e em seus contextos. São inesgotáveis as possibilidades de identificação e representação sociais humanas e é um erro defender que os vínculos sociais são construídos apenas pelo viés do consumo, do que é vendível, pelo modelo macro capitalista de construção de estruturas sociais. Os vínculos espontâneos, recíprocos criados entre as pessoas e também com o ambiente, a natureza, os outros seres vivos, são impassíveis de medição.

Godbout (1992) ao discorrer sobre o *homo donatus versus* o *homo oeconomicus* defende que a humanidade não é necessariamente egoísta e a doação é uma atitude original e própria do ser humano. As sociabilidades participativas, o fato associativo, são expressão significativa dessa reciprocidade, solidariedade e doação que fazem parte do fazer humano e, assim, da compreensão da dádiva na modernidade. Neste âmbito, cabe destacar aqui alguns dos princípios mais proeminentes da ecopedagogia e que transversalizam a dádiva:

(1) Respeito à Terra, à vida⁴⁵ e à **diversidade** cultural; (2) **Solidariedade**: apoio, cooperação, comunicação e diálogo; (3) Igualdade: eliminação das desigualdades por meio da democratização de oportunidades (...) e superação de todo tipo de discriminação; (4) Justiça: direitos e deveres da humanidade e toda a sua diversidade; (5) Participação: fortalecimento da **democracia** (...) (6) Paz e segurança: não somente a ausência de violência, mas o equilíbrio das relações humanas e também com a natureza; (7) **Honestidade**: transparência e confiança; (8) Conservação: garantir a existência da vida e da Terra e a preservação do patrimônio natural, cultural e histórico; (9) Precauções: obrigação de prever e tomar decisões com base no curso de ação que cause menos danos e menor impacto; (10) **Amor**: fundamento para uma **relação harmoniosa e afetiva** que fomente o compromisso e a responsabilidade com a ação. (GADOTTI, 2000, p.173)

O fragmento acima merece destaque nesta pesquisa por mostrar os rumos transdisciplinares desse paradigma de transição de culturas que a ecopedagogia propõe. Os termos grifados por mim mostram a abertura de percepções antes não tão comuns na ciência e que foram muito articuladas no Brasil por vários estudiosos, como Paulo Freire e Leonardo Boff. Na escola maussiana francesa, ainda que sem mencionar a ecopedagogia, é possível notar relações proximais às mesmas questões, inclusive no trato acerca da hospitalidade e da crise da hospitalidade e mesmo o fato associativo.

Termos como “diversidade”, “solidariedade”, “democracia”, “honestidade”, “amor”, “relação harmoniosa”, “afetividade”, começaram a ser mais utilizados a partir do contexto não apenas nacional, mas em diversos outros movimentos pelo mundo, como as importantes contribuições trazidas por Morin (2000) acerca da consciência antropológica necessária para a interdisciplinaridade e mesmo a transdisciplinaridade. Tais características estão presentes no “paradigma da complexidade” (GADOTTI, 2000, p. 23), por exemplo, ao propor abordagens transdisciplinares para a compreensão dos níveis locais e globais da realidade (daí o termo “glocal”). Em síntese, a ecopedagogia está direcionada para

uma comunidade sustentável que vive em harmonia com o meio ambiente, não causando danos às comunidades, nem as de hoje, nem as de amanhã (...) não pode constituir apenas de um compromisso ecológico, mas também um compromisso ético-político, alimentado por uma pedagogia, isto é, uma ciência da educação e uma prática social definida. (...) A ecopedagogia,

⁴⁵ Grifos meus

inserida nesse movimento socio-histórico, formando cidadãos capazes de escolherem os indicadores de qualidade de seu futuro, constitui-se numa pedagogia inteiramente nova e intensamente democrática. (GADOTTI, 2000, p. 174)

Relevante, portanto, estabelecer conexões entre categorias da ecopedagogia e a dádiva, entendendo o associativismo ambiental como uma extensão/ ou dádiva na contemporaneidade. A partir das obras de Gadotti (2000) e Gutierrez; Prado (2013), e conciliando aos pressupostos maussianos ampliados por Godbout (1992), Martins e Caillé (2002), selecionou-se as seguintes categorias inseridas no rol da ecopedagogia nas recentes décadas que se relacionam a discussões alavancadas por teóricos maussianos, respectivamente:

1 – Cidadania Planetária (ou planetariedade) e o sentido sociológico da dádiva;

2 – Educação Sustentável (ou para a sustentabilidade) e o fato associativo pró meio Ambiente como resposta à crise de hospitalidade com a Terra, os outros humanos e os outros seres vivos;

3 – Glocal e a perspectiva do homo donator, ou seja, o local, que também é global; e a dimensão cultural da sustentabilidade necessariamente conectada à perspectiva não utilitarista de compreensão das relações humanas e humano-natureza; a doação, a reciprocidade, perseveram na sociedade global, a partir dos pactos associativísticos e microcosmos de atuação política;

4 – Transdisciplinaridade e sua mais contundente evidenciação a partir da solidariedade e a democracia;

5 – Inteligência ambiental e as cidades e o ambiente construído também tecidos por pessoas conscientes e socioculturalmente conectadas ao ambiente. O urbano é também o humano.

A partir dessas articulações entre princípios da ecopedagogia e valores maussianos na contemporaneidade é que o próximo tópico se estabelecerá, buscando entender, na prática, toda esse escopo teórico a partir do “olhar” para três ONGs que têm o voluntariado como cerne fundamental de sua existência.

2.2 - Discutindo alguns Movimentos Associativísticos Ambientais: Greenpeace, Projeto Tamar e Instituto Curupira

A pesquisa buscou e utilizou primariamente sites e perfis de redes sociais de 92 ONGs ao longo de 6 meses (setembro de 2020 a janeiro de 2021), seguindo pressupostos de Bardin (2011), no que se refere à análise de conteúdo. De acordo com a mesma autora, optou-se pelo modelo interpretativista com especial enfoque na definição de critérios de escolha, neste “espaço” amostral de tantas Organizações Não Governamentais, definidos a partir do quadro

categórico estabelecido no tópico anterior, no qual relacionou-se e defendeu-se a articulação entre princípios da ecopedagogia e discussões da dádiva.

Acredita-se que os critérios dispostos a seguir contribuem para, mais que uma demonstração de trabalhos associativísticos, análise interessante acerca dos princípios, valores, ideologias e identidades que caracterizam as ONGs selecionadas e que fazem parte deste Caderno. A mais contundente fonte de informações sobre essas organizações foram os seus sites. No caso do Instituto Curupira, além de seu site, via pesquisa Narrativa, desenvolveu-se imersão em campo, vivencial e com participação e relação de história de vida deste pesquisador.

Optou-se por apenas três instituições para favorecer a qualidade das discussões e também porque o foco central da pesquisa não é um estudo apenas direcionado aos seus trabalhos/atuções. Elas servirão, destarte, para a proposição do que denomino Mapeamento Ecocultural, uma contribuição da pesquisa ao campo interdisciplinar do Programa de Pós Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (PACPS – UFMG).

Foram critérios de escolha e delimitação/recorte dentro da quantidade inicial de 92 instituições:

Quadro 4: critérios definidos para escolha das três ONGs de cunho ambientalista/ecológico que farão parte do estudo deste Caderno.

1	uma ONG internacional (globalizante), uma nacional (macrológica) e uma local/regional (localizante) com pressupostos ambientais e ecosóficos;
2	duas que tenham surgido no contexto da contracultura da segunda metade do século XX e que se motivaram/ vivenciaram o despontar também do ambientalismo moderno, tendo “passado” pela transição para o século XXI; no caso da regional, o foco foi a perspectiva da história de vida do autor e a sua criação já na modernidade do século XXI;
3	que sejam atuantes e que tenham materiais diversos (de potencial discursivo) disponibilizados, contemporâneos, via sites e redes sociais, que permitam acompanhar o desenvolvimento de suas ações, compreendidas como discursos e práticas sociais; e que favorecessem aplicar a tipologia associativa dos movimentos sociais de Touraine (1965) e Castells (1999);
4	que tenham o voluntariado como cerne de seu escopo e ideologias e favoreçam ampla relação com a uma sociologia da dádiva dentro do campo das Urbanidades;

Produção: próprio autor (2022)

Foi interesse da pesquisa entender o âmbito e metodologias de atuação de uma ONG de caráter global, e por isso foi escolhida o Greenpeace. Embora várias outras se encaixassem no perfil, esta ONG oferece site e várias outras plataformas que são potenciais para se estudar e entender os contextos de formação e manifesto associativos. Ela se situa no âmbito dos manifestos de contracultura ainda latentes nos anos 1970 e que fundamentaram o próprio ambientalismo, como já discutido. A mesma questão, e recorte de escolha, foi estabelecida ao se definir a Fundação Projeto Tamar de Conservação de Tartarugas Marinhas como a ONG de âmbito nacional e que possui, praticamente, a mesma “idade” do Greepeace. Ambas surgiram

nos contextos das décadas de 1970 e 1980. O projeto Tamar conta com site muito bem organizado, além de oferecer informações em várias outras plataformas.

Por fim, dentro do recorte de ONGs de caráter mais locais, regionais, optou-se pelo Instituto Curupira: ações artísticas e socioambientais, sobretudo para favorecer a perspectiva interpretativista e narrativa, de experiência de vida e valorização dos saberes de quem cria uma ONG e entende dos processos diversos que marcam seu projeto de existência; no caso, deste pesquisador. Abaixo, as logomarcas das três Organizações Não Governamentais:



Figura 10: adaptação pelo autor da Tese, ajuntando as logos das ONGs

A seguir, delinea-se outro quadro, sistemático, com algumas das principais características de cada uma das Organizações⁴⁶, a partir de suas próprias designações:

Quadro 5: ONGs e seus principais propósitos, segundo elas mesmas.

ONGs	Informações gerais/propósito
Greenpeace ⁴⁷	“Atuamos na defesa do planeta por diferentes meios, promovendo conhecimento e conscientização pública, mobilização social e articulação política para diversas causas, sempre de forma independente. Só assim podemos denunciar os crimes ambientais e confrontar governos e empresas que ameaçam o meio ambiente.” (GREENPEACE, 2022, s/p)
Fundação Projeto Tamar ⁴⁸	“A Fundação Projeto Tamar atua no litoral brasileiro desde a década de 80 com a missão de promover a recuperação das tartarugas marinhas, desenvolvendo ações de pesquisa, conservação e inclusão social. É (...) sem fins lucrativos e (...) está presente em 23 localidades distribuídas em oito estados brasileiros. Desenvolve ações de pesquisa, manejo e proteção das cinco espécies de tartarugas marinhas que ocorrem no Brasil, além de atividades de envolvimento comunitário, inclusão social, sensibilização e educação ambiental, valorização da cultura local e geração de oportunidades de trabalho e renda.” (TAMAR, 2022, s/p)

⁴⁶ Importante: as informações adquiridas nos sites das instituições são públicas e por isso as interpretações da Pesquisa se dão de forma democrática a partir da acessibilidade e liberdade reflexiva da pesquisa.

⁴⁷ <https://www.tamar.org.br/>

⁴⁸ <https://www.greenpeace.org/brasil/>

<p>Instituto Curupira⁴⁹</p>	<p>“O Instituto Curupira (ICASA) é uma Organização Não Governamental (ONG). Em formato de escola alternativa de educação ambiental, ganhou destaque quando, em Barbacena, MG, a partir de 2012, passou a oferecer processos educativos baseados na arte, cultura e laboratório de pesquisa ambiental (...) Conta com equipe total de 35 pessoas (sendo 9 diretores e 26 voluntários - não há funcionários remunerados) e, distribuídas nos 3 pólos, todas voluntárias e com diversas formações acadêmicas e científicas, numa rica convergência transdisciplinar.” (CURUPIRA, 2021, s/p)</p>
--	--

Embora apresentem focos de atuação distintos, até em decorrência de suas localizações e contextos, é possível notar diversas similaridades nos excertos que as próprias entidades oferecem em seus respectivos sites. Cabe, aliás, destacar, novamente, o que Castells (1999) defende ao propor que os movimentos sociais e grupos coletivos são aquilo que dizem ser. Seguindo o que propõem Deleuze; Guatarri (1995) ao discorrerem acerca dos modelos rizomáticos de entendimento da dinâmica social, e a cartografia, é interessante notar que todas as três ONGs abordam a questão da sustentabilidade, ou desenvolvimento sustentável, e a educação ambiental e ecológica.

Se, por um lado, o Greenpeace e seu grau de internacionalização, propõe um ambientalismo fortemente marcado por manifestos e ações políticas face às desordens globais provocadas pelo capitalismo/ neoliberalismo, o projeto Tamar propõe a sustentabilidade pelo viés do contato com habitantes, moradores, povos diversos, como os caiçaras, que habitam as regiões nas quais as tartarugas marinhas estão presentes. O Instituto Curupira, por sua vez, em sua dimensão local/regional, buscar articular a arte, a cultura e a educação científica como contribuições para a sustentabilidade. É possível dizer que em todos esses casos a tentativa de promoção da sustentabilidade é a mesma? De forma alguma.

Tratam-se de estratégias distintas, que são baseadas em *praxis sociais* contextualizadas e agenciadas pelas pessoas que pensam e engendram esses movimentos. Considera-se cada uma dessas ONGs como movimentos ambientalistas e ecosóficis com suas liberdades e dissonâncias criativas. Tal condição sociológica desses coletivos de pessoas permite discutir a dimensão sociológica da dádiva, como aponta Caillé (in MARTINS, 2002) ao propor que a prática associativa é, em primazia, uma prática de sociabilidade primária, a partir da qual as pessoas e seus saberes e querências são mais importantes. Suas personalidades são os fatores mais valiosos e por isso, certamente, o sucesso do fato associativo é uma das marcas preponderantes do que se pode considerar a dádiva entre os modernos, ou uma pista da dádiva, ou construção da dádiva como terceiro paradigma.

⁴⁹ <https://institutocurupirae.wixsite.com/institutocurupira>

Também relevante dispor que o estudo dessas três organizações evidenciou que, por elas, é buscado, constantemente, gerir as pessoas a partir de suas aptidões. Por exemplo: embora possa-se ter um grupo de pessoas voluntárias com a mesma formação, Ciências Biológicas, elas apresentam diferentes aptidões, características de trabalho coletivo e participatividade. Tal aspecto, de valorização da personalidade, identificação, move os processos associativísticos das três ONGs. A instância internacional do Greenpeace demonstrou um maior distanciamento nas relações entre as pessoas que atuam na Organização. O caráter mais local do Instituto Curupira permite que os vínculos das pessoas que atuam no coletivo possam ter sociabilidade e participatividade mais proximais. Isso também se nota nas ações do Tamar, nas regiões nas quais atua.

Neste ínterim, é interessante trazer à baila a discussão de Morin (2000) ao preponderar sobre a sustentabilidade e a crise da sustentabilidade. Algo, inclusive, que dialoga com a noção de que o desenvolvimento sustentável precisa ser colocado em xeque, ou em teste, ou sob falseamento. O teórico propõe que adaptativos sistemas humanos sejam criados e extrapolem o campo de formação dos ambientes formais; ou seja, as escolas e as universidades, por exemplo, ainda são importantes, todavia, não deveriam ser os únicos campos de formação de pessoas para o mundo, ou não deveriam primar pela formação tecnicista, apenas para o campo/mercado de trabalho. O desafio da educação do futuro, segundo ele, está dado: gerar cidadãos do mundo e não cidadãos apenas para as indústrias, as fábricas e calcados nas tecnologias alienantes do existir humano.

Alguns conceitos, ou abordagens, são recorrentes nos sites das três ONGs e muito se relacionam com esses pressupostos alavancados por Morin (2000). Seguindo as indicações de Bardin (2011) no que se refere ao tratamento de conteúdos, sobretudo conteúdos textuais, foram selecionados os 5 conceitos/abordagens mais notados/percebidos nos sites das três instituições: ambiente/natureza, sociedade, sustentabilidade, mudança e política. Assumindo também a esquizoanálise e cartografia de Deleuze; Guatarri (1995), optou-se por não se denotar juízo de valor nesses recortes, mas, sim, relações de significância e importância nos discursos sobre os fazeres dessas organizações. Nota-se: não se tratam de “palavras” que mais se repetiram nos textos, mas sim os que aparecem em todas as três plataformas e permitem fazer um paralelo, ou transversalidade, entre esses coletivos de pessoas.

Em uma primeira inferência, mesmo basal, é possível pressupor que a ocorrência dessas conceituações, ou campos de discussão e construção de discursos, é fruto, e consequência, das inúmeras discussões advindas dos eventos e marcos de discussão ambiental do final do século

XX e começo do século XXI. Todavia, será mesmo apenas isso? E se for, isso torna o trabalho dessas instituições menos relevante ou menos inovador?

É possível sim que a presença desses conceitos revele os contextos de surgimento e debate global sobre meio ambiente, sustentabilidade e necessária mudança de comportamento ambiental. Entretanto, numa análise mais cuidadosa, é possível depreender que, para além dessa interpretação simplista, há a perspectiva de uma ecologia social, ou uma ecologia das interações sociais globalizadas. O que isso significa? Significa que, embora estímulos semelhantes possam ser “os fios condutores” e/ou geradores das ideologias dessas organizações, eles não são limitantes, não se esgotam “ali”. São rizomáticos. São “incontrolavelmente incontroláveis”, como garantiria Guatarri (1989). Uma incontrolabilidade que favorece a dissonância criativa apontada por Castells (1999), afinal, é na liberdade e criatividade que a dádiva mais tem se perseverado nas dinâmicas sociais.

Eis aqui uma potente relação de proximidade e de transversalidade: a dádiva está para a criatividade e liberdade desses coletivos, movimentos associativísticos ambientais, assim como a democracia está para a cidadania. Logo, não é presunção afirmar que o que mais transversaliza essas ONGs é a instância criativa de sua gênese, que favorece as suas ideologias e a significação/ ressignificação constantes dessas ideologias; e, além disso, que as mantém existindo ainda que diante de tantas adversidades.

A pesquisa mostrou que, em todos os três casos, as organizações mudaram bastante seus pressupostos associativísticos e também de existência ao longo do tempo. Elas se adaptam de acordo com as mudanças da sociedade e as transformações impetradas pela tecnologia e a era das redes. Isso fica ainda mais evidente a partir do estudo acerca do Greenpeace e do Projeto Tamar, que surgiram em tempos em que ainda não existiam a internet e as redes sociais.

Certamente, ambas podem ter influenciado muitas outras ONGs a serem criadas posteriormente, após a ECO 1992 e a transição do milênio. O próprio Instituto Curupira, mesmo que indiretamente, muito tem de estrutura ideológica calcada em princípios do Greenpeace que se propagaram mundo afora nas recentes décadas. Trata-se da tessitura complexa, e muito significativa, das estruturas de redes de significação e trocas interculturais das quais Deleuze; Guatarri (1995) mencionam: é o processo rizomático em plena sociedade em rede, no qual não é possível se ater a uma “ponta” ou outro da rede, da ecologia das interações sociais e socioambientais; o que mais importa é a relação, ou conjunto de relações e processos, não o resultado finalístico, completamente medível, mensurável.

Pode se afirmar, destarte, que um traço comum entre essas organizações, baseadas em voluntariado, é a dádiva na relação *dar-receber-retribuir*, mas não com a homogeneidade, ou

linearidade (GODBOUT, 1992) da doação e da retribuição. Trata-se de outras formas de interesse. A associação nas práticas voluntárias é diferente dos interesses comerciais (CAILLÉ, in MARTINS, 2012).

No quadro abaixo, optou-se por utilizar a proposição acerca da tipologia dos movimentos sociais evocada por Touraine (1965) e reinterpretada por Castells (1999), com objetivo de entender de forma objetiva as três ONGs em questão. A ordem é definida pela globalidade dos seus processos e trabalho: global, nacional e regional, embora mesmo as brasileiras também tenham tido reverberações esporádicas globais.

Quadro 6: Tipologia das associações de cunho ambiental estudadas. Conforme Touraine (1965) e Castells (1999) (interpretações do pesquisador a partir dos materiais das ONGs)

ONG	Identidade	Adversário (contra o que ou quem resiste)	Objetivo resumido
Greenpeace	Causas ecológicas e ambientais a partir de perspectivas políticas	Ideário de desenvolvimento impetrado pelos modelos capitalistas	Sustentabilidade
Projeto Tamar	Conservação da Biodiversidade de Tartarugas Marinhas e Educação Ambiental	Setores da sociedade que prejudicam os oceanos e o litoral brasileiro.	Sustentabilidade
Instituto Curupira	Sensibilização Ambiental a partir da articulação entre Arte, Cultura, Ciência e Sustentabilidade	Sistemas tradicionais de educação que desconsideram as dimensões sociais e culturais da sustentabilidade.	Sustentabilidade

Produção: próprio autor (2022).

O foco deste quadro é permitir entender, ainda que de forma sucinta, as ações das ONGs e não comparar a amplitude das mesmas. Favorece, amiúde, perceber e discutir as relações de hospitalidade presentes em cada uma delas. Embora não seja objetivo o estudo aprofundado sobre cada uma dessas instituições, é interessante discutir sobre esta questão, diante da prerrogativa da Tese de tecer sociologias para a Ecologia Urbana.

A hospitalidade está diretamente relacionada às formas como vemos, ou se vê, os outros humanos e, numa dimensão ampliada, a Terra como organismo e os outros seres vivos. Logo, as três instituições têm como fator preponderante não apenas uma mudança paradigmática de compreensão e atuação global: entendem, como propõe a ecopedagogia, a Terra como paradigma e a atuação humana no planeta como uma atuação que, necessariamente, precisa ser sustentável. É possível dizer que essas Organizações primam pelo acolhimento, inclusive em seus programas de voluntariado. Notou-se, acessando os sites e redes sociais, que esses

coletivos de pessoas trabalham diversos níveis, ou estruturas, de hospitalidade (embora não caracterizem com este conceito).

O adversário⁵⁰ desses movimentos, ou adversários, dadas as complexidades da modernidade, não são apenas o Estado e o modelo capitalista de construção da sociedade global, mas a ausência de uma reciprocidade, doação para com a Terra, ou os ecossistemas. Os sistemas políticos hegemônicos e neoliberais são claramente um oponente do Greenpeace, mas não apenas eles; assim como os oponentes do Projeto Tamar e do Instituto Curupira não são as pessoas, ou instituições, que degradam a natureza ou que perpetuam saberes e *práxis* não conservacionistas: nos casos dessas organizações nacionais, certamente o maior opositor é a macro cultura utilitarista que padroniza os perfis de entendimento e comportamentos ambientais. O perfil fortemente educativo dessas ONGs revela isso. Educar ambientalmente para, também, lidar socialmente.

Desta forma, há de se destacar essa “missão” difícil que é discutir a dádiva na modernidade, assim como a delicada situação de analisar trabalhos tão profundos e perenes desses coletivos. Por outro lado, aos olhos da complexidade e entendendo a dádiva como uma resposta à sustentabilidade, é a partir dessas cartografias que se torna possível identificar fatores de potencialidade e que, numa analogia com a acupuntura, ainda que “pequenos” e circunscritos em micrologias, como comunidades, bairros e cidades, assumem importância diante de uma macro sociedade que, a partir das redes, podem receber, entender e praticar as mais diversas metodologias, empreendidas nos mais variados ambientes. A relação rizomática, como os sentidos dessas redes de articulação e ressignificação, se dá

à medida que se vai pensando a rede como um grande emaranhado entre os sujeitos, que os liga por linhas invisíveis, mas carregadas de intensidades, de desejos, de devires. Para esses autores (...) qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo. Cadeias semióticas de toda natureza são aí conectadas a modos de codificação muito diversos, cadeias biológicas, políticas, econômicas, etc., colocando em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatutos de estados de coisas. (DELEUZE; GUATARRI, 1995, p.16)

O mundo vivencia uma crise da hospitalidade. Uma crise determinada pelas fronteiras, não apenas geográficas, mas também de compreensão da própria humanidade. Fronteiras de preconceitos e arrogância. Educar e sensibilizar para a ecologia da vida comum, para as teias ecosólicas que marcam o cotidiano, é caminho singular para uma sociedade mundial que se proponha rumar para um futuro mais equitativo. Para isso, o despreendimento dessa lógica neoliberal e utilitarista é um passo elementar e, de acordo com este estudo, estas ONGs

⁵⁰ Contra o que, ou quem, se luta. Não relacionar a personalidades, mas à institucionalização.

oferecem arcabouços e inteligências significativas para a superação dessas mazelas ambientais e humanísticas.



Figura 11: sequência adaptada de fotos descritivas de ações voluntárias desenvolvidas pelas três ONGs no Brasil: Greenpeace e conservação dos oceanos; Projeto Tamar e reinserção de tartarugas no ambiente livre; e Instituto Curupira, 2015, em manifesto/repúdio às catástrofes provocadas pela Samarco, mineradora, em Minas Gerais. **Fonte:** sites das ONGs.

A doação voluntária de tantas pessoas à cada ONG, sem esperar nenhum retorno financeiro, revela isso – o homo donator se destacando frente o homo oeconomicus (GODBOUT, 1992); as situações agonísticas vivenciadas pela sociedade do desespero, da angústia, da ansiedade e das crises ambientais podendo ser superada pelas sociabilidades primárias, aquelas baseadas no contato, no afeto, na retribuição assimétrica e na comunitariedade. Trata-se de um estatuto de convivencialidade, de cidadania planetária, o que buscamos: um Tratado da Existência Ambiental capaz de mover e promover culturas de paz para com a Terra e a a própria humanidade.

2.3 Mapeamento Ecocultural: observar para entender, identificar para mapear e propor para agir⁵¹

Na atualidade, são vários os teóricos que defendem que não é possível haver mais a dádiva na singularidade expressa por seu precursor teórico, Mauss, no começo do século XX. No entanto, conforme já arrazoado nesta Tese, acredita-se e defende-se aqui que é possível perceber relações de dádiva, sim, na sociedade contemporânea, como no associativismo ambiental e na ampliação deste conceito. Propõe-se aqui, então, o que denomino ser Mapeamento Ecocultural e um projeto prático, efetivo, aplicado e desenvolvido a partir dele, de sua estrutura, com objetivo de, não tensionar, mas favorecer percepções no pesquisador atuante desta Tese a partir da busca pela criação de vínculos entre espaços urbanos, físicos, ambientes e pessoas e “suas almas” (MAUSS, 2008 [1925], p. 78).

A priori, é relevante dizer que o Mapeamento Ecocultural: 1) trata-se de uma cartografia de possibilidades de conexão entre pessoas, as cidades e os ambientes naturais; 2) apresenta 3

⁵¹ A partir deste tópico, em virtude da Pesquisa Narrativa, recorrerei de forma mais contundente à primeira pessoa do discurso.

categorias diferentes, mas que são có-dependentes umas das outras, em relação causal-consequência; e 3) oferece 7 estímulos para o seu desenvolvimento e aplicação. Tanto as categorias, quanto os estímulos, dispostos no quadro 6, são resultado das experiências de vida tidas pelo pesquisador em seu campo de atuação com ONGs/coletivos de pessoas e projetos de inteligência socioambiental e, também, dos objetivos e correlações teóricas desta pesquisa.

Esta proposta de Mapeamento Ecocultural é, portanto, diretamente relacionada a esta Tese e ao que ela defende/propõe no campo do Ambiente Construído, Sustentabilidade e para uma sociologia (ou sociologias) para a Ecologia Urbana (o que será aprofundado no último Caderno).

Em síntese, o Mapeamento Ecocultural é uma cartografia de potencialidades humanísticas⁵² de uma cidade, bairros ou comunidades, para desenvolvimento de ações que possam direcionar/favorecer o despontar de projetos diversos e, até mesmo, Instituições regularizadas, como ONGs, com foco ecocultural. Estas possibilidades humanísticas são aspectos característicos, e idiossincráticos, aos olhos de quem está cartografando as possibilidades de desenvolvimento de ações que possam ressignificar o urbano (compreendendo-o como espaço transformado e agenciado por pessoas; vivo e socialmente existente) e favorecer racionalidades ambientais baseadas em contextos.

Logo, trata-se de uma abordagem de compreensão inter e multidisciplinar do que são as cidades, bairros, comunidades, regionalidades/localidades e, também, um *start* para a construção de projetos que se baseiem na tríade: *observar* para *entender*, *identificar* para *mapear* e *propor* para *agir*. Esta argumentação foi proposta também em um artigo publicado em revista científica pelo autor da Tese no primeiro semestre de 2022, concomitantemente ao desenvolvimento deste estudo, no qual foi defendida a importância de

discutir a Ecologia Urbana como uma Ciência (ou conjunto de Ciências) integrativa, necessariamente multi e interdisciplinar em decorrência de seu amplo espectro de atuação, desde as ciências naturais e ambientais, até as humanidades. Logo, propõe-se uma sociologia para a ecologia, mais especificamente, no bojo das tratativas, teorizações e práticas no rol da Ecologia voltada para as urbanidades e para a cultura (ou culturas). (FRANCELINO, 2022, p.36)

O quadro a seguir apresenta as 3 categorias que direcionam o processo cartográfico e 7 estímulos considerados elementares para o que se propõe ser um processo de Mapeamento

⁵² Potencialidades humanísticas: compreendem-se ser, no Mapeamento Ecocultural proposto, os aspectos de desenvolvimento social identificados pelo processo de cartografar do observador, que depois culminará na proposição de intervenção/ação. É um conceito relacionado diretamente à associação defendida anteriormente entre a dádiva e a ecopedagogia, ou seja, a humanidade sendo compreendida a partir de suas relações consigo mesma (sociabilidades) e o ambiente (natural e construído).

Ecocultural. A título de exemplificação, logo a seguir, será desenvolvida a aplicação das 3 categorias propostas, a partir das informações disponíveis nos sites das 3 ONGs estudadas neste caderno (fichas inferenciais), para, então, no próximo tópico, aplicá-lo num projeto real, novo e proposto a partir desta Tese: a Casa da Ciência e da Cultura de Barbacena, Minas Gerais.

Quadro 7: Desenvolvendo um projeto a partir do Mapeamento Ecocultural

Desenvolvendo um projeto a partir do Mapeamento Ecocultural	
O que é o Mapeamento Ecocultural?	Cartografia de potencialidades humanísticas de uma cidade, bairro ou comunidade, para desenvolvimento de ações que possam direcionar/favorecer o despontar de projetos diversos e até mesmo instituições regulares, como ONGs, com foco ecocultural.
As 3 categorias que se objetiva serem desenvolvidas em qualquer Mapeamento Ecocultural	<ol style="list-style-type: none"> 1) <i>observar</i> para <i>entender</i>; 2) <i>identificar</i> para <i>mapear</i>; 3) <i>propor</i> para <i>agir</i>.
7 estímulos para começar o processo cartográfico	<ol style="list-style-type: none"> 1) “fertilização” de ideias: a subjetividade de quem olha para a cidade e identifica a necessidade de mudanças, ou proposições, a partir da resignificação de espaços e relações entre pessoas e o ambiente; 2) a dádiva da conexão: fortalecimento de vínculos entre pessoas; entre pessoas e o ambiente construído e entre pessoas e o ambiente natural. É importante que quem se dispõe a mapear ecoculturalmente uma localidade, coloque-se em estado de deslocamento, de “provocação” para poder sentir e articular propostas que sejam social e contextualmente fundamentadas; 3) construção de um mapa de afetos a partir da percepção ecológica e cultural; 4) criação de um esquema de objetivos e plano de ação; 5) aplicação da proposta a partir da simplicidade; 6) “colheita” (não coleta) dos resultados iniciais; 7) um olhar para o começo e um olhar para o futuro: propor metodologias a partir da noção de sustentabilidade, sendo esta direcionada para a possibilidade de mudanças de curso, de projetos, de ideias e não da solidez, do ideário de constância apregoadado pelos modelos utilitaristas de entendimento do mundo.

Esta proposta foi fundamentada em muitos dos recursos teóricos desta Tese, sobretudo as propostas de Guatarri (1989), com as Três Ecologias, Deleuze; Guatarri (1995) a partir dos processos cartográficos, a dádiva (Mauss, 2008 [1925]) e a ecopedagogia (Gutierrez; Prado,

2013) (Gadotti, 2000). Mapear Ecoculturalmente se baseia em entender que a Ecologia precisa ser ampliada para não apenas um estudo acerca da natureza, mas, também, das relações sociais humanas, que incluem o entendimento das sociabilidades que caracterizam um determinado recorte cultural e local, como características de uma cidade, de um povo, inclusive no que se relaciona aos aspectos ambientais (Ecologia Social).

Trata-se do entendimento de que saúde, felicidade e dignidade humanas, por exemplo, são fundamentais para os tratos ambientais, afinal, não há como buscar a sensibilização e educação ambientais se não conseguirmos entender contextos e diagnosticá-los. Por isso, a junção entre Eco e Cultura é estimulada: os relacionamentos ecológicos da humanidade com seu meio são agenciados pela cultura; e se os comportamentos e racionalidades ambientais humanos têm sido de degradação da natureza, das próprias relações sociais e das relações de dádiva, é preciso mudar culturas para que, a longo prazo, transformem-se em pontos de ruptura com paradigmas, como o utilitarista.

Abaixo estão sistematizadas 3 fichas inferenciais (quadro 7), com base nas informações oferecidas pelas 3 ONGs em discussão neste Caderno. Denominou-se como “inferenciais” porque foram construídas a partir do olhar de pesquisa, inferindo-se com base nos conteúdos publicamente disponibilizados por elas. Cabe destacar, novamente, que ter os sites atualizados e públicos foi um critério para a escolha dessas instituições, para esta pesquisa. Em cada uma delas, optou-se por dedicar-se atenção às 3 categorias propostas para o Mapeamento Ecocultural. Os 7 estímulos não são foco, pois eles figuram como apoio reflexivo para a produção desse material, e não tópicos de “resposta”.

Quadro 8: Fichas inferenciais das ONGs a partir da proposta de Mapeamento Ecocultural

Mapeamento Ecocultural – ficha inferencial/ Greenpeace⁵³	
As 3 categorias aplicadas na ONG	<p>1) <i>observar para entender;</i> O Greenpeace apresenta, nesta categoria, um olhar ampliado acerca da Conservação e Proteção ambientais, focado na vigília constante de processos de degradação ambiental em significativa parcela do planeta. Esta observância se dá a partir de contatos com diversas instituições de pesquisa mundiais e também governos e entidades livres em uma quantidade significativa de países, em todos os continentes;</p> <p>2) <i>identificar para mapear;</i> A identificação de elementos para a aplicação de projetos diversos da ONG se dá a partir de quatro eixos, a partir dos quais a instituição define ações específicas e variadas de acordo com os mais diversos contextos: “Nossa missão é garantir a capacidade da Terra</p>

⁵³ Informações sobre processo de voluntariado desta ONG disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/como-ajudar/faca-parte-do-voluntariado/>

<p>As 3 categorias aplicadas na ONG</p>	<p>de nutrir a vida em toda a sua diversidade. Isso significa que queremos: a) Proteger a biodiversidade em todas as suas formas; b) Prevenir a poluição do ar, das águas e da terra; c) acabar com a ameaça nuclear e enfrentar as mudanças climáticas; d) promover a paz, o desarmamento global e a não-violência” (GREENPEACE, 2019, s/p)</p> <p>3) <i>propor para agir;</i></p> <p>Diante da identificação de cenários diversos, a ONG propõe campanhas específicas. No caso da Brasil, em 2020 (último ano disponível no site com o relatório de atividades), foram desenvolvidas as campanhas: “Asas da Emergência”, “Potências Coletivas”, “Todos os olhos na Amazônia”, “Justiça Climática”, “Protegendo o desconhecido”, “Pátria Queimada” e “Resista”.</p>
<p>Mapeamento Ecocultural – ficha inferencial/ Projeto Tamar⁵⁴</p>	
<p>As 3 categorias aplicadas na ONG</p>	<p>1) <i>observar para entender;</i></p> <p>O projeto Tamar, quando de sua fundação, teve intenso trabalho de busca e entendimento dos contextos socioambientais e ecológicos nos quais poderia atuar, sobretudo no litoral brasileiro. Após anos de trabalho, fica claro que esta fase de observação para entendimento desses elementos contextuais, de ligação entre cultura, ecologia e conservação da natureza, são ainda basilares para a ONG e auxiliam na dinamicidade e praticidade dela.</p> <p>2) <i>identificar para mapear;</i></p> <p>Esta fase de observação e entendimento permitiu gerar a identificação dos rumos de aplicação e desenvolvimento de projetos. Segundo o site da ONG, são campos de atuação do Tamar: “Pesquisa Aplicada”, “Interação com a pesca”, “Educação Ambiental” e “inclusão social”.</p> <p>3) <i>propor para agir;</i></p> <p>A partir deste mapeamento, as propostas de ação da Instituição estão todas voltadas para vários municípios do litoral brasileiro, conciliando pesquisa científica acerca de Tartarugas Marinhas, Meio Ambiente, Cultura e Educação Ambiental com foco na sensibilização e projetos diversos de diálogo direto com a sociedade, incluindo pescadores.</p>
<p>Mapeamento Ecocultural – ficha inferencial/ Instituto Curupira⁵⁵</p>	
	<p>1) <i>observar para entender;</i></p> <p>O Instituto Curupira desenvolveu em 2022 um projeto que denominou ser “Incubadora”, no qual todos seus membros foram convidados a refletir sobre seus ideais na ONG e a instituição definiu os focos de atuação que desejaria ter para o futuro. Neste processo, houve a busca pela observação de todos os trabalhos desenvolvidos até então e a tentativa de compreensão dos métodos e trabalho em equipe.</p>

⁵⁴ O processo de voluntariado do Projeto Tamar é aberto esporadicamente, via site do ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade): <https://sejaumvoluntarioicmbio.nectosystems.com.br/voluntariado/login/>

⁵⁵ O processo de voluntariado do Instituto Curupira é aberto anualmente, conforme pode ser conferido nesta matéria jornalística: <https://barbacenaonline.com.br/instituto-curupira-abre-programa-de-voluntariado/>

<p>As 3 categorias aplicadas na ONG</p>	<p>2) <i>identificar para mapear;</i></p> <p>A partir do site da ONG, é possível perceber que ela se constrói, sobretudo, dos processos de voluntariado e articulação entre Cultura, Meio Ambiente e Educação. Os processos de mapeamento de potencialidades direcionam-se a partir dos eixos que a instituição trabalha há 10 anos: Festivais Culturais, Educação Científica e Cursos Livros, Produção de eventos diversos artísticos e capacitação de pessoas. Para cada evento é realizado o mapeamento de possibilidades de atuação e de construção de projetos alternativos.</p> <p>3) <i>propor para agir;</i></p> <p>A ONG tem focado em proposições de projetos que articulem e valorizem a classe artística mas que, concomitante, favoreçam também processos de educação ambiental, como o que ocorre no Festival Nacional de Música Popular Livre de Barbacena. Além disso, há diversos projetos sendo desenvolvidos internamente, com cunho ambiental, e também externamente, com foco em cultura e sociedade, como os projetos Rizoma e Complexo, de música e literatura, respectivamente.</p>
--	---

A sistematização das informações das Organizações Não Governamentais neste quadro, seguindo o que se propõe no Mapeamento Ecocultural, permite perceber que a compreensão e levantamento dos valores e princípios ideológicos, políticos e educativos, de cada instituição, são fundamentais para a sua sustentabilidade e manutenção.

Acerca da dádiva, tal como nos adverte Caillé (2012), é relevante compreender que ela está aí, em praticamente todos os “lugares” e o que Mauss tão bem fez foi nos oferecer pistas de sua existência. Sua compreensão foge da nomenclatura e definição fechadas. Por esta razão, os 7 estímulos propostos para o Mapeamento Ecocultural são mais rizomáticos, *devires*, que uma “receita do bolo”. A dádiva pode estar em relações agonísticas e também em ciclos evidentes de *dar-receber-retribuir*, como no mercado, mas também está na associação (pacto associativo), entre o mundo subjetivo e o mundo coletivo; entre cultura e comportamento. Como tão bem nos traz Cavenaghi (2022, p.401), eis aqui uma questão da própria hospitalidade, afinal, na ação desta,

há uma extinção ao final do gesto e sua continuidade só é possível se estiver amparada por outro ciclo de ‘doação’, ou seja, veja-se aqui a Dádiva como um trem em movimento e as ações de Hospitalidade, os seus passageiros. A cada estação alguns desses passageiros desembarcam e geram instabilidade, e outros embarcam e geram estabilidade. Ciclos infinitos, que buscam um equilíbrio nos encontros e desencontros que se realizam.

A fim de vivenciar na prática criativa a ligação, associação, entre dádiva e o conectar de pessoas, o ambiente construído, geração de vínculos, afetos, resolveu-se por criar um projeto novo e com perspectivas não tradicionais de compreensão do urbano, de valores e sentidos ambientais e, portanto, ecopedagógicos a partir da cidadania planetária (no âmbito do conectar

peessoas entre si, com o ambiente urbano e o ambiente natural). Foi objetivo que a aplicação do Mapeamento Ecocultural se desse na prática. É o que veremos no tópico a seguir, delineado a partir do recorte espacial selecionado para a pesquisa.

2.4 A Casa da Ciência e da Cultura de Barbacena, Minas Gerais⁵⁶

A perspectiva do acolhimento, tão cara à hospitalidade, é base para esta Tese. Acolher é bem mais que cuidar: envolve uma miríade de aspectos, incluindo a percepção de que somos seres sociais, construídos cultural e ambientalmente. A hospitalidade é, então, uma dimensão da dádiva. Mas, como experimentá-la, ou, vivê-la? Como entender, ao menos um pouco da essência, ou *devoir*, da dádiva, uma vez expostos ao contexto global de extrema dissociação da humanidade de pressupostos que permitiram que, por milhares de anos, prosperássemos na Terra, como o coletivismo e a ligação profunda com o que podemos considerar natureza?

Ao longo dos três primeiros meses de 2022 decidiu-se que criar, propor algo que, a partir dos pontos de reflexão levantados no Estudo, favorecesse experimentar a dádiva, seria um aspecto importante dentro dos pressupostos levantados de experiência sociológica de vida/pesquisa narrativa. Experimentar no sentido mais profundo do conceito: ir para além do perímetro, fugir do cômodo, estimular o diferente e tentar alçar perspectivas nunca antes tidas pelo pesquisador, no âmbito de sociabilidades participativas (CAILLÉ; MARTINS, 2012). Todavia, como fazer isso? Não seria possível desconectar-me de minhas experiências e valores anteriormente construídos, mas, poderia ser interessante colocar-me, expor-me a incômodos e buscar métodos diferentes que, primeiramente, estimulassem, oferecessem sentidos de existência, mas que, também, provocassem rupturas com modelos de compreensão de mundo subjetivos, e *modus operandi* de trato de projetos e ações socioambientais que estavam cristalizados, se assim podemos considerar, no meu íntimo.

O Mapeamento Ecocultural, disposto anteriormente, surgiu desse contexto e, logo a seguir, cresceu a vontade de aplicá-lo. Por isso, entre os meses de março e abril de 2022, começou-se o desenvolvimento da Casa da Ciência e da Cultura de Barbacena⁵⁷, um projeto piloto que objetiva a divulgação científica, o trato de questões ambientais e a produção artística

⁵⁶ Foi escolha do pesquisador inserir neste Caderno, anterior à discussão sobre a Pesquisa Narrativa (experiência imersiva tida no Instituto Curupira, que será foco do próximo caderno) em razão da proposta do Mapeamento Ecocultural, que se liga diretamente ao estudo feito acerca de outras ONGs, particular deste tomo. Embora a ordem temporal de produção da Casa da Ciência e da Cultura de Barbacena seja posterior à experiência desenvolvida dentro do ICASA, optou-se, por questão de lógica argumentativa, inserir neste caderno esta abordagem de criação e primeiros resultados da Casa da Ciência e da Cultura para correlacionar às discussões tidas neste Caderno.

⁵⁷ Artigo/Matéria jornalística publicado em 13 de junho de 2022, que marca a gênese da Casa da Ciência e da Cultura de Barbacena, Minas Gerais: <https://barbacenaonline.com.br/barbacena-tera-casa-da-ciencia-e-da-cultura/>

e cultural a partir da conexão de diversos espaços e instituições dentro da malha urbana de Barbacena, Minas Gerais, e também de ambientes naturais, proximais à cidade, como a Serra de São José. Esta é uma Unidade de Conservação da Natureza (Área de Proteção Ambiental) situada nas cidades de Tiradentes, Santa Cruz de Minas, Prados e São João Del – rei, municípios circunvizinhos. Assim, foi neste contexto que surgiu a

(...) “Casa da Ciência e da Cultura de Barbacena”, um lar rizomático para o debate Científico e para o Fazer Cultural; um lar que terá vários “quartos” espalhados pela cidade, verdadeiros espaços de esperança, carregados de vontade de estabelecer para Barbacena mais que ambientes de entretenimento, mas, em primazia, ambientes que serão trincheiras de resistência num mundo paradoxalmente desconectado do que nos torna humanos: os vínculos sociais e a criatividade. (...) São espaços vários que, notando a importância da Ciência e da Cultura, e desta necessidade de criar pontes, conexões entre as pessoas na busca por um mundo mais humano, mais sensível, conectar-se-ão em uma rede. (BARBACENA ONLINE, 2022, s/p)

Como se vê, o objetivo da Casa da Ciência e da Cultura de Barbacena é ter uma dinâmica diferente no que se trata da compreensão de Casa. O objetivo é trazer o propósito do acolhimento (lar), da hospitalidade e fortalecimento/criação de vínculos, ressignificando o urbano a partir da conexão entre ambientes com propósitos filosóficos e ideológicos diferentes, mas que possam se conectar, ainda assim.



Figura 12: a logomarca do projeto, criada a partir de conceitos como Casa, Lar, Ciência, Criatividade e Conexão. **Fonte:** próprio autor da Tese (2022)

Ao invés de uma casa tradicional, com sede fixa, a Casa da Ciência e da Cultura está “espalhada” pela cidade (Diagrama 1). Atualmente, quando da escrita deste trabalho e já com resultados de 123 eventos realizados, a Casa possui 6 ambientes, escolhidos a partir de suas

características e possibilidades de desenvolvimento de diferentes abordagens/ tipos de atividades, eventos e propostas em geral culturais e científicas:

Quadro 9: A Casa da Ciência e da Cultura de Barbacena e seus Espaços de Esperança

A Casa da Ciência e da Cultura e seus Espaços de Esperança		
Espaços	Características	Abordagens desenvolvidas
Café Krambeck	Cafeteria e Espaço Cultural	Vivências com temas diversos com base em Ciência e associação direta com a Arte e a Cultura. Propósito de sempre manter as características que marcam uma cafeteria, como a acolhida, o café, as conversas sutis, dentre outros elementos.
Toca Music Bar	Bar e Restaurante	Vivências em formato de “papo de bar”. Objetiva-se a não formalidade e o formato de debate, a partir do projeto “Ciência e Filosofia no Bar”.
Sítio “Vale de Saturno”	Sítio com fragmentos de Mata Atlântica conservados	Vivências de observação do céu noturno e caminhadas e interpretações ecológicas diversas nos fragmentos de mata conservados da propriedade.
Serra de São José	Ambiente Natural, Unidade de Conservação da Natureza protegida por Lei.	Vivências com caminhadas ecológicas na Unidade de Conservação, em trilhas já disponíveis entre as cidades de Tiradentes, São João Del – rei, Santa Cruz de Minas e Prados, Minas Gerais.
Instituto Curupira	ONG que atua com educação, meio ambiente e cultura e é também um Ponto de Cultura regularizado pelo Governo Federal	Vivências diversas utilizando o espaço cultural da ONG, no qual há palco para artistas, som e sistema de iluminação profissional. Nesta instituição é propósito que ocorram mostras artísticas e debates sobre Sociedade, Arte e Cultura.
Escolas Públicas	Escolas de comunidades carentes e regiões periféricas de Barbacena, Minas Gerais	Vivências, palestras, atividades lúdicas com foco em divulgação científica e desenvolvimento de senso crítico.

Produção: próprio autor da pesquisa (2022)

O mapeamento Ecocultural foi fundamental para o desenvolvimento prévio da Casa, favorecendo projetar e prospectar objetivos e planos de ação. Antes de efetivamente começar a construção dele, voltado para este projeto, foram listados, seguindo pressupostos de Bardin (2011) e Gil (1995), elementos chave que eu considerava importantes, e que, numa perspectiva cartográfica (DELEUZE; GUATTARI, 1995) permitissem-me olhar para os planos e ideias de forma mais consciente e focada em possibilidades de conexão. O resultado, foi um mapa

conceitual, que mostrou os principais argumentos/fundamentos do projeto: 1) Conectar “Espaços de Esperança” dentro da malha urbana de Barbacena, Minas Gerais; 2) Conectar pessoas; 3) Convivialismo - ressignificação da acolhida numa perspectiva urbana do afeto; 4) Contato/ acolhida a partir de ambientes de natureza conservada; 5) Educação a partir da criação e fortalecimento de vínculos.

No entanto, é preciso compreender estes argumentos/ fundamentos chave da Casa da Ciência e da Cultura associativamente, e não de maneira desconectada. O objetivo de educar a partir do fortalecimento de vínculos, de maneira alternativa e não formal, por exemplo, é resultado dos processos anteriores e por eles é construído. Para favorecer, visualmente, a percepção disso, um diagrama foi criado, para sistematizar estas relações e mostrar a amplitude cartográfica desses conceitos/ argumentos que surgiram do processo de Mapeamento Ecocultural:

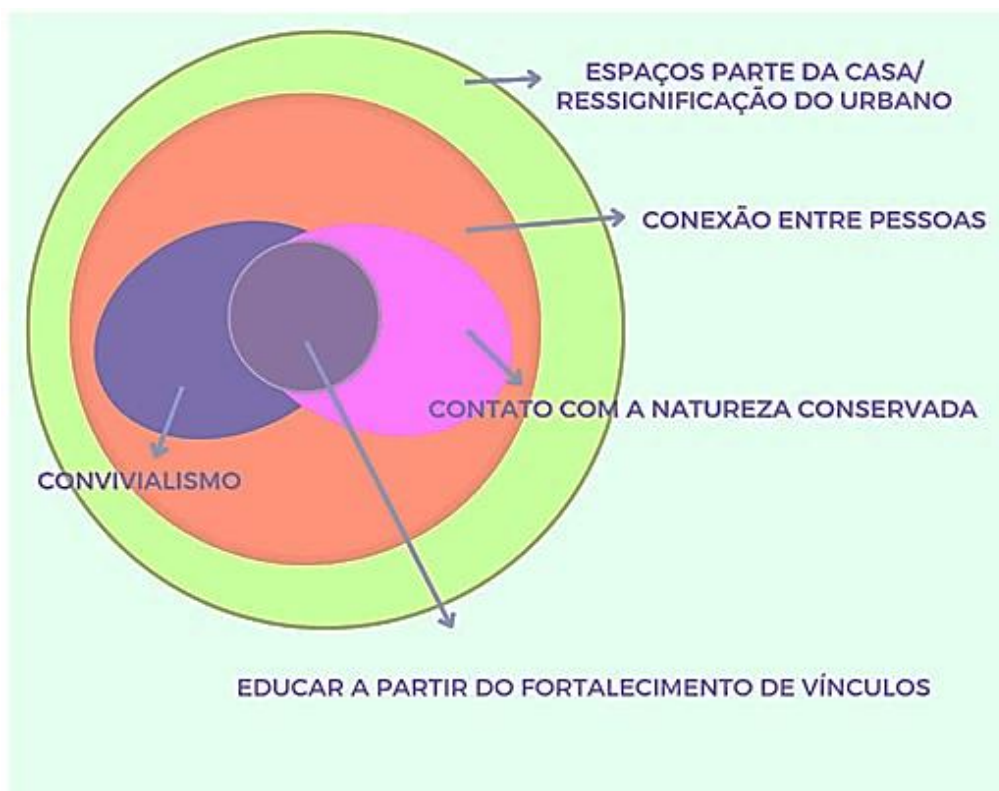


Diagrama 1: Os conceitos/ argumentos que fundamentaram a criação da Casa da Ciência e da Cultura de Barbacena, Minas Gerais. **Fonte:** próprio autor da Tese (2022)

Com base neste diagrama, é possível, agora, discorrer sobre os resultados notados até aqui, após a realização de 123 eventos da Casa da Ciência e da Cultura e utilizando todos os 6 espaços, que denomino como Espaços de Esperança, recorrendo à discussão trazida por Harvey (1995). O trabalho em escolas públicas é realizado uma vez a cada mês. Como prerrogativa do

Mapeamento Ecocultural, um caderno específico foi organizado para inserir os resultados notados durante e após cada evento, em cada um dos espaços.

No diagrama, nota-se que o maior campo de objetivação é a ressignificação do urbano a partir das diversas atividades desenvolvidas pela Casa da Ciência e da Cultura em seus vários espaços. A partir disso, circunscrito a este macro objetivo, destaca-se o anseio de conectar pessoas. Em 10 meses de atuação do projeto, 1.153 pessoas participaram dos eventos. A convivialidade e o contato com a natureza, por sua vez inseridas nos objetivos mais amplos de ressignificar o urbano, as relações sociais e a convivialidade, tocam-se e favorecem, em sua conexão, os processos educativos.

Há de se destacar que educar é o pressuposto fundamental da Casa, mas não no sentido de transmissão de conhecimento apenas, mas, sim, de trocas e convivialidade gerando sensibilização e pertencimento. Nas palavras de Martins (2002, p.9), o social somente surge “sob condições particulares de doação, confiança e solidariedade que não são explicáveis pela ótica do interesse individual, nem pela burocracia estatal, mas pelo paradoxo do dom (dádiva).” Por isso o foco tem sido abordar temas que sejam de importância social, mas também que gerem curiosidade, conectividade e favoreçam a sensibilização ambiental e socioambiental para

conectar, significar e construir; para relacionar pessoas e suas experiências. Pontes para retornar à essência do que nos caracteriza como espécie que sente, pensa e vive (...) Trata-se, portanto, de uma discussão também ética. Será que as pessoas sabem o que de fato é a Ciência? Será que as maravilhosas descobertas que a Ciência favorece, chegam até as pessoas, sobretudo populações do interior? Como a Ciência pode ser mais humanística? E a Cultura? Por que ainda é entendida como um aspecto elitista por tanta gente, inclusive gestores públicos, que não valorizam o fazer cultural local, as expressões sociais tidas e construídas no âmbito de comunidades, de identidades e memórias que, sob o prisma do desenvolvimento economicista e utilitarista, têm sido descartadas, desestimuladas há tempos? (BARBACENA ONLINE, 2022, s/p)

A figura 13, a seguir, é um esquema que representa um dos eventos realizados em cada um dos Espaços de Esperança. Destes espaços, 4 são localizados dentro da malha urbana de Barbacena: Café Krambeck, Toca Music Bar, Instituto Curupira e Escolas Públicas. A Serra de São José e o Sítio Vale de Saturno encontram-se em áreas conservadas ou rurais. Na imagem, a ordem das fotografias descritivas está disposta de acordo com a ordem de realização dos primeiros eventos, desde junho de 2022. Apenas uma fotografia, de cada evento, foi escolhida para representar os resultados tidos até então, que serão melhor descritos na figura a seguir.



Figura 13: Fotos descritivas de algumas das ações desenvolvidas, até dezembro de 2022, nos Espaços de Esperança da Casa da Ciência e da Cultura de Barbacena, Minas Gerais. **Produção:** próprio autor da Tese (2022)

Seguindo-se as abordagens trazidas por Caillé e Godbout (in MARTINS, 2002), decidiu-se construir o Quadro 9, a partir do qual é possível notar a tipologia das sociabilidades desenvolvidas em cada um dos Espaços de Esperança que a compõem. Essa tipologia também é uma tentativa de perceber a dádiva na dimensão da hospitalidade. Tal como predisposto na abordagem do Mapeamento Ecocultural, resolveu-se por focar nas potencialidades que foram, primeiramente, buscadas para se propor estes ambientes como Espaços da Casa da Ciência e da Cultura e, secundamente, já considerar os resultados efetivos notados por este pesquisador, e propositor da Casa.

Quadro 10: Tipologia de sociabilidades notadas nos eventos realizados em cada Espaço da Casa. **Produção:** próprio autor da Tese (2022)

Espaços de Esperança da Casa da Ciência e da Cultura	Tipologia de sociabilidades notadas nos Espaços de Esperança da Casa e nos eventos desenvolvidos
Café Krambeck	Contato proximal entre pessoas; facilidade de criação de vínculos a partir do formato de acolhida da Cafeteria e da curadoria dos temas escolhidos. As pessoas são estimuladas a se expressarem a partir da Arte, por exemplo.
Serra de São José	Caminhadas ecológicas e vivência em ambiente conservado. As pessoas praticam atividade física concomitantemente à conexão com o ambiente natural e recursos bióticos e abióticos. Um aspecto interessante notado é que, em decorrência do tempo de caminhada, as pessoas acabam se conhecendo ao longo do processo e interagindo, favorecendo o fortalecimento de vínculos.
Instituto Curupira	Interpretações artísticas e culturais, que favorecem a valorização e estímulo ao conhecimento de trabalhos artísticos de pessoas da cidade e região. Valorização da produção cultural local. Ecocultura.
Sítio Vale de Saturno	Atividades de observação do céu noturno e camping, que favorecem a aproximação de pessoas e, conjuntamente, maior interesse por trocas de informações e de saberes.
Toca Music Bar	O formato de bar e de debate permite que pessoas que não se encontrariam, teoricamente, por temas voltados para a Ciência e Cultura, possam se conectar e se conhecer. O ambiente com música ao fundo permite que uma interação diferente, mais inusitada e casual ocorra entre os participantes das vivências.
Escolas Públicas	Diversificação de classes sociais e faixas etárias, que exigem maior atenção em relação à percepção das dinâmicas e práxis sociais. A tentativa tem sido motivar os estudantes das escolas a participarem ativamente das propostas, desconfigurando os modelos tradicionais de educação, como a educação bancária, discutida por Paulo Freire (1996). A horizontalidade das conversas tem sido um dos focos, neste caso.
Observação/preocupação: percebeu-se certa dificuldade de as atividades da Casa da Ciência e da Cultura atraírem pessoas de bairros mais periféricos da cidade e região. Embora as atividades gratuitas em Escolas Públicas tenham ocorrido, as inscrições para eventos da Casa não têm tido demanda por populações mais carentes.	

Percebe-se no Quadro 9 que diferentes identidades, dos Espaços, marcam a Casa da Ciência e da Cultura de Barbacena. Foi intento que existisse essa variedade de possibilidades, não apenas para atender a diversas querências, por diversos públicos, mas, sobretudo, para que se permitisse que a instância de criação, a criatividade (dissonância criativa), fosse um fator

chave para o desenvolvimento do projeto. Nota-se, até aqui, que realmente a variedade de temas dos eventos, as maneiras de associar Ciência, Cultura e práticas artísticas, têm sido um perfil original do Projeto e, certamente, esse tem sido o motivo de tamanha busca e interesse pelo público, que têm sido maiores que o esperado. Retornando ao que Mauss (2008 [1925]) discorre acerca do fato social, e trazendo as palavras de Gui Nicolas (in MARTINS, 2002, p.53):

Marcell Mauss já advertia os leitores em *Essai sur le don*, que o ‘fato social total’ não dizia respeito somente ao movimento de bens, mas que ele passava de um dos termos de um contrato mais geral e permanente que que juntava cortesias, festins, ritos, relações entre mulheres e crianças, feiras – das quais o mercado não é senão um momento.

Cabe destacar que o dom ritual proposto por este autor está direcionado aos modos como, na sociedade contemporânea, relações de dádiva se dão nos rituais coletivos, que possuem, por sua vez, variadas facetas, como ele mesmo exemplifica ao trazer a questão das inumeráveis “constelações coletivas calorosas, cujas escansões festivas e oblativas, ritmam a vida cotidiana dos sujeitos envolvidos em outros tipos de relações sociais” (NICOLAS, in MARTINS, 2002, p.49).

A perspectiva de sustentabilidade, da Casa e das relações nela/por ela construídas, acredita-se, dá-se na dimensão sociabilizante: grande parte do público tem relatado participar das atividades para, também, conhecer ambientes diferentes na cidade, fazer vínculos com pessoas e criar amizades. Assim, não é prepotência afirmar que os objetivos de valorizar a dimensão urbana e afetiva do município, a partir da ressignificação de ambientes que nele existem, a partir do afeto, da acolhida e da reciprocidade criativa, são marcas relevantes dentre os resultados percebidos e mostras de dádiva.

No próximo Caderno, e confluente ao que foi discutido aqui, acerca do Mapeamento Ecocultural como uma estratégia dentro do contexto da dádiva, na expressão da hospitalidade e do Convivialismo, a discussão se dará a partir da experiência prática, em 2021, na equipe de Produção de eventos do Instituto Curupira.



Figura 14

3 ° C A D E R N O

EXPERIÊNCIA PRÁTICA COM ASSOCIATIVISMO AMBIENTAL

Figura 14: próprio autor/ 6º Festival Nacional de Música Popular Livre de Barbacena, Minas Gerais, promovido pelo Instituto Curupira (2019). O sentido da experiência está disposto na conviabilidade, seguindo os parâmetros da dádiva.

Neste Caderno, no tópico **3.1**, serão dispostas as características da Pesquisa Imersiva com elementos etnográficos desenvolvida no Instituto Curupira entre janeiro e maio de 2021, a partir dos pressupostos da Pesquisa Narrativa, durante a produção do evento sociocultural, de amplitude nacional: o 7º Festival Nacional de Música Popular Livre de Barbacena, Minas Gerais.

No item **3.2** é discutida a experiência de vida do pesquisador em sua vivência/imersão na equipe de Produção do Festival Nacional de Música Popular Livre de Barbacena, Minas Gerais, e características várias deste e do Instituto Curupira. No tópico **3.3**, discorrer-se-á acerca do Mapa de Afetos construído pelo pesquisador ao longo dessa experiência em campo, feito a partir de anotações e uma série de outras estratégias elaboradas (tendo como direcionamento teórico a Pesquisa Narrativa e a Cartografia -Esquizoanálise) para levantar, entender e discutir os processos associativísticos da ONG, e a dinâmica de sua equipe, ao longo dos 5 meses de produção do evento. A partir disso, debates e proposições são feitos tendo como direcionamento as relações de sociabilidade e hospitalidade.

Por fim, no tópico **3.4**, o foco é feita argumentação acerca da heterogeneidade e dívida mútua positiva como aspectos chave percebidos e que fundamentam as sociabilidades inseridas no rol da sociabilidade primária proposta por Caillé (in MARTINS, 2002). São propostos três espectros sociais que se ligam diretamente à defesa de que, para a efetividade e reciprocidade dos processos associativísticos ambientais da ONG, as relações de pertencimento, vínculos e doação, nesta ordem, mas em fluxo transdisciplinar, são preponderantes para as práticas de hospitalidade necessárias à sustentabilidade das ações e preceitos estruturais deste coletivo de pessoas.

3.1 – Características gerais da Pesquisa Imersiva realizada no Instituto Curupira entre Janeiro e Maio de 2021

Se o sustentável deve fascinar e ser atrativo, deve despertar os sentidos e ser lógico, então a categoria beleza transforma-se em matéria construtiva elementar de um futuro com o futuro, em um meio de vida acessível a todos os seres humanos e não humanos (MANIFESTO DE TUTZINGER, 2001, p. 2)

A partir deste tópico, propõe-se: 1) que as relações de dádiva são possíveis de serem notadas, ainda que de maneira sutil, em micrologias, a partir de sociabilidades participativas e coletivas, com fortes características de formação de identidade; 2) tecer argumento, com base na vivência prática, imersiva no Instituto Curupira, e por meio da pesquisa de cunho Narrativo, de que o associativismo ambiental, com base no voluntariado, figura como um dos traços de uma sociedade em transição, cujas resistências oferecem outros modos de perceber e atuar no

mundo; e 3) a pessoa do discurso neste Caderno é a 1ª do singular, pelas características imersivas, narrativas, e de elementos etnográficos apresentados.

Não é intento, neste tomo, retornar a discussões já feitas anteriormente, mas, sim, a partir de minhas experiências reais, e de uma imersão no âmago de uma ONG de características Ambientais e Culturais, entender, como pesquisador, alguns elementos que favoreçam defender que o associativismo ambiental, mais que uma resposta/ressonância à sustentabilidade, é caminho para pensarmos em metodologias/contribuições sociológicas para a Ecologia Urbana.

A pesquisa imersiva deu-se a partir de três eixos base, conforme Quadro 10. Ela durou 5 meses, de Janeiro a maio de 2021. Para tal, após reunião com o corpo diretor do Instituto Curupira, que ocorreu em dezembro de 2020, decidiu-se que seria realizada ao longo de toda a produção, realização e pós produção do VII Festival Nacional de Música Popular Livre da ONG, que foi desenvolvido nos dias 22, 23, 24 e 25 de abril de 2021.

Quadro 11: Eixos de imersão do pesquisador na ONG e no evento. **Produção:** próprio autor da Tese (2022).

Eixos de imersão	Como foram desenvolvidos?
1) Conhecimento da equipe voluntária que trabalharia na produção do evento e características gerais do mesmo.	Após a Diretoria Executiva da ONG aceitar que eu me colocasse como membro voluntário na produção do evento, conheci todos os outros voluntários e solicitei que não fosse compreendido, e nem que tivesse função de chefia, na condução do Festival. Expliquei que a pesquisa imersiva era, também, para que eu me deslocasse de meus lugares de conforto e que eu desejava ter funções colaborativas, para poder entender melhor, e cartografar, aquilo que desejava para esta Tese.
2) Participação/ imersão como membro voluntário da equipe de produção do Festival.	Desde Janeiro de 2021 reuniões começaram a ocorrer, sobretudo online, em decorrência da Pandemia. Participei de todas e me dispus a fazer parte do trabalho, como produtor cultural e responsável pela sonorização e iluminação do Festival. Também auxiliei na fase de curadoria dos artistas candidatos ao evento.
3) organização de um mapa de afetos cartográfico a partir do qual buscou-se perceber relações de dádiva/sociabilidades entre os participantes, voluntários, e também dos artistas e público participantes.	Desde as primeiras reuniões, e divisões de “trabalho”, criei um caderno de afetos, a partir do qual anotava tudo o que eu acreditava ser importante para poder refletir/entender a atuação da equipe, da ONG, de cunho associativístico, como respostas, ou não respostas, ao que eu estava projetando para este Caderno e para esta Tese.

A produção do Festival começou na primeira semana de Janeiro de 2021. O evento contou com recursos, pela primeira vez, públicos, advindos da Lei Aldir Blanc (LAB). A primeira etapa do evento foi a criação de um edital de chamamento para artistas, compositores, que desejassem participar do mesmo, que, em formato competitivo, ofereceu premiação em

dinheiro para os vencedores em várias categorias e, além disso, disponibilizou bolsas de ajuda de custos para todas as bandas e compositores solo, classificados. A pré produção ocorreu, portanto, entre janeiro e março de 2021; a produção efetiva do Festival deu-se nos dias 22, 23, 24 e 25 de abril. A pós produção, ou seja, procedimentos a serem cumpridos uma vez encerrado o evento, como burocracias documentais, financeiras e técnicas, ocorreu até meados da metade de maio de 2021.



Figura 15: Arte e logo oficiais da Edição 2021 do Festival de Música Popular Livre de Barbacena, Minas Gerais. **Fonte:** Instagram da ONG (2021).

Para que se pudesse entender melhor as características desenvolvidas pela ONG, e que tivessem ligação com a dádiva (na proposição defendida nesta Tese), meu foco foi, *a priori*, compreender as sociabilidades participativas que caracterizavam a instituição e as pessoas que nela atuavam de forma voluntária. Para isso, seguindo pressupostos da análise inferencial da Pesquisa Narrativa, busquei me desvencilhar das características que marcavam minha ação, até então, como diretor do Instituto. Solicitei à equipe que eu não fosse compreendido como coordenador. Para tal, núcleos tiveram coordenadores diferentes.

Com fins de observar e mapear, com o mínimo de viés, optei por não realizar modelos de estudo que pudessem manipular a minha percepção sobre o trabalho da ONG, como questionários, que têm sido amplamente problematizados por muitos pesquisadores, em diversos sentidos. Optei, em contrapartida, pela Pesquisa Narrativa, com elementos etnográficos, para poder relatar aquilo que não apenas via, mas o que senti e que notei ser

importante. Não há neutralidade no olhar e *praxis* de nenhum pesquisador (LATOURE, 2000), mas, eticamente, foi importante criar métodos para que minhas percepções não fossem interferidas apenas pela minha ligação com a ONG, a qual dirijo há tantos anos. Ou, para que não existisse vieses de confirmação, ou, ao menos, para que fossem minimizados.

Resolvi, a partir do que Caillé (2012) denomina ser Sociabilidade Participativa, como característica da dádiva no/ a partir do associativismo, direcionar meu trabalho de imersão no exercício e desenvolvimento prático de funções de produção do evento, junto aos demais voluntários da ONG e, livremente, “coletar”, identificar aspectos que eu considere serem de dádiva, como tem sido proposta.

Importante destacar que não se compreende aqui a dádiva apenas nas relações de reciprocidade; foi preciso compreendê-la, também, nas relações e aspectos de perturbação ou de interferência no pressuposto do trabalho coletivo, no desenvolvimento ideológico da ONG e de seus voluntários. Ou seja, ainda que a ONG desenvolva um trabalho importante, é igualmente relevante colocar em crítica alguns aspectos que só pude perceber, e que dificultam as ações da mesma, uma vez me colocando como observador e narrador de minha própria experiência no trabalho realizado (imersivo, com elementos etnográficos).



Figura 16: à esquerda, eu atuando em um dos dias de Festival, como profissional de sonorização, auxiliando na afinação do instrumento de uma das musicistas participantes. Na fotografia à direita, responsável pelo sistema de som durante um dos shows.

No diagrama 2 relaciono as perspectivas que direcionaram a minha imersão na ONG seguindo métodos etnográficos da Pesquisa Narrativa, a partir da qual, conforme mencionado, o pesquisador não é apenas participante, mas pode propor e articular propostas dentro do grupo social no qual está inserido. Foi intenção relacionar perspectivas da ecopedagogia à dádiva, sobretudo no âmbito das sociabilidades participativas, tipologias de associação propostas por Caillé (in MARTINS, 2002) e da cidadania planetária, evocada por Gutierrez; Prado (2013) e Gadotti (2000). Em prática no Festival, foi possível depreender sobre como perspectivas mais

relacionais, no âmbito das sociabilidades participativas, podem ser compreendidas como práticas ecopedagógicas no sentido da formação e atuação da equipe em prol de objetivos comuns e que favorecem pertencimentos sociais e processos significativos de identificação.

Assim, é possível defender que a hipótese levantada por Caillé (in MARTINS, 2002), de que a socialibilidade primária é fundamental para o associativismo de resistência, é verdadeira no sentido amplo da resiliência coletiva, como será melhor discutido *a posteriori*.

Aspectos chave e direcionais da Imersão desenvolvida no VII Festival Nacional de Música Popular Livre de Barbacena, seguindo perspectivas da Pesquisa Narrativa

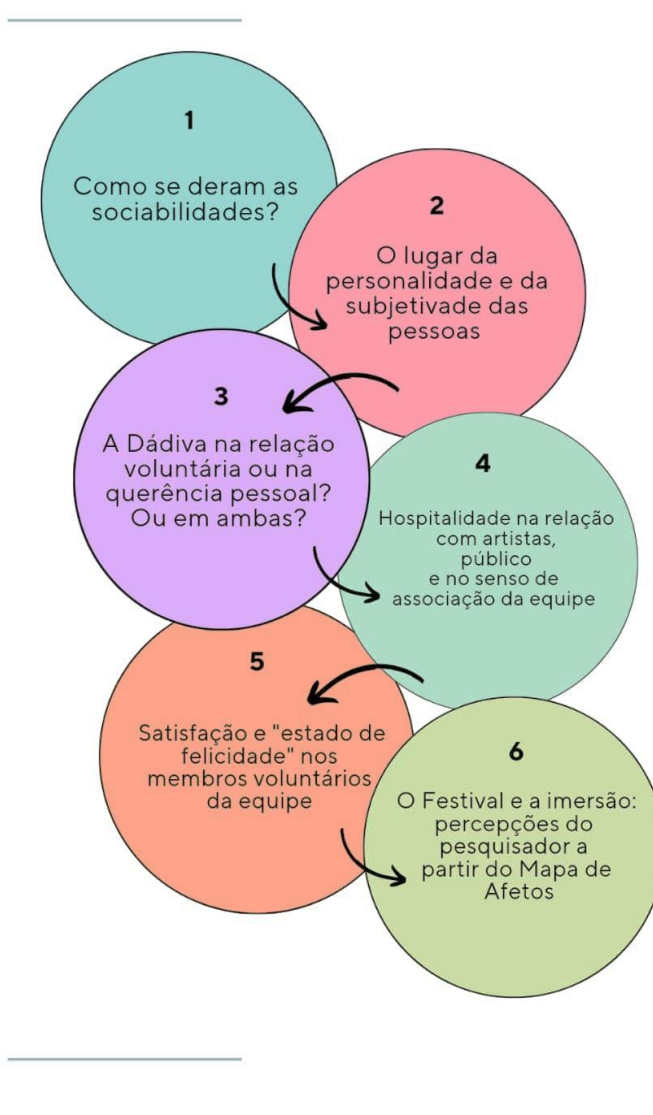


Diagrama 2: aspectos chave e direcionais da Imersão desenvolvida no VII Festival Nacional de Música Popular Livre de Barbacena, seguindo as perspectivas da Pesquisa Narrativa. **Produção:** Próprio autor da Tese (2021).

Cada circunferência presente no diagrama, com cores diferentes, retrata uma ordem de importância e relação de causa-consequência dentro do estudo imersivo. Os contatos entre estas

circunferências representam a não disciplinaridade, mas, sim, a interdisciplinaridade dos processos de envolvimento do pesquisador e das observações. É possível, numa discussão próxima ao que D'ambrosio (2012) faz, falar também de transdisciplinaridade, uma vez consideradas as instâncias de não conhecimento pleno dos processos e percepções. Representar o estudo cartográfico desta maneira, como propõem Clandinin; Connelly (2011) auxilia na busca de respostas do pesquisador com base na sua história de vida, contribuindo para organização direta e propositiva dos resultados que serão narrados, das ações e da percepção acerca de pessoas, ou grupos de pessoas envolvidos nos processos de observação e descrição.

Pesquisas de cunho narrativo, e de âmbito etnográfico, vivencial, têm relevante predisposição de observação e, também, de prática/ação. Ao contrário de pesquisas nas quais os pesquisadores propõem elementos específicos para mencionar ou interferir nos processos da instituição, ou dos alunos, ou do público alvo, na Pesquisa Narrativa, em geral, o pesquisador é parte integrante do processo por pertencimento e identificação. Logo, não é interessante que se “forcem” situações atípicas no cerne do que já é corriqueiro dentro daquele contexto; no caso, o contexto é o Instituto Curupira e sua equipe, durante a realização do Festival.

No Diagrama 2, as circunferências representam 6 grupos de propósitos que foram desenvolvidos ao longo da experiência prática associativística no Instituto Curupira e seu evento. É importante frisar que elas são representativas e cartográficas para favorecer a sua discussão. Também estão dispostas em ordem de desenvolvimento e por causa-consequência, ou seja, a primeira auxiliou para a chegada na segunda e daí adiante. Sendo assim, foi intento perceber e lançar olhar sobre:

- 1) Como se dariam as sociabilidades durante a produção do Festival, ou seja, foi intenção compreender como as pessoas envolvidas, e que são voluntárias, relacionam-se entre si e como este tipo de relação é favorecida pelos processos de identificação com a ONG;
- 2) a partir disso, foi objetivo compreender as instâncias subjetivas e também coletivas dos participantes e integrantes da equipe de produção do evento. Tecer percepções acerca das particularidades de cada pessoa envolvida poderia ser uma forma de perceber as relações de dádiva existentes no âmbito coletivo. Para tal, a sociabilidade primária proposta por Caillé (in MARTINS, 2002) foi o embasamento principal. Será que a busca por um resultado coletivo, o Festival, excluiria a busca íntima, subjetiva, de cada membro, “escondendo”, de certa forma, as suas singularidades e personalidades? Ou, justamente o contrário, algum âmbito de valorização/estímulo a espaços de voz, é que direcionava os resultados do trabalho coletivo?

3) com base nessa resposta, seria possível perceber, portanto, as relações de dádiva existentes nesse grupo de pessoas e no conjunto de relações sociais específicas e inerentes a ele. Por isso, a perspectiva teórica de Godbout (in MARTINS, 2002) sobre a dívida mútua positiva, foi utilizada como orientação cartográfica;

4) então, compreender as dimensões da hospitalidade na realização do Festival e no que se refere ao modo como os voluntários atuavam com o público e com os artistas, seria pertinente e interessante, tanto no que se refere à ecopedagogia na dimensão humana de meio ambiente e estrutura micrológica social, quanto da dádiva, na perspectiva de quem acolhe e busca criar vínculos; ou de quem é atraído pela possibilidade de criação de vínculos e estabelecimento de sentimentos de pertencimento e felicidade;

5) uma vez notados esses aspectos, foi intento entender a felicidade dos envolvidos no processo de organização e produção do Festival, afinal, a doação voluntária, associativística, de acordo com os teóricos da dádiva, exige algum retorno, mesmo que imedível. Seria a felicidade este retorno e, então, a dádiva expressa no âmbito das relações internalizantes e externalizantes?

6) tais características, e ampliações da dádiva para a compreensão de felicidade, evocam a necessidade de compreender e mapear todas as tecituras percebidas no processo imersivo nesta instituição e neste evento e, por esta razão, criou-se um mapa de afetos, sobre o qual falar-se-á *a posteriori*.

No próximo tópico, será apresentado o Festival e seus resultados, relacionando diretamente a esses grupos de busca de percepção dispostos acima.

3.2 – Experiência associativística na equipe de Produção do Festival

O VII Festival Nacional de Música Popular Livre de Barbacena, do Instituto Curupira, começou com a abertura de um edital público e que foi divulgado nacionalmente a partir da imprensa, redes sociais e de uma rede de contatos e músicos/musicistas e bandas que já haviam participado de outras edições. O projeto geral do evento começou em 2013 e sua musculatura vem sendo implementada e criada constantemente (CURUPIRA, 2021). Segundo informações colhidas junto à instituição, de 2013 a 2021, 274 pessoas já haviam atuado como voluntárias na ONG de alguma maneira e mais de 500 compositores, produtores, cenógrafos, dentre outros trabalhadores da Cultura já estiveram envolvidos com o evento.

Concomitantemente à abertura/chamamento de artistas com o edital, também foi realizada convocação pública para voluntários. Como resultado, 14 pessoas foram aceitas como equipe voluntária e passaram a compor a equipe principal da ONG do setor de produção de

eventos. Essa quantidade foi menor que em outros anos em virtude do panorama global de saúde pública provocado pela Covid-19.

O Festival de Música Popular Livre é uma das produções dessa ONG, que realiza o evento há sete anos. Nesse período, Barbacena já recebeu artistas de diversas partes do país e, inclusive, já considera o Festival como parte do calendário oficial do município. Sendo uma instituição sem fins lucrativos, o Instituto Curupira conta com a colaboração de pessoas interessadas em atuar como voluntários para que o Festival e outras ações da ONG continuem acontecendo na cidade. (NOTÍCIAS GERAIS, 2021, s/p)

A instituição se divide em dois grupos, em geral, de pessoas, todas voluntárias: 1) equipe do corpo diretor e administrativo, que é perene, constituída em cartório, com cargos específicos de gestão; 2) equipes de voluntários para ações diversas, como a produção de eventos, cujas pessoas, geralmente, tornam-se associadas da ONG. Esse processo de associação se dá também a partir de atividades formativas e de capacitação, que permitem que cada novo voluntário compreenda a filosofia, ideologia e formas de atuação da entidade. No caso do segundo grupo, a instituição constantemente abre-se para processos de voluntariado, como veio a ocorrer novamente, em 2022, a partir de um novo edital de chamamento público, em julho.

Em fevereiro de 2021, com edital aberto e novos voluntários convocados, principiaram-se as reuniões coletivas, *online*, em decorrência da pandemia, para que as decisões e divisão por núcleos da equipe fossem realizadas. Definiram-se os seguintes núcleos de trabalho para a produção do evento: Núcleo de Sonorização e Iluminação/ Suporte Técnico aos artistas, Núcleo de Logística Externa, Núcleo de Logística Interna, Núcleo de Comunicação e Publicidade e Núcleo de Curadoria Artística. No total, 23 pessoas estiveram diretamente envolvidas como voluntárias neste evento. O quadro 11 abaixo mostra quais as atribuições de cada um desses núcleos.

Quadro 12: Núcleos de trabalho e desenvolvimento do VII Festival de Música Popular Livre de Barbacena, 2021, e suas atribuições. **Produção:** próprio autor da Tese (2022)

Núcleos de trabalho	Atribuições
Sonorização e Iluminação/ Suporte Técnico	Apoio e organização dos materiais/ equipamentos de sonorização e iluminação. Entendimento das necessidades técnicas para apresentação dos artistas e suas bandas. Atuação como apoio de palco nos dias de gravação presencial do Festival e aos apresentadores do mesmo.
Logística Externa	Logística e contatos externos à ONG, como parcerias, patrocínios, contato com empresa de internet, dentre outros. Representa a instituição em reuniões e pautas com outras entidades.

Logística Interna	Desenvolve todas as ações e planos para organizar e manter equilibrada a equipe voluntária ao longo do evento. Também tem características de Gestão de pessoas.
Comunicação e Publicidade	Responsável pelas estratégias de divulgação do edital e do evento para formação de público. Criação de artes, jingles. Responsável pelas redes sociais e também por <i>releases</i> para jornais e entrevistas para rádio e TV.
Núcleo de Curadoria Artística	Seleção dos músicos, musicistas e bandas para participarem do evento e trabalho de Juri Técnico durante o Festival.

Uma vez definidos os núcleos e desenvolvidas as capacitações, a fase de inscrições foi encerrada em março e houve 51 projetos musicais inscritos, dos quais apenas 12 foram aprovados. Cabe destacar que o Festival Nacional de Música Popular Livre de Barbacena, segundo o site do Instituto Curupira,

é símbolo de resistência artística e ambiental. Em 6 edições já realizadas, circulou mais de 500 músicas autorais em língua nacional, com presença de mais de 500 músicos, dentre compositores, intérpretes e instrumentistas, de Minas Gerais e de outros estados do país. O festival sempre é realizado com entrada gratuita para a população, em espaços públicos, como praças centrais e também em escolas públicas. Uma marca do evento é sua realização em meio a ambiente natural, com a presença de árvores, pássaros e sempre sob a luz do Sol e das estrelas de outono. Cientificamente, o evento é produzido objetivando processos educativos baseados em estímulos e afetos ambientais e ecológicos alicerçados nos princípios fundamentais da ecologia, em elementos sociológicos e culturais, sempre buscando a construção de valores e sentidos ambientais. A 7ª Edição, 2021, é desenvolvida de forma Online. (INSTITUTO CURUPIRA, 2021, s/p)

Seguindo-se pressupostos de análise de conteúdo de Bardin (2011), associados à perspectivas cartográficas de Deleuze; Guattari (1995), é interessante perceber que alguns conceitos, ou pressupostos ideológicos, são perceptíveis no site e neste fragmento descritivo do evento, pela própria ONG: valorização à música autoral, letrada e em línguas nacionais (considerando-se as variações indígenas e afrodescendentes), conexão com a natureza, educação-sensibilização ambiental, democratização da cultura e utilização de espaços públicos.

Estes são valores imprescindíveis que marcam a filosofia da entidade e que, notou-se, atraem pessoas para o processo de voluntariado. Logo, tratam-se de pontos do que Castells (1999, p.123) denomina ser “espaços para criação de identidade coletiva”. Uma vez aprovados os compositores e compositoras, ampla divulgação foi feita da grade de apresentações, como

pode ser notado nas imagens cedidas pela ONG para esta pesquisa. Divulgação também foi realizada em redes sociais, jornais, rádios e TV.



Figura 17: Artistas selecionados para participação efetiva no evento. **Fonte:** Instagram da ONG (2021)

O evento teve duas dimensões: artistas locais/regionais, para valorização da classe artística da cidade e municípios circunvizinhos; e a fase nacional, na qual compositores/compositoras de todas as regiões do país poderiam se candidatar a umas das 12 vagas. Na fase de inscrições, houve propostas de artistas de 16 estados. As imagens acima descrevem apenas os que foram selecionados de acordo com os critérios dispostos em edital, que envolvem a Letra, Harmonia, Arranjo, Dimensão Social da canção, dentre outros.

O evento se deu em fase de pico da pandemia, com restrições de circulação e de aglomeração (ainda não havia ocorrido nenhuma fase de vacinação). Isso exigiu muito da equipe, sobretudo em termos de cuidado e formato do Festival. Ele ocorreu com gravações de artistas locais/regionais na sede da ONG, em Barbacena, Minas Gerais, com redução de pessoas no espaço e com gravação dos artistas de outros estados em suas próprias residências, ou em estúdios. A transmissão do Festival ocorreu via Canal no YouTube⁵⁸ do Instituto durante os quatro dias, sempre às 20 horas, com a apresentação ao vivo de uma *host* e equipe técnica da própria ONG.

Nos dois primeiros dias o foco foram apresentações de compositores/compositoras da cidade e região. As transmissões ao vivo via YouTube tiveram bastante aceitação popular, com significativa participação, via *chat*, de pessoas de várias cidades de Minas Gerais. Os últimos

⁵⁸ Link de acesso ao Canal do YouTube do Instituto Curupira https://www.youtube.com/watch?v=WfIT_4710rM&t=2554s

dois dias contaram com as apresentações dos artistas de cidades mais distantes e de outros estados, com engajamento de público mais nacional. O fechamento do evento contou com discursos de pessoas envolvidas com a Produção e do corpo de jurados.



Figura 18: Artistas locais/regionais em gravação de seus shows na sede do Instituto Curupira, em Barbacena, Minas Gerais. Nas imagens: compositores Lucas Campos, Matheus Baldan e Thiago Branco. **Fonte:** Instagram da ONG (2021)



Figura 19: artistas/compositoras de outros estados e cidades fora da região de Barbacena, em gravações/apresentações feitas em suas casas/ estúdios. Nas imagens, as compositoras cariocas Antônia Medeiros, Mari Blue e Luísa Lacerda. **Fonte:** Instagram da ONG (2021)

No dia 25 de abril, às 21h, ocorreu a cerimônia de premiação, com o resultado final divulgado do processo de avaliação do corpo de jurados. Foram 6 categorias para premiação: Melhor Canção do Festival: 1º, 2º e 3º lugares; Compositor (a) Destaque; Letrista Destaque e Instrumentista Destaque. A composição vencedora do Festival foi “Mulher”, na primeira colocação, de Antonia Medeiros, do Rio de Janeiro.

Aconteceu entre os dias 22 a 25 de abril, de forma online pelo canal do YouTube do Instituto Curupira, o VII Festival Nacional de Música Popular Livre. O Festival, que teve apoio da lei Aldir Blanc e revelou talentos locais e nacionais. A vencedora Antônia Medeiros, cantora e compositora carioca, afirma que está honrada por ganhar o primeiro lugar no festival. “Agradeço imensamente ao Instituto Curupira que organiza esse evento tão importante e a todas as pessoas que estão presentes nele. Amei conhecer os outros artistas e foi uma troca incrível. Ter conseguido esse primeiro lugar foi uma honra porque eu vi ali pessoas que eu admiro e me espelho para crescer enquanto artista.” (BARBACENA TEM, 2021, s/p)



Figura 20: arte de divulgação do resultado final do Festival, com o 1º lugar Geral de Melhor Canção Autoral do Festival: Antônia Medeiros, do Rio de Janeiro, RJ. **Fonte:** Instagram da ONG (2021).

Por fim, é relevante destacar que este foi o primeiro evento do Instituto Curupira que conseguiu apoio/ financiamento a partir de recursos públicos. A Lei Aldir Blanc (nº 14.017, de 29 de junho de 2020)⁵⁹, proveniente de projeto aprovado emergencialmente para apoio à classe artística nacional, foi fundamental para manter e ajudar instituições culturais e artistas em todo o país, num período em que trabalhadores da Cultura foram severamente afetados pelas restrições de aglomeração. A ONG pôde, assim, oferecer condições melhores de trabalho para a equipe técnica e valores de premiação para os compositores.

Estes foram, em síntese, os processos gerais e principais resultados notados, a partir da observação participante com elementos etnográficos na ONG, durante a realização do Festival Nacional de Música Popular Livre de Barbacena, edição 2021. Ao longo de todo este processo, desenvolvi um Mapa de Afetos, com fundamentação cartográfica e na pesquisa Narrativa e será a partir dele que a próxima discussão será estabelecida.

3.3 - Mapa de afetos e as dimensões da hospitalidade a partir da identificação coletiva

Neste tópico, 2 focos estão dispostos: 1) o Mapa de Afetos e seu desenvolvimento com base na vivência prática ao longo de toda a ação associativística desenvolvida durante o Festival; 2) discussão sobre os processos associativísticos notados ao longo da imersão no Instituto Curupira e a defesa de que representam relações de dádiva a partir, sobretudo, de pressupostos de hospitalidade.

O Mapa de Afetos foi construído seguindo três eixos:

⁵⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14017.htm

Quadro 13: Pontos que favoreceram a criação do Mapa de Afetos a partir da imersão/experiência vivida pelo Pesquisador no evento da ONG. **Produção:** próprio autor da Tese (2022)

Mapa de Afetos – Imersão nos trabalhos associativísticos do Instituto Curupira		
Fase	Eixos de imersão	Descrição
1	Livres percepções e valorização dos sentidos do pesquisador a partir da noção de aféto e experiência de vida	Neste primeiro eixo, optou-se por se seguir predisposições de Caillé (in Martins, 2002), dos processos de sociabilidade e também a questão da Dádiva a partir do associativismo. Para isso, os afetos, amparados pela pesquisa cartográfica de Deleuze; Guattari (1995) foram condicionantes.
2	Imersão participante na produção e realização do VII Festival Nacional de Música Popular Livre de Barbacena a partir de da Pesquisa Narrativa	Já aqui, seguiu-se os pressupostos de Clandinin; Connely (2011), sobretudo no que se refere ao processo participativo direto/experiências sociais em grupo não desconhecido e com estabelecimento de um olhar atento à história de vida do pesquisador/ educador/ no processo organizacional e que gera resultados sociais.
3	Organização de um diagrama evidenciando as relações de dádiva e hospitalidade sentidas/observadas/percebidas ao longo da Imersão. Discussão.	Durante o trabalho imersivo, atenção foi dada à busca por compreender se as relações associativísticas da ONG durante a realização do evento cultural e ambiental apresentariam possíveis relações de dádiva e hospitalidade. O resultado desta observação e ação do pesquisador ao longo dos meses é organizado em um diagrama, <i>a priori</i> , no Diário de Bordo e, <i>a posteriori</i> , em forma de diagrama, na Tese

Mapas Cartográficos, segundo prerrogativas da esquizoanálise de Deleuze; Guattari (1995), não remetem à mesma tessitura de mapas geográficos, ou cartesianos. Trata-se de um processo de mapeamento diverso, de aspectos notados pelo sujeito pesquisador, que vive e sente, cria e relata/propõe a partir da sua vida. É a própria vida em movimento representada, nem que um pouco, em um processo argumentativo e/ou criativo.

Optou-se pela utilização do conceito de afetos pelos aspectos já mencionados nos Cadernos anteriores e remetendo, diretamente, à noção de que só é afetada por algo a pessoa que se encontra envolvida, de alguma maneira, no processo. No caso desta pesquisa, os afetos estão diretamente relacionados no âmbito da imersão na *praxis* associativística da ONG e na produção/realização do Festival.

Na primeira fase da imersão, com a produção do Mapa de Afetos sendo principiada, a minha livre percepção, sentidos e perspectivas interacionais com as pessoas também voluntárias da equipe de produção do evento foram estimuladas. Desde o primeiro momento evidenciei para o grupo que eu não queria ser compreendido como um pesquisador por eles, mas, sim, como um membro da equipe. Notei, como já mostrara Antônio Cândido (1971) e alguns teóricos da etnografia, que o fato de as pessoas saberem que eu estava ali, também como pesquisador, no começo, interferiu na naturalidade dos processos e até de como eu era tratado por todos.

Após alguns dias, sobretudo em decorrência da entrada dos novos voluntários, percebi que uma “energia” coletiva diferente surgiu e, como essas pessoas que haviam acabado de se associar à ONG não tinham ainda sido “contaminadas” pela noção de que eu houvera, em outros anos, sido coordenador do evento, acredito que favoreceu serem naturais comigo no sentido de me tratarem como membro da equipe como todos os outros colegas, sem hegemonia. Isso foi muito interessante para minha perspectiva imersiva, cartográfica e narrativa, no sentido de perceber os processos associativísticos da ONG. Interessante também para notar, e discutir, acerca das relações de mutualidade e também agonísticas da dádiva.

A partir de então, comecei a me sentir mais livre, sobretudo do meu personagem histórico (CASTELSS, 1999) que já existia junto à história da instituição e do Festival. Foi como seu eu assumisse, principalmente a partir de março 2021, um outro papel, dentro das prerrogativas de organização, e mesmo hierarquia, da ONG e isso foi relevante para esta Tese, pois me permitiu condições de observar, a partir da ação, como a dádiva se expressava neste coletivo de pessoas, a partir das relações de hospitalidade.

Dentre as diversas percepções, em nível de associativismo, notadas, destaco a sociabilidade participativa, de nível primário, proposta por Caillé (in MARTINS, 2012), a partir da qual a personalidade, as querências, as relações proximais, quase familiares ou familiares, os vínculos de amizade são a base motivacional da estrutura social. No caso em estudo, a sociabilidade primária foi percebida a partir de processos de identificação aos propósitos e causas comuns e sentimentos de pertencimento coletivo/de grupo (quadro 13) que foram, neste evento, responsáveis diretos pelas relações de reciprocidade entre os membros voluntários e pelas dinâmicas de hospitalidade notadas por mim no que se refere, também, ao público atingido pelo Festival (e que foi dimensionado anteriormente pela equipe) e aos artistas participantes, seja da fase inicial, de candidatura à participação do evento, seja da fase efetiva de realização, que ocorreu no mês de abril de 2021. Categorizou-se, então: reciprocidade como

condição para a hospitalidade; dívida e sacrifício; coesão social a partir da assimetria (das relações assimétricas):

Quadro 14: Relações de sociabilidade primária e breve contextualização

Relações de sociabilidade primária e breve contextualização	
Reciprocidade como condição para a hospitalidade	<p>1) profunda amizade e vínculos entre os membros mais antigos do grupo, ONG;</p> <p>2) ideologia e identidades comuns, favorecendo a manutenção da ONG e do Festival Nacional de Música Popular Livre;</p> <p>3) A singularidade de cada pessoa que se voluntaria é valorizada ao longo dos processos de produção do evento e de organização do Instituto;</p> <p>4) perspectiva de acolhimento dos artistas e do público, com definição de estratégias que favoreçam as pessoas se sentirem acolhidas e, assim, processos de sensibilização cultural e ambiental, ocorrerem naturalmente. Acolher para educar/sensibilizar.</p>
Dívida e Sacrifício	<p>1) a mesma maneira como os indivíduos, associados, foram recebidos, ao longo dos anos, é perpetuada por eles mesmos com outras pessoas que se associam/voluntariam à instituição – transmissão de saberes, propósitos, narrativas e pertencimento coletivo, numa perspectiva de dívida para com a ONG;</p> <p>2) tais aspectos evidenciam uma relação de sacrifício, sutil, mas presente, entre os voluntários; não é possível dimensionar estes sacrifícios, pois eles são, sobretudo, subjetivos, baseados em pressupostos também éticos construídos a partir da permanência e associação à ONG; no entanto, são perceptíveis em elementos como a doação para a atuação coletiva em horários não convencionais de trabalho, desenvolvimento de funções que, muitas vezes, não são parte das formações ou experiências das pessoas, mas que, ainda assim, elas se voluntariam a cumprir em prol do “bem maior”, a funcionalidade da ONG e do Festival.</p>
Coesão Social e Assimetria	<p>1) Estas relações de sociabilidade, dispostas nos tópicos acima, trazem coesão social, em suas condições necessariamente assimétricas; sem padronizações de comportamento, a liberdade criativa desponta e favorece maior pertencimento ao grupo e aos pressupostos da ONG e do Festival, favorecendo o fato associativo;</p> <p>2) A assimetria figura como uma condição para a pluralidade de ações, atuações e níveis diversos de práxis sociais no âmbito do trabalho coletivo, voluntário e sem retorno financeiro. É marcada por outras percepções de retorno, sobretudo no nível “espiritual”, considerando este como o estado de felicidade, bem estar e satisfação dos membros voluntários. Cabe mencionar, ainda, a dívida como coesão social, ou seja, o senso da troca está na dívida com o outro, com a natureza, algo que se relaciona à uma ética da generosidade.</p>

O quadro acima sistematiza as relações percebidas a partir da imersão ao longo de todo o processo de organização do Festival: Pré Produção, Produção/Realização e Pós Produção. Como se vê, relações de reciprocidade entre os membros mais antigos são fundamentais para o fortalecimento/manutenção de vínculos que mantém a ONG, baseada em voluntariado, ativa. Essas relações, que geram pertencimento e identidade coletiva, são repassadas de diversas maneiras para as futuras gerações de voluntários/associados. No caso do Festival, interessante destacar que as relações horizontais, ou seja, sem a verticalidade constante de poderes e relações

de poder, favorecem maior predisposição de aprendizagem e sentimento de pertencimento pelos recém chegados ao grupo.

Nota-se que há hospitalidade nesta dimensão, da acolhida dos novos voluntários, sobretudo no que se refere à busca pela manutenção das particularidades e características pessoais de cada pessoa que se interessa em contribuir com a ONG. Isso favorece que o Festival, em toda sua complexidade, consiga resistir e continuar existindo, já há oito anos. Notou-se um tipo de padrão de organização e produção de eventos que, diante de uma sabedoria coletiva, a a experiência avolumada ao longo de anos é mantida por aqueles que têm a “história a ser contada e vivida na prática” (CLANDININ; CONNELLY, 2011, p.167). Isso torna a acolhida dos novos integrantes mais consistente pois, estes, além de perceberem que a ONG tem um trabalho maduro e comprometido, também se abrem para as opiniões e livre posição/proposição também dos recém chegados. A dádiva, aqui, pode ser compreendida, a partir do vínculo estabelecido pela noção de acolhida que favorece a liberdade e a identidade de cada pessoa associada. Assim, a hospitalidade em seu sentido mais plural é desenvolvida: receber, acolher e transferir para outrem o acolhimento.

Processos distintos puderam ser notados em relação ao que se pode denominar como externalidade da ONG, ou seja, as relações que ela busca ter com pessoas externas ao seu corpo diretor e voluntário: os artistas participantes do Festival e o público. A dimensão do acolhimento é marcada por estratégias específicas e intencionalmente direcionadas para estes públicos. No caso dos artistas participantes do evento, desde o edital de chamamento, até todas fases de produção do Festival, eles são convidados a refletirem sobre a importância de seu trabalho musical. A valorização, como trabalhadores da cultura, favorece processos de identificação entre os compositores e a ONG e sua relação de proximidade com o público do evento. Cabe destacar que o Festival tem o foco na Canção, ou seja, é acústico e se preconizam a letra, a harmonia e a proximidade entre artistas e a audiência, numa relação de proximidade (CURUPIRA, 2021, s/p).

Quanto à relação com o público, destaca-se a busca, pela ONG, pelo que ela considera ser “formação de público”. É interesse do Instituto Curupira que não haja a veiculação da ideia de “vendagem” de ingressos, mas sim, de contribuição do público para com o evento. Em cinco das edições anteriores, não houve cobrança de valores para entrada no evento, presencial. Nesta edição, de 2021, ele foi online.

Ademais, também é interessante a perspectiva de mapeamento de potencialidades de cada membro do corpo voluntário para construção de público para o Festival. Quatro âmbitos perfazem um combinado coletivo: 1) sensibilizar familiares a participarem do evento; 2)

sensibilizar amigos/pessoas mais próximas, não familiares; 3) sensibilizar pessoas com as quais relacionam-se costumeiramente no trabalho, universidade, enfim, ambientes diversos; 4) sensibilizar e informar seguidores das redes sociais particulares. Segundo o notado, isso propicia maior relação de proximidade entre público, equipe de produção e os artistas participantes. Estes últimos, também são convidados a formarem seus públicos para interagirem com seus shows ao longo do evento.

A participatividade, criatividade e sincronicidade das relações sociais, nota-se, favorecem a dádiva ao longo de todo o processo do Festival, dos dias pré evento aos dias de shows. Nos últimos, as 3 dimensões de relações sociais do Festival se dão concomitantemente: equipe de produção, artistas em expressão e público/ audiência como “consumidores” de cultura.



Figura 21: sequência de imagens representando a dinâmica proximal entre artistas e público em edições anteriores à Pandemia. **Fonte:** Instagram da ONG (2022).

Representa-se abaixo, a partir de um diagrama (3), o conjunto de percepções sentidas e colhidas por mim nesta imersão, e que se propõem ser uma demonstração, localizada, de que a dádiva, ainda que de formas adaptativas e diluídas em microcosmos de relações sociais, pode ser notada na contemporaneidade a partir das práticas associativísticas ambientais (na dimensão da hospitalidade). Este Diagrama marca três elementos percebidos como fundamentais não apenas para a produção do VII Festival Nacional de Música Popular Livre, de Barbacena, Minas Gerais, mas, também, para a própria sustentabilidade do Instituto Curupira no que se refere à sua gestão e manutenção de pessoas/equipe.

A Dádiva expressa a partir da hospitalidade

Amor, reciprocidade e felicidade como condicionantes para o trabalho associativístico

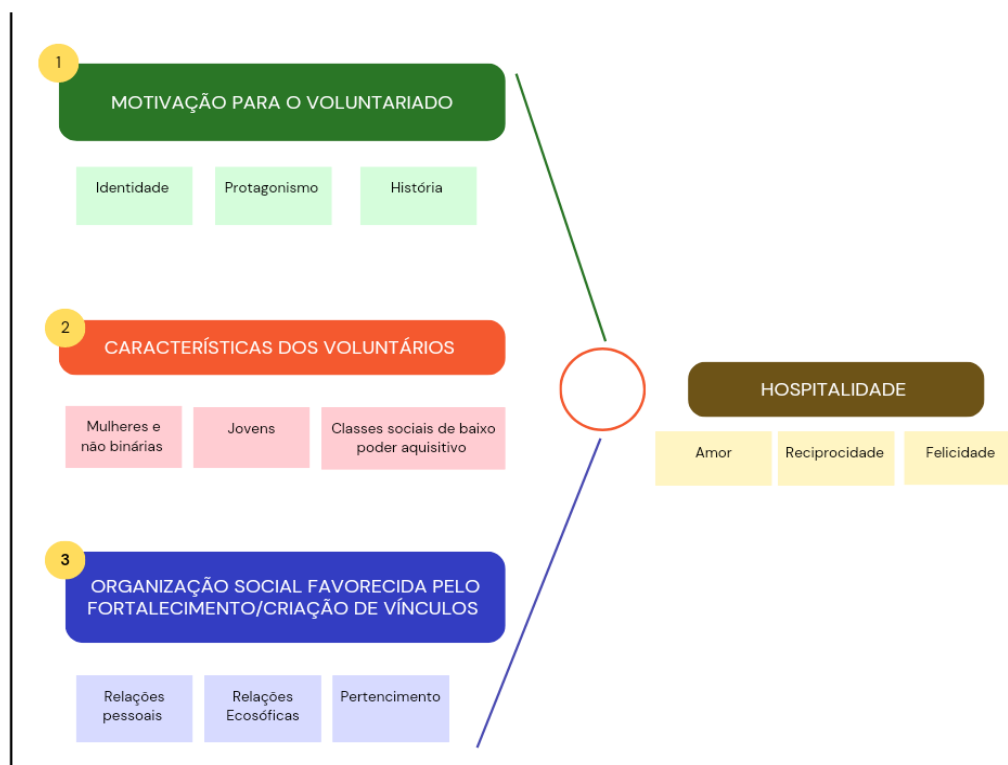
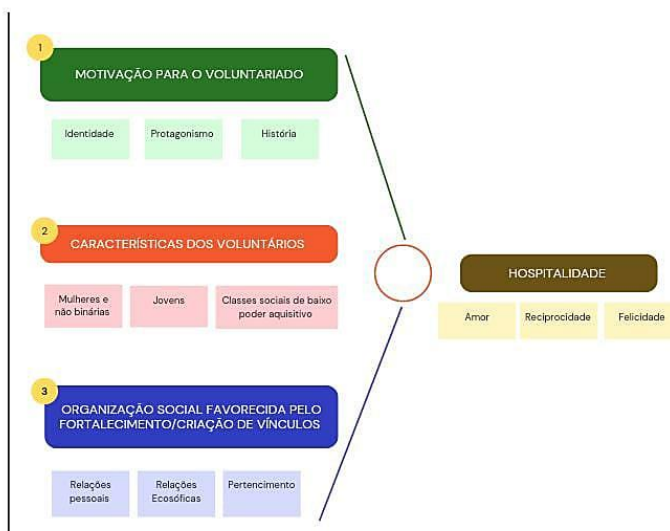


Diagrama 3: A dádiva expressa a partir da hospitalidade/recorte de imersão no Instituto Curupira.
Produção: próprio autor da Tese (2022).

Como se vê, compreende-se a dádiva, expressa a partir da hospitalidade, primeiramente na motivação para o voluntariado (1), que é marcada por uma rede de três elementos interconectados: identidade, protagonismo e história. A identidade, assim como propõem Caillé (in MARTINS, 2002) e Castells (1999) é a base para que pessoas, *a priori*, interessem-se em se voluntariar e, *a posteriori*, matenham-se na ONG. Logo, são dois âmbitos de identificação: o identificar para se voluntariar e o identificar para se manter, significando-se como parte do grupo. A partir disso, é possível perceber que as pessoas, voluntárias, sentem-se protagonistas de sua vida e de sua história. De fato, foi notório como o ato de se voluntariar a uma causa, no caso, ambiental e cultural, traz sentimentos de ligação, pertencimento social e socioambiental. Tais percepções remetem diretamente ao que Guattari (1989) propõe com as três ecologias, sobretudo a dimensão integrativa entre mente (subjetividade), ambiente e sociedade.

Uma vez mapeadas estas percepções, pôde-se também compreender alguns aspectos sociológicos chave acerca da composição do quadro voluntário do Instituto Curupira para a realização do Festival e, até mesmo, do corpo diretor. A maior parte das pessoas que estão vinculadas à ONG (94%), e que se voluntariam, são mulheres, de faixa etária entre 18 e 35 anos, que se identificam como não binárias (pessoas que não se percebem como pertencentes a um gênero exclusivamente) e de classes sociais de baixo poder aquisitivo. Notou-se, a partir da pesquisa imersiva, com base nos encontros de formação realizados, que há um elevado nível de visão crítica acerca de fatores sociais, socioambientais e relacionados às questões culturais por todas.

Por fim, marcando a dádiva a partir da hospitalidade, é evidente a relação entre os vínculos dos membros voluntários da ONG e o fortalecimento desta em seus propósitos, no caso, sobretudo, o Festival em estudo. É possível afirmar que há um tipo de relação social peculiar ao Instituto Curupira, baseada intimamente nas relações pessoais, relações ecosóficas e de pertencimento. No que tange às relações ecosóficas, refiro-me às questões que marcam as sociabilidades participativas tendo como base o pensamento e ação para as questões ambientais e ressignificação de compreensões culturais das questões ambientais. Por exemplo, percebeu-se, no Festival, a vontade da equipe em propor dinâmicas diferentes de sensibilização ambiental que vão para além da prática musical: produção de alimentos veganos para consumo do público, campanhas de informação acerca de pautas ecológicas e discussões em grupos específicos, como as relacionadas à pegada ecológica, diminuição de emissão de gases de efeito estufa, pautas sociais, dentre outras.

O conjunto dos elementos destacados favorecem afirmar que a dádiva está expressa a partir da hospitalidade, mas numa dimensão ampliada desta: embora discutir-se amor, em seu

sentido complexo, seja complicado, é possível afirmar que a reciprocidade entre os membros da equipe, público e artistas evoca a felicidade dos membros que atuam voluntariamente para a existência do Festival e, ao que tudo indica, do próprio Instituto Curupira. Logo, a dádiva está na hospitalidade e, esta, encontra-se diretamente relacionada à felicidade, que é condicionante não apenas para que os resultados sejam obtidos pela equipe, mas, também, para que não existam desníveis no cumprimento de funções. O trabalho voluntário exige dinâmicas de respeito coletivo no desenvolvimento de atribuições que, uma vez não cumpridas, podem desorientar toda a dinâmica coletiva, configurando uma espécie de agonismo, que pode levar a distúrbios em combinados comuns. Isso foi notado algumas vezes, principalmente na fase de realização efetiva do evento, mas não trouxe nenhum problema significativo para o mesmo.

3.4 – Heterogeneidade e dívida mútua positiva nas sociabilidades percebidas na experiência imersiva na ONG

Uma vez tendo-se chegado neste ponto da Tese, e após relatar uma parte das experiências tidas ao longo da imersão no Instituto Curupira, é importante recorrer a alguns pressupostos de Godbout (in MARTINS, 2002), sobretudo na discussão que o teórico estabelece acerca do Homo Donator *versus* o Homo oeconomicus. Este último é, mais frequentemente, em várias literaturas sociológicas, relacionado ao sistema de produção e circulação de bens a partir das “noções de interesse, racionalidade e utilidade” (GODBOUT, in MARTINS, 2002, p.63). O autor questiona o privilégio paradigmático mundial dado ao utilitarismo/capitalismo e às dimensões de atribuição da dádiva como um sistema fechado, claramente disposto e observável. Por outro lado, o homo donator está mais relacionado a uma percepção ampliada do que Mauss (2008 [1925]) busca traçar em sua trajetória sociológica ao propor a dádiva a partir da multiplicidade das relações sociais principiadas da doação (dar), do recebimento/acolhida (receber) e da reciprocidade/assimetrias da reciprocidade (retribuir).

Uma das várias questões que intrigam estudiosos da dádiva é se ela ainda pode ser percebida na contemporaneidade. Entretanto, aos olhos desta pesquisa, não há dúvidas de que sim, sobretudo porque ela não é um conceito limitado. Seguindo pressupostos trazidos por Gutierrez; Prado (2013), ao discorrerem sobre os valores que têm marcado as mudanças paradigmáticas que envolvem as causas ambientais e de sustentabilidade, é interessante a perspectiva de que conceitos são aproximações, ou descrições próximas de uma, ou várias, realidades. Assim sendo, é preciso compreender a dádiva, e sua base epistemológica calcada na tríade *dar-receber-retribuir* como starts, “pontapés” para a interpretação do mundo humano, sobretudo expresso a partir das relações sociais e da cultura. O homo donator, então, trazido

por Godbout (in MARTINS, 2012) tem mais relação com tudo aquilo que nos permite dizer que sociedades diferentes ainda existem e com relações de dádiva não calcadas na financeirização das dinâmicas sociais e da natureza, do que com um sistema fechado de entendimento de como e para quê pessoas se relacionam e constroem o ciclo do dar, receber e retribuir.

Neste âmbito, e objetivando manter a discussão associada à experiência imersiva tida ao longo de todo o processo de produção do Festival Nacional de Música Popular Livre de Barbacena, torna-se necessário discutir esses aspectos a partir da percepção da heterogeneidade. Tendo como embasamento as proposições de Godbout acerca do Homo Donator, nas quais é possível discorrer até mesmo sobre transições paradigmáticas nas quais a doação está relacionada ao ato de pessoas (ou coletivos de pessoas) se envolverem e estarem associadas a causas comuns, é possível propor uma espécie de base moral, e ética, da dádiva na dimensão do coletivismo e do associativismo.

Para o homo oeconomicus, utilitarista, os interesses individuais é que movem a sociedade e, daí, o bem estar coletivo. Há, não seria equívoco dizer, uma ideia (e *praxis*) de controle do que é dado, recebido e do que é retribuído, por exemplo, na dinâmica do trabalho e das próprias leis trabalhistas, e o senso de mercado. Não à toa, o fenômeno global de crescimento de vertentes de extrema direita e fascistas nos recentes anos e, com elas, fortes os discursos neoliberais e meritocráticos, apresentam ligação com pressupostos éticos que trazem a individualidade como a maior das expressões da composição ética de uma sociedade. Dissocia-se do indivíduo a sua dimensão de sujeito, construto social e histórico, favorecendo a compreensão de sistemas fechados de compreensão do ser humano e suas relações, inclusive, lançando luz a questionamentos acerca da dádiva, uma vez que esta pressupõe o recebimento e também a retribuição.

Um aspecto interessante, e necessário de ser trazido à baila, é que as relações associativísticas estão, em geral, quando fundamentadas em pressupostos sem fins lucrativos e no voluntariado, em busca de outros valores que não apenas estes, acima trazidos, e que se relacionam aos âmbitos éticos e estéticos do homo oeconomicus. Pensando em processos de subjetivação, embora haja a individualidade, ela está muito mais relacionada a uma dimensão estética de compreensão de si - e aqui a questão da primeira ecologia de Guattari (1989) -, compreendendo-se a estética a partir de uma noção mais profunda das querências particulares que movem um indivíduo e que favorecem que ele se perceba como parte do mundo, de uma comunidade e sociedade.

Significa dizer que nas relações associativísticas, as dinâmicas, forças da dádiva apresentam maior propensão para estarem dispostas a partir do pertencimento e identidade, o que, aos olhos de Paulo Freire (1994), e sua pedagogia da autonomia, ou mesmo do empoderamento, favorece sociedades mais orgânicas, sustentáveis e equitativas. As pessoas são mais valorizadas em suas querências e pelo que são como sujeitos históricos, em contrapartida ao macrosistema capitalista global, por exemplo, no qual a sociabilidade secundária (CAILLÉ, in MARTINS, 2002), cuja impersonalidade é a maior característica, e está diretamente relacionada às dimensões do mercado, do desempenho de funções para provento salarial e, simbolicamente, no pressuposto do retorno financeirizado.

No caso do Instituto Curupira, existe o que denomino uma heterogeneidade marcada pela diversidade de pensamentos, favorecimento de expressão da criatividade e inventividade e ações das pessoas envolvidas. Todavia, é preciso destacar que também existem uma diversidade de problemas decorrentes exatamente das pressões/necessidades do mundo/modelos utilitarista que o homo oeconomicus acarreta. Logo, é como se dentro da ONG, física e ideologicamente, as percepções e construtos estivessem numa espécie de micro cosmologia, que é, constantemente, atravessada pelas questões que movem a sociedade global, como a necessidade de recursos financeiros.

Dentre alguns aspectos que o mapa de afetos permitiu discorrer, acredito que dois marcam essa discussão: 1) a necessidade óbvia e constante de recursos financeiros, seja para manutenção da equipe com custos básicos, como alimentação e transporte. Funciona como uma linha de ligação placentária ao mundo utilitarista e capitalista do qual é impossível se desconectar, independentemente dos questionamentos e outros *modus operandi* de ações e relações sociais dos sujeitos envolvidos nos processos associativísticos; 2) em contrapartida a isso, o debate constante e a noção de “até onde” o perfil utilitarista e mercantilista das relações sociais e da vida se dão nas relações e vínculos dentro da ONG, favorecem a compreensão sistemática de “onde se está”, “como agir” e em “prol de quê?”.

Todos os voluntários e membros da equipe de produção de eventos da ONG precisam se alimentar, sobreviver e, para isso, o dinheiro, a remuneração é fundamental. No entanto, o que se notou é que essas pessoas compreendem que o Instituto é um espaço de questionamento não apenas ao sistema existente, insustentável e predominante na sociedade globalista, mas também de si mesmas, como se fosse uma espécie de lembrete, colado nas portas da percepção (NERUDA, 1972) subjetiva, de que a vida não pode, e não deve, ser reduzida a estudar formalmente, trabalhar e ter proventos a partir do símbolo (dinheiro) recebido pelo esforço de trabalho.

É um perfil de discussão do mercado, do poder atribuído pelas forças de quem operacionaliza e controla a vida das pessoas a partir do capital, ainda real, mas sob outros arquétipos, como mesmo preconiza Morin (2000) ao discorrer sobre a tríade *indivíduo-sociedade-ambiente*, na qual não há possibilidade de mudança de culturas de mercantilização da vida humana e não humana se não existir uma outra antropoética de existência na Terra. Não cabe, nesta Tese, presumir o futuro da humanidade, mas, desconsiderar que as mazelas sociais e ambientais contemporâneas evidenciam a total inoperância humana em relação à percepções sistêmicas, de suas próprias relações sociais, seria um equívoco.

A heterogeneidade, que destaquei, então, proponho aqui a partir de três espectros sociais e, assim denomino, em virtude de sua liquidez, de sua maleabilidade de significações e construções, e que, acredito, existem no rol das dinâmicas sociais das relações associativísticas ambientais mundo afora. Espectros sociais são conjuntos de

possibilidades, não necessariamente antagônicas, de comportamentos específicos nas mais variadas formas de interação, seja com outros indivíduos, seja com as instituições sociais existentes no presente. Assim, deve-se observar que para cada situação humana, dentro de uma determinada conjuntura temporal e cultural, há de surgir o que é permitido e o que é proibido, sendo o “espectro” o espaço que escolhemos nos situar entre estes dois limites e que, portanto, está sujeito às mais variadas combinações. (MIRANDA, 2016, s/p)

Assim, o primeiro espectro que proponho é baseado na noção de Sistema de Iguais, trazida por Godbout (2002, p.90), mas fundamentada em outros pensadores da dádiva, como Boilleau (1995), Simmel (1950) e Gouldner (1973). Nele, o autor propõe que

o dom agonístico entre iguais é o modelo em que a dívida mais se aproxima da igualdade e, portanto, aquele em que a reciprocidade desempenha o papel mais importante (...) como condição de que nos encontremos em um sistema de iguais - condição necessária, embora não suficiente, porque alguns sistemas de iguais não são fundamentados na reciprocidade, mas na dívida mútua positiva.

Para muitos estudiosos da dádiva, pode soar estranho propor o agonismo como um pressuposto para relações sociais que podemos dizer serem calcadas em sistemas de iguais. No entanto, é exatamente neste âmbito que se torna rica a possibilidade de reflexão acerca de processos associativísticos. O dom agonístico está no contexto da dívida mútua positiva, ou seja, quando os parceiros, ou sujeitos envolvidos numa dinâmica social têm a consciência de que o desejo de dar, de oferecer algo, ou a gratidão, está diretamente ligado ao que eles são, às suas singularidades, e não necessariamente à uma resposta clara e imediata à predisposição estruturalmente definida, como o mercado. Logo, trata-se de uma percepção de que a dívida está no *devir*, e nunca pode ser “sanada” de maneira definitiva. Quando esta consciência está

em todos os parceiros, como assevera Godbout (in Martins, 2002, p.91), estamos próximos, ou inseridos, num modelo de dádiva calcado na reciprocidade real, imédível e intangível.

O Segundo espectro que proponho está aqui posto. É no imedível e no intangível a maior realização de quem atua com processos associativísticos, neste caso, ambientais. Embora possa-se dizer que ver resultados dos processos voluntários, como a realização e finalização de um Festival, seja algo médivel, não se pode afirmar que, apenas quantificar a quantidade de pessoas que constituíram o público participante, o impacto do evento na região, cidade e país, ou os recursos captados, significam tudo o que move as pessoas a estarem associadas e juntas. Percebeu-se que o pertencimento e os vínculos criados são duas das, digamos, mais significativas recompensas notadas entre os voluntários e, além disso: não apenas ao final do evento, quando, teoricamente, haveria de se supor que haveria uma espécie de climax de estado de satisfação e felicidade por todos os envolvidos. É no processo de construção do mesmo que a identificação e a felicidade de “estar atuando e em movimento” coletivamente mais existe.

Isso permite chegar ao Terceiro espectro, que dialoga com a proposição de Godbout, acerca do cuidado necessário ao buscarmos tecer argumentações sobre a dádiva que a aproximem de algo como um modelo claramente disposto de dívidas. A dívida sanada, ou seja a retribuição consciente e medida por aquilo que é dado, ou doado, é muito mais próxima de noções mercadológicas. O que nos cabe, como estudiosos da dádiva, ou de sistemas de dádivas, é a tentativa constante de percepção dos sentidos que as pessoas buscam ao tentarem se compreender dentro do mundo, em suas comunidades e em suas singularidades. Não ter a obrigação de retribuir a partir do senso de igualdade é fundamental para a construção de uma identidade coletiva calcada na heterogeneidade. Isso quer dizer que a heterogeneidade e a diferença da forma de se perceber as relações de trabalho dentro de uma ONG baseada no voluntariado e sem fins lucrativos é o fator, ou um dos fatores, que mais lhe asseguram a resiliência. Assim, trata-se de uma perspectiva de equidade na percepção da retribuição e no ato de retribuir, e não necessariamente a igualdade; esta é a base do espectro calcado na heterogeneidade.

No caso em estudo, do Instituto Curupira, a constante renovação dos membros e da equipe de produção de eventos assegura essa resiliência e sustentabilidade dos processos associativísticos, em médio e longo prazo. Em contato com membros da diretoria executiva, em setembro de 2022, em reunião de incubação para organização da ONG para o futuro, ficou visível o cansaço e a necessidade de buscar novos modelos de contato/ busca de pessoas para voluntariado. Embora, ainda em 2022, já tenha ocorrido um processo de voluntariado, vê-se

que essa rotatividade e constância de busca pela variedade de pessoas e modos de percepção do mundo, é um aspecto fundamental para aqueles que a ONG dirigem.

O diagrama 4 representa uma tentativa de cartografar os três espectros apontados neste tópico, mas a partir dos conceitos que mais surgiram na imersão e prática de pesquisa narrativa/experiência de vida deste pesquisador: *pertencimento*, *vínculos* e *doação*, gerando a sociabilidade participativa, fortemente calcada na hospitalidade, por sua vez tecida a partir do associativismo estabelecido pela heterogeneidade e dívida mútua positiva.

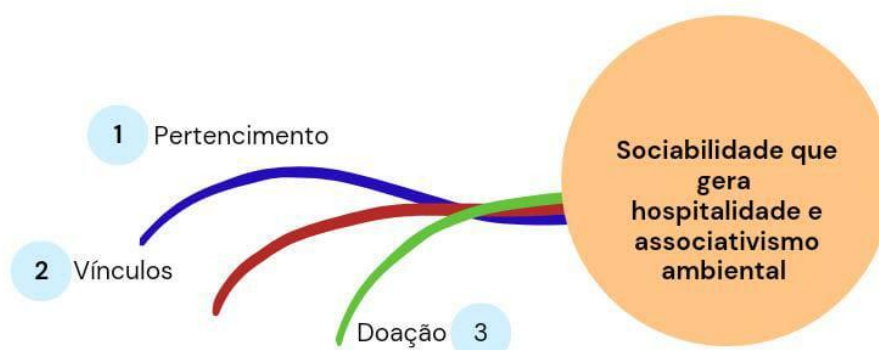


Diagrama 4: Sociabilidade participativa gerada a partir do pertencimento, dos vínculos e da doação a partir da noção de heterogeneidade e dívida mútua positiva. **Produção:** próprio autor da Tese (2022)

Pertencimento, *vínculos* e *doação* possuem formas distintas de serem construídos, subjetiva e coletivamente, mas, se cruzam e, com o passar do tempo, tendem a coexistirem, da tal maneira que é impossível dissociá-los na prática associativista. O sentido de *pertencer* a um lugar, estar inserido em um grupo, é considerado, nesta pesquisa, como o fator primário em virtude do fato de que, sociologicamente, as pessoas com as quais convivi durante a imersão na ONG, apresentavam forte anseio de se sentirem pertencentes ao coletivo e se sentirem acolhidas e também “úteis” ao Instituto, à sociedade e a si mesmas. O mesmo anseio, percebe-se, pode também ser uma resposta às hostilidades existenciais e ambientais às quais estas pessoas são/estão submetidas constantemente. Logo, as hostilidades também fazem parte do processo que gera a prática associativista.

Após um tempo de associação, de prática coletiva, os *vínculos* começam a ser cada vez mais complexificados, a partir de uma rede de potencialidades, como, por exemplo, as interações informais de amizade, afinidades, troca de saberes, dentre outros. Notou-se que, de forma mesmo inconsciente, muitas pessoas que estão há mais tempo na ONG naturalmente assumem uma posição de acolhimento e tentativa de fortalecimento de *vínculos* com os novos

voluntários e, percebeu-se também, que essa prática de reciprocidade gera condições fundamentais para uma cultura específica de hospitalidade praticada pelos membros do grupo.

Uma vez estabelecidos o senso de *pertencimento* e os *vínculos*, a tendência de o grupo assumir uma identidade, ou identidades, de ações coletivas se potencializa, favorecendo práticas de *doação* significativas. Aqui, refiro-me à doação como o ato de se oferecer para uma causa, ou causas, que tenham dimensões sociais coletivamente construídas. É importante discernir sobre o fato de que, ao doarem-se para um objetivo que não é mercadológico, as pessoas esperam outros tipos de retorno para esta *doação*. Assim como discorri acerca dos 3 espectros, não se trata de um sistema homogêneo, de igualdade, mas sim heterogêneo e fundamentado na equidade. É impossível mensurar como estas pessoas, membros da equipe, e voluntárias, sentem-se, mas foi perceptível a felicidade e bem estar que apresentavam em todos os encontros, trabalhos e práticas dentro do Festival.

Defende-se, na representação cartográfica do diagrama anterior, feita a partir do mapa de afetos (e diário de bordo) desenvolvido ao longo da imersão, que é nesse conjunto de espectros sociais (sociabilidades), fundamentados na relação entre *pertencimento*, *vínculos* e *doação*, que a dádiva se expressa, sobretudo na dimensão da hospitalidade. Ao encerrar a prática imersiva na ONG, finalizando também o mapa de afetos, em junho de 2021, evidenciou-se para mim que o senso de *hospitalidade* é um dos mais coerentes argumentos para propostas que busquem confrontar aqueles que não acreditam que as relações de dádiva possam ser notadas na contemporaneidade.

Inefáveis e imedíveis, mas presentes, o ciclo do *dar*, *receber* e *retribuir* ainda figuram como cernes de relações sociológicas e culturais humanas e, é neste sentido, que o próximo Caderno se organizará: se podem ser percebidos, ainda que não totalmente cartografados, podem gerar outros sentidos de existência ecosófica, favorecendo perspectivas urbanísticas e ecológicas que se aproximem da noção basilar de sustentabilidade: “amar é ser quem quer permanecer” (FRANCELINO, 2017, p.28). A hospitalidade estabelecida na dinâmica da alteridade. Sem a dimensão do gostar de acolher e estar junto a outras pessoas, de forma ecologicamente sensível e consciente, não haveria perpetuação da ideologia/filosofia de existência do Instituto Curupira, Festival, tampouco voluntariado; e, arrisco-me, dizer: sem estes fatores, dificilmente haveria qualquer ONG, ou coletivos de pessoas, de causas ambientais, pelo mundo.



Figura 22

4 ° C A D E R N O

SOCIOLOGIAS PARA A ECOLOGIA URBANA E UM TRATADO PARA A EXISTÊNCIA AMBIENTAL

Figura 22: Canva (2022)

Neste Caderno, o intento é construir panorama epistemológico para a Existência Ambiental na escala do possível, a partir da proposição de sociologias para a Ecologia Urbana e um Tratado para a Existência Ambiental. Para tal, metodologicamente recorreu-se, além de teóricos já utilizados em outros Cadernos, nas teorias da Justiça, de John Rawls (2004), da Liberdade como Desenvolvimento, de Amartya Sen (2001) e da Terra dos mil povos, do autor indígena Kaka Werá Jecupé (2006).

No tópico **4.1**, discute-se o dilema moderno da Existência Ambiental, traçando paralelos entre as noções de temporalidade e modernidade de Hannah Arendt (1979) e Ferrater Mora (2009), Estado, poder e violência, objetivando oferecer recursos iniciais para a articulação, no item **4.2**, de uma correlação direta entre o direito dos povos, a ecologia e a democracia à luz da dádiva. Política, *práxis* sociais, hospitalidade, dentre outros elementos, são colocados como fatores necessários para condições de existência do agora que sejam calcadas na percepção (e defesa) de que o ciclo da dádiva (*dar, receber e retribuir*) é notado na contemporaneidade e, mais que isso, corroborado por experiências, inteligências e saberes ambientais coletivos distribuídos pelo mundo.

Os dois últimos tópicos apresentam a proposição final da Tese: 5 sociologias para a Ecologia Urbana e seu lugar epistemológico dentro das questões ambientais no rol da cultura, das sociabilidades participativas e da sustentabilidade (**4.3**) e um Tratado para a Existência Ambiental, a partir de cinco manifestos (**4.4**).

4.1 - O dilema moderno da Existência Ambiental

O beija flor visita as moradas dos espíritos relâmpagos. Quando é visto, inspira boas ideias e nos diz que é hora de semeá-las. (JECUPÉ, 2006, p. 98)

Para começar este último Caderno, estabeleço uma relação prévia entre o que John Rawls (2004) propõe ser o Direito dos Povos, e sua diferença para a noção de Estado, e a prerrogativa de Amartya Sen (2001), acerca de modos de desenvolvimento que sejam voltados para liberdade. Como já discorrido nos Cadernos anteriores, embora eventos ambientais e de discussão sobre a necessária mudança da forma como a humanidade atua na Terra, estejam ocorrendo há mais de 60 anos, pouco obteve-se de resultados significativos. Neste sentido, não é presunção afirmar que algo de errado, ou, no mínimo, equivocado, tem ocorrido. Embora estes eventos, incluindo a recente COP 27 (Conferência Mundial do Clima, 2022) tragam perspectivas alicerçantes para políticas públicas, como a Agenda 2030, o que se vê é o descaso, da maioria das nações, para as pautas de proteção e conservação da natureza, diminuição das

desigualdades sociais e alteração dos panoramas cataclísmicos das mudanças climáticas que já assolam o mundo.

Este panorama, introdutório neste tomo, é importante por dois motivos. O primeiro deles, é que evidencia um tipo de modelo sociológico de Estado, nacional e global, que não tem conseguido lidar com as pautas ecológicas e, assim, apresenta severa inaptidão para o trato de questões humanísticas direcionadas para a equidade. Este estudo permitiu notar que, de certo modo, o associativismo acaba assumindo funções que, em primazia, seriam do Estado e, não raras vezes este delega às associações, ONGs, incluindo as de causas ambientais, a responsabilidade dele para com a sociedade ou a natureza, num processo de terceirização de responsabilidades.

Percebeu-se que, quando as ações destas instituições voltam-se para o cuidar de pautas não desenvolvidas pelos mais diversos tipos de governos, estes, também, podem assumir o papel de opressores para com estas instituições, criminalizando-as a partir de moldes utilitaristas, ou, *strictu senso*, mesmo economicistas. O mesmo Estado que delega a estes grupos de cidadãos o papel de cuidar de pessoas, ou do ambiente, é o que, também, a elas delega o seu papel primário. Isso pode ser notado, no Brasil, por exemplo, com as severas dificuldades que ONGs encontram, mesmo regularizadas, com atuação comprovadas por anos de trabalho e equipe técnica responsável, capacitada, em conseguirem recursos públicos para desenvolvimento de ações. Em outros países, é possível perceber dificuldades até mesmo para a criação livre de Organizações Não Governamentais, o que diz muito sobre o Estado democrático, ou que se diz democrático. Em termos sociológicos, é proposição, então, neste Caderno, que a ecologia não seja dissociada do pensamento sociológico – no âmbito da dádiva, propor-se-á sociologias para a Ecologia Urbana.

Já o segundo motivo, decorrente diretamente do anterior, é uma espécie de dissociação, ou desconexão, do entendimento acerca do tempo passado e do tempo futuro (ou da própria noção/percepção do tempo). Em realidades de existência contemporâneas, calcadas na virtualização da socialização, dos vínculos entre pessoas e entre pessoas e o mundo, nota-se que o futuro é uma ideia fugidia, e por vezes, impossível de ser planejado, ou minimamente estruturado. O passado, por sua vez, tem ficado cada vez mais lançado às alcunhas do inabitado, como uma masmorra esquecida, que apenas é visitada quando há alguma conveniência. De certo, não à toa, em muitos países, percebe-se a desvalorização das Ciências Humanas. Esta desconexão entre passado, presente e futuro pode ser um indicativo de quebra de noções de pertencimento, de geração de vínculos e, assim, acaba figurando parte importante da

inoperância dos 3 espectros sociais discutidos no Caderno 3, afetando diretamente nas relações heterogêneas e nas sociabilidades primárias.

É possível, valendo-se das prerrogativas da dádiva neomaussianas, que as perspectivas da reciprocidade e hospitalidade, tão caras às redes de retribuição que deram “liga” às mais diversas culturas mundo afora, hoje também estejam nas relações utilitaristas, ou, cedendo à características utilitaristas. Também é plausível dizer, sob o olhar de alguns teóricos, como Godbout (1992), que a dádiva que Mauss (2008 [1925]) tão bem descreveu, não é mais percebida. É, de certo, “missão” impossível neste estudo estabelecer certezas neste sentido e campo epistemológico.

Entretanto, ainda que existam estas “visões” acerca da dádiva na atualidade, propomos que sim, ela ainda existe e, sobretudo, no seu sentido mais humanístico: em coletivismos, como o Associativismo Ambiental. Não se pode, diante do exposto, desconsiderar que o capital, como nos mostra também Hanna Arendt (1979), enlaça toda a vida em sociedade e a lança constantemente numa espécie de força existencial, tirando-lhe o ar, mas ainda permitindo que sobreviva, com pouquíssima condição de existência e dignidade. É sobre este viver, estrangulado, mas operante, que sociologias ecológicas precisam se opor e resistir. Resistência é um termo que é preciso ser proposto como parte da dádiva na contemporaneidade, pois ele gera, e nutre, resiliências.

A estrangulação da vida na Terra (humana e não humana) se dá a partir de prerrogativas também culturais, calcadas em estruturas sociais globalistas solidamente dispostas após séculos de crescimento exponencial humano, amplo desenvolvimento industrial e tecnológico, mas, também, manutenção da espoliação de povos e formas de existência e também da biodiversidade, alicerçadas pelo capitalismo. Se, ainda na Idade Média, grandes períodos de fome e doenças, como a Peste Negra, foram responsáveis pela morte de milhões, hoje, embora em *modus operandi* diferentes, processos similares ainda ultrajam qualquer senso de equidade ecológica. Se considerarmos que, uma vez seres vivos, habitantes da Terra, todos os humanos têm direito a preceitos básicos da ecologia, como a alimentação, proteção/segurança/lar e a reprodução/ família, tornam-se evidentes as lacunas que lançam o senso de civilidade utilitarista, e capitalista, ao patamar de maiores algozes da vida planetária.

Exemplos deste lapso (ou crise) existencial não faltam, como as imigrações ainda significativas de pessoas fugindo da miséria e da guerra, para países ditos de primeiro mundo. Fenômenos não naturais, provocados por ações humanas, como os notados em cidades, que alavancam condições subumanas de vida e até mesmo a morte por doenças infecciosas, que é maior entre pessoas mais pobres.

É indiscutível, outrossim, que a humanidade tem falhado em seus sistemas políticos. Se a política, como aponta Mora (2009) é um dispositivo, em essência, de condução de princípios éticos e morais, condição *sine qua non* para a cidadania, é possível afirmar que não temos conseguido estabelecer políticas capazes de favorecer uma harmônica existência ambiental no planeta. Arendt (1979), aponta, retomando a questões filosóficas e discussões sobre a ideia, e prática, do “trabalho”, as diversas violências “ocultas”, mas operantes, na ideia de desenvolvimento e de Estado. Sobre estas violências, carece-se estarmos atentos, em qualquer discussão, ou projeto, de debate acerca da sustentabilidade, pois esta revela-se uma dimensão de poder que precisa ser horizontalizada, no âmbito das multiplicidades, em prol da diminuição, mitigação das violências que provocam os problemas diversos apontados neste estudo. Uma Epistemologia da Existência Ambiental necessita, portanto, de aptações, ou alterações, na ideia de Estado, seja ele localizado, na dimensão de países, seja ele na amplitude do que é global, planetário. Esta seria uma forma de colocar em mostra as violências que se evidenciam e são “parteiras da história” à luz das

forças ocultas do desenvolvimento da produtividade humana (...) A violência é, tradicionalmente, a *última ratio* nas relações entre nações e, das ações domésticas, a mais vergonhosa, sendo considerada sempre a característica saliente da tirania (...) a violência, ou antes, a posse de meios de violência, é o elemento constituinte de todas as formas de governo. (ARENDR, 1979, p. 24)

Poder e meios de violência: a dádiva, como conceito, está onde os olhares humanos a direcionam. Pode-se interpretar a dádiva meramente como algo positivo, algo no sentido do “bem”, da acolhida e do afeto; mas ela também pode ser percebida, no sentido plural do *dar-receber-retribuir* capitalista e violento. As violências físicas geralmente, são posteriores a processos de formação de violências simbólicas e, estas, são construídas por complexos sistemas morais baseados em culturas ainda colonialistas e exploratórias. Destarte, é preciso propor, no olhar sobre os associativismos ambientais, o entendimento de como estes são, também, alternativas para crítica e proposição de outros modos de operação contra linguagens poderosas que o utilitarismo tem construído, e que são, na maioria das vezes, violentas, ou geram violências, *per se*.

Os estudos acerca das ONGs nesta Tese, e o argumentado no Caderno anterior, concomitam na defesa de modelos diferentes de governança: não se trata de utópicos modelos de governança nos quais a violência não exista, mas sim, de modelos de em que ela (ou elas) possa ser notada e combatida. Isso não é utopia. Num modelo ético de percepção de pressupostos morais coletivos, é fundamental que os *status* de articulação e proposição de ações e práticas sejam sempre colocados à mostra e em debate; se necessário, em xeque. Por esta

razão, propõe-se aqui uma Epistemologia para a Existência Ambiental que seja calcada em alguns princípios, valores, que, mais que estímulos, possam transformar comportamentos e gerar percepções sociopolíticas, socioculturais e socioambientais.

É um desafio e de certa maneira, uma presunção; no entanto, é papel da Ciência, sobretudo as Ciências de trato interdisciplinar, humanístico, propor desafios para a complexidade, diante do cenário de que problemas complexos jamais terão soluções simples. A insustentabilidade da vida humana na Terra é uma questão de cunho da Complexidade, e esta, como paradigma, precisa transversalizar o paradigma capitalista e utilitarista. Essa transversalização é que terá o potencial transformador de relações sociais, ambientais e econômicas capazes de promover mudanças potenciais nos âmbitos ambiental e socioambiental. Retornando a Caillé (in MARTIN, 2002), trata-se de uma tentativa para gerar outras tentativas e que, certamente, gerarão outras tentativas, que, num panorama de rede, poderão gerar rizomas, princípios diversificados e muitas vezes não cartografados, de resiliência em meio às cidades, aos povos, dentre outros meandros da vida em sociedade. A esperança reside no tentar e, aqui, neste verbo, não reside também a dádiva em sua essência mais plural? A resiliência existente a partir do oferecer, receber e retribuir de forma assimétrica?

4.2 – Direito dos Povos e Democracia como condições para o futuro

Voltando-se para a Ecologia Urbana, que em suas pretensões, busca descrever o mundo natural existente nas cidades e as relações com o ambiente construído, estabelece-se um dilema ético: como assegurar a qualidade de vida ambiental para todas as formas de vida, humanas e não humanas, garantindo também a transformação dos modos de existência urbanos? No nível de compreensão tecnicista da realidade, pode-se propor cidades mais verdes, com praças e ambientes com pequenas florestas e corredores ecológicos, além de atenção para meios de transportes menos poluentes. Todavia, bastaria apenas esta perspectiva técnica? Não seria o ambiente construído, e suas relações rizomáticas, necessariamente voltado para práticas de coexistência entre a humanidade, o ambiente no qual se vive, e os outros seres?

Ou seja, ao partirmos de um mapeamento ecocultural, como proposto no Caderno 2, dos aspectos que marcam os problemas urbanísticos existentes mundo afora, notoriamente se perceberá dois eixos: 1) *histórico e cultural* – a partir do qual nota-se a perda da capacidade de planejar sistemas de existência calcados em vínculos sociais e ambientais entre pessoas e o ambiente no qual vivem e desenvolvem suas vidas a partir, também, da história e da memória. Isso pode ser percebido, por exemplo, nos estudos recentes sobre a povoação da Amazônia, que revelam que há algo em torno de 15-25 mil anos, sociedades complexas desenvolveram

urbanização em meio à floresta, minuciosamente planejada, inclusive com plantio de árvores específicas e sistemas sólidos de convivência (PITMAN, 2013). Muitas das nações indígenas que ainda existem no Brasil mantêm traços culturais milenares, como aponta o autor indígena Jecupé (2006).

Um ponto interessante dentro desta vasta questão dos povos indígenas da floresta amazônica é a maneira como, em milênios, culturas de equilíbrio e coexistência com a “natureza”, foram transmitidos, herdados e perpetuados entre essas nações. Processo similar pode ser notado em povos caiçaras e quilombolas, nas mais diversas regiões do Brasil. A tradição, então, como parte da memória, é condição para a compreensão do passado e projeção do futuro. A ausência de ambas, tradição e memória, é responsável pela ineficiência das ações humanas contemporâneas em prol da sustentabilidade. É uma violência, contra o direito dos povos da Terra, incluindo os povos das cidades, a extinção da tradição e da memória, o que evidencia o agonismo nas relações de dádiva.

Outro eixo, que caracteriza problemas urbanos é 2) *a ineficácia dos sistemas representativos*. Aqui, a discussão torna-se ainda mais delicada, mas necessária. Os sistemas representativos, no século XX, como aponta Amartya Sen (2001), rumaram, na maior parte do planeta, para a democracia. No entanto, não necessariamente a democracia tem gerado resultado em médio e longo prazo na busca pela conservação da natureza e, nem tampouco, na construção de alternativas de redução das mazelas e desigualdades sociais. Logo, é observável que, em cidades, independente dos tamanhos, que são os menores contextos dos sistemas de governança democráticos, dificuldades são exponenciais no que se refere à manutenção e aplicação de projetos sociais, ambientais e culturais, inclusive em decorrência dos períodos de gestão de chapas eleitas, que é 4 anos. Ou seja, a cada 4 anos, ou antes disso, muitos gestores, do poder executivo, passam a preocupar-se com a reeleição, ou com estratégias para manutenção do poder de sua classe política. O mesmo ocorre no legislativo, podendo ampliar-se aqui também para esferas além das municipais: estaduais e federais. Processos similares ocorrem em democracias em todas as partes do mundo.

Como se vê a partir destes dois eixos: ruptura com tradições, memórias e história, e as deficiências nos modelos representativos, políticos, produz estreita relação agonística, que, ou torna a dádiva difícil de ser notada, ou praticada, no sentido do acolhimento e da reciprocidade, ou permite que ela exista em um tipo de perfil mais sórdido, adaptado pelo capitalismo: o mero campo dos interesses economicistas e utilitaristas, e assim, necessariamente, as violências em desfavor do ambiente e das equidades sociais. Não é possível afirmar, oferecer certezas, todavia, o próprio *modus operandi* do capital, baseado na retribuição simbólica, em forma de

“dinheiro”, físico ou não, por uma ação, um trabalho, ou seja, um sistema de recompensa e de troca, pode ser o “calcanhar de aquiles” para a prática efetiva de uma sociedade de futuro, que, como a própria designação evidencia, busque projetar futuro.

Pensar, portanto, acerca de sociologias para a Ecologia Urbana deve partir de alguns sentidos e contrasentidos. Na verdade, é possível, e talvez necessário, articularem-se campos de pensar e entender que conduzam à sociologias, múltiplas, diversas, no campo da interdisciplinaridade. Para tal, e sem melindros, é fundamental o resgate do passado e do futuro; o resgate da memória, para a construção da história e, assim, para o fortalecimento de culturas de sustentabilidade. Na macrocultura global, e em rede, há a preocupação intermitente com a passagem do tempo, o que remete ao que Hall (2005) discorre sobre a liquidez não apenas das relações sociais, mas também do próprio tempo. Tais aspectos afetam na noção de pertencimento a um lugar, ou a lugares; à Terra como um lugar habitável e que precisa ser valorizado.

Estamos atravessados pela quebra do pertencimento ao local, ao bem comum, e isso, de certa maneira, lança a humanidade a um estado de não transmissão de valores ambientais, e racionalidades ecológicas, que estão, aparentemente, sempre no passado e a uma desconexão do futuro, que parece sempre estar muito distante. Trata-se de uma luta constante com o tempo, de forma mesmo inconsciente, como nos evidencia, novamente, Arendt (1979, p. 13), ao trazer e comentar, no prefácio de seu livro, a parábola “Ele”, de Kafka, que, aqui, vale a inserção para discussão, uma vez, que nele, o tempo tem

dois adversários: o primeiro acossa-o por trás, da origem; o segundo bloqueia-lhe o caminho à frente. Ele luta com ambos. Na verdade o primeiro ajuda-o na luta contra o segundo, pois quer empurrá-lo para frente, e, do mesmo modo, o segundo o auxilia na luta contra o primeiro, uma vez que o empurra para trás. Mas isto é assim apenas teoricamente. Pois não há ali apenas os dois adversários, mas também ele mesmo, e quem sabe realmente das suas intenções? Seu sonho, porém, é em alguma ocasião, num momento imprevisto — e isso exigiria uma noite mais escura do que jamais o foi nenhuma noite — saltar fora da linha de combate e ser alçado, por conta de sua experiência de luta, à posição de juiz sobre os adversários que lutam entre si.

Mais que uma parábola, este excerto permite-nos discorrer sobre a ânsia do agir politicamente. Numa sociedade da ansiedade, embora o tempo futuro passe de relance em várias das ações humanas, é preciso, segundo Arendt (1979), retornar à valorização da tradição e também do pensar para entender e para agir. Preciso é, então, que as micrologias, de cada nação, de cada país, e dentro destes, dos vários povos que os compõem, sejam estimuladas e propostas em suas singularidades existenciais, em contrapartida às noções de temporalidade e ação padronizadas a partir de formas de entendimento e ação no mundo globalmente pensadas.

O senso de globalização, em certa medida, torna-se um dissenso para a tão buscada sustentabilidade, pois esta não existirá, senão a partir da soma de ações localmente desenvolvidas e globalmente difundidas. Trata-se da busca por novos pactos, novos contratos sociais, baseados na multiplicidade de culturas e compreensão de fazer/agir; normas de convivência baseadas em condutas recíprocas. Neste interim, valendo-se de Rawls (2004, p. 32-34), quando este trabalha as questões relativas aos direitos elementares, é válido considerar a noção de Direito dos Povos, que não é a mesma “coisa” que o Estado, pois presume-se que

o Direito dos Povos parte da necessidade de afinidades comuns e não importa qual a sua fonte. A esperança é que (...) possamos elaborar princípios políticos que, no devido tempo, nos capacitarão a lidar com casos mais difíceis, em que nem todos os cidadãos são unidos por uma linguagem comum e memórias históricas compartilhadas; (...)um pensamento que encoraja essa maneira de proceder é que, dentro de uma política (decente) justa, é possível, creio, satisfazer os interesses e necessidades culturais de grupos com históricos étnicos e nacionais diversos. Vale lembrar que as conquistas históricas e imigração causaram a mistura de grupos com culturas e memórias históricas diferentes, que agora residem no território da maioria dos governos democráticos contemporâneos.

Assim, caminho para a aplicabilidade efetiva dos preceitos da sustentabilidade, ou do desenvolvimento sustentável, é reconhecer as singularidades dos povos, em detrimento da generalização dos *modus operandi* e *práxis* sociais. Embora a ONU (Organização das Nações Unidas) tenha sido, há décadas, a mais significativa representante de um modelo de gestão global, internacional, ela é incapaz de representar a pluralidade cultural e de entendimento do mundo, dos povos planetários. Jamais haverá qualquer governo que seja globalista e que atenda às condições e marcos históricos de todos os povos da Terra. Assim sendo, uma sociologia para a Ecologia Urbana, amparada pelos associativismos ambientais estudados até agora, deve levar em consideração 5 elementos principais (que aqui, caracteriza-se como sociologias) e seus axiomas. Denomina-se axiomas para “fugir” de definições e verdades absolutas, afinal, no âmbito discutido aqui, de mudança de comportamentos ambientais e busca por metodologias/pensamentos/ações ecologicamente construídas a partir da pluralidade, seria um dissenso propor-se caminhos baseados em pressupostos de verdade absoluta.

Importante, neste ponto, para discorrer-se acerca de cada uma das 5 sociologias propostas para a Ecologia Urbana, estabelecer-se o que é a sociologia, sucintamente, aos olhos desta pesquisa. Neste caso, está diretamente conectada ao sentido sociológico da dádiva (MAUSS, 2008 [1925]). Antes de relacionar esta proposta sociológica à de Mauss, relevante destacar que, como preconiza Mora (2009), toda predisposição sociológica exige o estudo, ou busca pela compreensão, dos padrões de relações sociais/morais, de interação e estabelecimento da cultura na vida comum de um povo. Desta maneira, propor uma Sociologia para a Ecologia

Urbana é justificável a partir, exatamente, da tentativa de compreender e traçar alternativas que lidem/ possibilitem perceber estes mesmos aspectos, todavia, no prisma do resgate e, também da inovação. Tanto o resgate de culturas de equilíbrio com o ambiente/natureza, quanto a compreensão de que todos os humanos também são natureza, além da criação, proposição de novas inteligências/racionalidades ambientais calcadas no coletivismo, neste caso representado sobretudo pelo associativismo ambiental, são o ponto cerne deste Caderno.

4.3 – 5 sociologias para a Ecologia Urbana e uma questão epistemológica

Tarot (in MARTINS, 2012) oferece importantes recursos para a reflexão acerca das origens do contrato e da obrigação, duas bases para as relações sociais percebidas em vários estudos antropológicos (incluindo o que se compreende ser Fato Social Total), antigos e contemporâneos e que também marcam a dádiva. A autora retorna ao debate acerca da obrigação e dos laços criados, impreterivelmente, embora imedíveis, entre o *dar*, *receber* e o *retribuir*.

Todo estudo sociológico apresenta suas dificuldades no trato das tramas morais que normatizam o fazer e as *práxis* sociais, tornando tentativas de compreensão da realidade de um dado recorte social sempre uma aproximação do que ele é. A suposta distância entre o individual e o coletivo é não raras vezes, uma incoerência, um dilema que precisa ser superado ao desejar-se propor alternativas para um futuro mais equitativo na Terra, que leve em consideração a vida humana e a vida não humana e o próprio planeta. Mas, por quê? Ora, já é amplamente sabido que todo ser humano é social e historicamente construído. Um pressuposto deste estudo é propor que, além de socio-histórico, todo indivíduo também é ambiental e ecologicamente construído, mas não no sentido óbvio de que precisa de funções vitais corporais (fisiológicas) para sobreviver, ou de ecologias básicas, como a alimentação e a proteção. Há mais. Não se pode reduzir a vida, complexa, em sociedade, apenas a estes âmbitos. Preciso é combater o reducionismo e favorecer a complexidade.

Portanto, propõem-se 5 sociologias para a Ecologia Urbana, uma base sociológica inicialmente conduzida, e fundamentada, nos estudos apresentados nos Cadernos anteriores, construída a partir da experiência imersiva, também, no Instituto Curupira. Antes de debruçar-se sobre estas 5 sociologias, interessante retornar ao que Tarot (in MARTINS, 2012, p.162) lança de prerrogativa sobre a dádiva na modernidade, ao propor que ela

não aparece como sequência descontínua de atos individuais, aleatórios ou espontâneos, reservados aos sentimentos de bom coração ou ao peso das circunstâncias. Compreende-se como momento de um sistema em que qualquer gesto de dádiva fica preso na lei inexorável da tripla obrigação: dar, receber (aceitar) e retribuir. A dádiva impõe-se aos homens, fixa,

soberanamente, os papéis de doador e donatário, além de criar, ao metamorfoseá-los em agentes de troca, o vínculo social. A dádiva não é uma escolha, mas uma obrigação; não é apenas um fato, mas um dever; não é apenas um gesto, mas uma estrutura que contém e organiza seus elementos. Não se trata de uma parte, mas de um todo que inclui tanto os homens, quanto as coisas.

Este fragmento de Tarot permite introduzir a “semente” que move a proposição das sociologias para a Ecologia Urbana, sobretudo na dimensão de não se considerar a dádiva apenas, e restritamente, como algo “bom”, a partir da reciprocidade e da generosidade. Também é fundamental notar os agonismos, ou relações agonísticas existentes nas criações de vínculos imateriais entre as pessoas e as suas comunidades, sociedades, sistemas de recompensas, dentre outros. Também as discordâncias, desavenças, problemas advindos das relações sociais.

A título de exemplificação, vale recorrer ao que a autora favorece de percepção acerca do cristianismo. O “ser cristão”, além de uma identidade, evoca princípios morais, éticos, de doação ao outro, sem, supostamente, nada desejar em troca. É um tipo de contrato social no qual o “fazer o bem, sem olhar a quem”, persevera há milênios. Mas, seria isso uma realidade? É possível afirmar que os preceitos morais do cristianismo avançaram mundo afora, sobretudo no ocidente e mudou maneiras de compreender as relações sociais e isso só foi possível em decorrência de uma força Estatal, no caso, o Império Romano, *a priori*, e, depois, todos os impérios e nações colonizadoras.

Nota-se, nesta discussão, que a moral é construída e articulada no seio da história e que, uma vez estabelecida a partir de fortes símbolos, tende a ser perpetuada; apropriações e sincretismos também não podem ser desconsiderados. De certo, o ideário cristão é um dos mais fortes modelos sociológicos, com normativas (preceitos morais) construídos ao longo dos recentes milênios e que, ainda hoje, perseveram mesmo naqueles que se consideram ateus, ou agnósticos, ou que não consideram o Cristo como um dado divino. A dádiva, neste caso, é normalizada de tal maneira que se envereda no cotidiano e nas transmissões culturais, desde a infância, gerando pressupostos éticos e estéticos de percepção e atuação no mundo. Outros modelos poderiam ser exemplificados, no sentido de um tipo de contrato social que é multiplicado e passa a ser recorrente em um leque maior de quadros sociais. Vale ainda lembrar que o cristianismo, aqui, é exemplo interessante de recorte de estudo e que toda sociologia parte de um olhar (ou olhares) de pesquisa para sistemas simbólicos, culturais e éticos que caracterizam um recorte social, um povo ou povos. Num olhar de complexidade, é preciso notar o ideário cristão para além dos fatores do “bem”; também existem os agonismos e os sentidos e os contrassensos, principalmente nas apropriações estabelecidas pelos mais diversos modelos de Estado, nos últimos dois milênios.

Tal exemplificação é relevante no trato de uma compreensão sistêmica e culturalista da dádiva e das sociologias que serão propostas a seguir. De certa forma, além de se pensar em aplica-las (objetivou-se fazer isso na Casa da Ciência e da Cultura e no Mapeamento Ecocultural), é relevante coloca-las em tensão, no sentido de reflexão e proposição. Como também favorecem Arendt (1979) e Amartya Sen (2001), as bases sociológicas e filosóficas que sejam capazes de nutrir transformações de mundo, estão, antes de qualquer coisa, no campo do pensar, do sentir e, só então, do agir. Além disso, é preciso problematizar as noções de “mudar o mundo” que desconsideram panoramas locais e micro localizados.

Retornando à parábola de Kafka (in ARENDT, 1979) e o dilema do tempo, relevante propor discussão sobre alguns aspectos. *A priori*, o lugar epistemológico das ambientidades em termos de geração (ou resgate) de saberes, troca de conhecimentos socialmente adquiridos pela coletividade (e aqui a tradição e a memória – história) e a manutenção de *práxis* sustentáveis ao longo do tempo; e, a ressignificação do tempo, nesta Tese, em específico a noção de passado, presente e futuro.

Morin (2000), nesta tentativa de um tratado epistemológico, é importante na discussão que faz no começo do século XX, sobre quais seriam os mais significativos desafios da humanidade nos tempos vindouros. Sem chegar em conclusões, afinal, o século estava apenas começando, ele trouxe a perspectiva de que uma sociedade tecnológica se avolumaria, mas, a questão é como os valores éticos coletivos se manteriam. Não é demais afirmar que, já terceira década deste século, é possível notar a dificuldade humana de planejar, desenvolver práticas efetivas não apenas para criação de vínculos entre pessoas e pessoas, mas, também, entre pessoas e o local no qual vivem.

A noção de pertencimento, como tão bem discute Hall (2005) quando permite refletir sobre a cultura global e a cultura local (e o “não lugar”, ou “entre lugar”), está diretamente atrelada à noção de tempo. Uma vez que uma sociedade, ou um povo, perde as perspectivas da tradição, da transmissão de aprendizados coletivos, automaticamente também deixa de pensar e projetar futuro. Logo, eis o esvaziamento da noção de desenvolvimento sustentável. Um dos efeitos notórios disso é tendência à padronização, generalização de discursos voltados para a igualdade, desconsiderando, destarte, as noções de diferença e equidade.

Uma proposta epistemológica para a Existência Ambiental precisa assumir os desafios complexos existentes nestes pontos. Romper com as perspectivas financeirizadoras da vida, em seus diversos meios e formas, é uma base para a manutenção de uma ética para o convívio na Terra; uma ética para a hospitalidade. Para isso, é preciso que sociologias sejam estimuladas a partir do *devoir*, da prática associativa que favoreça o pertencimento e a geração de vínculos

entre pessoas e pessoas; pessoas e estados de “espírito” que são significados socialmente construídos, gerando estados que Mauss (2008 [1925]) e neomaussianos, como Caillé (in MARTINS, 2012) e Godbout (1992) designam como algo para além da “coisa dada”. Gerar, e retornar, também, a vínculos entre pessoas e suas cidades (gerando cidadãos ecológicos), pessoas e seus ecossistemas e planeta (gerando civilizações planetárias).

Assim sendo, as 5 sociologias abaixo descritas, são parte do que se defende ser uma base Sociológica para a Ecologia Urbana. Esta é uma Tese que tem discutido, até aqui: 1) é a humanidade a maior responsável pelos cataclismos em curso no planeta e, dentro desta humanidade, há grupos com níveis de poder baseados no capitalismo que precisam ser colocados em xeque; 2) uma vez concordando-se com isso, e compreendendo as formas de agir no mundo, humanas, como necessariamente culturais, é notório que é possível mudar culturas, inclusive as de opressão, subjugação e espoliação das formas de vida terrestres; 3) a dádiva, diante desses eixos anteriores, ainda pode ser percebida e, mais que isso: seu estudo, também nas relações assimétricas e agonísticas, pode favorecer caminhos que conduzam a práticas efetivamente sustentáveis calcadas na dinâmica da vida em sociedade.

Sendo assim, as 5 sociologias propostas estão dispostas em relação causa-consequência e precisam ser compreendidas a partir da transversalidade e transdisciplinaridade; uma, retroalimenta a outra, de forma cíclica. Elas foram propostas a partir das experiências tidas ao longo da pesquisa, seja na ampla revisão de literatura acerca da dádiva, ecopedagogia e ecosofia, seja na prática de pesquisa sobre as ONGs e a imersão no Instituto Curupira, via Pesquisa Narrativa. Os processos cartográficos de mapeamento ecocultural propostos também foram fatores preponderantes para esta proposta sociológica.



Diagrama 5: Sociologias para a Ecologia Urbana, com base no coletivismo ambiental.

Fonte: próprio autor (2022).

Os estudos dos associativismos ambientais, representados aqui a partir das ONGs, favoreceram perceber que propostas de mudança de racionalidades e comportamentos ambientais estão ocorrendo mundo afora, em escala imensurável. Além disso, notaram-se redes de conexão entre estas diversas metodologias de educação, de sensibilização, de construção de valores e sentidos ambientais.

A partir da dádiva, do texto de Mauss (2008 [1925]) e dos neomaussianos, evidenciou-se a necessidade da *reapropriação do sentido sociocultural da natureza*. Reapropriar, e não partir do zero. Resgatar. Trata-se da busca por racionalidades ecológicas que ainda existem no seio de povos que mantém vivas culturas de relevante contato, respeito e princípios éticos e morais de relação e compreensão com o mundo natural. Como exemplo, no Brasil, temos as diversas, e mais de 300, nações indígenas que ainda re (existem).

Jecupé (2006), autor indígena, evidencia isso em diversos momentos de sua obra “A Terra dos Mil Povos”, ao mostrar traços comportamentais de estabelecimento de algo próximo

a um senso de civilização planetária, algo que Gadotti (2000) e Prado; Gutierrez (2013) propõem com a Pedagogia da Terra, que é decorrente da Eco 1992. Estas sabedorias indígenas são muito anteriores a todos os eventos listados aqui nesta Tese, no Primeiro Caderno. Ou seja, se de alguma maneira aprendermos com nossos povos originários, poderemos traçar *modus operandi* em sistemas políticos, educacionais, científicos, empresariais que conduzam a um modelo de desenvolvimento humano sereno, leve, que não degrade e que mude a perspectiva utilitarista da natureza. Há de se considerar o fato de que, com o sistema capitalista vigente, é impossível atingir-se plenamente a sustentabilidade. Entretanto, como já asseverado outras vezes nesta pesquisa, diante da situação na qual o mundo se encontra, adaptações práticas são mais urgentes que processos utópicos, como o fim total do modelo e paradigma capitalista e suas reverberações. Cabe debate.

Outro elemento importante de ser trazido à baila, e que “dá marcha” para a segunda sociologia (*sociologia de resgate dos sentidos coletivos e associativísticos*), é a argumentação de algumas autoras feministas, como Angela Davis, em “Mulheres, Raça e Classe” (2016), que propõem que uma das bases da cultura utilitarista de apropriação do mundo natural como recurso e fonte apenas de renda (ou seja, o capitalismo), é o próprio protagonismo do homem, branco e heteronormativo, cujo poder ainda é majoritário em praticamente todo o globo.

Importante frisar que a mesma autora discorre sobre movimentos que considera associativos de mulheres negras e feminismos ao longo do século XIX e XX. A própria Agenda 2030 (2015) traça a equidade, igualdade gênero e combate aos preconceitos, como um dos 5 primeiros objetivos centrais dentro das propostas dos 17 objetivos para o Desenvolvimento Sustentável. Ou seja, é preciso também discutir igualdade de gênero⁶⁰ ao propor-se um paradigma de mundo que queira se manter, existir, ou formas de desenvolvimento que levem em conta a dívida a partir da hospitalidade e reciprocidade.

Isto é relevante pois a segunda sociologia busca resgatar sentidos coletivos e associativísticos. Propõe-se, aqui, então, que o coletivismo foi fundamental para que a espécie humana se mantivesse viva na Terra, ao longo de milhares de anos; foi elementar também para o surgimento das primeiras cidades. Hoje, representado na forma do associativismo ambiental, pode ser o caminho, ou um dos caminhos, mais proeminentes para a geração de *práxis* de questionamento e proposição/geração de outras culturas de atuação humana na Terra, em

⁶⁰ Não se desconsidera, aqui, pautas de representatividade de outras minorias. Este apontamento apenas é um recorte para exemplificação. No caso desta Tese, as desigualdades podem ser percebidas em todos os níveis do tripé do suposto desenvolvimento sustentável: *economia, sociedade e meio ambiente*. Epistemologicamente, é preciso questionar a dissociação excessiva entre estes campos, seja nas práticas de governança, seja na vida dos comuns afetada diretamente por estas práticas de Estado.

relação aos outros seres e à própria humanidade. O coletivismo é a base de uma sociologia ecológica que busque traçar mudanças comportamentais, e, antes disso, processos educativos, de pesquisa e também de trato político e econômico. É o que se tem percebido nas lutas, que também podem ser consideradas ecológicas, dos feminismos, pautas de gênero, dentre outras.

As duas sociologias discutidas até aqui permitem chegar à terceira, a *Existência Ambiental como dádiva*. Mora (2009) define a existência como uma palavra de amplos sentidos. Para esta Tese, vale-nos a compreensão ética da existência: só sabe que existe aquilo que pensa sobre o fato de existir, de viver. Logo, a Existência Ambiental traz consigo uma série de aspectos necessariamente éticos: é preciso galgar, seja pela construção de novos valores e sentidos ambientais, seja pelo resgate de valores e sentidos ecológicos antigos, pressupostos morais que mudem, alterem, sistemas de pensamento e de *práxis* em relação ao ambiente. Compreender a existência também como a necessidade da permanência; uma ética para/ da permanência - “pressuposto fundamental para a sustentabilidade: amar é ser quem quer permanecer” (FRANCELINO, 2017, p. 34)

Compreender o ambiente para além do ideário de natureza, entendendo a espécie humana como um dos múltiplos, e incontáveis, fatores que, relacionados, permitem que a complexidade ambiental exista, é fator primário para qualquer proposta sociológica de cunho ecológico. Ademais, em termos epistemológicos, a Ciência precisa assumir sua dimensão de busca por respostas que, sempre, estarão sendo construídas e que a verdade absoluta jamais poderá ser efetivamente estabelecida. É o dilema da Complexidade. Colocar em questionamento o positivismo ainda tão presente nos campos científicos é fator precípua para diálogos mais amplos, e não dissociativos, de ruptura com o paradigma cartesiano. Não se trata de diminuir o papel da Ciência, mas, sim, de propor sua ressignificação e, também, questionar sua subordinação, muitas vezes percebida, ao mundo mecanicista, hegemônico e opressor que se apodera de todos os dados das relações sociais. No entanto, quais princípios e valores poderiam orientar uma Existência Ambiental que possa ser compreendida como dádiva?

Qualquer senso de existência, que reflita a noção de comunitariedade, por exemplo, pode ser considerado dádiva, uma vez que toda comunidade, sociedade organizada, possui sistemas de *dar, receber e retribuir*. Não cabe a esta Tese fazer generalizações, mas autores neomaussianos, e outros, têm evidenciado isto já há algum tempo, sobretudo ao proporem que a dádiva não deixou de existir (CAILLÉ, in MARTINS, 2012). No entanto, esse tipo de assertiva carece que aprofundamentos. Certamente, Rawls (2004) e Amartya Sen (2001) oferecem pensares para esta Existência Ambiental que, estabelecida no âmbito da dádiva, possa oferecer soluções para os dilemas contemporâneos. Sen (2001, p.282), após longo debate em

sua obra “Desenvolvimento como Liberdade”, especialmente no tópico sobre pluralidade cultural como condição para superação de injustiças, chega à conclusão de que

reconhecer a diversidade encontrada em diferentes culturas é muito importante para o mundo contemporâneo, uma vez que nossa compreensão acerca da diversidade tende a ser um tanto prejudicada por um constante bombardeio de generalizações excessivamente simplificadas sobre a “civilização ocidental”, os “valores asiáticos”, as “culturas africanas”, dentre outras. Muitas dessas interpretações da história e das civilizações não só são intelectualmente superficiais, como também agravam as tendências divisoras do mundo em que vivemos.

Assim, uma Epistemologia para a Existência Ambiental deve levar em consideração, sobretudo, as liberdades. As liberdades humanas e não humanas. Problematizar as liberdades, questionar os sistemas políticos, inclusive os democráticos, e os próprios discursos de igualdade, também é relevante, justamente para a tentativa de oferecer espaços de voz aos mais diversos protagonismos humanos, com saberes coletivos, que habitam a Terra, os países, as cidades, os bairros, as aldeias.

Nota-se, portanto, que compreender a Existência Ambiental como dádiva é mais que denominar, ou rotular, a mera existência, a vida por si só como dádiva, mas sim, compreendê-la como uma rede complexa de fatores imbricados, que vão desde as necessidades biológicas, fisiológicas, até as necessidades, e urgências, no que se refere à saúde, qualidade de vida, valorização cultural, direito à cidade e ao ambiente, dentre tantos outros elementos, como o próprio senso de felicidade. Por isso, neste âmbito, é preciso problematizar constantemente sobre o existir: o que é existir? E, talvez ainda mais importante, e a partir deste questionamento, pensar-se em como favorecer a existência digna de todos os habitantes da Terra e da própria Terra. É um *dever*, e em certas doses, também o dilema da Complexidade; todavia é, acima de tudo, uma necessidade para a mudança, ou transição, paradigmática.

A partir deste ensejo, é possível chegar-se à quarta sociologia para a Ecologia Urbana: *a Ecologia como suporte para a Liberdade*. Note: parte-se, na discussão anterior, da conclusão de que a dádiva existe, em sua condição mais plural, na diversidade, e no reconhecimento das diferenças e das pluralidades (o que pode gerar agonismos, mas faz parte do bojo das relações humanas). São nas pluralidades que o associativismo ambiental, e outros, têm estabelecido existência e resistência. Neste sentido, carece-se de um ampliar de olhares sobre a diversidade, seus espaços de imanência (ou seja, daquilo que ontologicamente as marcam e definem sua existência) e acesso a direitos. Recorte para discussão interessante são as etnias indígenas brasileiras, que são cerca de 300 Estados Nação, com linguagens e culturas, pressupostos morais, muito diferentes dos notados na maioria esmagadora da sociedade “branca” brasileira,

que vive seguindo os preceitos constitucionais. De que maneira a pluralidade, a diversidade, neste caso, podem ser garantidas a esses povos, por exemplo, a partir da Constituição?

Num segundo movimento, igualmente importante, e os estudos acerca dos associativismos revelaram, é relevante considerar, a multiplicidade de expressões, modos de atuação, construção e transmissão de saberes e cultura de grupos localizados, ideologicamente identificados e que, mesmo nos contextos urbanos e capitalistas, criam outros *modus operandi*, via estados de liberdades e dissonância criativa (CASTELLS, 1999).

Dois elementos conduzem a percepções notoriamente ecológicas e suas relações, insofismáveis, com o que pode se considerar liberdade: 1) apreço pelo local e tudo o que ele oferece, seja em recursos humanos, seja em recursos naturais; 2) senso elevado de comunitariedade e coletivismo baseado em normas, princípios morais localizados, de liberdade. Ao que isso remete? Permite perceber que, para a Ecologia Urbana conseguir operar transformações necessárias para mudanças do mundo humano, ou parte dele, que ultraja a natureza e mantém as desigualdades sociais, é necessário colocar a liberdade (e a liberdade sob a forma do coletivismo) como prioridade, seja para processos socioeducativos, seja em propostas de pesquisas que tentem ligar-se com a complexidade ambiental, afinal, quaisquer pesquisas em Biologia da Conservação, na contemporaneidade, lidam diretamente com conclusões que, ou evidenciam que precisamos mudar ações em relação ao ambiente, ou precisamos adotar medidas de proteção/conservação da natureza para que não seja degradada.

Nesta sociologia para uma liberdade ecológica, as urbanidades também precisam ser levadas em consideração. As relações com o ambiente construído precisam ser preconizadas pelo olhar humanístico, num senso de desenvolvimento que coloque em questionamento os modelos padrões de apropriação de espaços urbanos, públicos e privados. Criar ambientes de esperança, como o proposto no projeto articulado da Casa da Ciência e da Cultura de Barbacena, tem revelado resultados interessantes. Todavia, em termos de gestão pública, é possível mais.

Necessário é, no recorte brasileiro, que os municípios tenham planos diretores e, neles, destaquem-se elementos, estratégias, de distribuição equitativa da terra, diminuição de desigualdades e maior cuidado para áreas de risco de alagamentos onde também há ausência de saneamento básico e manutenção de condições básicas para a qualidade de vida nas periferias. O SUS (Sistema Único de Saúde), com os “Postinhos”, tem sido um dos braços do Estado que mais representam esta possibilidade de garantia de uma Ecologia para a Liberdade, sobretudo porque na liberdade, está subentendida a saúde. E não se pode mais considerar, numa transição paradigmática, como a aqui proposta, a saúde como mera ausência de doença.

Neste ponto, então, Rawls (2004, p.162-163), favorece percepções relevantes para esta quarta sociologia, sobretudo no sentido do que ele defende ser uma reconciliação com o “nosso mundo social”, a partir da qual uma sociedade dos povos é possível, o que permite afirmar-se que a dádiva está na ecologia do agir e na prática da liberdade dos povos, das culturas e das expressões de ligação sistêmica com a Terra, pois

nossa esperança para o futuro baseia-se na crença de que as possibilidades do nosso mundo social permitem a uma sociedade democrática constitucional viver como membro de uma Sociedade dos Povos razoavelmente justa. Um passo inicial para nos reconciliarmos com o nosso mundo social, e natural, é perceber que tal Sociedade dos Povos é possível. O fato da unidade democrática baseada na diversidade: numa sociedade democrática, não se exige que os cidadãos sejam unidos por uma doutrina abrangente, religiosa ou não religiosa (...), mas sim pelo pluralismo livre.

O pluralismo defendido por Rawls (2004), condição *sine qua non* para a equidade ecológica, permite chegar-se à quinta sociologia para a Ecologia Urbana, que busca conduzir reflexões para um Epistemologia da Existência Ambiental: a *Ecologia da, e para, a Paz*. *A priori*, é importante destacar que definir “paz” é algo que envolve certas dificuldades, principalmente pelas diversas concepções, dispostas nas mais diversas culturas. Resolveu-se, por questão de coerência com tudo o que se propõe neste Caderno, a definir a partir de aspectos que Jecupé (2006), permite-nos refletir a partir de seu livro “Terra de Mil Povos”. Aqui, vamos considera-la como um estado de bem estar interno, entre as pessoas e o ambiente de um mesmo povo, que compartilha traços e estruturas sociais. E, em complemento, também como uma condição de existência que exclui o medo, o pavor, a desigualdade e iniquidade de acesso aos bens da Terra, como o acesso à água, ao solo, ao alimento e à saúde.

Uma proposta sociológica que busque lidar com uma base ecológica que conduza, ou mantenha, ou incentive a paz, precisa ter alguns princípios éticos que, por sua vez, podem ser transmitidos via processos ecoeducativos, formais e não formais. Como visto, os associativismos ambientais, em sua maioria, não se dão em ambientes formais, prioritariamente; são iniciativas não formais estabelecidas em diversos contextos da sociedade civil. Logo, é possível afirmar que uma ecologia para a paz depreende, de forma inequívoca, a formação de sujeitos ecológicos que compreendam a Terra como parte de si mesmos e a si mesmos como parte da Terra.

Tal predisposição foi bastante recorrente nas discussões acerca da Educação Ambiental da Eco 1992, no Brasil, o que gerou, inclusive, a própria Carta da Terra (GADOTTI, 2000). Certo “start” para esta sociologia baseada em uma ecologia para a Paz, portanto, já foi dado pela própria ecopedagogia. Todavia, os estudos acerca da dádiva permitem um tipo de

percepção relevante: é preciso, urgentemente, abrir mão de maniqueísmos que assolam os processos educativos voltados para as ambivalências. O que isso significa? Significa dizer que é corriqueiro uma espécie de linguagem, e processos de educação, em que são evidentes noções de “bom” e “ruim”, “belo” e “feio”, por exemplo, desconsiderando aspectos mais profundos, e discursivos, que permitam problematizar uma multiplicidade de fatores, no rol da complexidade, da inter e transdisciplinaridade.

Aqui, neste ponto, assume-se uma posição de Tese de defender que a transdisciplinaridade caminha, ou é atravessada, pela dádiva, ou a dádiva é necessariamente atravessada pela transdisciplinaridade. Explico: ao ter acesso aos materiais dos neomaussianos, abordados em toda esta pesquisa, dois elementos destacaram-se: 1) a busca pela manutenção do conceito trazido por Mauss (2008 [1925]) e sua difusão, a partir de aplicações atuais de seus pressupostos; 2) uma adaptação da dádiva a panoramas da contemporaneidade, como na crítica ao utilitarismo notado, transmutado, no viés neoliberal e nas relações sociais da globalização.

D’Ambrósio (2012) ao falar das “gaiolas do conhecimento”, e trazer a questão da transdisciplinaridade como uma parte da essência humana, velada pelos modelos cartesianos e capitalistas existentes, e proeminentes, permite conceber a transdisciplinaridade como algo está no intangível e no imedível. Embora possa-se até planejá-la, em certa escala, jamais saberemos de sua real dimensão. No que se refere à cultura e trocas culturais, ela revela muito do que Mauss (2008[1925]), acredita-se, buscava mostrar em diversos aspectos da sociologia que propôs, sobretudo no que se refere às dinâmicas sociais e ao “espírito da troca”, das “coisas dadas”, ou das próprias relações de reciprocidade.

É no âmbito do projetar futuro que a sustentabilidade poderá ocorrer, em primeira instância. E projetar futuro envolve, antes do agir, o pensar e o refletir. Necessário é retornar novamente ao começo deste Caderno, quando se discutiu acerca do tempo, e de como a sociedade contemporânea vive uma crise de percepção/associação entre passado, presente e futuro. Uma Ecologia sociológica para a Paz envolve, indistintamente, compreender que formar pessoas para a paz é fundamental. Isso mesmo: formar. A paz é transmitida culturalmente, é ensinada, tal como a guerra e a violência também podem ser. Logo, as dimensões agonísticas da vida em sociedade, das relações de dádiva, também devem fazer parte desta busca epistemológica, pois é preciso transversalizar as mais diversas maneiras a partir das quais a humanidade se expressou e ainda se expressa no mundo.

Neste interim, vale refletir sobre a questão do Nazismo e do neofascismo, crescente na atualidade. A Alemanha, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, nunca negou a dimensão do que foi o Nazismo e o Fascismo praticado pelo seu Estado. Nas escolas, nos museus, nas praças,

nas ruas, há muitos espaços de memória para que esta parte triste, e pérfida, da sociedade alemã, não seja esquecida. O não esquecimento favorece a não repetição. Em contrapartida, no Brasil, viu-se, recentemente, constantes ataques, por representantes políticos e gestores públicos, a museus e outros ambientes que trazem à memória do povo brasileiro os ultrajes praticados pela ditadura militar principiada em 1964.

As relações agonísticas muitas vezes estão presentes ainda na sociedade, na mesma dimensão do *dar*, *receber* e *retribuir*. Mas, para que esta dimensão seja ressignificada, é preciso que uma ponte entre o passado e futuro seja estabelecida, como permitem entender Arendt (1979) e Amartya Sen (2001), construindo um presente no qual práticas efetivas de desenvolvimento humano, econômico e ambiental sejam estabelecidas. A Ecologia para/da paz é, também, uma Ecologia do reconhecimento do passado, do resgate da memória. Não existe paz com a negação e entendimento do que, outrora, a tirou de muitos povos, minorias e da própria Terra.

4.4 – Um Tratado para a Existência Ambiental

Como final da Tese, propõe-se um Tratado para a Existência Ambiental. Sem presunções, não se busca convenciona-lo como um manifesto exclusivo, uma vez que, de certa maneira, e em diferentes recortes, textos, abordagens, temporalidades, contextos e linguagens, perspectivas proximais já foram alçadas. Ele é atravessado por diversos discursos. Este Tratado para a Existência Ambiental tem sua singularidade na dimensão da dádiva maussiana e neomaussiana. Importante destacar que a dádiva, aqui, é tecida a partir da noção principal de hospitalidade defendida neste Trabalho, que está diretamente correlacionada à algumas prerrogativas da ecopedagogia. Não é intenção retornar à essas discussões, uma vez que já foram estabelecidas em Cadernos anteriores.

Este Tratado foi organizado tendo como recurso teórico o mapeamento ecocultural do Caderno 2 e também prerrogativas da Esquizoanálise de Deleuze; Guattari (1995), orientando-se pelos afetos tidos, neste sentido, pela dimensão da dádiva na vivência do pesquisador na imersão no Instituto Curupira. Principalmente as relações sociais entre as pessoas que se voluntariam à ONG, e suas causas, foi a base para o estabelecimento dos eixos desta proposta. O modo como as relações de *dar*, *receber* e *retribuir* notadas, foram cartografadas, no diário de bordo, ao longo da imersão, permitiu organizar elementos para o que se compreende ser uma possibilidade propositiva de Existência Ambiental que articule existências, ou perfis de existência, que sejam respostas diretas à sustentabilidade: vale retornar à compreensão de que,

uma vez colocando-se a sustentabilidade como uma pergunta, do tipo, “como chegar ao desenvolvimento sustentável?”, carece-se de respostas práticas e com aplicações efetivas. Ressonâncias, também, no sentido proposto por Harmut Rosa (2019).

De forma direta, é necessário reconhecer a impossibilidade de “medir” resultados dessa questão. Todavia, como argumentam os vários teóricos que fundamentaram este estudo e, em especial, Amartya Sen (2001), que amparou as discussões acerca da liberdade neste Caderno, diante das várias dificuldades notadas no mundo contemporâneo, a tentativa focada na sensibilização e educação ainda é um dos mais interessantes caminhos, e porque não, resposta, às necessidades notadas de mudança de comportamentos ambientais humanos. Ademais, também é interessante destacar o caráter pedagógico de toda esta Tese, como se afirmou desde seu princípio: é objetivo que, mesmo professores e pesquisadores e, pessoas leigas, ao lerem esta Pesquisa, possam a entender, saber o que é a dádiva e como as abordagens aqui dispostas foram traçadas. Trata-se de um esforço, também de comunicação científica de uma pesquisa de doutoramento.

Denomina-se como “Tratado”, não em decorrência do pacto entre dois grupos claramente dispostos, como muitas vezes se vê entre duas nações, ou blocos de países, como os feitos que deram origem à ONU (Organização das Nações Unidas). Aqui, optou-se por compreender-se como um tratado relacional e de reciprocidade, entre os humanos e a Terra. Pode-se questionar: mas como ter a Terra, o planeta, como um dos “membros” deste pacto se ela não é “consciente”? De fato, é uma pergunta pertinente. Entretanto, a dádiva precisa ser entendida na modernidade para além da dinâmica da compreensão multifatorial e totalizante da realidade; ou seja, é preciso caminhar para uma ética de compreensão do mundo que busque entender a Terra não apenas como um local para viver, mas também como um “organismo” que existe de maneiras sobre as quais jamais teremos entendimento definitivo. Logo, é um Tratado entre aqueles que habitam e o que é habitável. A Terra como dádiva é um potente gerador de significados e antropológica.

Aqui, cabe uma ressalva: em contrapartida ao que falsas ciências perpetuam, não se está defendendo, neste âmbito, que o planeta é um “ser” que pensa, que racionaliza e toma decisões. Propõe-se, por outro lado, que se compreenda a Terra como um paradigma, ou seja, que ela seja ensinada, vivenciada em seus sistemas mais elementares e que fundamentam a existência da humanidade. É um Tratado em prol de uma compreensão sistêmica da vida e da permanência humana no planeta, que seja dialógica e em equilíbrio com todas as outras formas de vida e os “recursos” não vivos que também constituem o planeta. Assim, o que permite estabelecer, e propor o termo “Tratado”, é o consenso de que há um processo de alteridade, entre a

humanidade e a Terra e é, esta noção de compreensão da Terra como um “outro”, que permite que este Tratado possa existir.

Cabe aqui, novamente, destacar a relevância do entendimento acerca do atuar globalmente, mas com compreensões de diversidade e pluralidade, seja de ecossistemas (ecologia), seja de culturas humanas que se adaptaram e evoluíram ao longo de milhares de anos nos mais diversos e variados ambientes. Darwin e Wallace, na segunda metade do século XIX, propuseram a Evolução das Espécies, biologicamente, a partir da adaptação e seleção natural; um movimento interessante dentro da perspectiva humanística é a percepção, e validação, de que os mais diversos grupos humanos, e seus modos de existência, também se adaptaram culturalmente aos variados ambientes/ecossistemas que, a partir das grandes dispersões/migrações ocorridas há milhares de anos, permitiram-nos espalhar-se e povoar praticamente todo o globo.

Trata-se, como se vê, de uma complexidade biológica e cultural e, por este motivo, é preciso lutar pela não dissociação desses fatores, conceitos e ciências, e sim, compreendê-los de forma integrativa. As culturas que sobreviveram nos últimos milênios assim o fizeram a partir de processos muitos vastos de adaptação às diversas ambientidades terrestres e cooperação. O fator de consciência e racionalidade nesse processo de dispersão e, depois, de sedentarização em povoados e cidades, também precisa ser considerado. Seleção natural, adaptação e cultura estiveram intrinsecamente entrelaçadas na história das relações humanas com a Terra.

A hospitalidade, compreendida a partir da reciprocidade, é uma extensão direta de tudo isso. É possível afirmar que a dádiva esteve, e ainda está presente, em todo o planeta, onde quer que haja seres humanos vivendo em sociedade, pois as relações de dádiva são resultado natural do processo de socialização e de vida em comunidade. O capitalismo pode tê-la “escondido”, escamoteado, mas não a suplantado; pode até mesmo ter se “apropriado” dela, pois, ele em si, também é um dado humano. O que cabe discussão são as maneiras a partir das quais ela se expressa, ou seja, o *dar, receber, retribuir*, não é um padrão, uma régua: varia de acordo com as experiências de mundo e com o mundo. Neste sentido, são fundamentais estudos que busquem se debruçar não somente sobre se a dádiva existe, mas sim, como ela existe e os modos de operação social a partir dos quais é possível notá-la. As 5 sociologias articuladas neste Caderno são uma proposição, por exemplo, a partir deste senso de existência da dádiva; se ela não existisse, ou se não se acreditasse na sua existência, não faria sentido esta proposição de entendimento sociológico.

O Tratado para a Existência Ambiental consiste de 5 manifestos. Ele parte, *a priori*, da construção de culturas humanas de entendimento da própria espécie e a necessária busca pela diminuição das desigualdades, sociais e socioambientais. Para tal, a democracia é basilar e, assim, os associativismos. Os pontos a seguir, todos eles, advém desta necessidade da democracia ecológica.

Relevante frisar que o contato com o Instituto Curupira, a imersão prática na ONG durante a produção do Festival de Música Popular Livre de 2021, favoreceu notar 3 aspectos caríssimos de relações de dádiva, os quais vale ressaltar antes de aprofundar-se no Tratado, uma vez que eles incentivaram a proposição do mesmo: 1) as pessoas querem/precisam sentir-se importantes: não uma importância egoísta, mas uma importância de saberem que são bem vindas, bem quistas num ambiente e que elas são relevantes também para as pessoas do círculo social. Até mesmo o simples ato de as chamar pelos seus nomes faz incrível diferença nas relações de dádiva; 2) esta questão da importância, gera sentidos de existência coletivos, que fazem com que sensações de felicidade e bem estar sejam potencializadas, o que melhora muito a criatividade e a organização de trabalhos conjuntos em prol de um bem comum; 3) pessoas felizes, conscientes de seus papéis sociais, apresentam processos de identificação com o grupo, o que permite que o associativismo persevere, resista e se mantenha em médio e longo prazo. É o que, percebeu-se, mantém a ONG “viva”, e seu Festival, por tantos anos.

Estes três aspectos, foram elementos perceptíveis ao produzir o diário de bordo elaborado longo da imersão com aspectos etnográficos. O que faz as pessoas se doarem a uma causa, como a ambiental e cultural? A vontade de fazerem parte de algo e se sentirem felizes é um dos pontos de maior relevância; é o que Mauss (2008 [1925], de certa forma, trouxe ao discorrer sobre os povos da melanésia e suas culturas resilientes. É também, o que Jecupé (2006), ao falar o que são as “Terras dos Mil Povos” indígenas, também permite perceber acerca do que nutre e persevera para a manutenção de tradições culturais tão complexas de nações indígenas.

No fundo, todo ser humano quer se sentir importante para alguém, para um grupo. Isto faz parte, junto às questões de pertencimento com o lugar em que as pessoas vivem, do senso de representatividade socioambiental. Por isso, este Tratado também é sobre a dignidade subjetiva e o estabelecimento de lugares de viver e habitar que favoreçam a comunitariedade, como tão bem fazem os associativismos. Seguem abaixo os 5 manifestos deste Tratado:

1) Direito à felicidade⁶¹

⁶¹ Felicidade coletiva e não a individual e consumocentrista

Para uma ética voltada para a Existência Ambiental, necessário é compreender que pessoas têm o direito à felicidade e à livre expressão. Ambas, juntas, favorecem maior senso de pertencimento local, prazer para a vida subjetiva e coletiva e, assim, torna-se mais possível que os indivíduos se percebam como cidadãos, com estímulos para saberes e práticas ecologicamente coerentes. Incentivar a criatividade, a responsabilidade dentro de um grupo de pessoas, a noção de alteridade, são pressupostos importantes para a geração de princípios morais que permitam entender a vida para muito além do que arrazoar o paradigma capitalista: utilitarista e excessivamente baseado na cultura do “ter para ser”.

O Direito à felicidade passa, inofismavelmente, por outros direitos e, transversalmente, estabelece-se na equidade, ou na busca constante pela equidade. Ademais, cabe destacar, parafraseando Nelson Mandela (2020), em sua biografia, que aqueles que não são felizes, não se preocupam com a felicidade do outro, o direito do outro, tampouco com os direitos dos bichos. Quem vai se preocupar em não pisar em uma formiga, ou atirar lixo pelas ruas, se não se sente feliz? O Direito à felicidade é condição para a sensibilização e formação de sujeitos ecológicos.

2) Democracia como fundamento para a justiça socioambiental

Não existe apenas um modelo democrático no mundo e, ainda que em várias democracias (senão todas), instaurem-se graves problemas, dos mais variados tipos, como tem ocorrido no Brasil, em países do Oriente Médio e também africanos, ela ainda é o modelo que melhor possibilita o combate às desigualdades sociais, ambientais e ecológicas. Sistemas democráticos, por exemplo, têm garantido a equidade do acesso à terra, à água e ao alimento como não se via há séculos. Neste interim, é importante, mais uma vez, não considerar a Ecologia como apenas uma Ciência que busca estudar os seres vivos terrestres; é função, e missão da Ecologia, sobretudo no âmbito da Biologia da Conservação, lidar, amiúde, com os fatores humanísticos. Questionar e sempre propor adaptações aos modelos democráticos também é basilar para o senso de justiça.

Para este Tratado da Existência Ambiental, o “existir” remete diretamente à um dado da complexidade: permitir existir. Quem permite que alguém, humano, ou não humano, exista? Esta é uma pergunta de cunho ético, que se embrenha, inevitavelmente, no campo da moral, uma vez que o conjunto de normas e padrões estéticos de entendimento do mundo partem da cultura, que, em grande parte, é moralmente estabelecida entre as mais diversas gerações. A democracia é um modelo novo de relacionamento humano com suas políticas, então cabe sempre a sua defesa, sobretudo em face à tirania, ao economicismo, às ditaduras, que sempre

apresentam um viés liberal, ou neoliberal, claramente disposto, ou escamoteado no discurso desenvolvimentista.

3) Problematização constante sobre o que é o Estado

O terceiro manifesto deste Tratado versa sobre o Estado. É o Estado, em todo planeta, ou os Estados, quem definem as “normas” sobre o que é existir e, inevitavelmente, todos os modelos de representação máxima/autoridade coletiva⁶², com exceção das nações indígenas e aborígenes que ainda resistem em certas regiões do globo, que apresentam outros modelos de governabilidade. Logo, cabe uma reestruturação, em vários casos, dos modelos de Estado. Uma reestruturação no ideário de mercado, de modos de trabalho e como os trabalhadores são compreendidos e remunerados/valorizados. Pensar na sustentabilidade exige pensar nos valores de existência humana nos sistemas representativos.

Se a maior parte da população humana terrestre está vinculada a perspectivas tradicionais de mercado, é preciso entender esses moldes mercantis, como eles existem e como têm favorecido a espoliação humana e ambiental. Será que existem modelos que, realmente, têm conseguido conciliar desenvolvimento econômico, justiça social e equilíbrio ecológico? Esta pesquisa não conseguiu chegar numa resposta afirmativa neste sentido, a não ser nas micrologias dos associativismos ambientais estudados. Acredita-se ser praticamente impossível encontrar um balizar entre capitalismo e justiça social e ambiental. No entanto, no campo do possível, e não da utopia, seriam possíveis adaptações dentro do modelo capitalista, do mercado e do utilitarismo, que sejam direcionadas para os direitos humanos e dos povos, da Terra e seus ecossistemas, incluindo todas as outras formas de vida planetárias. É um debate no rol da Complexidade, e em aberto.

4) Meio Ambiente como dádiva para uma outra ordem mundial

Aqui, uma noção ampliada de meio ambiente oferece recursos para a diminuição das privações à liberdade, pois entende-se que é relevante reconhecer a diversidade encontrada nas mais diversas culturas, na contemporaneidade. Logo, apetece as assertivas de Amartya Sen (2001), sobretudo no que se refere às privações que o mundo globalista impõe ao desprivilegiar a compreensão da diversidade cultural global. Esta diversidade cultural é que é uma das mais potentes “chaves” para que micrologias de desenvolvimento de inteligências ambientais,

⁶² Relevante dizer que os modelos contemporâneos de Estado apresentam forte senso globalista – de certa maneira a globalização interfere em formas como os estados se compõem e se estruturam, e, amiúde, como se organizam economicamente. Esta padronização do que seria “lucro econômico”, que é um dissenso, muitas vezes, em relação à tentativa de chegada à sustentabilidade, é muito arrazoada pelo globalismo.

sociais e econômicas surjam, como no caso brasileiro, do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) e do MTST (Movimento dos Trabalhadores Urbanos sem Teto) que, recorrendo-se a dinâmicas muito distintas de relações de dádiva, hospitalidade e até agonísticas, questionam o Estado em suas prerrogativas de direito à Terra, ao alimento, à Cidade, dentre tantos outros elementos, como a não violência.

Isso também foi notório, como evidenciado, nas 3 ONGs estudadas na Tese: Greenpeace, Projeto Tamar e Instituto Curupira. Essas tendências globalistas, assevera Sen (2001), tendem a agravar as tendências divisoras do mundo. Assim, entender o Meio Ambiente como dádiva remete a compreender as questões ambientais intimamente conectadas, e dependentes, de uma reconfiguração do ciclo perene do dar, receber e retribuir que foi acossado, e apropriado pelo capital. Aqui, então, cabe a cultura do resgate de saberes e da proposição de novas metodologias de ação ambiental, coerentes às necessidades de proteção e conservação da natureza e das múltiplas culturas que existem pelo globo. Trata-se de uma abordagem culturalista do meio ambiente e, fatalmente, do senso de natureza, que favoreça inteligências e racionalidades ambientais e outras cosmologias de entendimento do que ordena o mundo humano.

5) *Intercâmbio cultural*

Por fim, o último elemento deste Tratado é o que todo o estudo da Tese permitiu perceber ser o aspecto mais contundente em prol de mudanças de racionalidades ambientais: a importância da troca, mas não a troca de objetos, corpos, ou outros itens, como notados em sociedades antigas, mas de culturas e saberes que possam comungar os anseios de transformação de realidades. Como Caillé (in MARTINS, 2002), aponta, as sociabilidades partem das relações entre as pessoas e elas mesmas, e também dos dispositivos simbólicos que elas criam (como a ideia de mercado, empresa, salário, dentre outros) mas, sobretudo, das relações de poder existentes. Todavia, relações de poder não necessariamente se dão somente na supremacia de pessoas sobre outras pessoas, ou de pessoas sobre o ambiente, ou outros seres vivos (sentido vertical do poder).

Relações de poder, como tão bem evidencia Foucault (1989), estão em todas as dinâmicas da vida em sociedade, mas, uma vez desconsideradas, ou não percebidas, poderão ser braços de opressão, seja de setores do Estado, seja por âmbitos capitalistas expressos pelos detentores de estruturas hegemônicas. Neste contexto, propõe-se que o intercambio cultural seja uma espécie de guia para/de aprendizados de inteligências ambientais das mais diversas culturas existentes na Terra. Um guia de aprendizados, *a priori*, focado em coletividades que

atuam e desenvolvem trincheiras de resistência ambientais, ecologias sociais baseadas em processos associativísticos. O intercâmbio, então, dar-se-ia a partir de uma rede complexa de trocas de informações, saberes e inteligências, podendo, inclusive, ter o apoio do Estado para a convergência e contato dos mais diversos atores, sem, necessariamente, a presença física de representantes do Estado.

Trata-se de um modelo parecido com as primeiras conferências organizadas na década de 1980 para discussão acerca da transdisciplinaridade, ou, ainda, de conferências de Nações Indígenas brasileiras que, sem qualquer operação de Governos, organizam-se para galgar reivindicações e propostas para proteção dos povos da floresta. Na sociedade em rede, é um manifesto para que, justamente as facilidades decorrentes do uso da internet, e a intensificação/melhora das Tecnologias da Informação nos recentes anos, sejam utilizadas para a criação de um ecossistema online (ou ecossistemas) de informações, troca de conhecimentos e definição de estratégias de combate às iniquidades ambientais de todos os tipos que ainda assolam o mundo. Esse ecossistema de informações e compartilhamento de resiliências seria muito interessante para modelos adaptativos relevantes para a Ecologia Urbana.

Diante da multidisciplinaridade que marca os fazeres de uma Ecologia voltada para as urbanidades, ou que por elas é motivada, calcada, pensar em ecossistemas de comunicação, de compartilhamento de pesquisas, de saberes populares, de *práxis* globais, é condição para as perspectivas de sustentabilidade. Pelo planeta, são muitas as experiências em processo, por exemplo, no que se refere à agroecologia e práticas sustentáveis na agricultura, desde países Latino Americanos como a Costa Rica e o Chile, e o próprio Brasil, até países africanos, como o Marrocos, que têm tido excelentes modelos de ecossistemas de redes de trocas de saberes. Fortalecer então esta perspectiva de ecossistemas de informações, contato, praticamente simultâneos e online é uma maneira de, mais que evidenciar os aspectos da dívida na contemporaneidade, oferecer recursos para a relação que, hoje, ainda, é abismática entre conhecimento científico, saberes populares e políticas públicas. Intercâmbio cultural em prol de mais aprendizados e criação de vínculos entre as Nações, favorecendo, também, economias compartilhadas e recíprocas. Evidentemente, ecossistemas como estes também favorecem outros campos, como o próprio Turismo.

Desta forma, encerra-se este Caderno com esta proposição dos 5 manifestos que compõem este Tratado para a Existência Ambiental. São tópicos relacionais e existenciais e, portanto, certamente não representam todas as possibilidades possíveis de pensamento, planejamento e ação. Todavia, são caminhos do possível: não é aí, no possível, que a dívida mora e seu “espírito” ainda vive?

De certa maneira, o que esta Tese pretende trazer de contribuição à Ecologia Urbana com este Tratado são caminhos filosóficos e de pensamento que possam articular sociologias para este campo de pesquisa. Os desafios globais são muitos, humanos e ambientais, e o que, acredita-se, ser mais pertinente às Ciências de trato interdisciplinar, como a área à qual esta pesquisa se insere - Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável - são estímulos e começos de discussão, sem a pretensão de qualquer determinismo, de compreensões finalísticas ou reducionistas da realidade. O processo de construir é mais importante que o produto final e gera resiliências.

As 5 sociologias propostas, e o Tratado para a Existência Ambiental, juntos, performam o que se denomina o começo de uma Epistemologia da Existência Ambiental, um grupo de conhecimentos, dispostos em ecossistemas complexos e coerentes de informações e redes de contato e trocas de racionalidades que possam ser respostas à sustentabilidade e aos graves problemas encontrados no mundo contemporâneo. Atuar coletivamente, como mostraram os associativismos deste estudo, é, certamente, condição para a sociedade do futuro, que projete espaços de esperança para os dias que virão, mas que respeite a memória, o passado e a dádiva da vida presente: aquela que se satisfaz pela simples necessidade de existir e querer permanecer.

CONCLUSÃO

Desde sua proposição inicial, até a finalização, esta Tese se mostrou uma pesquisa de processos, não de “pontos finais”, conclusões definitivas. Não poderia ser diferente, dado o recorte teórico escolhido, sobretudo o campo da dádiva. Compreender que os associativismos ambientais representam trincheiras de resistência frente a visões, paradigmas utilitaristas do mundo, lança as possibilidades de estudo sociológico acerca do coletivismo a um patamar de efetiva construção (e pensamento) de um paradigma da Complexidade, ou, talvez, de uma transição para este paradigma.

Ao chegar ao fim deste Trabalho, dois aspectos precisam ser colocados *“frente aos olhos, para que os possamos enxergar e frente ao coração, para que os possamos sentir”*, como tão bem me disse um líder indígena anos atrás: o primeiro deles é que a dádiva está presente no mundo contemporâneo, ainda que seu ciclo seja, por vezes, imperceptível às noções positivistas e cartesianas que ainda definem as normas e formas de existência da maioria da humanidade. O segundo é que, na hospitalidade, em suas variadas dimensões, o coletivismo se apresenta como resposta direta à sustentabilidade; se este é um conceito esvaziado (desenvolvimento sustentável ou a própria sustentabilidade), ou se ainda faz sentido, caberia outros estudos, ou a calma do esperar das próximas décadas. No entanto, não se pode desconsiderar que, nas relações primárias, de criação de vínculos sociais e ambientais apresentadas nesta Tese e representadas pelo associativismo ambiental, a dádiva vive e pulsa, mesmo que, não raras vezes, de maneira leve, tão leve que passa despercebida até pelos olhares mais atentos dos mais eloquentes sociólogos.

Embora a modernidade tenha esganiçado a dádiva, a colocado em agonismo, estudos que busquem relacionar presente, passado e futuro, trazendo à baila a importância da memória e da história, relacionando-as às perspectivas ecológicas, são de suma relevância para o trato, e construção, de uma sociedade do agora que seja direcionada para o futuro. Estudar e perceber que micrologias, pequenos espaços de esperança em diversos pontos do planeta, representados pelas ONGs, desenvolvem inteligências e racionalidades ambientais que têm conduzido a culturas ecológicas de maior resiliência e coerência com a Terra, foi, mais que uma forma de reconstruir pontes de esperança no âmbito da própria pesquisa, possibilidades metodológicas fundamentais no campo sociológico de aplicação à Ecologia Urbana.

São muitos e severos os desafios que espécie humana passará, e que já tem passado. Para a superação, ou mitigação deles, incluindo os sociais, necessário será o resgate de saberes ecosóficos e a articulação de novos. Precisar-se-á pensar-se na formação de tomadores de

decisão e na reformulação dos ideais de Estado, Nação e Globalismo. Será preciso retomar à relação singular e inequívoca entre Cultura e Educação. Para que cidadanias planetárias possam existir, tendo a Terra como paradigma, as relações humanas em sua pluralidade terão que “abrir mão” de modelos de espoliação que assolam a vida humana e a vida não humana e, no sentido da hospitalidade e da reciprocidade, é no associativismo ambiental que se poderá, também, encontrar-se caminhos para a Paz e a Liberdade, com justiça, equidade e dignidade.

Os recortes metodológicos da Pesquisa, interdisciplinarmente dispostos, conectando teoria, prática e imersão com elementos etnográficos, acredita-se, foram indispensáveis para notar-se que o pacto associativo, a sociologia da conexão entre pessoas, nos mais diversos níveis, são importantes recursos para *práxis* que tornem possível a reordenação do pensamento e ação humanos. Em termos de escala, não se trata de pensar do “maior para o menor”, mas, sim, do “menor para o maior”, ou seja, das micrologias, dos microcosmos existentes mundo afora e que têm conseguido lidar com as mais diversas problemáticas ambientais e socioambientais. Este é um dos maiores desafios de quem, hoje, propõe-se a estudar a dádiva e, mais que isso, tê-la como “incentivo” para práticas e reflexões de cunho ético, enográfico ou social.

Esta Tese, desenvolvida integralmente ao longo das fases mais complicadas da Pandemia provocada pelo Sars-Cov- 2 (COVID 19), apresentou dificuldades por inserir-se neste quadro global de isolamento social, preocupações e readequações dos tratos humanísticos. Necessário destacar também os desafios acadêmicos, diante da não presencialidade na Universidade e tudo o que isso acarretou. No entanto, de certa maneira, estas mesmas dificuldades foram relevantes por favorecem a busca ainda mais profunda acerca do fazer humano na Terra. Não há dúvidas de que, no seio deste cataclismo ambiental, social e de saúde pública, e que ainda persevera, a dádiva figura como ainda mais necessária, incluindo a sua correlação à Ecologia Urbana e outras Ciências. É preciso criar pontes entre as diversas epistemologias e campos de conhecimento.

Toda forma de pesquisa ecológica, ou de busca pelo entendimento, e inteligências ecológicas, partem de saberes humanos buscando entender saberes da natureza. Que esta pesquisa, então, seja um manifesto à inter e transdisciplinaridade no âmbito do entendimento da Terra, do que se convencionou chamar natureza e, inevitavelmente, do próprio pensar, agir e viver humanos neste planeta, que é uma raridade no Cosmos e que merece, e deve, ser tratado com maior respeito por todos nós, humanos.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A.; BRAND, U. **Pós-extrativismo e decrescimento: saídas para o labirinto capitalista**. Tradução de Tadeu Breda. SP, Editora Elefante, 2018.
- ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. Corbis Corporation, Editora Perspectiva, São Paulo, 1979.
- BARBOSA, D.C. **A Dimensão Geopolítica da Sustentabilidade: uma cartografia da ação norueguesa no território brasileiro**. Dissertação de Mestrado. PPG-ACPS (UFMG), BH, MG, 2019.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa. Edições 70, 2011.
- BOFF, L. **A graça libertadora no mundo**. 4ª ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 1990.
- BOFF, L. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. Editora Carta da Terra, SP, 1996.
- BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- BOURDIEU, P. **Marginalia: algumas notas adicionais sobre o dom**. Mana, SP, 1996.
- BROCCHI, D. **A dimensão cultural da sustentabilidade**. Universität Hildesheim, 2008.
- BRUNDTLAND, G. H. (Org.) **Nosso futuro comum**. 2. ed. RJ: FGV, 1987.
- BRUSADIN, L.B; NETTO, A.P. O sacrifício e o espírito das coisas perante o dom e a hospitalidade: (des)entendimentos científicos (p. 23 – 42). In: **Hospitalidade e Dádiva: a alma dos lugares e a cultura do acolhimento** (BRUSADIN, L.B – ORG). Editora Prismas, 2021.
- CAILLÉ, A. **Antropologia do dom: o terceiro paradigma**. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2002.
- CAILLÉ, A. Dádiva e Associação. In: **A Dádiva entre os modernos: Discussão sobre os fundamentos e as regras do social** (MARTINS, P.H, org). Petrópolis, RJ, Vozes, 2002.
- CANVA. **Designs and practice programa**; Smartphone app, 2022.
- CAPRA, F. **Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável**. Ed: Cultrix, São Paulo, SP, 2005.
- CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**, Cultrix, SP, 2009.
- CAPRA, F. **O Ponto de Mutação: a Ciência, a Sociedade e a Cultura Emergente**. Editora Vozes, RJ, 1982.
- CARLSON, R. **A Primavera Silenciosa**. Editora Portico, SP, 1962.
- CASTELLS, M. **O poder da Identidade**. Editora Paz e Terra, RJ, 1999.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da Internet**. RJ, Zahar, 2013.
- CAVENAGHI, A. Sobre o dar-receber e retribuir: marcel mauss, Dádiva e dimensões da hospitalidade. In: **Rosa dos Ventos: turismo e hospitalidade**. Vol. 14, 2022.
- CLANDININ, D.J; CONNELLY, F.M. **Pesquisa Narrativa: experiência e história de vida em Pesquisa Qualitativa**. Tradução do Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores, EDUUFU, Universidade Federal de Uberlândia, MG, 2011.
- CREMONESE, D. **Ética e Moral na contemporaneidade**. Campos Neutrais – Revista Latino-Americana de Relações Internacionais. Vol. 1, Nº 1, Janeiro – Abril de 2019.
- CURUPIRA (2020). **Conheça o Instituto Curupira** (2019). Disponível em - <https://institutocurupirae.wixsite.com/institutocurupira> . Acesso em 12 de agosto de 2021.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Editora Boitempo, São Paulo, 2016.
- D´AMBROSIO, U. **A transdisciplinaridade como resposta à sustentabilidade**. NUPEAT–IESA–UFG, 2011.
- D´AMBROSIO, U. **Transdisciplinaridade**. SP, Ed. Palas Athena. 1997.
- DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 5.ed. SP, Atlas, 1986.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. RJ, Ed. 34, 1995.

- DERRIDA, J. **Donner le temps**. Paris, Galilée, 1992.
- DIDI-HUBERMAN. **A sobrevivência dos vagalumes**. UFMG, BH, 2011.
- DONNELLY, M. **Sixties Britain. Culture, Society and Politics**. Harlow, Pearson Education, EUA, 2005.
- DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social**. SP, Martins Fontes, 2004.
- ESPINOSA, B. **Ética**. Trad. Tomaz Tadeu. 2ª Ed. Belo Horizonte, MG, Autêntica, 2009.
- FARIAS, A.B. Ética para o meio ambiente. In: TORRES, João Carlos Brum (org). **Manual de Ética – questões de ética teórica e aplicada**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- FILHO, K.P. TETI, M. M. **A cartografia como método para as ciências humanas e sociais**. Barbarói: Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 45-59, jan/jun. 2013.
- FORMAN, R.T.T. **Urban Ecology: Science of cities**. Cambridge University Press. England, 2015.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de pensamento**. Org. Manoel de Barros da Mota. Editora Forense Universitária. RJ, 1994.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Editora Papyrus, SP, 1989.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. v. 7, 6.ed. São Paulo: Edições Graal, 1986.
- FRANCELINO, D. M. **Associativismo Ambiental como resposta à sustentabilidade e como contribuição educativa/interdisciplinar no âmbito da ecologia urbana**. Revista IF Sophia, Ano VI – Volume VI – Número XX, Paraná, 2020.
- FRANCELINO, D.M; BRUSADIN, L.B. **Urbanização, Mudança de Paisagem e Ecologia** (p.193 – 203). Revista IF Sophia, Ano VII – Volume VII – Número XXI, Paraná, 2021.
- G1. **Cúpula do Clima de líderes mundiais: entenda o que está em jogo no encontro organizado pelos EUA**. (2021) Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/04/22/cupula-de-lideres-sobre-o-clima-entenda-o-que-esta-em-jogo-no-encontro-organizado-pelos-eua.ghtml>. Acesso: 13 de julho de 2021.
- GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. 4ª edição. Editora Peirópolis, SP, 2000.
- GALVÃO, L.H. **Como a filosofia pode ajudar a Sustentabilidade?** (2021). Disponível em: <https://portaldoamazonas.com/como-a-filosofia-pode-ajudar-a-sustentabilidade-tornar-se-real>. Acesso: 20 de julho de 2021.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1978.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. **The Entropy Law and the economic process**. Boston: Harvard University Press, 1999.
- GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. SP, Martins Fontes, 2003.
- GIL, A.C. **Métodos e Técnicas em Pesquisa Social**. Editora Atlas, SP, 6ª Edição, 1985.
- GILBERT, M. **A Segunda Guerra Mundial: Os 2.174 dias que mudaram o mundo**. Casa da Palavra, SP, 2014.
- GODBOUT, J. T. Introdução à Dádiva. In: **Revista Brasileira das Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v13n38/38godbout.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.
- GODBOUT, J.; CAILLÉ, A. **L'esprit du don**. Paris: La Découverte, 1992.
- GODBOUT, J. **O espírito da Dádiva**. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- GODELIER, M. **La Enigme du Don**. Paris: Fayard, 1972.
- GREENPEACE. **Tudo sobre o Greenpeace - História, luta e ativismo**(2020). Disponível em www.greenpeace.org. Acesso em 12 de agosto de 2021.
- GUATTARI, F. **As três ecologias**. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. SP, Papyrus, 1989.
- GUATTARI, F. ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do desejo**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1986.
- GUTIÉRREZ, F; PRADO, C. **Ecopedagogia e Cidadania Planetária**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1999.

- GUY NICOLAS. O Dom Ritual: face velada da Modernidade. In: **A Dádiva entre os modernos: Discussão sobre os fundamentos e as regras do social** (MARTINS, P.H, org). Petrópolis, RJ, Vozes, 2002.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós modernidade**. Editora D,P&A, São Paulo, 1992.
- HARARI, Y, N. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. PA: L&PM, SP, 2014.
- HARVEY, D. **Espaços de esperança**, Ed. UFMG, BH, 2004.
- ILARI, D. M. **Dez obras para se pensar a contracultura dos anos 1960** (2017). Disponível em <https://fflch.usp.br/sites/fflch.usp.br/files/2017-11/Contracultura.pdf> . Acesso: 24 de julho de 2021.
- JATOBÁ, S. U; CIDADE, L. C; VARGAS, G.M. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. In. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, p.47-87; 2009.
- JECUPÉ, K. W. **A Terra dos Mil Povos: história indígena do Brasil contada por um índio**. Editora Fundação Peirópolis, São Paulo, 1998.
- KAGAN, S. **Cultures of sustainability and the aesthetics of the pattern that connects**. Futures: The Journal of Policy, Planning and Futures Studies, 2010.
- KEITH, T. O Dilema Humano. In: **O Homem e o Mundo Natural**. São Paulo: Companhia de Letras, 1996.
- KRENAK, A. **O amanhã não está a venda**. Editora Companhia das Letras, 2021.
- LASHLEY, C; MORRISON, A. **In search of hospitality: theoretical perspectives and debates**. Oxford, Butterworth-Heinemann, 2000.
- LATOUCHE, S. **Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno**. Tradução: Claudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fontes, SP, 2009.
- LATOURE, B. **Reagrandando o Social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Editora EDUFBA, BA, 2012.
- LATOURE, B. **Ciência em Ação: Como Seguir Cientistas e Engenheiros Sociedade Afóra**. São Paulo, Editora UNESP, 2000.
- LEFF, E. **Saber ambiental, sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 2. ed. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 1998.
- LÉVINAS, E. **Ética e infinito**. Lisboa, Edições 70, 2007.
- LIMA-E-SILVA, et al. **Dicionário Brasileiro de Ciências Ambientais**. Editora TLEX, RJ, 1999.
- LOVELOCK, J.E. **Gaia a New Look at Life on Earth**. Oxford: Oxford University Press, 1979.
- MAFFESOLI, M. **Saturação**. São Paulo: Iluminuras, 2010.
- MALINOWSKI, B. **A Scientific Theory of Culture and Others Essays** (em inglês). Chapel Hill, N. Carolin, The University of North Carolina Press, EUA, 1944.
- MANDELA, N. **Uma longa caminhada até a Liberdade**. Autobiografia, Editora Alta Life, Rio de Janeiro, 2020.
- MANIFESTE CONVIVIALISTE. **Manifeste convivialiste. Déclaration d’interdépendance**. Paris: Le Bord de L’Eau, 2013.
- MARTÍNEZ; A, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. SP, Editora Contexto, 2007.
- MARTINS, P. H. (Org.). **A Dádiva entre os modernos. Discussão sobre os fundamentos e as regras do social**. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2002.
- MATURANA, H; VARELA, F. **Autopoiesis: the organization of living systems, its characterization and a model**. Editora Biosystems, England, 1982.
- MAUSS, M. Ensaio sobre a Dádiva. In: **Sociologia e antropologia**, Brasil, Edições Loyola, 2008 [1925].
- MINAYO, M.C.S. e SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade**. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.9, n.3, pp.239-262, 1983.

- MISOCZKY, M.C; BOHM, S. **Do desenvolvimento sustentável à economia verde: a constante e acelerada investida do capital sobre a natureza**. Cadernos EBAPE.BR/FGV, v. 10, nº3, Rio de Janeiro, RJ, 2012.
- MMA (Ministério do Meio Ambiente). **A Carta da Terra**. Congresso Nacional, Brasília, 2016.
- MMA (Ministério do Meio Ambiente). **SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação** (2000). Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/sistema-nacional-de-ucs-snuc.html> . Acesso: 12 de julho de 2021.
- MOLLISON, B. **Permaculture: a designer's manual**. Tyalgum, Austrália: Tagari Publication, 1973.
- MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. **Arquitetura e Política**. Editora Gustavo Gili; São Paulo, 2014.
- MORA, F. **Dicionário de Filosofia**. Editora Loyola, São Paulo, 2009.
- MORGAN, E. P. **What Really Happened to the 1960s**. How Mass Media Culture Failed American Democracy. University Press of Kansas, 2010.
- MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. 5. ed. Lisboa, Instituto Piaget, 2008.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Edições UNESCO Brasil, SP, 2000.
- NABAES, T.O; PEREIRA, V.A. **Ontologia Ambiental: o reposicionamento do Ser no horizonte da Racionalidade Ambiental**. Demanda Contínua. Educ. rev. (61), Jul-Sep 2016.
- NAESS A. **The shallow and the deep, long-range ecology movements: a summary**. Inquiry, England, 1973.
- NIEMELA, J. **Urban Ecology: Patterns, Processes, and Applications**. Oxford, England, 2011.
- ONU. **Acordo de Paris** (2017). Disponível em <https://news.un.org/pt/tags/acordo-de-paris> Acesso em 17 de agosto de 2021.
- ONU (1998). **Agenda 21: United Nations Conference on Environment & Development**. Rio de Janeiro: Organização das Nações Unidas, 1992. UNITED NATIONS. Kyoto Protocol To The United Nations Framework Convention On Climate Change. Kyoto: UN. 1998.
- ONU. **Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável** (2015). Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> . Acesso: 30 de março de 2021.
- PASOLINI, P.P. **Sobrevivência dos Vagalumes: o artigo dos vaga-lumes** (Itália, 1975). Disponível em: <https://obenedito.com.br/sobrevivencia-dos-vaga-lumes/> . Acesso em 12 de julho de 2021.
- PITMAN, N.C.A; SILMAN, J.W. **Oligarchies in Amazonian tree communities: A ten-year review**. *Ecography* 35: 1-10, Terborgh, 2013.
- PIPAUS. Diretrizes do Programa Interdepartamental de Mestrado em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade da UFSJ (2021). Disponível em: <https://pipaus.ufsj.edu.br/siaus2021/#cfp> . Acesso: 15 de outubro de 2021.
- PLATÃO. **A república**. SP, Martin Claret, 2002.
- PNAS. **A genomic region associated with protection against severe COVID-19 is inherited from Neandertals** (2021). Disponível em: <https://www.pnas.org/content/118/9/e2026309118> . Acesso: 26 de julho de 2021.
- POPPER, C. **A lógica da pesquisa científica**. SP, Cultrix, 1993.
- PPG-ACPS. **Programa de Pós Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável** (UFMG) – Sobre o Programa. Disponível em <https://sites.arq.ufmg.br/pos/ambienteconstruido/> . Acesso: 12 de maio de 2021.
- RAMOS, N.A. **Ecologia sem luta de classes é jardinagem**. <https://www.wort.lu/pt/portugal/rita-rato-cdu-ecologia-sem-luta-de-classes-e-jardinagem-5d8c4cc4da2cc1784e34c3b7> . Acesso em 07 de agosto de 2021.
- RAWLS, J. **Os Direitos dos Povos**. Editora Martins Fontes, São Paulo, 2001.
- RICKLEFS, R. E.; RELYA. **A Economia da Natureza**. Editora Guanabara, SP, 2016.

- RIOONWATCH (2021). **Dia Mundial do Meio Ambiente: Cinco Projetos Comunitários Praticando a Sustentabilidade**. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=14498> . Acesso: 12 de agosto de 2021.
- ROCHA, R.G. **Ecoideologias associadas aos movimentos ambientais: contribuições para o campo da educação ambiental**. Educar, Curitiba, n. 27. Editora UFPR, 2006.
- ROGERS, R; GUMUCHDJIAN, P. **Cidades para um pequeno planeta**. Editora GG, SP, 2005.
- ROLNIK, S. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. SP, Editora Estação Liberdade, 1989.
- ROSA, H. **Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2019
- SAHLINS, M.O. **Ilhas de história**. Jorge Zahar Editor, RJ, 1990.
- SANTOS, B. **A Globalização e as Ciências Sociais**. 2ª Edição, SP, 2002.
- SARTRE, J.P. **O existencialismo é um humanismo**. SP, Editora Abril, 1978.
- SEBRAE. **O que é o Associativismo?** Portal SEBRAE, SP, 2018.
- SEM, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 2001.
- TAMAR, F. **Quem somos? Fundação Projeto Tamar**. Disponível em: <https://www.tamar.org.br/> .Acesso em: 23 de agosto de 2021.
- THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna**. Editora Vozes, SP, 4ª Edição, 1995.
- TOURAINÉ, A. **Sociologie de l'action**. Seuil, Paris, 1965.
- TRIGUEIRO, A. (ORG). **Meio Ambiente no Século XXI: 21 especialistas falam da questão ambiental em suas áreas de conhecimento**. Editora Sextante, RJ, 2003.
- TRIGUEIRO, A. **Mundo Sustentável: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação**. Editora Globo, RJ, 2005.
- TUTZINGER. **Manifesto de Tutzinger** (2001). England. Disponível em: http://www.kupoge.de/ifk/tutzinger-manifest/tuma_p.htm .Acesso: 07 de junho de 2021.
- UFSM. **Cartilha do Associativismo** (2018). Disponível em <http://w3.ufsm.br/estudosoculturais/arquivos/incubacaocartilhas/CARTILHA%20ASSOCIATIVISMO.pdf> . Acesso: 13 de agosto de 2021.
- USP (Universidade de São Paulo). **O que é Sustentabilidade?** (2019). Disponível em: <http://www.lassu.usp.br/sustentabilidade/conceituacao/> . Acesso: 20 de julho de 2021.
- VELHO, G. Observando o Familiar. In: NUNES, E.O. (org.) **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.